

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	16
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	18
1.5 Principais clientes	38
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	39
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	67
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	68
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	69
1.10 Informações de sociedade de economia mista	73
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	74
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	75
1.13 Acordos de acionistas	76
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	77
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	78
1.16 Outras informações relevantes	79
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	80
2.2 Resultados operacional e financeiro	88
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	100
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	101
2.5 Medições não contábeis	102
2.6 Eventos subsequentes as DFs	107
2.7 Destinação de resultados	108
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	110
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	111
2.10 Planos de negócios	112
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	114
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	133
3.2 Acompanhamento das projeções	134

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	135
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	175
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	176
4.4 Processos não sigilosos relevantes	179
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	198
4.6 Processos sigilosos relevantes	199
4.7 Outras contingências relevantes	200
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	201
5.2 Descrição dos controles internos	211
5.3 Programa de integridade	213
5.4 Alterações significativas	218
5.5 Outras informações relevantes	219
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	220
6.3 Distribuição de capital	248
6.4 Participação em sociedades	249
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	250
6.6 Outras informações relevantes	251
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	252
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	254
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	255
7.4 Composição dos comitês	265
7.5 Relações familiares	281
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	282
7.7 Acordos/seguros de administradores	283
7.8 Outras informações relevantes	284
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	288
8.2 Remuneração total por órgão	293

Índice

8.3 Remuneração variável	297
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	299
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	301
8.6 Outorga de opções de compra de ações	302
8.7 Opções em aberto	303
8.8 Opções exercidas e ações entregues	304
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	305
8.10 Outorga de ações	306
8.11 Ações entregues	307
8.12 Precificação das ações/opções	308
8.13 Participações detidas por órgão	309
8.14 Planos de previdência	310
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	311
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	312
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	313
8.18 Remuneração - Outras funções	314
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	315
8.20 Outras informações relevantes	316
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	317
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	318
9.4 Outras informações relevantes	319
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	320
10.1 Descrição dos recursos humanos	321
10.2 Alterações relevantes	322
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	323
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	324
10.5 Outras informações relevantes	325
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	326
11.2 Transações com partes relacionadas	327

Índice

11.2 Itens 'n.' e 'o.'	335
11.3 Outras informações relevantes	337
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	338
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	339
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	340
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	343
12.5 Mercados de negociação no Brasil	344
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	345
12.7 Títulos emitidos no exterior	346
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	347
12.9 Outras informações relevantes	348
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	349
13.1 Declaração do diretor presidente	350
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	351
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	352

1.1 Histórico do emissor

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

Reconstrução: 2009 - 2016

Em dezembro de 2009, a Caixapar adquiriu 49% das ações ordinárias do Banco PAN, correspondente a 34,5% do capital social. Em maio de 2011, o BTG adquiriu 51% das ações ordinárias, até então detidas pelo Grupo Sílvio Santos, representando 37,64% do capital social do Banco PAN. Neste mesmo ano, a CAIXAPAR e o BTG Pactual assinaram acordo de acionistas, passando a compartilhar o controle da Companhia.

A partir daquele momento, o Banco PAN iniciou uma profunda transformação que englobou a definição dos mercados de atuação com produtos de crédito para pessoas físicas e pessoas jurídicas, a reestruturação de seus serviços e procedimentos internos, a revisão das políticas de concessão de crédito, investimento relevante em tecnologia para a implantação de sistemas e controles, o fortalecimento da Governança Corporativa, e a qualificação e renovação da equipe, incluindo a contratação de profissionais de destaque em suas áreas de atuação, para reestabelecer e fortalecer seu posicionamento de mercado.

As operações do Banco incluíam financiamentos de veículos usados em lojas multimarcas, crédito consignado, cartões de crédito, crédito pessoal e crédito corporativo. A estratégia de atuação em todos os produtos foi integralmente revista e o Banco PAN passou a conceder financiamento de veículos em concessionárias.

Em 2013, o Banco Panamericano S.A. divulgou a mudança da Marca Corporativa para Banco PAN S.A. (*Ticker* da ação PN: BPAN4) que, em abril de 2014, resultou na mudança de sua Razão Social de Banco Panamericano S.A. para Banco PAN S.A.. Tal alteração simbolizou uma nova fase do Banco, que unificou as estruturas e marcas das demais empresas do grupo sob uma mesma identidade, conservando a especialização no atendimento de cada segmento de negócios.

Em linha com a estratégia de fortalecimento de capital e o foco no crescimento de carteira de crédito, o Banco PAN vendeu, em dezembro do mesmo ano, sua participação societária detida nas empresas PAN Seguros S.A., atualmente denominada Too Seguros S.A. ("Too Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora") para focar seu capital na concessão de crédito permanecendo, entretanto, com contrato para distribuição de seguros, que lhe gera uma receita de prestação de serviço.

Novo Foco Estratégico: 2017 - 2019

Em 2017, o Banco PAN passou por um redirecionamento estratégico com o objetivo de concentrar sua atuação junto às pessoas físicas, especificamente das classes C, D e E, ofertando: (i) crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito) para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS; (ii) financiamento de veículos usados; (iii) financiamento de motos novas; (iv) cartão de crédito; e (iv) seguros, descontinuando assim, os segmentos de crédito a empresas e crédito imobiliário.

Em 2019, o Banco PAN deu passos importantes na sua estratégia, com o lançamento da conta digital para escalar a interação com seu cliente final. Encerrou o primeiro semestre com uma carteira de R\$ 22,2 bilhões e apresentou lucro líquido de R\$ 213,8 milhões.

No dia 15 de julho de 2019, o Banco divulgou o novo posicionamento da marca, ampliando o foco no consumidor final. Com base nos atributos "entusiasmo, protagonismo e proximidade", o *rebranding* incluiu a renovação da identidade visual da marca, a mudança na forma de comunicação, e o lançamento de uma nova campanha publicitária cuja assinatura é "Pra quem faz".

O Banco PAN se tornou um novo Banco, com a ambição de ser a referência em soluções financeiras para os brasileiros. O propósito desse novo projeto é democratizar o acesso ao crédito

1.1 Histórico do emissor

e aos serviços bancários e, para isso, o Banco PAN investiu em inovação e na simplificação, avançando na estratégia de originação de crédito, através de plataformas digitais.

Escalando, Engajando e Monetizando: 2020 - 2022

Em fevereiro de 2020, o Banco PAN anunciou o lançamento do app da Conta Digital com foco nas classes C, D e E, por meio da qual os clientes passaram a ter acesso a uma plataforma completa e integrada de produtos e serviços bancários. A Conta Digital é um instrumento relevante para otimizar as oportunidades de cross-sell e upsell, incrementando o portfólio de produtos e fidelizando ainda mais os clientes do Banco.

No dia 20 de agosto de 2020, conforme informado no Fato Relevante enviado ao mercado, o Banco PAN, realizou uma oferta pública de distribuição secundária, com esforços restritos de colocação de 89.599.665 ações preferencias, de emissão do Banco e de titularidade da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, sendo aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor em 27/08/2020, pelo preço por ação de R\$8,30, resultando em um montante total da Oferta de R\$743.677.219,50.

Desta forma, a estrutura acionaria do Banco PAN ficou: Banco BTG Pactual com 44,9%; Caixa Participações com 26,8% e Free-Float com 28,3% do capital social total do Banco.

Em Maio de 2021, a Caixapar alienou a totalidade de suas ações para o Banco Sistema, subsidiária do BTG Pactual, que passou a deter 71,7% do Capital Social do Banco PAN e se tornando seu único controlador.

Em Setembro de 2021 anunciamos a aquisição da Mobiauto, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. Esse movimento reforça nosso apetite em ampliar nossa estratégia digital e participação no financiamento de veículos leves e motos, aprimorando a experiência dos clientes e aumentando engajamento dos lojistas parceiros.

Em outubro de 2021, comunicamos ao mercado o acordo para incorporação da Mosaico pelo PAN. Com essa aquisição o PAN cria a maior e mais completa plataforma de banking e consumo do Brasil. Esse ecossistema, viabiliza uma proposta de valor única, envolvendo a escolha e aquisição dos melhores produtos, com *cashback* sobre o melhor preço e nas melhores condições de crédito e pagamento.

Em março de 2022, comunicamos ao mercado a aprovação dos órgãos regulatórios com relação a incorporação da Mosaico pelo PAN e em 18/03 as ações MOSI3 deixaram de ser negociadas no mercado e foram substituídas por BPAN4, na relação de 0,8x.

Com 2.892 funcionários, ao final de março de 2023, o Banco PAN conta com mais de 1.100 correspondentes bancários originando créditos consignados e 20,3 mil lojas multimarcas e concessionárias parceiras na originação de veículos. Além disso, dado sua estratégia de expansão digital, o Banco encerrou as atividades de seus Postos de Atendimento físicos. O Banco PAN encerrou o primeiro trimestre de 2023 com uma Carteira de Crédito de R\$ 39,3 bilhões e apresentou Lucro Líquido Contábil de R\$ 172 milhões neste período.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A missão do Banco PAN é oferecer soluções inteligentes, criativas e personalizadas para seus clientes, construindo uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros. O PAN quer simplificar a vida das pessoas sendo o melhor assistente de consumo e crédito do Brasil, com mais recorrência, recomendação e diversificação. Tudo isso ao mesmo tempo em que entrega resultados positivos aos seus acionistas.

O Banco PAN oferece uma plataforma completa de soluções financeiras, abrangendo a concessão de crédito ("Consumer Finance") onde possui um longo histórico e forte posicionamento de mercado, e toda uma gama de serviços financeiros ("Banking Services") incluindo a transacionalidade financeira, ("Banco Transacional"), alternativas simples de investimentos ("Savings") e consumo ("Marketplace") além de uma gama completa de seguros ("Insurance"), com o objetivo de engajar cada vez mais seus clientes.

Em **Consumer Finance**, são oferecidos diversos produtos de crédito, como consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (leves usados e motos novas), FGTS (antecipação do saque aniversário) e crédito pessoal, além de soluções como o Car Equity. Já o segmento **Banking Services** engloba quatro grandes frentes: (i) Banco Transacional, com conta digital e cartão de crédito, incluindo cartão múltiplo, limite emergencial, PIX, transferências e pagamentos de boletos, depósitos e saques; (ii) Seguros, onde são oferecidos ao cliente, além do tradicional seguro prestamista uma série de opções de seguros criando um portfólio completo em parceria com a Too Seguros; (iii) Investimentos, onde são disponibilizadas opções de investimentos agregando um componente importante de educação e planejamento financeiro e (iv) Marketplace, uma solução que visa facilitar a compra de bens de consumo, através da integração dos múltiplos canais do Banco, agregando benefícios e acesso a crédito, ampliando o engajamento dos clientes e posicionando o PAN como o melhor assistente de consumo e crédito.

A estratégia está baseada em 4 grandes pilares: (i) construir uma jornada integrada para o cliente, conectando nossos múltiplos canais, gerando maior recorrência; (ii) avançar na experiência dos clientes, investindo em nosso aplicativo e garantindo um melhor serviço aos usuários; (iii) aprimorar constantemente nossa expertise de crédito, agregando mais informações às nossas análises e (iv) posicionar a marca PAN como um banco que desenvolve soluções inteligentes para os clientes, com produtos direcionados e personalizados.

Nesse sentido, as aquisições recentes fazem parte desta estratégia. A Mosaico, proporciona a melhor assessoria de consumo, impulsionando a oferta de crédito contextualizada. Por meio da melhor experiência in-app, oferecendo comparador, alerta e histórico de preços, avaliação de produtos, dentre outras ferramentas. Através da Mobiauto, o PAN segue melhorando o ecossistema de financiamento de veículos, com evoluções importantes na análise de risco de crédito e aperfeiçoamento do UX. Estabelecendo um processo de concessão de crédito mais ágil e fácil.

Em 31 de março de 2023, o Banco possuía 25,2 milhões de clientes, sendo 67% destes ativos. Além disso, o volume de clientes transacionais com produtos de crédito – ou seja, os clientes que apresentam maior rentabilidade para o PAN, passou de 5,4 milhões ao final de 2021 para 7,1 milhões no primeiro trimestre de 2023.. Considerando a base total de clientes, este número saltou de 9,8 milhões em 2021 para 13,2 milhões em março de 2023. Desde 2011, foram concedidos pelo PAN mais de R\$ 285 bilhões em crédito para o varejo e, em 31 de março de 2023, a carteira de crédito retida somava mais de R\$ 39,3 bilhões.

O Banco PAN é uma companhia aberta, listada no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), tendo sido controlada conjuntamente de 2011 até 19/05/2021 pelo BTG Pactual e pela CAIXAPAR, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal. Após referida data, o BTG Pactual tornou-se o único acionista controlador, uma vez que a CaixaPar reduziu a zero sua participação acionária e deixou de ser acionista. O Banco possui sólida estrutura de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

capital inteiramente composta por 15,8% de Capital Principal no final do primeiro trimestre de 2023

Principais indicadores financeiros e operacionais

As tabelas a seguir apresentam um resumo das informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais indicados:

	R\$ MM	1T23	1T22	2022	2021	2020
DRE	Margem Financeira Gerencial	1.947	1.799	7.487	6.662	5.376
	Lucro Líquido (ex ágio) ¹	193	195	773	775	656
Desempenho	Margem Financeira Gerencial (% a.a.) ²	18,0%	17,5%	16,7%	18,5%	19,0%
	ROE (% a.a.) ¹	11,6%	13,3%	12,2%	13,9%	12,8%
	(ex ágio)					
	ROE (% a.a.) ³	13,2%	15,5%	14,1%	19,5%	21,4%
	(ex ágio e ex CDB legado)					
ROE (% a.a.) ⁴	15,0%	17,8%	16,0%	4,1%	4,5%	
(ex ágio, ex CDB legado e ex excesso de CTPJ)						
Despesa de PDD Líquida/ Carteira Média	4,9%	5,7%	5,5%	18,5%	19,0%	
Balanço	Ativos Totais	57.078	51.738	56.134	47.904	38.524
	Carteira de Crédito Total	39.311	36.243	39.03	34.896	28.907
	Captação de Recursos	38.492	36.189	36.651	34.730	27.026
	Patrimônio Líquido	7.812	7.672	7.706	5.799	5.317
	Índice de Basileia	15,8%	16,5%	15,6%	15,4%	15,9%
Ações	Lucro Líquido por Ação ¹ (R\$)	0,15	0,15	0,60	0,64	0,54
	Valor Patrimonial por Ação (R\$)	5,98	5,87	5,90	4,81	4,41
	Valor de Mercado (R\$ MM)	6.662	13.795	7,929	12,870	11,235
Outros	Clientes Totais (MM)	25,2	19,4	23,7	17,1	7,6
	Originação de Varejo (R\$ MM)	7.659	5.983	29.633	26.183	22.532
	Créditos Cedidos (R\$ MM)	3.636	1.774	11.988	9.069	7.484
	Colaboradores (apenas PAN) (#)	2.892	3.022	2.820	3.140	2.497
	Correspondentes Bancários (#)	1.147	882	1.053	827	774
	Lojas Multimarcas e concessionárias (#)	20.262	18.777	19.904	18.648	16.000

¹ A partir do 2T22, o lucro e ROE são divulgados considerando o impacto da amortização do ágio

² Desconsidera excesso de caixa

³ Ajuste considerando o CDB legado

⁴ Ajuste considerando o excesso de crédito tributário de prejuízo fiscal

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Principais segmentos de atuação

Banco Transacional

O Banco realiza constantes investimento na melhoria de UX dentro dos múltiplos canais oferecidos, fornecendo uma experiência completa para os clientes, atendendo suas necessidades diárias de forma inteligente, personalizada e contextualizada. Dessa forma, o PAN mantém fortes níveis de engajamento e recomendação.

Ao final do primeiro trimestre de 2023, sua base somava 25,2 milhões de clientes, um aumento de 8% referente ao mesmo período do ano anterior. A ativação foi de 67%, com um cross-sell index de 2,1 produtos por cliente ativo.

O PAN concluiu o primeiro trimestre de 2023 com mais de 7,4 milhões de contas com chave PIX e R\$22 bilhões em TPV, aumento de 12% referente ao ano anterior. Além disso, registrou 13,2 milhões de clientes com crédito, aumento anual de 23%.

Crédito Consignado e FGTS

O Banco PAN possui uma trajetória bem-sucedida no mercado de crédito consignado, com foco em empréstimos e cartões de crédito para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS.

No primeiro trimestre de 2023, o Banco manteve sua participação relevante no mercado de empréstimo de FGTS (antecipação do saque aniversário), bem como empréstimo consignado (empréstimo pessoal, cartão de crédito e cartão benefício).

A carteira total de empréstimos consignados terminou o primeiro trimestre de 2023 com um saldo de R\$ 10.604 milhões, comparado a R\$ 9.563 em 2021. O portfólio de cartão de crédito consignado fechou este trimestre em R\$ 5.083 milhões, 134% acima dos R\$ 2.173 milhões da carteira ao final do ano anterior.

A carteira de empréstimo do FGTS terminou o primeiro trimestre de 2023 em R\$ 1.964 milhões, comparado a R\$ 3.737 milhões em 2021.

Veículos (Leves Usados e Motos Novas)

Como uma das principais plataformas de financiamento de veículos no Brasil, o Banco tem alavancado seu market share através de canais digitais, com foco no financiamento de veículos usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas. Além disso, a aquisição da Mobiauto segue mostrando-se rentável, com aumento da receita e do número de veículos anunciados na plataforma. O PAN investe na melhoria contínua de sistemas e serviços, assegurando a melhor experiência para seus clientes e lojistas, reforçando seu engajamento e expandindo o ecossistema.

Além disso, com o Auto PAN (Car Equity) no app, o Banco é capaz de verificar a elegibilidade dos veículos dos clientes em tempo real. Dessa forma, é possível expandir a oferta para toda a sua base, escalando os produtos com margens maiores e um risco de crédito controlado.

A carteira de crédito de veículos concluiu o primeiro trimestre de 2023 com saldo de R\$ 17.830 milhões, um aumento de 20% comparado aos R\$ 14.885 milhões de 2021.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Empréstimo Pessoal

O empréstimo pessoal é uma ferramenta fundamental no cotidiano do cliente, que em diversos momentos enfrenta a necessidade de complementar seu fluxo de caixa, fazer investimentos pontuais e cobrir necessidades do dia a dia.

Desde o final de 2021, o Banco PAN manteve uma postura mais conservadora também nessa linha de crédito, devido ao cenário macroeconômico. Ao final de março de 2023, esta carteira atingiu um saldo de R\$ 342 milhões, comparado a R\$ 470 milhões em 2021.

Seguros

Seguindo sua estratégia de diversificação, a oferta de seguros é importante para assegurar um portfólio completo, engajando seus clientes e impulsionando seu cross-sell. O Banco continuará com desenvolvimentos para manter a constante evolução de sua plataforma com modelo one-stop-shop e produtos totalmente disponíveis no app.

Ao final do primeiro trimestre de 2023, o PAN somava 2,4 milhões de clientes com seguro, 68% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Neste trimestre, foram originados R\$196 milhões em prêmios de seguro, versus R\$131 milhões em 1T22.

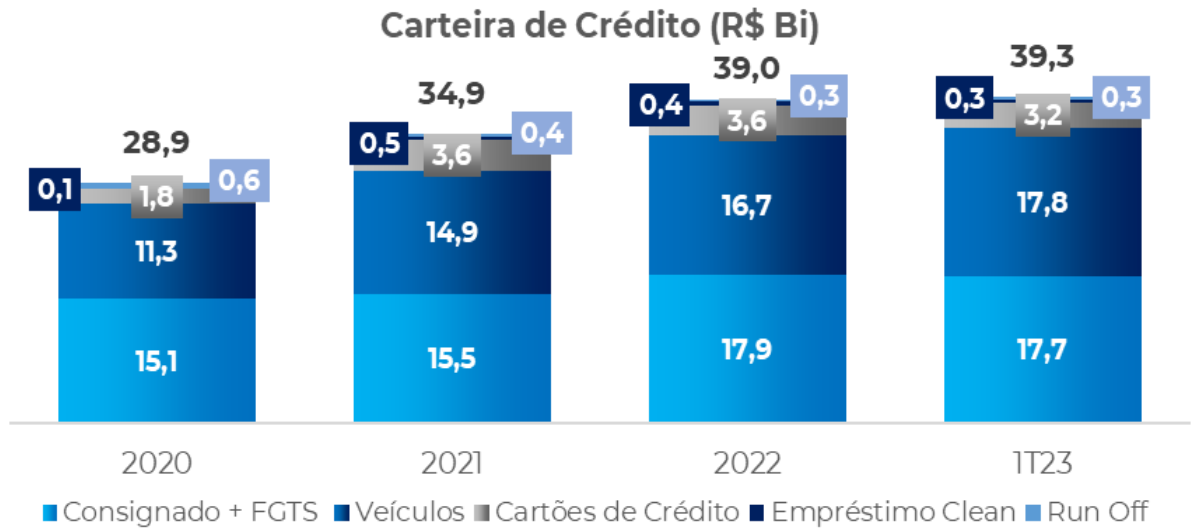
Investimento

O Banco PAN oferece um CDB de baixo risco (PoupaPan) com liquidez diária. Este produto está disponível no app e tem rendimento superior à poupança, produto amplamente utilizado por seus clientes em outras instituições financeiras, atualmente concentrado nos maiores bancos brasileiros.

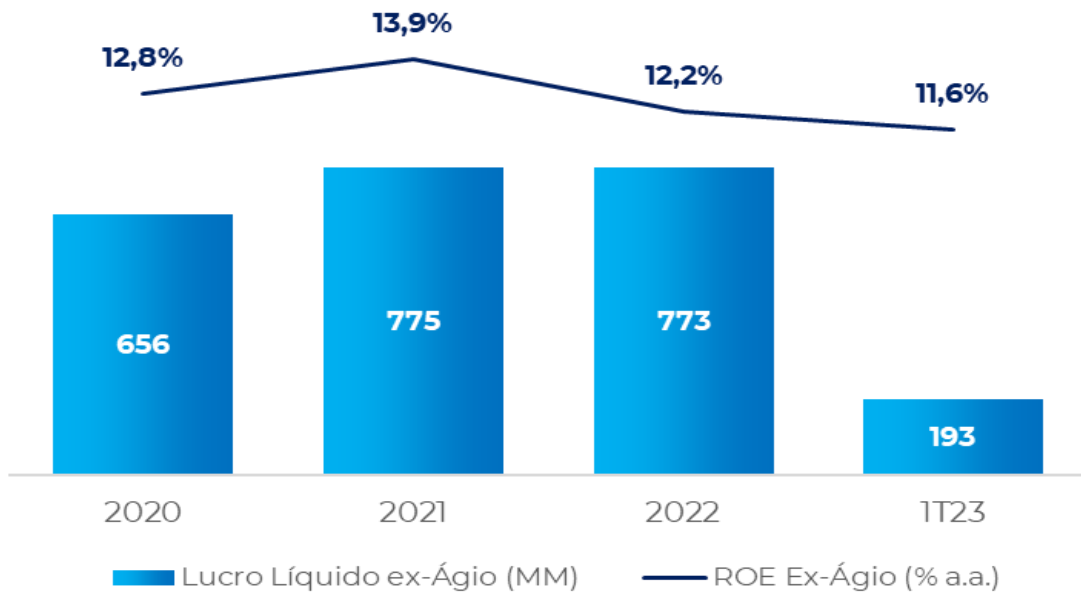
Não obstante, sua estratégia de aumento do engajamento os direciona para a disponibilização, em breve, de novos produtos de investimentos e benefícios, especialmente considerando o fluxo de clientes com maior renda da Moisaco.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

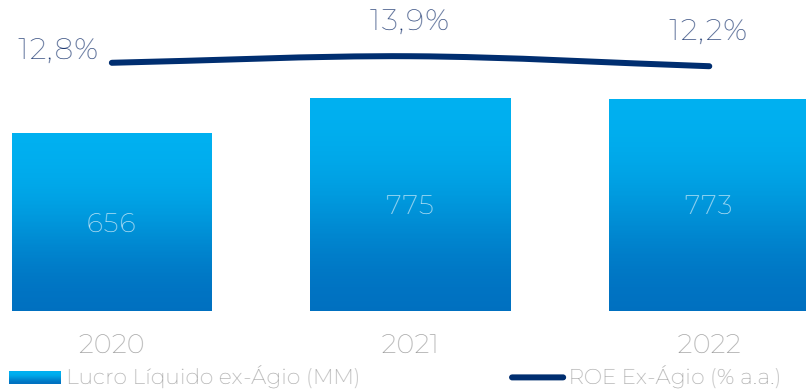
Evolução da Carteira de Crédito (R\$ bi)



Lucro Líquido e ROAE (% a.a.)



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Ao comparar o saldo da Carteira de Crédito de 2022 ao saldo das operações de crédito da carteira do Sistema Financeiro Nacional ("SFN"), divulgada pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), para dezembro de 2022, possuíamos um market share de 5,5% do mercado de crédito consignado (público + INSS), 17,1% do mercado de empréstimo FGTS, 10,1% do setor de financiamento de veículos e 1,7% do mercado de cartões de crédito.

Rede de distribuição *asset light* e pronta para dar continuidade no crescimento

O Banco PAN desenvolveu ao longo dos anos uma ampla rede de distribuição, baseada no relacionamento comercial com um número expressivo de parceiros para atuar na oferta de crédito consignado e no financiamento de veículos e motos.

Além disso, o PAN está presente em todo território nacional com uma estrutura *asset light*, atuando via plataformas digitais, com mais de 1.140 correspondentes bancários, e mais de 20 mil lojas de veículos multimarcas e concessionárias.

O Banco está conectado também com novos parceiros comerciais, especialmente aqueles nativos digitais através de Open API (Application Programming Interface), agregando assim maior capacidade de originar créditos. Esta estrutura aberta confere vantagem competitiva para escalar a carteira de crédito com custo baixo e qualidade na origem.

Base de clientes robusta combinada com oferta de produtos escaláveis digitalmente e ferramentas de CRM eficazes

O banco de dados do PAN possui uma extensa base de clientes, provenientes do longo histórico de concessão de crédito visto que, desde 2011 até março de 2023, foram originados aproximadamente R\$ 292 bilhões em novas operações. A crescente oferta de produtos e serviços é parte fundamental para o aumento do fluxo orgânico de clientes que buscam oportunidades financeiras atrativas, impactando diretamente na redução do custo de aquisição de novas contas digitais. Em março de 2023, o PAN possuía 25,2 milhões de clientes.

Desde 2018, as iniciativas de analytics são centralizadas, com o intuito de aumentar a sinergia de dados e técnicas de modelagem, além de disseminar a cultura *data driven* na instituição. Ademais, o Banco passou a interagir com agentes externos (consultorias, eventos de *hackathons*, startups e universidades) para desafiar os modelos implementados e co-criar novas soluções.

A partir de 2021, foi iniciado um projeto de construção de um novo banco de dados que pudesse suportar o crescimento das nossas estratégias de aquisição digital e rentabilização dos produtos. Hoje, o PAN possui um *data lake* que unifica as informações de seus produtos, rodando 100% em cloud o que nos permite disseminar as informações entre os times e automatizar os mais

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

diversos processos de *growth* e segmentação de clientes, além de análises que sustentam a tomada de decisão para o crescimento do negócio.

Expertise em crédito e utilização de soluções analíticas para engajamento e monetização

O Banco PAN possui longo histórico e experiência na análise e concessão de crédito, para produtos com ou sem garantia. Esta experiência aliada à tecnologia permite ampliar a eficiência de seu processo de avaliação, resultando em aprovações mais assertivas baseadas em três pilares: (i) grau de risco do cliente, (ii) nível de endividamento global e (iii) risco da operação/segmento.

Nos últimos cinco anos, o Banco tem evoluído em soluções analíticas, migrando de modelagens tradicionais para técnicas mais robustas, utilizando *machine learning e deep learning* para melhorar suas ferramentas de análise de crédito, sendo capaz de melhorar a eficiência do processo de subscrição de crédito, resultando na capacidade de melhorar a qualidade da carteira e determinar com mais precisão os termos de suas transações de empréstimo.

Atualmente, o PAN conta com 36 modelos na análise de crédito, dos quais 22 foram desenvolvidos utilizando ferramentas de inteligência artificial.

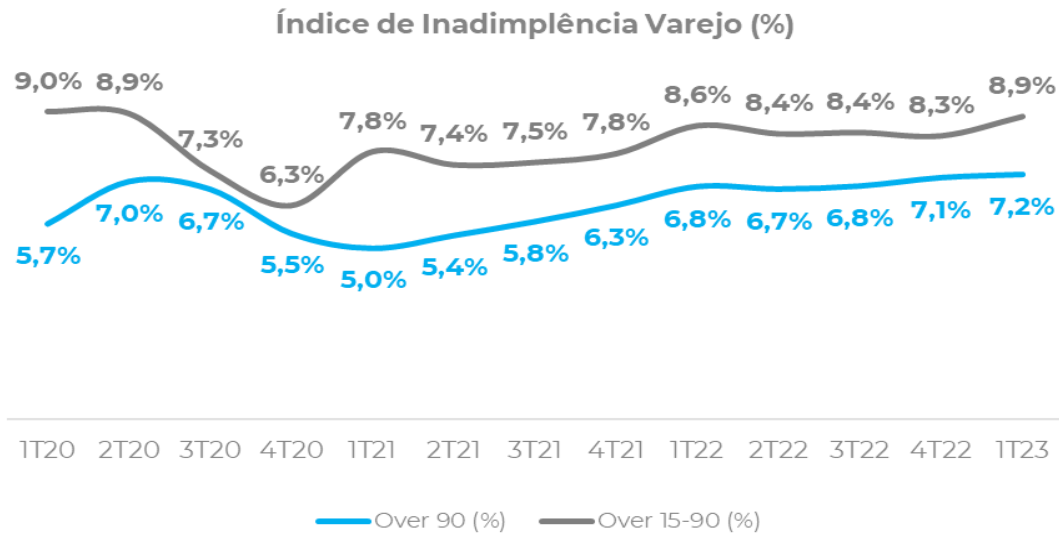
Para aplicação desses modelos, são utilizadas mais de 1.100 variáveis estruturadas e não estruturadas, capturadas nas interações com seus clientes e com o auxílio de parceiros externos. O Banco evoluiu de uma metodologia que consistia, basicamente, na análise do histórico de crédito do cliente, para modelos com abordagem mais ampla, que contemplam, desde o perfil de consumo, histórico de consumo de produtos financeiros no mercado – via informações da central de riscos (SCR) e cadastro positivo, histórico de consumo no e-commerce, até dados socioeconômicos, histórico empregatício e geolocalização do cliente.

Tal evolução propiciou incremento na taxa de aprovação, melhorias nos processos de concessão e manutenção de limites, evolução na automação dos processos de decisão na concessão de crédito e redução nos indicadores de inadimplência, com processos de monitoramento mensal, semanal e diário dos modelos.

Evolução da Inadimplência da carteira de varejo (atrasos 15-90 dias e acima de 90 dias) (atualizar)

Ao final do primeiro trimestre de 2023, o indicador mais curto de inadimplência, de 15 a 90 dias de atraso, atingiu 8,9%, enquanto o indicador de atraso acima de 90 dias alcançou 7,2%. Os índices de inadimplência permanecem estáveis devido à postura conservadora na concessão de crédito nos últimos meses e ao portfólio 91% colateralizado.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Assertividade na Cobrança

A robusta estratégia de recuperação de crédito é orientada por profissionais experientes e por modelos analíticos que utilizam ferramentas de inteligência artificial que, por sua vez, avaliam a propensão de pagamento do cliente e sua capacidade financeira em relação à dívida contratada.

São utilizados modelos de *collection scoring*, baseados em múltiplas variáveis e com uso *de machine learning* para segmentação do público em clusters para: (i) ofertas personalizadas de desconto; (ii) produtos de renegociação (refinanciamento de contrato ou parcelamento de dívida em atraso); e (iii) ações conciliatórias e judiciais, bem como o melhor canal de acionamento.

Desta forma, viabiliza-se a identificação de clientes com maior capacidade de pagamento, clientes com reativação do consumo ou até superendividados, o que possibilita a implementação de campanhas de descontos customizadas e disponíveis nos diversos canais de atendimento ativos e receptivos.

Essa orientação por *collection score* permitiu definir múltiplas possibilidades de ofertas e recomendações nas interações humanas e digitais com o cliente, através de integrações (Open API) que permitem a negociação e disponibilização do boleto de pagamento de forma automática.

Para as ações conciliatórias e judiciais, também foram implementadas estratégias orientadas por variáveis comportamentais e econômicas que definem os clusters de clientes que exigem procedimentos específicos de cobrança, incluindo execução de garantias. Esta estratégia é suportada por workflow (open API) que permite um acompanhamento dinâmico e definição de ações em cada etapa do processo.

O Banco possui uma plataforma de cobrança digital que oferece para o cliente negociações e parcelamentos de dívidas, assim como campanhas de desconto, de forma rápida e prática. Todos esses processos ocorrem através de um ecossistema completo de cobrança digital, construído com base no conceito *omnichannel*, buscando conectividade ampla, comunicação integrada e personalizada no atendimento.

São disponibilizados também conteúdos, jornadas adaptativas para engajar o cliente, atendimento consultivo, *chatbot*, ambiente multicanal e receptivo centralizado para prover ao cliente a melhor experiência e seu empoderamento.

O ecossistema contempla uma série de aplicações, a saber:

(i) Renegocie: Plataforma prática e segura, com ofertas personalizada e disponibilidade integral.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- (ii) Jornadas Preditivas: Presença desde o início da relação cliente e banco, visando melhor experiência e formando um elo de identificação.
- (iii) Operação Multicanal: Forte presença nos micromomentos, deixando o cliente como decisor do canal de atendimento.

Altos padrões de gestão e governança corporativa

O Banco PAN possui um robusto padrão de governança corporativa e, para manter sua posição de destaque, busca continuamente recrutar e manter profissionais experientes, habilitados e focados em resultados. O Banco conta com uma equipe extremamente motivada, que combina executivos e gestores experientes e jovens, recrutada com o objetivo de fortalecer seu DNA.

Além disso, o Banco conta com uma equipe bastante diversificada e com experiência em todas as áreas do sistema financeiro brasileiro, com profundo conhecimento em produtos e serviços bancários, investimentos e tecnologia. Como resultado, o Banco é capaz de conhecer as necessidades de seus clientes, de modo a impulsionar seu crescimento. O Banco acredita ainda que suas realizações refletem o foco orientado para a inovação, inculcando aos profissionais uma paixão por servir clientes e com o objetivo de revolucionar o mercado financeiro brasileiro.

Paralelamente, a listagem no segmento Nível 1 da B3, aliada à adoção voluntária de práticas de governança aplicáveis ao Novo Mercado, faz com que o Banco PAN adote altos padrões de governança corporativa, direitos de acionistas e independência do Conselho de Administração, além de requisitos rigorosos de relatórios financeiros.

Capacidade de ampliação do funding para suportar o crescimento da carteira de crédito

O Banco PAN tem aplicado sua capacidade de captação de recursos no mercado, sempre pautados na robustez de seus resultados. Somado a isso, o mercado brasileiro vem passando por uma ampla transformação, onde observa-se a abertura de plataformas independentes de investimento, além de oferta de produtos de terceiros pelos grandes bancos do país.

O PAN acredita que o aumento dos números de correntistas com o avanço da conta digital irá contribuir para o fortalecimento da base de captação, reduzindo o custo de funding, uma vez que que irão beneficiar-se da receita de floating dos depósitos à vista mantidos pelos clientes em conta corrente. Além disso, a composição da carteira de crédito, com parte relevante de créditos consignados e financiamentos de veículos e motos, permite acesso ao mercado de capitais através da securitização, ampliando as alternativas da estratégia de captação de recursos.

Desenvolvimento tecnológico e abordagem centrada no cliente

O Banco PAN possui um time formado por profissionais com diferentes expertises, com foco na evolução dos modelos de gestão e desenvolvimento de produtos. Estão presentes profissionais com profundo conhecimento na área de negócios, designers com experiência em desenvolvimento de interfaces amigáveis, pesquisadores que coletam e analisam dados relacionados às necessidades do cliente, *product owners (PO's)* que auxiliam na priorização, estratégia e desenvolvimento dos canais digitais, além de profissionais de acessibilidade e design system.

Em relação à metodologia de criação e desenvolvimento de produtos, são priorizados os interesses e necessidades do cliente, seja ele parceiro comercial ou cliente final. Neste sentido, o processo de criação de produtos é centrado no usuário. Neste sistema *user centric*, os usuários são envolvidos em todas as etapas de desenvolvimento do produto, por meio de diversas técnicas de pesquisa, que testam a acessibilidade e a entrega efetiva de valor agregado. Processos de design *thinking e double diamond*, amplamente conhecidos no mercado, fazem parte do cotidiano da área de produtos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Dessa forma, são utilizados diversos métodos e ferramentas com o intuito de alcançar a melhor experiência do cliente em todos os contextos reais de uso, para que o produto final atenda às necessidades às suas necessidades e permita a contratação de crédito ou serviço, materializando a monetização e a rentabilização do negócio.

Após a validação com o cliente, inicia-se o processo focado em metodologias ágeis. O modelo de desenvolvimento utilizado é o *scrum*, respeitando as etapas previstas no método original, tais como *daily*, *planning*, refinamentos, retrospectiva e review. Além disso, desde 2018 os times internos foram reorganizados em *squads*, seguindo as tendências mais recentes no mercado. As equipes multidisciplinares contam com a presença de PO's, UX designers, *scrummasters*, tech leads e desenvolvedores.

São realizados também menores lançamentos, conhecidos como MVPs (mínimo produto viável), com o intuito de validar hipóteses de valor. O produto mais enxuto é apresentado mais rápido ao cliente, o que permite evoluí-lo com base nos resultados e necessidades apresentadas.

Ademais, o Banco investe em um processo de design escalável com alto ganho em produtividade e agilidade, conhecido no mercado como design system. Este método permite desenvolver produtos digitais a partir de padrões pré-definidos (estudados e testados), com documentação de fácil entendimento.

Tudo isso se traduz em fortes métricas de engajamento, com um percentual relevante de clientes ativos. Para a estratégia do Banco Pan, a ativação de clientes é um dos objetivos mais importantes, pois constitui passo fundamental para estabelecer uma forte posição de negócios com recorrência de receitas, escala e monetização adequada.

Tecnologia de primeira linha

O Banco PAN considera a tecnologia com um forte pilar estratégico para a condução e crescimento exponencial de seus negócios. Dessa forma, são realizados investimentos constantes na automação e modernização dos sistemas e processos para permitir maior escalabilidade, confiabilidade, segurança e performance.

Desde 2015, a utilização de cloud faz parte da sua estratégia de tecnologia. Os canais digitais estão em cloud e isto permite uma maior flexibilidade, agilidade e capacidade de processamento. O ambiente em cloud concentra atualmente cerca de 80% do processamento dos sistemas, sendo que a infraestrutura contratada é de alta disponibilidade, utilizando os serviços de balanceamento e replicação de dados entre zonas do provedor de cloud.

A comunicação entre a cloud e o data center ocorre através do serviço Connect Direct da Amazon Web Services (AWS) e circuitos de dados dedicados (L2L), com nível de serviço de 100% com redundância configuradas e alta disponibilidade.

O Banco possui uma arquitetura de sistemas moderna e integrada baseada em microsserviços que possibilita uma alta flexibilidade e velocidade na implementação das soluções. Adicionalmente, o PAN tem uma estrutura de Open API para permitir a integração com sistemas de parceiros, de forma a originar negócios e resultando em melhorias para seus serviços. Atualmente, já existem APIs integradas a parceiros em todos os produtos oferecidos.

Ainda, houve o aumento do uso de dados, com arquitetura tecnológica e estrutura de armazenamento e processamento de dados (data lake). Para suprir a forte demanda dos cientistas de dados, o banco investe constantemente na evolução do data lake. Esta arquitetura de dados permite desenvolver análises robustas sobre o perfil dos clientes e com isto, oferecer produtos e serviços mais simplificados e eficientes.

Mercado e arcabouço regulatório favorável

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Banco PAN acreditamos que, de forma geral, o Brasil é um país com grandes oportunidades de crescimento na oferta de produtos e serviços financeiros. O país tem população de mais de 200 milhões de habitantes e é uma das dez maiores economias do mundo, medida pelo PIB. Além disso, a população se beneficia cada vez mais com a tecnologia (inclusive por meio do uso de smartphones) e está aberta a uma nova relação banco-cliente que tende a impulsionar essa mudança tecnológica. Através da rede de parceiros, o PAN faz-se presente em quase todo o território brasileiro e o avanço de sua plataforma multicanais, com produtos diversificados e colateralizados, ajuda a potencializar seu crescimento e transacionalidade.

Estratégias

Consolidar o PAN como um Ecossistema completo e universal, indo além do crédito

Pautado na expertise em crédito, portfólio diversificado e múltiplos canais, o Banco PAN acredita em sua eficiência na oferta de soluções completas para seus clientes, que não se limite apenas aos produtos de crédito, mas contemple também todos os serviços financeiros que estão presentes em seu dia a dia, com ferramentas simples e personalizadas.

O PAN entende que nossa plataforma e os serviços oferecidos estão sempre em constante desenvolvimento e buscamos aproximar-se de seus clientes, prove as ferramentas necessárias para ajudá-lo a superar os seus desafios, participando e desenvolvendo soluções para todos os brasileiros.

Sua estratégia de monetização tem o crédito como o principal pilar, contudo, o Banco entende que o engajamento de seus clientes envolve também seus demais produtos e serviços, potencializando assim o cross-sell e up-sell.

Aumentar a eficiência e diversificar os canais de originação B2B2C

Com os investimentos em inovação e simplificação de seus processos, o PAN avançou na estratégia de originação de crédito, criando uma ampla rede de distribuição nos modelos de negócios B2B2C, com o propósito de ser o melhor banco para seus parceiros comerciais. A introdução de tecnologias, como por exemplo a formalização digital, permite a expansão da capilaridade da originação através dos parceiros atuais e daqueles que virão no futuro, principalmente os nativos digitais, e a ampliação da fidelização dos parceiros pelo menor custo de operação e melhor experiência. Além disso, essas inovações trazem reduções no custo de originação e *servicing* não só para o Banco, como também para seus parceiros, incluindo redução de fraude e ações cíveis.

Atualmente, a ferramenta de formalização digital com assinatura via biometria facial possibilita a contratação do crédito à distância, através de plataforma *omnichannel*, que permite ao cliente iniciar o processo de solicitação do crédito através de um dispositivo (ex. computador) e terminar em outro (ex. smartphone), gerando escalabilidade com segurança em função da tecnologia embarcada. Essas tecnologias melhoram a eficiência e lucratividade, resultando em economia de custos, maior segurança e maior agilidade, tornando melhor a experiência de todas as partes envolvidas na transação.

Ademais, as técnicas avançadas de modelagem, como *Machine Learning e Analytics*, possibilitam a análise individual do risco de crédito do cliente e viabilizam maior assertividade na oferta de produtos e serviços para cada cliente.

Com isso, o Banco acredita poder capturar importantes ganhos de produtividade e eficiência, mantendo sua posição de destaque nos mercados em que atua e, ao mesmo tempo, agregando novos produtos e serviços ao seu portfólio.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Escalar a atuação B2C

Com um portfólio completo de crédito e serviços, o Banco PAN tem como missão simplificar a vida das pessoas, fornecendo soluções financeiras personalizadas, inovadoras e inteligentes. Com seu longo e bem-sucedido histórico em crédito, o PAN está presente no dia a dia de seus mais de 25 milhões de clientes, investindo em UX e melhorando seus produtos enquanto mantém um negócio rentável e sustentável.

Desde 2020, quando a conta corrente foi lançada, seus canais de distribuição e portfólio de produtos tem sido impulsionado. Importantes melhorias têm sido entregues aos clientes ao longo dos últimos três anos, com a remodelagem do negócio e posicionamento do PAN como um banco diversificado e universal, preparado para entregar uma proposta única para seus clientes, com a mais completa oferta de crédito entre os neobanks brasileiros e um marketplace com ferramentas exclusivas e soluções integradas de crédito.

Assim, o Banco oferece uma plataforma one-stop-shop completa com sua conta digital, o que garante um envolvimento de longo prazo dos clientes já existentes e cria o ambiente ideal para aumentar a base de clientes B2C. O Banco acredita que a conta digital tem uma capacidade única de atrair novos clientes, especialmente devido a oferta de diversos produtos e através de múltiplos canais, provendo créditos e serviços financeiros de forma personalizada e contextualizada.

Além disso, a grande parte da originação de crédito formalizada digitalmente suporta a expansão da plataforma B2C e agrega um fluxo constante de novos clientes que, posteriormente, poderão acessar outros produtos, intensificando o engajamento e aumentando as oportunidades de cross-sell e upsell.

Mesmo com a abordagem conservadora na emissão de novos cartões de crédito desde o final de 2021, o Banco reconhece essa ferramenta como importante forma de atração, engajamento e monetização de seus clientes. O uso assertivo de dados é uma grande vantagem da Conta Digital, permitindo que os modelos de crédito e pricing sejam ainda mais personalizados em taxas e limites, entregando exatamente aquilo que o cliente precisa.

O PAN tem sua estratégia baseada em 4 grandes pilares: (i) construir uma jornada integrada para o cliente, conectando seus múltiplos canais, gerando maior recorrência; (ii) avançar na experiência dos clientes, investindo em seu aplicativo e garantindo um melhor serviço aos usuários; (iii) aprimorar constantemente sua expertise de crédito, agregando mais informações às suas análises e (iv) posicionar-se como um banco que desenvolve soluções inteligentes para os clientes, com produtos direcionados e personalizados.

Nesse sentido, suas aquisições recentes fazem parte desta estratégia. Com a Mosaico, o PAN proporciona a melhor assessoria de consumo, impulsionando a oferta de crédito contextualizada. Por meio da melhor experiência in-app, o Banco disponibiliza comparador, alerta e histórico de preços, avaliação de produtos, dentre outras ferramentas.

Já através da Mobiauto, o PAN está continuamente melhorando sua linha de financiamento de veículos. Com isso, recentemente, uma abordagem inovadora para análise de risco de crédito foi desenvolvida e implementada, aperfeiçoando o UX e estabelecendo um processo de concessão de crédito mais ágil e fácil.

Estar pronto para crescer em um ambiente cada vez mais competitivo

O Banco PAN entende que o mercado está em constante evolução e cada vez mais competitivo. Nesse sentido, o Banco possui uma cultura incansável de melhoria, buscando constante desenvolvimento e com sua estratégia baseada em alguns pilares:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- (i) **Pessoas e ambiente de trabalho:** Em 2022, o PAN ficou entre as 5 melhores instituições financeiras brasileiras para trabalhar - de acordo com a GPTW - e, pela terceira vez consecutiva, entrou no ranking de melhores empresas para as mulheres trabalharem - sendo o segundo colocado entre bancos. Neste mesmo ano, garantiu o 1º lugar entre os bancos nos rankings LGBTI+ e étnico-racial. Além disso, desde 2021, o banco é certificado pela "Top Employer" - organização que avalia as melhores práticas de recursos humanos internacionalmente. Para mais de um pacote de remuneração e benefícios diferenciado, o PAN conta com incentivo constante ao desenvolvimento, programas de saúde e bem-estar, reconhecimento, intraempreendedorismo, diversidade e inclusão e cultura como diferencial estratégico. Além dos rankings de diversidade da GPTW, em 2023 o banco entrou na lista de destaques em Diversidade e Inclusão no setor financeiro, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e divulgada pela Época Negócios - que avalia os principais indicadores e iniciativas relacionadas ao tema, que contemplam: metas de representatividade, ações de capacitação e conscientização, grupos de afinidade, compromissos públicos firmados, programas de contratação e desenvolvimento afirmativos e governança estruturada.
- (ii) **Organização digitalmente orientada (negócios e tecnologia):** o Banco PAN é uma organização digitalmente orientada, *data driven*, *client centric*, e incansável nas entregas em soluções tecnológicas para seus clientes e parceiros.
- (iii) **Diferenciação e inovação:** o PAN possui histórico de inovação nos produtos em que atua, além de constantemente buscar o desenvolvimento de novos negócios. Em 2019, um time dedicado para buscar novos negócios e parcerias foi estruturado, em linha com seu posicionamento atual e constante desenvolvimento e melhorias.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

As atividades do Banco PAN são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações contábeis:

Bancário

Este é o segmento mais relevante das atividades do Banco PAN e engloba as atividades de crédito consignado, financiamento de veículos e motos, cartões de crédito, bem como a venda de seguros, conforme detalhado abaixo. Além disso, possui linhas de negócios em descontinuidade que são pouco relevantes atualmente, como crédito corporativo e crédito imobiliário.

- i. Crédito consignado
 - a. Empréstimo
 - b. Cartão de Crédito
- ii. Financiamento de Veículos
 - a. Leves usados
 - b. Motos novas
- iii. Cartão de Crédito Convencional
- iv. Seguros
- v. Marketplace
- vi. Linhas de Negócios em descontinuidade
 - a. Crédito corporativo
 - b. Plano Empresário (crédito imobiliário para pessoa jurídica)
 - c. Crédito Imobiliário (home equity)

Securitização

Este é um segmento que abrange as atividades de aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de CRI pulverizados, assim como a prestação de serviço para emissão de CRI e CRA estruturados; sem que tenha havido estratégia do Banco PAN realizar emissões desde 2017.

Consórcio

Este é um segmento descontinuado pela instituição em 2020, permanece sobre a responsabilidade do grupo somente os grupos encerrados, uma vez que no segundo trimestre de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração dos grupos de consórcio que estavam ativos.

Marketplace

Segmento iniciado em 2021, alinhado com a estratégia de se obter uma plataforma completa e integrada aos serviços e produtos bancários, com oferta de crédito através da compra contextualizada. O processo de incorporação da Mosaico, que operacionaliza este segmento, é iniciado em 2021 e finalizado em 2022 após aprovação dos órgãos reguladores.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita por segmento de atuação (R\$mil)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Financeiro	9.591.173	99,93%	10.476.226	99,88%	14.220.563	99,93%	3.867.923	99,97%
Outros e Eliminações	6.302	0,07%	12.704	0,12%	10.139	0,07%	1.163	0,03%
Total	9.597.475	100,00%	10.488.930	100,00%	14.230.702	100,00%	3.869.086	100,00%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Receita por segmento de atuação (R\$mil)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Financeiro	655.569	100,0%	774.576	100,0%	706.108	100,0%	172.258	100,00%
Outros e Eliminações	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	655.569	100,0%	774.576	100,0%	706.108	100,0%	172.258	100,00%

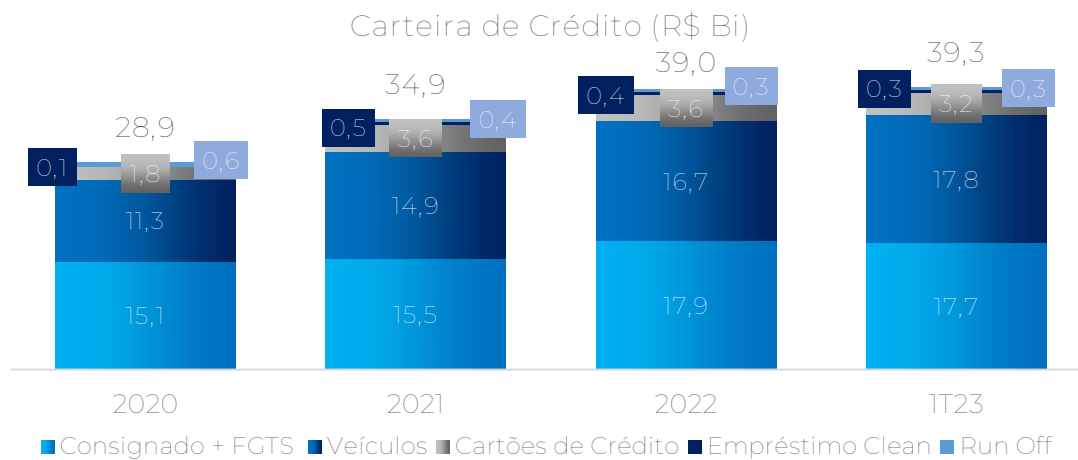
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

A concessão de crédito é a atividade mais relevante e suas receitas são geradas a partir dos juros cobrados bem como das tarifas atreladas a cada contratação de operação de crédito. Os principais produtos de crédito são: crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito e empréstimos pessoais, potencializados por uma conta digital que permite a contratação de diversos produtos e serviços, de forma personalizada e contextualizada.

O gráfico abaixo mostra a composição da carteira de crédito no encerramento dos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 1T23:



A tabela abaixo mostra a carteira de crédito total por tipo de empréstimo nas datas indicadas:

	2020	2021	2022	1T23
Crédito Consignado	13,008	9,563	10,498	10,604
Empréstimo FGTS	-	3,737	2,944	1,964
Financiamento de Veículos	11,299	14,885	16,741	17,830
Cartão de Crédito Consignado	2,032	2,173	4,476	5,093
Cartões de Crédito	1,772	3,649	3,611	3,153
Empréstimo Pessoal	74	470	429	342
Outros	723	419	332	332
Total	28,907	34,896	39,036	39,311

Conta Digital

O PAN confere aos clientes acesso a uma conta corrente completa: 100% digital, sem tarifa de manutenção, com cartão múltiplo sem anuidade, um dos melhores PIX do mercado, saques na Rede 24 horas, pagamento via débito automático, cartão virtual, portabilidade de salário, além de diversos produtos de crédito e outros serviços.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além disso, o PAN acredita que a disponibilização de um portfólio diversificado de produtos e serviços financeiros através de múltiplos canais é essencial para atender às demandas dos clientes de forma contextualizada e personalizada.

Desse modo, o Banco mantém constantes investimentos em UX, com melhorias contínuas na satisfação dos usuários, garantindo uma experiência única de assessor de produtos e serviços financeiros. Assim, o PAN fortalece os pilares necessários para garantia de elevados níveis de recorrência e recomendação.

Crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito) e FGTS

Em julho de 2021, o Banco PAN passou a oferecer também em sua plataforma a antecipação do saque-aniversário do FGTS, tornando-se pioneiro na disponibilização desse produto diretamente pelo app. Essa modalidade é mais uma importante ferramenta de engajamento, aliada à estratégia de diversificação do PAN, e que garante a manutenção de seu elevado percentual de carteira colateralizada. A carteira de empréstimo do FGTS concluiu o primeiro trimestre de 2023 com saldo de R\$ 1.954 milhões, comparado a R\$ 2.944 milhões no fechamento de 2022, e R\$ 3.737 milhões ao final de 2021. Em março de 2023, o Banco PAN possuía um *market share* de 15,6% da produção de consignado ao saque-aniversário do FGTS.

A operação de empréstimo consignado é regida pela Lei Federal nº 10.820/2003, que disciplina o processo de autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, valores considerados para composição de renda, bem como o percentual disponível para consignação mensal das verbas dos tomadores. Com base nisso, é possível contratar operação de empréstimo pessoal com taxas atrativas cujas parcelas são descontadas mensalmente da folha de pagamento do tomador do empréstimo, sem que haja a necessidade de engajamento direto do cliente para o adimplimento, garantindo também menor risco para operação.

O Banco PAN atua no mercado de crédito consignado também através da concessão de empréstimos e cartão consignado a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Os valores referentes às parcelas do empréstimo são recolhidos pelo órgão responsável pela folha de pagamento, conforme estabelecido em um convênio entre este e a instituição financeira ("Convênio"), e repassados mensalmente ao banco credor. Além disso, cada um dos Convênios possui regulamentação própria para determinar temas como o limite de prazo e taxa, regras operacionais, dentre outros.

As características da operação resultam em baixa inadimplência e, por consequência, permitem ao produto oferecer taxas reduzidas, especialmente quando comparadas ao empréstimo pessoal sem garantia.

Estes produtos são oferecidos ao cliente em contratação direta, por meio de correspondentes bancários (B2B) e também através dos diversos canais do PAN (B2C). A contratação dos correspondentes bancários é regulamentada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.954/2011. A contratação B2B é importante dada sua elevada capilaridade regional, performance e assistência dos correspondentes bancários frente aos clientes e custo variável da operação. Por outro lado, o modelo B2C garante o engajamento do cliente com o PAN através de pelo menos um de seus diversos canais, aumentando o potencial de recorrência e fidelização.

Em dezembro de 2022, o Banco PAN possuía um *market share* de 5,5% da carteira de crédito consignado para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS no Brasil, segundo números do Banco Central do Brasil com mais de 1050 correspondentes bancários ativos, presentes nas mais diversas regiões do país.

Além disso, cabe ressaltar que o Banco PAN possui uma solução inovadora que permite a contratação de empréstimos consignados de forma 100% digital, com assinatura por biometria facial, lançada em abril de 2019 para todos seus parceiros comerciais. Essa solução possibilita

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

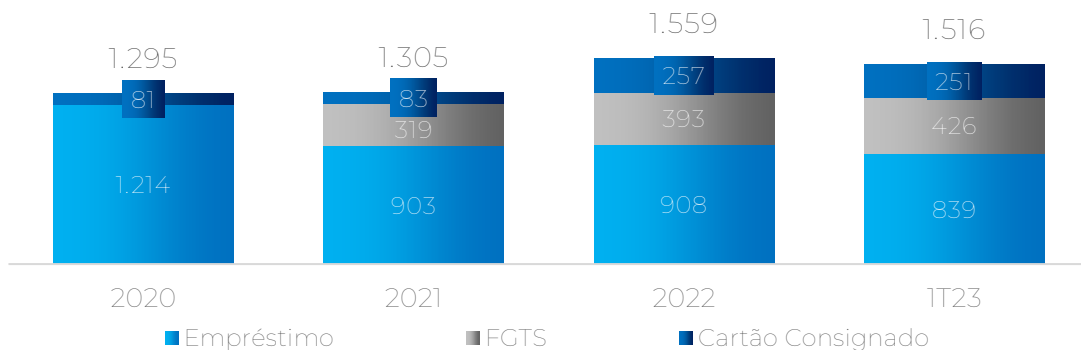
que os clientes assinem seus contratos em qualquer lugar e por meio de qualquer dispositivo com câmera, promovendo agilidade e segurança ao processo de contratação de crédito.

A plataforma atende aos padrões internacionais de acessibilidade (W3C) e tem soluções tecnológicas que visam a inclusão de públicos com necessidades especiais. Por exemplo, o público idoso, comumente presente nos produtos de empréstimo e cartão consignado, segundo dados oficiais do IBGE, representa 13% da população brasileira (dado de 2018), com estimativa de aumento para 25% da população em 2045. Este público necessita de atenção especial em relação à legibilidade e compreensão das interfaces disponíveis e, portanto, todas as informações relevantes são apresentadas de forma simples e intuitiva, com etapas didáticas e formatos diferenciados de representação do conteúdo, como texto, imagem, vídeos animados e áudio, garantindo que o cliente conclua a contratação de forma simples e transparente.

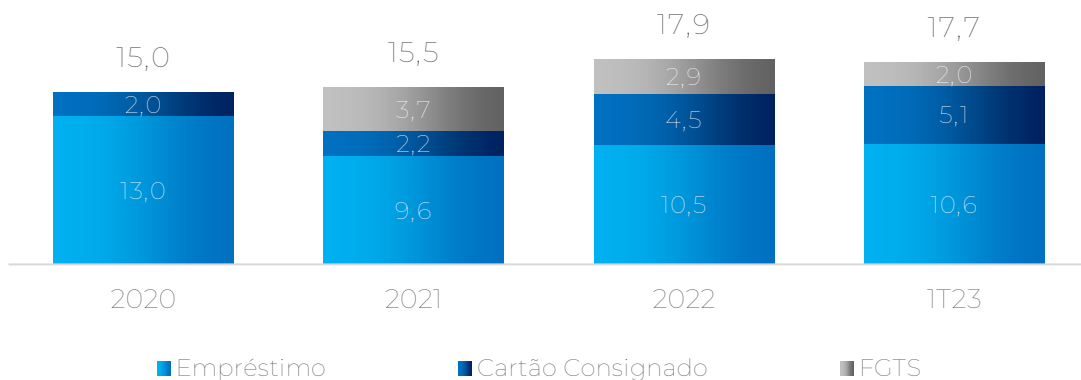
A carteira total de empréstimos consignados concluiu o primeiro trimestre de 2023 com um saldo de R\$ 10.604 milhões, versus R\$ 10.498 milhões ao final de 2022 e R\$ 9.563 em 2021. O portfólio de cartão de crédito consignado fechou o 1T23 em R\$ 5.083 milhões, comparado a R\$ 4.476 milhões ao final de 2022 e R\$ 2.173 milhões em 2021..

O aumento da carteira de cartões consignado está diretamente relacionado à adoção do cartão benefício pelo convênio INSS. Este novo cartão representa mais 5% da margem do consignado que, somada aos 35% do empréstimo consignado e aos 5% do cartão consignado convencional, atinge o total de 45%. O novo cartão é um novo plástico, mas com as mesmas características do cartão inicial: a diferença é que, necessariamente, o Banco precisa oferecer junto a ele benefícios gratuitos aos clientes, como seguro de vida e auxílio funeral.

Média Mensal de Originação - Consignado (R\$ MM)



Carteira de Crédito Consignado (R\$ Bi)



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ao longo dos últimos anos, a representatividade dos convênios federais (INSS, SIAPE e FGTS) na originação permaneceu em níveis elevados, conforme tabela abaixo. Cabe ressaltar que os convênios federais têm, em geral, uma maior qualidade de crédito e, portanto, o aumento da originação nessas linhas contribuiu para uma melhor composição da carteira.

No primeiro trimestre de 2023, a participação dos convênios federais (incluindo FGTS) no total originado em empréstimos consignados representou 95%.

	2020	2021	2022	1T23
Federal	94%	95%	96%	95%
INSS + FGTS	86%	86%	91%	82%
SIAPE	7%	7%	4%	12%
Forças Armadas	1%	2%	1%	1%
Estadual + Prefeituras	6%	5%	4%	5%

Financiamento de Veículos e Motos

O financiamento de veículos é uma modalidade de crédito direto ao consumidor ("CDC") para aquisição de um bem, posteriormente alienado fiduciariamente à instituição financeira como garantia da operação de crédito. O cliente mantém a posse do bem, porém não pode vendê-lo até a liquidação do contrato de crédito ou a substituição da garantia por outra aceita pela instituição. O financiamento é cobrado por boletos, com parcelas mensais e fixas pelo prazo contratado.

Como uma das principais plataformas de financiamento de veículos no Brasil, o PAN continua aumentando seu market share por meio de canais digitais, com foco no financiamento de veículos usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e de motos novas.

Em linha com sua bem-sucedida estratégia e juntamente com a Mobiauto, o Banco fornece múltiplas soluções para atender às diferentes demandas do ecossistema de financiamento de veículos. Uma vez contactado pelo cliente, o PAN oferece empréstimos pré-aprovados para que ele possa escolher o veículo já ciente de seu orçamento e, dessa forma, otimizando sua jornada.

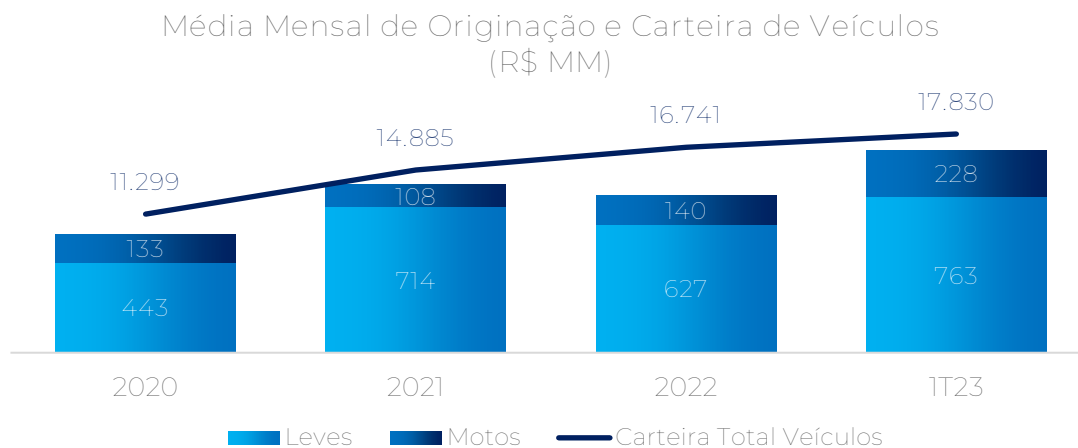
A Mobiauto também oferece ferramentas e serviços que auxiliam vendedores e clientes em suas necessidades diárias (Mobi Gestor, Passe Carros e Mobi Já). Além disso, o Banco trabalha na constante evolução de UX, utilizando um processo de concessão de crédito mais ágil e rápido: como exemplo, foi desenvolvida uma ficha com apenas 3 campos a serem preenchidos de modo a avaliar o crédito do cliente, sem prejuízo na qualidade da análise de risco. Assim, as melhorias nesta linha de negócios, aliadas a uma sólida e assertiva estratégia de precificação, levaram ao aumento da produção com maior rentabilidade.

O Banco ocupa o primeiro lugar no segmento de financiamento de motos novas, de acordo com as informações de gravame disponibilizadas pela B3. Com excelente performance de atuação nessa modalidade, o PAN realiza captura de ganhos com a experiência adquirida na concessão de crédito, devido ao seu longo histórico de atuação nesse nicho.

Desde outubro de 2019, o Banco disponibiliza a plataforma de formalização digital, com assinatura por biometria facial, para os financiamentos de veículos e motos, tornando a operação mais eficiente, rentável, segura e rápida, além de transpor a barreira física permitindo ao cliente assinar o contrato de onde estiver.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No primeiro trimestre de 2023, o PAN manteve seus altos níveis de originação, com R\$ 2.974 milhões. Em 2022, a originação total desta linha foi R\$ 9.208 milhões, incluindo veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 9.862 milhões originados em 2021. Os processos digitais supracitados, como o simulador de financiamentos e a nova jornada de contratação de crédito, contribuíram para a resiliência da originação nessa modalidade.



A carteira de crédito de veículos encerrou o primeiro trimestre de 2023 em R\$ 17.830 milhões, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em R\$ 16.741 milhões, registrando alta de 12,5% em relação aos R\$ 14.885 milhões em 2021.

LEVES	2020	2021	2022	1T23
Originação (R\$ MM)	5.322	8.572	7.521	2.290
Prazo Médio (meses)	46	48	49	47

MOTOS	2020	2021	2022	1T23
Originação (R\$ MM)	1.592	1.290	1.685	684
Prazo Médio (meses)	41	42	43	44

Cartão de crédito convencional

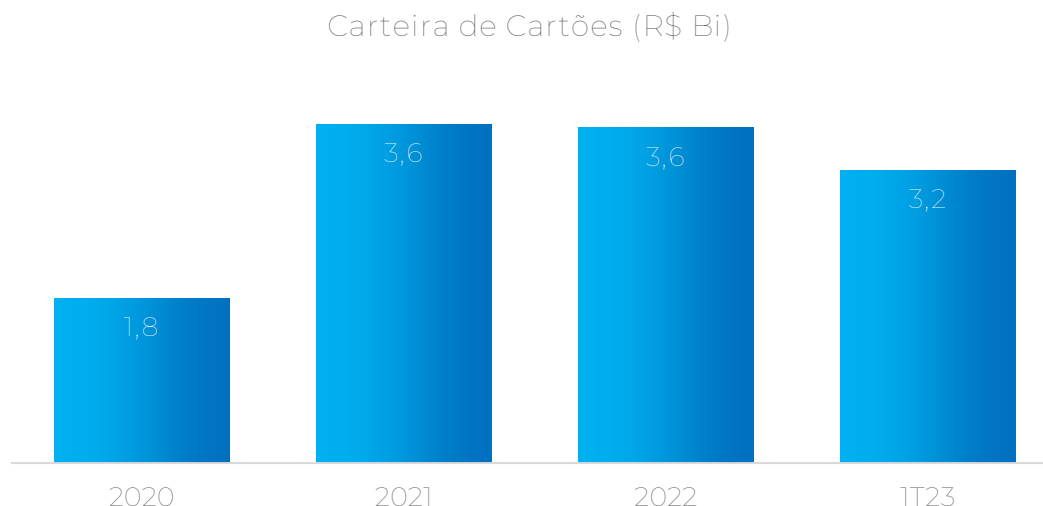
O Banco PAN opera neste segmento emitindo cartões das bandeiras MasterCard, Visa e Elo. Ao solicitar o cartão, é realizada uma análise de risco do cliente em linha com sua política de crédito sobre a capacidade de pagamento do solicitante para determinação do tipo de produto mais adequado ao seu perfil. Finalmente, seu cartão é emitido.

As receitas provenientes dos cartões são compostas por um ganho percentual a cada transação realizada pelo cliente (intercâmbio) e de encargos de financiamento. São adotadas estratégias de cobrança digital alinhada ao perfil dos clientes, com intuito de maximizar o resultado e recuperação de créditos inadimplidos de forma mais efetiva.

Desde o final de 2021, o Banco PAN mantém uma postura conservadora na emissão de novos cartões de crédito, dada a então deterioração do cenário macroeconômico. Por outro lado, o Banco tem ciência da relevância deste produto como ferramenta de engajamento. Dessa forma, o PAN continua com investimentos nas melhorias deste segmento, de modo retomar sua aceleração quando o ambiente global estiver mais propício.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No primeiro trimestre de 2023, 123 mil novos cartões de crédito e 851 mil ao longo de 2022, comparado aos 2.467 mil novos cartões emitidos em 2021. A carteira de cartões encerrou o primeiro trimestre de 2023 em R\$3.153 milhões, versus R\$ 3.611 milhões ao final de 2022 e R\$ 3.649 milhões em dezembro de 2021.



Marketplace

Alinhado a sua estratégia de proporcionar uma plataforma completa de produtos e serviços, o marketplace do PAN é uma importante linha de negócios, especialmente no que tange o engajamento dos clientes. A aquisição da Mosaico, realizada no início de 2022, corrobora com esta visão, além de adicionar clientes com melhores perfis de crédito à base do Banco.

Além disso, o PAN disponibiliza cartões de crédito co-branded com as marcas da Mosaico (Buscapé e ZOOM), e alguns outros serviços que endereçam necessidades diárias dos clientes, como alerta e comparativos de preços, avaliações especializadas e crédito contextualizado, tornando o Banco um consultor de compras inteligente.

Juntamente aos fatores supracitados, o PAN vem escalando a rentabilidade desta linha, com um take rate de 9,0% no primeiro trimestre de 2023, versus 8.7% no fechamento de 2022 e 6,3% em 2021. A receita fechou em R\$ 65 milhões no primeiro trimestre de 2023, e acumulou R\$ 280 milhões em 2022, contra R\$ 260 milhões em 2021.

Seguros

O Banco PAN possui um acordo operacional com a Too Seguros S.A. para oferta de produtos de seguros aos seus clientes. Sua estratégia nesta linha de negócios visa proporcionar aos seus clientes opções simples e aderentes aos seus respectivos perfis de consumo, sempre visando complementar sua plataforma de serviços financeiros, alavancando a monetização e ampliando o engajamento. Com isso, houve aumento nas receitas de prestação de serviços, com diversificação e potencialização do *cross sell*.

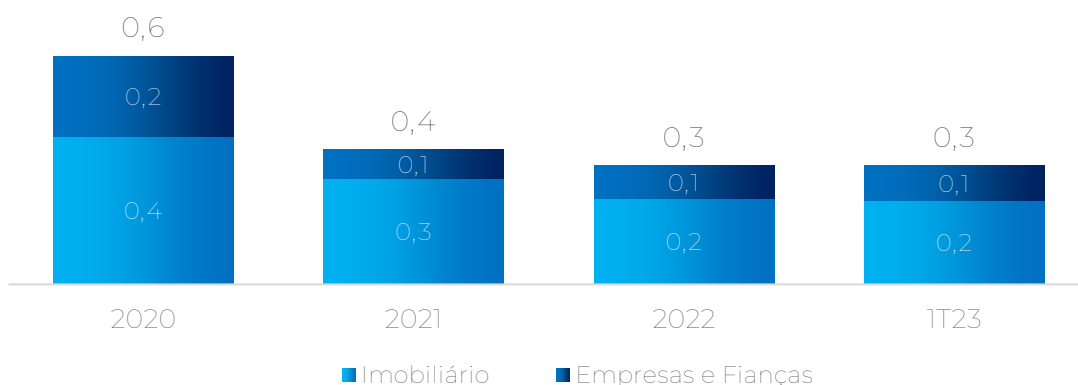
Linhas de Negócios descontinuadas (run-off)

Em 2017, o Banco PAN optou por cessar os negócios de crédito corporativo, crédito imobiliário para pessoa jurídica (plano empresário) e crédito imobiliário para pessoas físicas (majoritariamente home equity), com objetivo de voltar seus esforços para atuação nos produtos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

core de varejo. Atualmente, estes produtos têm baixa relevância em seu portfólio, representando 1% da carteira de crédito total, com nível conservador de provisionamento.

Carteira de Crédito Descontinuada (R\$ Bi)

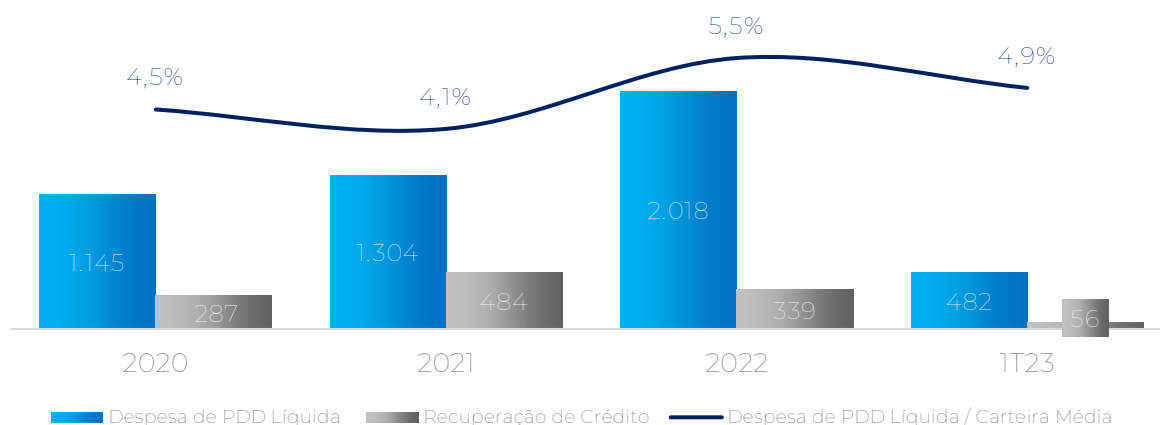


Despesas com PDD

Mesmo com crescimento da originação de novos créditos ao longo dos últimos anos, o Banco tem mantido a qualidade da carteira através do aperfeiçoamento dos modelos de concessão e recuperação de crédito. Prova disso é o nível de provisão da carteira de varejo, que tem permanecido praticamente estável nos últimos semestres.

No primeiro trimestre de 2023, o valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 56 milhões, e em 2022 esse indicador totalizou R\$ 339 milhões, frente aos R\$ 484 milhões recuperados em 2021. A despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 482 milhões no primeiro trimestre de 2023, e totalizou R\$ 2.018 milhões em 2022, frente aos R\$ 1.304 milhões do ano de 2021, impactada principalmente pelo segmento de cartões de crédito.

Despesa de PDD Líquida e Recuperação de Crédito (R\$ MM & % a.a.)

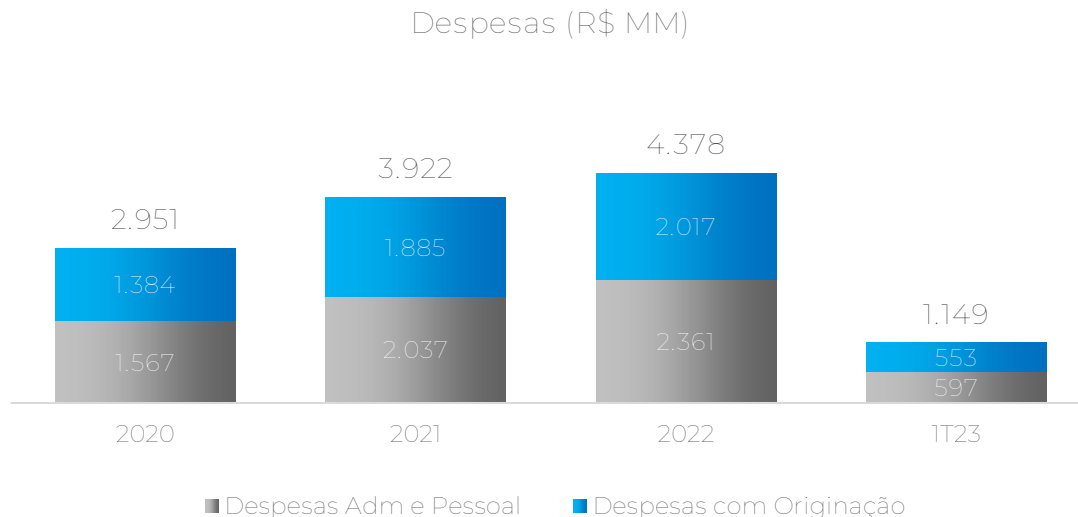


1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Custos e Despesas

Em termos de despesas, em 2023 o Banco PAN apresentou R\$ 597 milhões em despesas administrativas e de pessoal, e totalizou R\$ 2.361 milhões em 2022, frente aos R\$ 2.037 milhões de 2021. O aumento está relacionado principalmente a investimentos relacionados a conta digital.

As despesas com originação ficaram em R\$ 533 milhões ao final do primeiro trimestre de 2023, e somaram R\$ 2.017 milhões ao final do ano de 2022, frente aos R\$ 1.885 milhões em 2021 - resultado direto do aumento dos volumes de originação de crédito e dos investimentos em aquisição de novos clientes da conta digital.



b. características do processo de distribuição

A comercialização e distribuição dos produtos ofertados é coordenada e supervisionada pela equipe comercial, que interage em todo território nacional com (i) correspondentes bancários - para o crédito consignado, empréstimo pessoal e o financiamento de veículos; e (ii) parceiros digitais para os cartões de crédito. Além disso, os múltiplos canais digitais oferecem todo nosso portfólio de produtos e serviços para que os clientes possam se auto servir da forma que lhes for mais conveniente.

Nos termos dos contratos celebrados com seus parceiros, estes atuam de modo a receber e encaminhar pedidos de empréstimos e financiamentos diretamente para o PAN, onde será realizado o cadastro dos clientes, com posterior análise e eventual concessão de crédito, cobrança de faturas e demais serviços relacionados. A remuneração paga a estes parceiros, em geral, está atrelada a sua produtividade e a maior parte dos contratos é firmada por prazo indeterminado. As parcerias comerciais são firmadas com concessionárias de veículos leves e pesados, além de grandes redes de lojas de varejo.

A promoção e divulgação dos produtos e serviços do PAN ocorre também através de suas plataformas digitais, internet banking e aplicativo. Além de serem completamente intuitivos e de fácil usabilidade, estes canais operam de forma conveniente e segura para seus clientes e parceiros, proporcionando a aquisição de produtos e serviços financeiros de forma ágil e eficiente.

Baseado em avaliações de seus clientes, o Banco mantém investimentos constantes na melhoria da experiência de seu aplicativo. Além disso, em 2022, foi iniciada a construção do canal de relacionamento via WhatsApp, possibilitando a abertura de conta ou mesmo contratação de crédito através deste fluxo, de forma totalmente segura e automatizada.

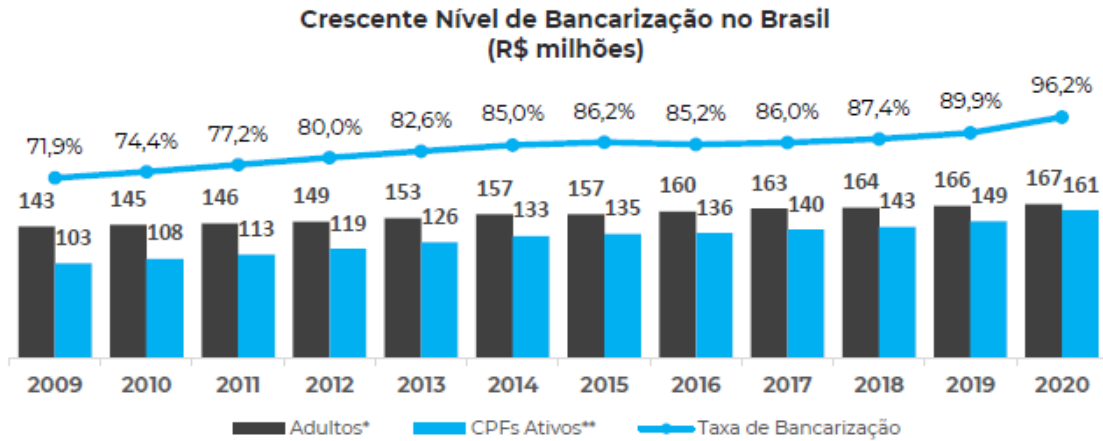
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Banco PAN conta também com uma equipe de gerentes qualificados e com vasta experiência de mercado para auxiliar nas tomadas de decisões de seus clientes, trazendo uma melhor experiência para o consumidor final. Hoje, o cliente pode escolher entre contratar os diversos produtos e serviços através do aplicativo, internet banking, parceiros (correspondentes bancários), ou agentes de negócio que ficam disponíveis através do WhatsApp.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. características dos mercados de atuação, em especial:

O setor bancário brasileiro é regido por um sistema bem desenvolvido e regulado, com aumento de suas atividades na última década, de 71,9% em 2009 para 96,2% em 2020, segundo dados do Banco Central. Em 2020, havia aproximadamente 161 milhões de números de identificação fiscal (CPF) ativos no Brasil. O gráfico a seguir mostra o nível crescente de acesso aos serviços bancários no País na última década, conforme relatado pelo Banco Central.

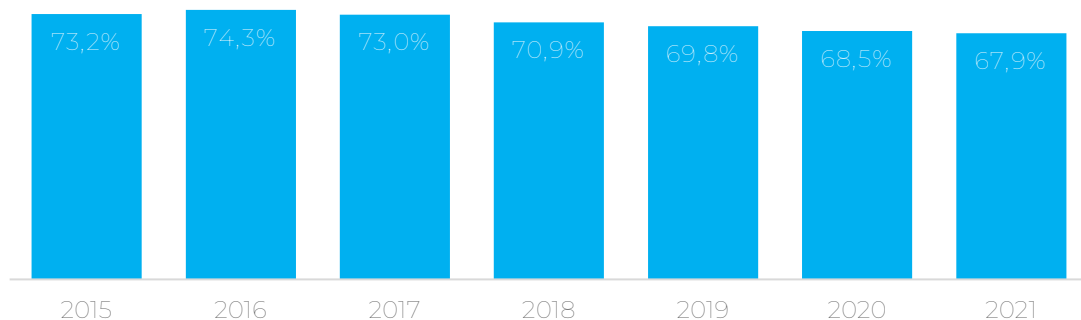


Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Cidadania Financeira 2021

Ambiente Competitivo

Nos últimos anos, o mercado brasileiro experimentou um aumento da concorrência no setor financeiro. Conforme apresentado no gráfico a seguir, a concentração dos empréstimos concedidos no Brasil pelos 5 maiores bancos vem diminuindo ao longo dos anos. Este movimento do mercado pode ser atribuído principalmente por novos entrantes e participantes disruptivos, que trazem inovação e novas tecnologias para o mercado. Mesmo com uma concentração menor de crédito, a concentração de ativos é maior do que em outros países.

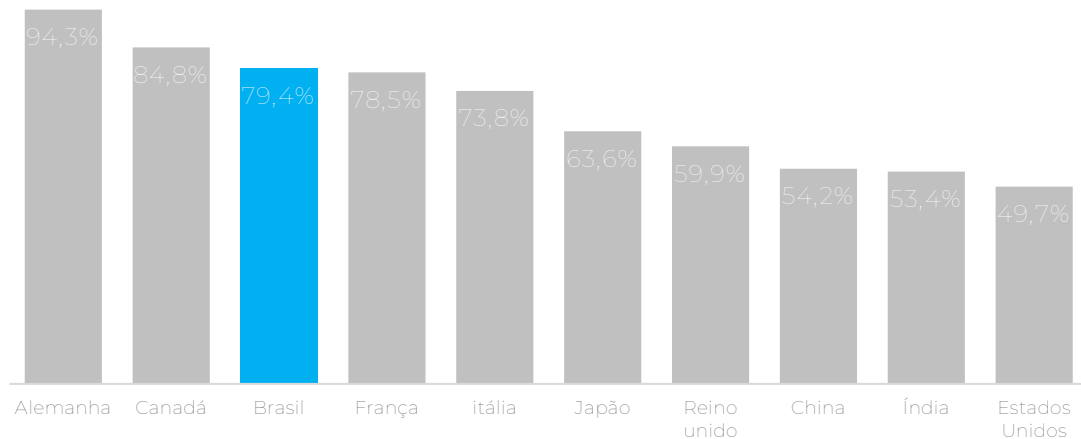
Concentração Operações de Crédito Concedidos no Brasil
(SFN)



Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Economia Bancária 2021

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Concentração de Ativos dos 5 Maiores Bancos em Diferentes Países



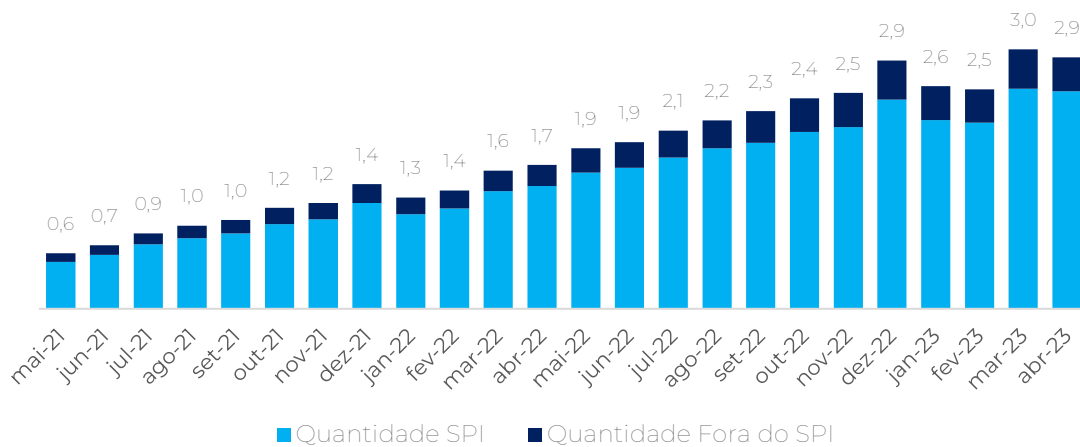
Fonte: World Bank: 5-bank Asset Concentration

Novos participantes emergem trazendo digitalização

Nos últimos anos, diversos setores econômicos passaram por importantes mudanças relacionadas à tecnologia. No que se refere ao setor bancário, estas mudanças no *status quo* tiveram seu início com a criação de bancos digitais, motivada pelos morosos processos burocráticos e baixa qualidade no atendimento ao cliente oferecidos pelos bancos tradicionais. Sendo assim, os bancos digitais têm como objetivo facilitar a vida de seus usuários, proporcionando uma melhor experiência aos seus clientes.

Além da entrada de novos *players* no mercado, houve também mudanças regulatórias no sistema bancário, como a implantação do *Open Finance* pelo Banco Central do Brasil com intuito de aumentar a competição e fomentar a inovação no setor por meio do compartilhamento de dados entre as instituições e o sistema nacional e o lançamento de novas funcionalidades, como o Pix, que permite transferências e pagamentos instantâneos 24 horas por dia de maneira fácil e rápida. Em pouco tempo o Pix tornou-se uma das principais formas de pagamento do sistema bancário, sendo considerado um case de sucesso com referência mundial.

Transações Pix - Quantidade de Transações (Bi)



Fonte: Banco Central do Brasil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

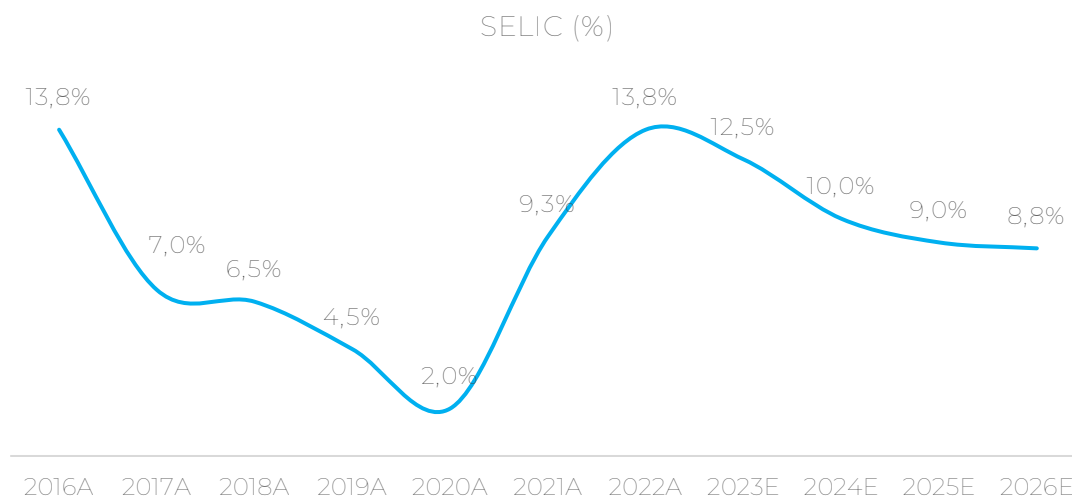
Ambiente Macroeconômico Brasileiro

Após um pico de inflação global, que também atingiu o Brasil entre 2021 e 2022, o mercado projeta redução dos níveis de inflação como podemos observar no gráfico a seguir. Para os próximos anos, as projeções de inflação estão abaixo de 4,0% no Brasil. Há dois resultados positivos relacionados a esse movimento: menor degradação do poder de compra e, provavelmente, maior confiança do consumidor.

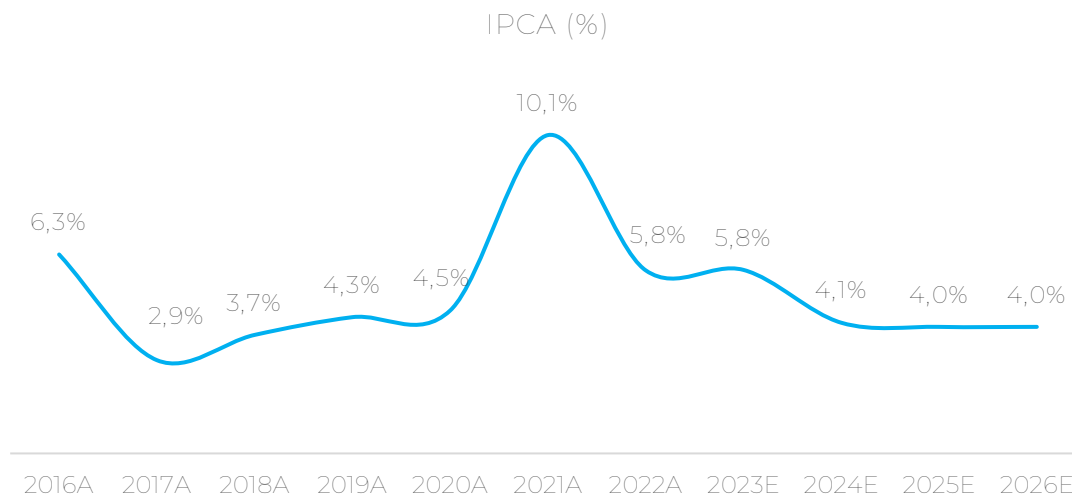
A inflação tem grande influência no poder de compra, pois reduz o valor de uma moeda, tendo como efeito o aumento dos preços. Como os economistas projetam níveis de inflação estáveis, a população pode se sentir mais confortável para aumentar seus gastos e, conseqüentemente, pode-se esperar um aumento nos níveis de atividade econômica.

A taxa SELIC vinha apresentando redução desde 2016, mas, com a pandemia, a taxa voltou a subir atingindo patamares elevados acima dos dois dígitos. A expectativa do mercado para os próximos anos é de ligeira queda, se estabilizando em torno dos 9%.

Os gráficos a seguir mostram os valores históricos e a mediana das expectativas futuras do IPCA e da taxa SELIC de acordo com analistas consultados pelo Banco Central do Brasil.



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

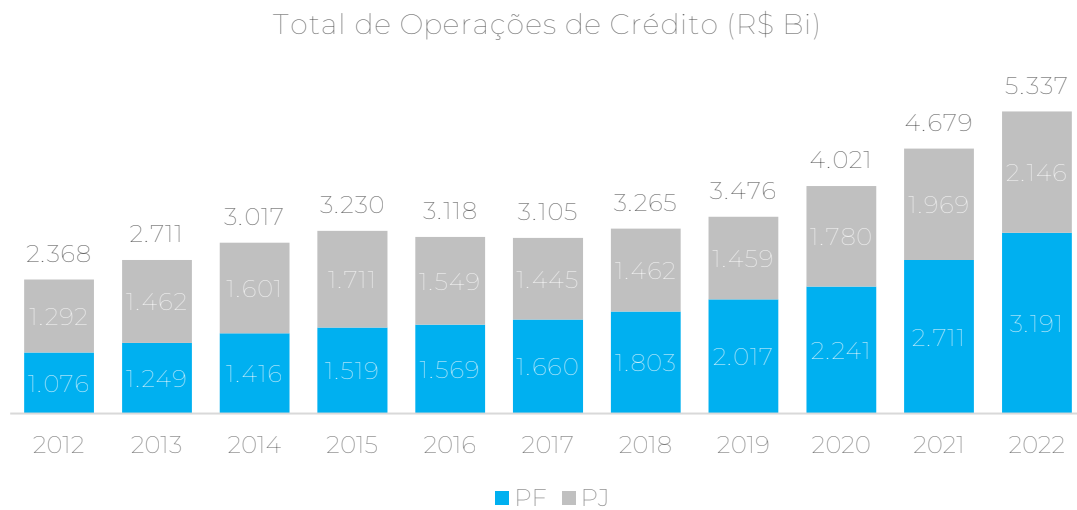
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Operações de Crédito no Brasil

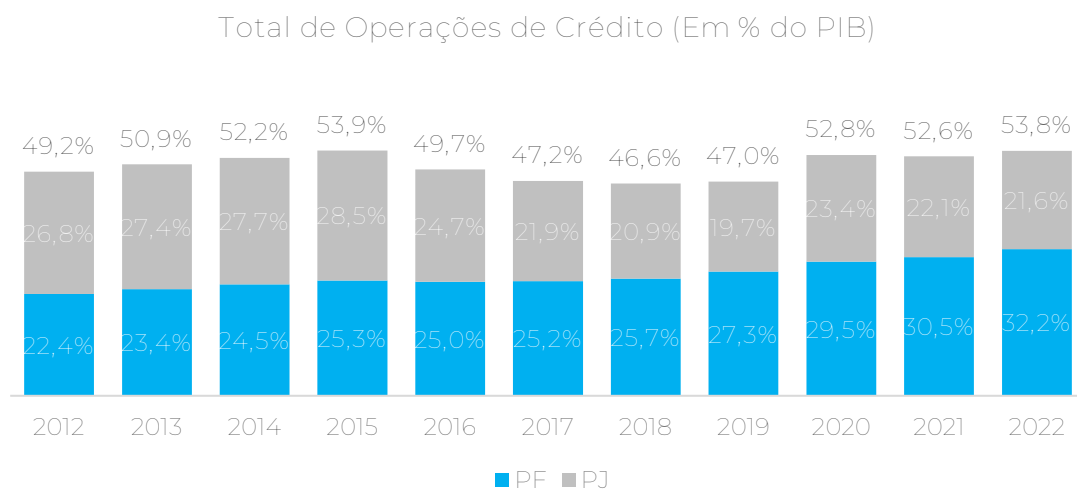
O mercado de crédito no Brasil tem apresentado crescimento ao longo do tempo, tanto em termos de demanda quanto em quantidade de produtos e volume de crédito. Diversas medidas têm sido responsáveis por catalisar esse processo e facilitar a oferta de crédito em todo o país, mas os esforços do governo brasileiro em aumentar a transparência das regras de concessão de crédito, estimular as operações de crédito e reduzir o spread têm sido primordiais.

No que se refere à penetração do crédito, o total das operações de crédito em % do PIB apresentou valores estáveis na última década, em torno de 50% ao longo dos anos. No entanto, a composição desse número sofreu alguma alteração, pois as operações de crédito para pessoa física ultrapassaram o valor para pessoa jurídica.

Os gráficos a seguir mostram o total das operações de crédito no Brasil e seu percentual do PIB, discriminadas por pessoa física e jurídica:



Fonte: Banco Central do Brasil

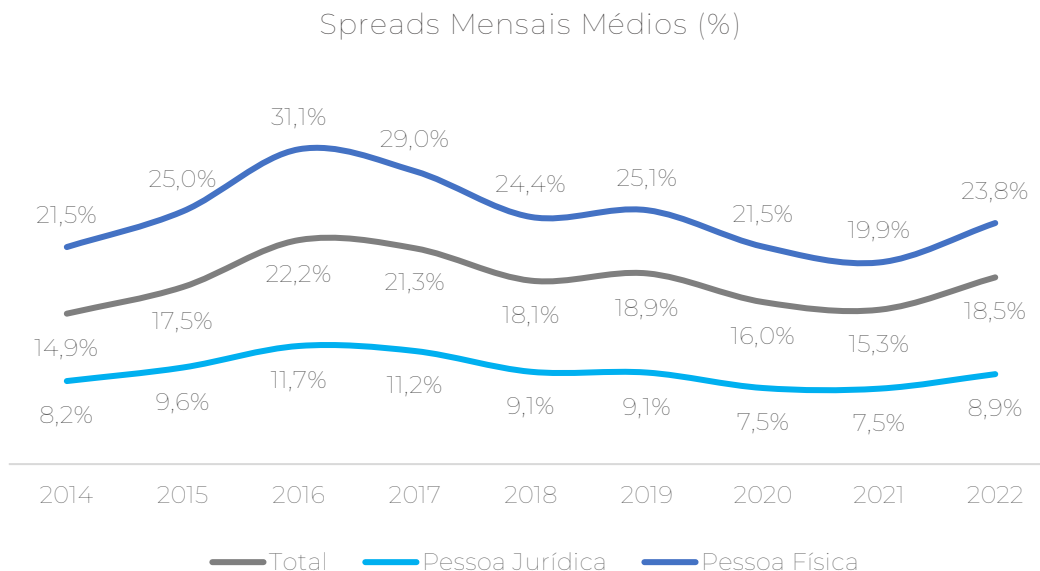


Fonte: Banco Central do Brasil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

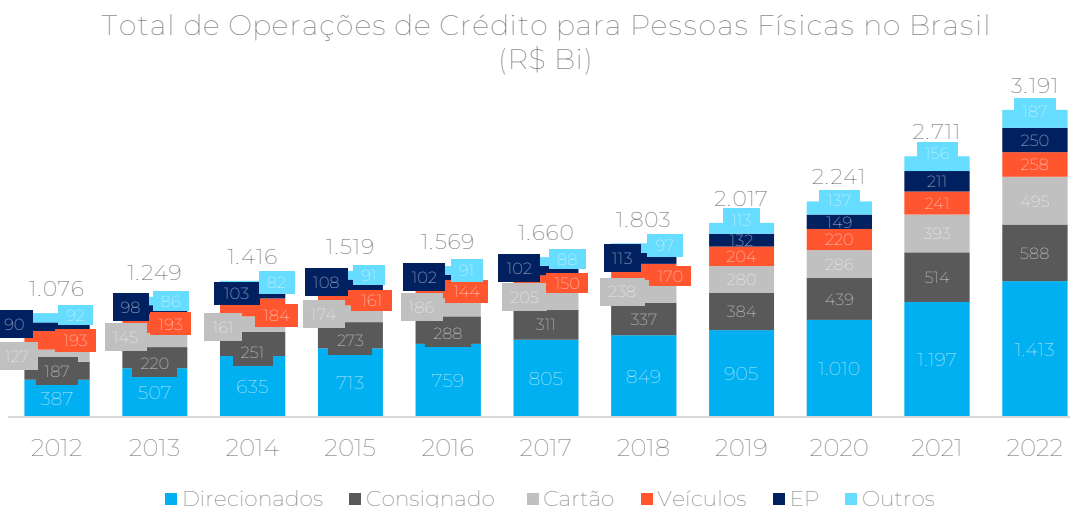
De acordo com dados do Banco Central, em 2022, o total das operações de crédito totalizava R\$ 5,3 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões referentes a empréstimos a pessoas físicas e R\$ 2,1 bilhões a empréstimos a pessoas jurídicas. Entre 2012 e 2022, a taxa composta de crescimento anual, ou CAGR, dos empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas atingiu 11,5% e 5,2%, respectivamente.

O gráfico a seguir mostra os valores do spread bancário na última década no Brasil.



Operações de crédito a pessoas físicas

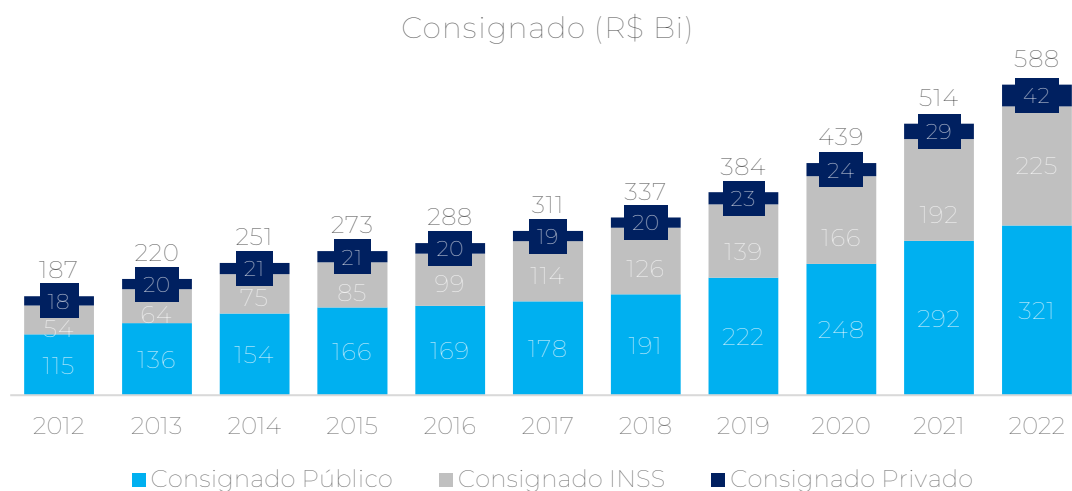
De acordo com dados do Banco Central, o crédito total oferecido às pessoas físicas aumentou 152,0% desde 2012, atingindo um total de R\$ 2,7 bilhões em 2022. Os principais produtos de crédito utilizados pelas pessoas físicas são crédito pessoal, financiamento de veículos, crédito consignado, cartão de crédito e cheque especial. O gráfico a seguir ilustra os diferentes tipos de produtos de crédito utilizados por pessoas físicas no Brasil desde 2012:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Crédito consignado

A utilização do crédito na forma de crédito consignado tem aumentado no Brasil por ser uma fonte de crédito mais barata quando comparada às formas mais tradicionais, dado a garantia vinculada. Esses tipos de empréstimos envolvem menos dos fatores que normalmente aumentam os custos de obtenção de crédito, como as estruturas legais e institucionais utilizadas no Brasil, além dos riscos inerentes associados ao crédito em geral, uma vez que suas amortizações são deduzidas diretamente da folha de pagamento do cliente. Segundo dados do Banco Central, no final de 2021, o crédito consignado somava R\$ 588 bilhões.

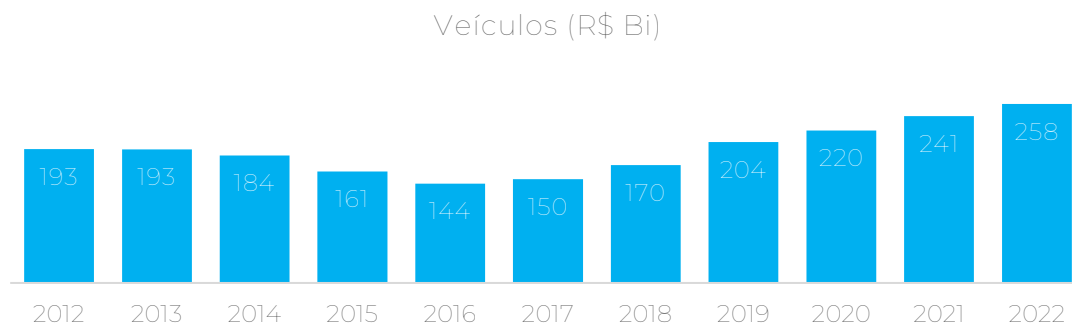


Fonte: Banco Central do Brasil

Financiamento de Veículos

O mercado de financiamento de veículos novos é dominado principalmente por grandes bancos de varejo e instituições financeiras constituídas por fabricantes de veículos (banco de montadoras).

Devido aos incentivos disponibilizados pela indústria automobilística, as taxas de juros incidentes no financiamento de veículos tornaram-se extremamente competitivas e, portanto, fazem com que a grande maioria das instituições financeiras se concentre no segmento de veículos usados. A carteira de financiamento de veículos diminuiu entre os anos de 2013 e 2016 e voltou a apresentar sinais de crescimento em 2017, chegando a atingir o total de R\$ 258 bilhões no final de 2021, segundo dados fornecidos pelo Banco Central.

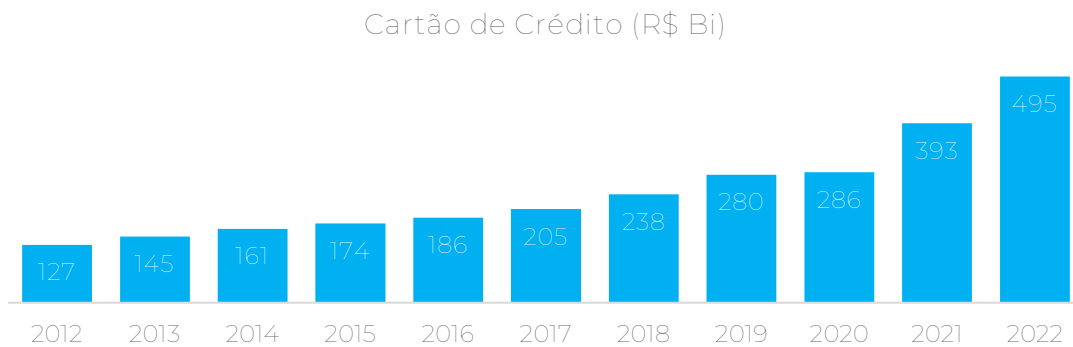


Fonte: Banco Central do Brasil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cartão de Crédito

O saldo da carteira de crédito dos cartões de crédito pessoa física aumentou 73,4% entre 2020 e 2022.

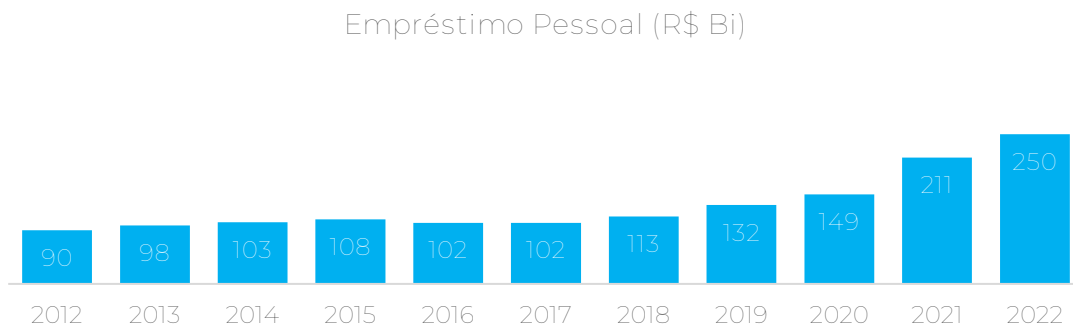


Fonte: Banco Central do Brasil

Crédito pessoal

O crédito pessoal, diferentemente do crédito consignado, não possui nenhuma garantia envolvida. Conseqüentemente, as taxas de juros aplicadas são mais altas para compensar o maior risco de inadimplência. Embora a maioria dos principais bancos de varejo ofereça crédito pessoal para sua base de clientes por meio de suas agências, o PAN busca ampliar cada vez mais suas operações de crédito pessoal através de seus múltiplos canais, de acordo com a disponibilidade dos clientes. Ainda que o Banco tenha reduzido sua oferta de crédito pessoal desde o final de 2021 dada a deterioração do cenário macroeconômico, os investimentos na melhoria da experiência do usuário são mantidos, entendendo-se a relevância deste produto para seus clientes. O saldo dessa carteira no mercado brasileiro totalizava R\$ 250 bilhões ao final de 2022.

O gráfico a seguir mostra a evolução do crédito pessoal de 2012 a 2022:



Fonte: Banco Central do Brasil

Investimentos

Segundo a ANBIMA, o estoque de riqueza consolidado das famílias brasileiras é estimado em R\$ 5,0 trilhões em dezembro de 2022. Desse total, cerca de R\$ 1,7 trilhão é detido pelo varejo de baixa renda, R\$ 1,4 trilhão pelo varejo de alta renda e R\$ 1,9 trilhão pelo público "private".

Os dados do mercado do varejo mostram que, em dezembro de 2022, a concentração dos saldos aplicados em poupança somava R\$ 807 bilhões. Apesar de baixo rendimento, o investimento é considerado tradicional, e visto como seguro pelo cliente mais conservador.

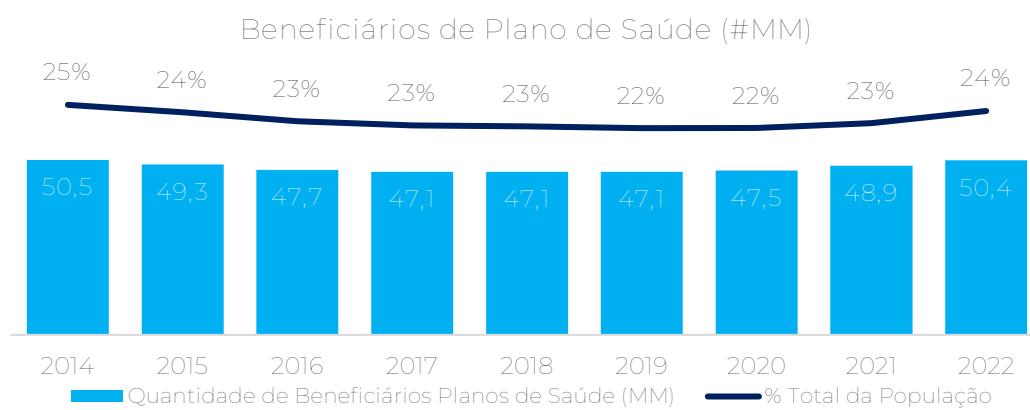
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Considerando o recente e crescente interesse do brasileiro por finanças e investimentos, o Banco PAN acredita na importância de oferecer também opções de investimentos para seus clientes, de modo a compor seu completo portfólio de crédito.

Saúde PAN

Segundo dados do IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar), após apresentar anos seguidos de queda, o número de beneficiários de planos de saúde vem aumentando desde 2019, também como uma das consequências da pandemia de COVID-19. Ainda assim, apenas em torno de 20% da população tem acesso ao sistema privado de saúde.

Considerando a baixa penetração neste mercado e o recente aumento da demanda por esse tipo de serviço, reflexo do aumento da preocupação dos brasileiros com saúde, há um grande potencial de expansão na oferta de produtos de baixo ticket relacionados ao bem-estar, os quais forneçam acesso e descontos a exames, consultas e compras em farmácia.



Fonte: IESS, ANS e IBGE

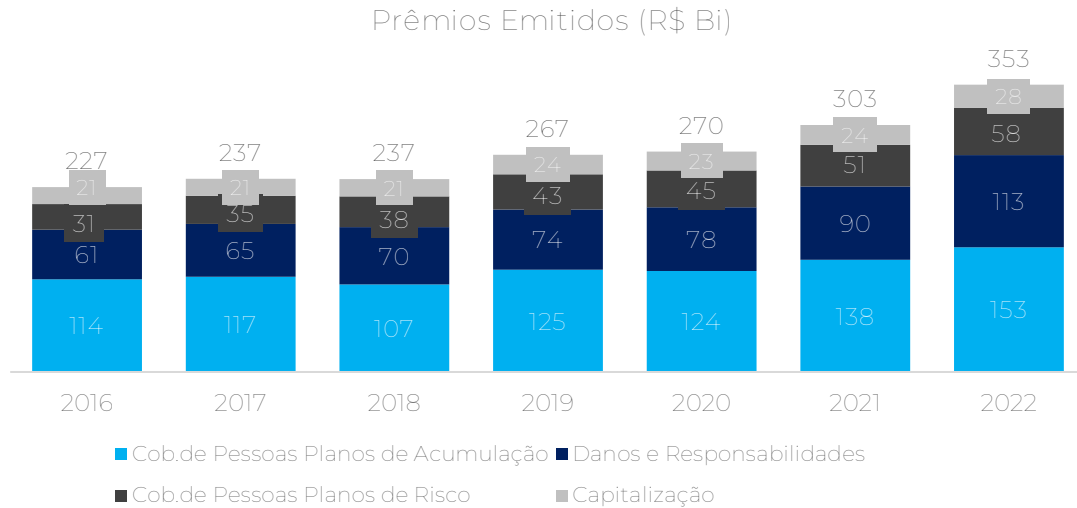
Seguros

Segundo a CNSeg (Confederação Nacional da Seguradoras), desde 2020 o mercado de seguro tem se demonstrado um setor com comportamento heterogêneo, como reflexo importante da pandemia da COVID-19, alterando as preferências dos consumidores nas escolhas dos produtos e serviços desse segmento.

Em 2021, o setor reportou um aumento de 11,9% na arrecadação. Um dos ramos de seguros mais conhecidos, o de automóvel, voltou a apresentar sinais de recuperação e apresentou um crescimento após queda no desempenho em função da crise econômica e epidemiológica, em virtude do aumento de desemprego e queda de renda da população.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos prêmios emitidos segregados em três segmentos do mercado de seguros e capitalização, extraídos do site da CNSeg.

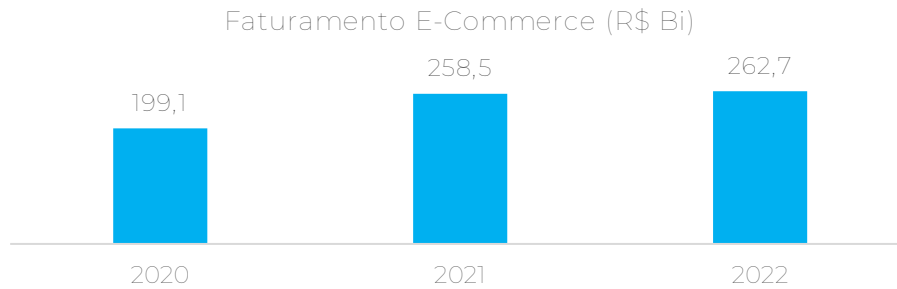
1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: CNseg

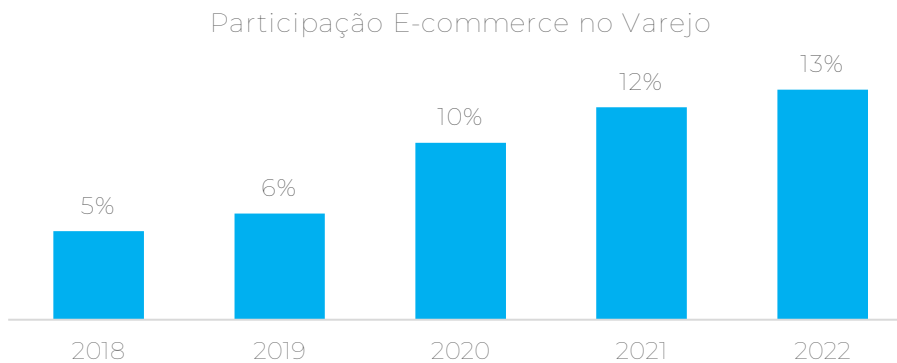
Comércio eletrônico

Na última década, devido ao avanço tecnológico e aumento no uso da internet por parte da população brasileira, o e-commerce ganhou espaço. Principalmente a partir de março de 2020, com o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, hábitos de consumo tiveram que ser alterados, impulsionado a forte demanda por produtos comprados online.



Fonte: Webshoppers, 45ª edição (EBIT Nielsen);

A participação do e-commerce nas vendas do comércio varejista saiu de 5% em 2018 para 13% em 2022 em função do ritmo acelerado de crescimento do faturamento online. Mesmo com essa expansão, ainda existe um forte potencial de crescimento no mercado nacional visto que em países como Estados Unidos, este indicador se aproxima dos 15%, conforme dados divulgados pelo Retail Indicators Branch, U.S. Census Bureau em 2021.



Fonte: Webshoppers, 45ª edição (EBIT Nielsen); BoaVista

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A plataforma da Mosaico está posicionada como um completo assistente de compras, com comparador e alerta de preços, cashback, oferta de crédito contextualizado e jornada com layout amigável. Dessa forma, o PAN está presente em toda jornada de compra, de forma personalizada, e proporcionado ao cliente a melhor solução individualizada para seu perfil.

d. eventual sazonalidade

O Banco PAN é um banco universal com foco em pessoal físicas. Além disso, o PAN é controlador da Mosaico (*marketplace*) e Mobiauto (venda de veículos). Sendo assim, o Banco tem seus negócios intimamente conectados ao setor do varejo, sendo sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis - como o enfrentado pelo Brasil nos últimos anos.

Especialmente com relação ao *marketplace*, a sazonalidade do varejo está relacionada diretamente com datas ligadas ao consumo, tal como a *Black Friday*, mas também eventos como Natal e Dia das Mães. Além disso, o comportamento dos clientes também é influenciado por ações que impactam seus fluxos de caixa, seja o recebimento do 13º salário, seja o pagamento de taxas anuais, como IPVA, IPTU, dentre outros.

Com relação aos eventos de saída de caixa dos consumidores, comumente com uma maior concentração no início do ano, relaciona-se também impacto no setor de crédito, com aumento não só da tomada de empréstimos, como também eventual crescimento no índice de inadimplência de créditos/financiamentos já realizados.

A administração do Banco PAN está ciente dos eventos acima relacionados à sazonalidade de seu negócio, lançando mão destes dados para otimizar sua estratégia. Ressalta-se, no entanto, que mesmo conhecedor de tais acontecimento, episódios adversos podem ainda ocorrer, mesmo que eventualmente, conforme descrito no item 4 deste formulário ("Riscos").

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O Banco PAN utiliza uma ampla rede de fornecedores, em especial empresas de tecnologia, e prestadores de serviços em geral. Em 2022, o PAN possuía cerca de 1.000 fornecedores ativos, todos em primeiro nível na cadeia de abastecimento. Estes fornecedores atuam em frentes como licenciamento de software, serviços de *backoffice*, operações, serviços jurídicos, consultorias, entre outras frentes. A relação com os fornecedores é suportada por contratos de curto, médio ou longo prazo, dependendo da necessidade do negócio.

O Banco PAN possui um volume significativo de fornecedores com uso de mão de obra intensiva, especialmente em frentes de atendimento ao cliente e formalização de operações bancárias. As relações do Banco PAN com seus fornecedores estão sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil conforme normativa 4.893/21, sempre que realizarem armazenamento de dados em nuvem. Todos os outros contratos não estão sujeitos à regulamentação governamental. De toda forma, todos os fornecedores passam pelo processo de análise prévia na contratação e manutenção de relacionamento (*Know You Supplier – KYS*), avaliando e classificando-os conforme a exposição aos riscos socioambiental, reputacional, operacional, PLDFT, LGPD e fraudes.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Cerca de 50% do orçamento do Banco PAN com fornecedores no ano de 2022 foi gasto em 24 fornecedores, em sua grande maioria empresas de tecnologia e software. Todas as empresas fornecedoras ao qual o PAN possui maior exposição possuem um plano de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Continuidade de Negócios estruturado junto às áreas de negócios, riscos, compliance, segurança da informação e fraudes, de modo a mitigar a exposição aos riscos.

iii. eventual volatilidade em seus preços

O orçamento anual para gastos com fornecedores da Companhia é superior a R\$1 bilhão, entretanto o PAN possui diversos fornecedores para cada tipo de serviço, estando pouco exposto à volatilidade das alterações de preços pontuais por empresas fornecedoras. Além disso, a maioria dos fornecedores estão distribuídos pelo Brasil, reduzindo a exposição do Banco PAN à volatilidade da taxa de câmbio.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total do Banco PAN nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, nem no trimestre findo em março de 2023.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, tendo em vista que nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total do Banco PAN nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, nem no trimestre findo em março de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As principais autorizações governamentais necessárias ao exercício das atividades do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN" ou "Companhia") e suas subsidiárias são:

(i) autorização do Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN") dada ao Banco PAN S.A. para praticar atividades de instituição financeira;

(ii) registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedido ao Banco PAN;

(iii) autorização do Banco Central do Brasil dada à PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.) para praticar atividades de sociedade de crédito, financiamento e investimentos;

(iv) registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários concedido à PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.);

(v) autorização do BCB dada à PAN Administradora de Consórcio Ltda. para praticar atividades de administradora de consórcios;

(vi) registro de companhia aberta na CVM concedida à Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(vii) registro de companhia aberta na CVM concedida à Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Principais Órgãos Reguladores

O Banco PAN está sujeito à regulamentação e supervisão das entidades do Sistema Financeiro Nacional ("SFN"). O SFN é constituído por órgãos normativos e supervisores responsáveis pela regulação e supervisão das instituições financeiras. Essas atividades de supervisão são determinantes para a estruturação dos negócios do Banco PAN e impactam diretamente em suas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam as atividades do Banco PAN no Brasil:

Conselho Monetário Nacional ("CMN")

O CMN é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional ("SFN") e tem a responsabilidade de formular a política monetária e de crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País. É a principal autoridade responsável pela supervisão geral das políticas orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência de tais instituições. O CMN também é responsável pelas diretrizes gerais a serem seguidas na organização e operação do mercado de títulos e valores mobiliários e pela regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil.

Banco Central do Brasil ("BCB", "BACEN" ou "Banco Central")

Nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 ("Lei nº 4.595/64"), o BCB é órgão integrante do SFN, bem como de acordo com a Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o BCB é autarquia de natureza especial caracterizada pela ausência de vinculação a

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira.

O BCB tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços, zelar pela estabilidade e pela eficiência do SFN, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil possui 9 (nove) membros, sendo um deles o seu Presidente, todos nomeados pelo Presidente da República.

Sob a perspectiva regulatória do mercado financeiro, o BCB é responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil, bem como determinar os requisitos de capital mínimo, limites de crédito, exigências de depósitos compulsórios, dentre outras regras aplicáveis às instituições financeiras de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN.

Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

Autarquia responsável por regulamentar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários (que, no Brasil, inclui derivativos) e seus participantes, bem como supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado.

Principais limitações e restrições aplicáveis às instituições financeiras

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à várias exigências e restrições regulatórias. De modo geral, tais limitações e obrigações se referem à oferta de crédito, à concentração de risco, a investimentos, procedimentos operacionais, empréstimos e outras operações em moeda estrangeira, à administração de recursos de terceiros e microcrédito, ou seja, a riscos sistêmicos. As restrições e exigências para atividades bancárias estabelecidas pela legislação e regulamentação aplicáveis incluem, dentre outras, as seguintes:

- (i) proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- (ii) proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução ou quando expressamente autorizadas pelo BACEN;
- (iii) obrigação de implementar política de remuneração para administradores compatível com sua política de gerenciamento de risco. No mínimo 50% da remuneração variável deverá ser paga em ações ou instrumentos com base em ações e no mínimo 40% da remuneração variável deverá ser diferida para pagamento futuro, por no mínimo três anos;
- (iv) proibição de adquirir participação acionária em qualquer sociedade localizada no Brasil ou no exterior sem a prévia autorização do Banco Central. Além disso, o objeto social da sociedade na qual a instituição financeira investe deve ser complementar ou subsidiário às atividades realizadas pela instituição financeira. Apenas não dependem de tal aprovação prévia (i) as participações acionárias tipicamente realizadas nas carteiras de investimentos de bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e bancos múltiplos com carteiras de investimento ou de desenvolvimento; e (ii) participações acionárias temporárias não registradas como ativos permanentes da instituição financeira e não consolidadas na forma da regulação em vigor;
- (v) obrigação de submeter à autorização do Banco Central o ingresso de acionista com participação qualificada, assim entendida como sendo a participação, direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas, equivalente a: (a) 15% ou mais do capital votante; ou (b) 10% ou mais do capital total da instituição, quando esse capital não consistir integralmente de capital votante, juntamente com a indicação das respectivas participações societárias e acompanhadas de declarações autorizando ao BCB o acesso à informações a seu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, e à Secretaria da Receita Federal do Brasil o fornecimento ao BCB de cópia da declaração de rendimentos, bens e direitos e dívidas e ônus

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

reais relativas aos três últimos exercícios fiscais. Nesse caso, o Banco Central poderá solicitar também informações e documentos adicionais que julgar necessários, inclusive com relação à origem dos recursos e à reputação do respectivo acionista ingressante, nos termos das Resoluções do CMN nº 4.970/21 e 5.043/22.

(vi) obrigação de submeter ao BACEN os documentos societários que regem a organização e operação da instituição, incluindo, sem limitação, aqueles relacionados à aumentos de capital, transferência de sede, abertura, transferência ou encerramento de filiais (seja no Brasil ou no exterior), eleição de membros de órgãos estatutários e qualquer reorganização societária ou alteração na composição de seu controle acionário;

(vii) possibilidade de distribuição de resultados, a qualquer título, tão somente em montante superior ao mínimo legal, nas situações em que essa distribuição não venha a comprometer o cumprimento das medidas de capital determinadas pelo Banco Central, sendo que a deliberação sobre a distribuição de resultados em montante superior ao mínimo legal deve, ainda, levar em consideração o impacto presente e futuro no cumprimento do capital mínimo e dos demais limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central;

(viii) obrigação de se observar os princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos;

(ix) proibição de empréstimo de mais do que 25% do Patrimônio de Referência da instituição para uma única pessoa ou grupo;

(x) possibilidade da realização de operações de crédito com partes relacionadas tão somente de acordo com os limites e condições especificadas pela Lei nº 4.595/64 e pela Resolução CMN nº 4.693/18;

(xi) proibição de que o valor total dos recursos aplicados em ativos permanentes das instituições financeiras ultrapasse 50% do seu patrimônio líquido ajustado;

(xii) obrigação do cumprimento das regulamentações de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção;

(xiii) obrigação de implementação de políticas e procedimentos internos pelas instituições financeiras para controlar os sistemas de informações financeiras, operacionais e de administração e sua conformidade com todas as regulamentações aplicáveis;

(xiv) obrigação de depositar uma parcela dos depósitos recebidos de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e

(xv) obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê de Basileia e implementadas pelo Banco Central.

(xvi) restrição de distribuição de dividendos (incluindo Juros sobre o Capital Próprio - JCP) referentes ao exercício de 2020 ao maior valor entre: (i) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do inciso I do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social do Banco PAN.

Empréstimos vedados

Dentre as restrições às quais as instituições financeiras brasileiras estão sujeitas, destaca-se aquela referente à realização de operações de crédito com partes relacionadas. As instituições financeiras brasileiras estão proibidas de realizar operações de crédito com (i) seus controladores, diretores e membros de demais órgãos estatutários e seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes até o 2º grau, (ii) pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação qualificada

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

em seu capital, (iii) pessoas jurídicas nas quais tenham, direta ou indiretamente, participação societária qualificada, (iv) pessoas jurídicas nas quais tenham controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, e (v) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com a instituição financeira.

Não obstante, foram excetuadas de tal vedação as seguintes operações: (i) operações realizadas em condições compatíveis com as de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes com o mesmo perfil da respectiva instituição, (ii) operações de crédito que tenham como contraparte instituição financeira integrante do mesmo conglomerado prudencial da referida instituição, desde que contenham cláusula contratual de subordinação, exceto no caso das operações que competem privativamente ao BCB, (iii) depósitos interfinanceiros na forma da lei, (iv) obrigações assumidas entre partes relacionadas no âmbito das câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central ou pela CVM e suas respectivas contrapartes, e (v) demais casos autorizados pelo CMN.

Em 29 de outubro de 2018 o BCB publicou a Resolução CMN nº 4.693/18, que dispõe sobre as condições e limites para a realização destas operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil.

Concentração de risco

A regulamentação brasileira proíbe instituições financeiras de conceder crédito a qualquer pessoa ou grupo de pessoas relacionadas em um montante agregado equivalente a mais de 25% do seu patrimônio de referência. Essa limitação se aplica a qualquer operação que envolva a concessão de crédito, incluindo: (i) empréstimos e adiantamentos, (ii) garantias e (iii) subscrição e garantia de subscrição de valores mobiliários, observadas as exceções previstas na regulamentação aplicável.

Regulamentação das contas de depósitos à vista

Em 26 de setembro de 2019, o BCB publicou a Resolução CMN nº 4.753, que estabeleceu as seguintes obrigações principais das instituições financeiras com relação a contas de depósitos à vista: (i) adotar procedimentos e controles que permitam verificar e validar a identidade e a qualificação dos titulares da conta e, quando for o caso, de seus representantes, bem como a autenticidade das informações fornecidas pelo cliente, inclusive mediante confrontação dessas informações com as disponíveis em bancos de dados de caráter público ou privado; (ii) fornecer ou disponibilizar o contrato de prestação de serviços de contas, por meio de qualquer canal de atendimento disponível pela instituição financeira, contendo os requisitos mínimos exigidos pela referida Resolução; e (iii) assegurar (a) a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados; e (b) a proteção contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução e a destruição não autorizados das informações e de documentos eletrônicos. Caso verifique irregularidades nas informações prestadas pelo cliente, julgadas de natureza grave, a instituição financeira deverá encerrar a respectiva conta de depósitos de tal cliente.

A abertura e o encerramento de conta de depósitos podem ser realizados com base em solicitação apresentada pelo cliente por meio de qualquer canal de atendimento disponibilizado pela instituição financeira para essa finalidade, inclusive por meios eletrônicos, não se admitindo o uso de canal de telefonia por voz.

Regulamentação das principais linhas de crédito à pessoa física

Crédito Consignado

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Na modalidade de concessão de crédito consignado há uma série de leis e regulamentos específicos que devem ser observados pelas instituições financeiras concedentes de tal crédito, a exemplo da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento por servidores públicos federais, regidos pela Lei nº 8.112/1990; da Instrução Normativa INSS/PRES nº 138/2022 e suas posteriores alterações, que disciplina a concessão de crédito a aposentados e pensionistas do INSS; e demais legislações dos demais entes da Federação, além das Forças Armadas.

No âmbito dos servidores públicos federais, a legislação atualmente vigente ampliou o limite de reserva de margem para a contratação de operações de crédito consignado, estabelecendo que 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal do servidor podem ser reservados para a contratação de operações de crédito consignado, observado que:

1. 35% (trinta e cinco por cento) serão reservados para a contratação da operação de empréstimo consignado;
2. 5% (cinco por cento) serão reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito; e
3. 5% (cinco por cento) serão reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

Com relação aos pensionistas e aposentados do INSS, o limite de reserva de margem também foi ampliado, após a publicação da Lei nº 14.431 em agosto de 2022, passando para 45% (quarenta e cinco por cento), sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% destinados exclusivamente à cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente ao cartão consignado de benefício.

Cabe ressaltar que os percentuais acima não são aplicáveis aos titulares do benefício de prestação continuada (BPC) de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Isto porque, no dia 20 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023 estabelecendo que, especificamente para estes beneficiários, os descontos e as retenções não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, dos quais 30% (trinta por cento) são destinados exclusivamente a empréstimos, a financiamentos e a arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para saque ou amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício.

Ademais, a Instrução Normativa nº 138 do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) publicada em 13 de dezembro de 2022 e suas posteriores alterações, revogou a INSS/PRES nº 28, de 19 de maio de 2008, estabelecendo novas regras para as operações de crédito consignado. O objetivo de referidas alterações, entre outras, foi o de regulamentar o produto cartão consignado de benefício para esse público, além de tornar mais rígido o controle sobre as operações de crédito consignado oferecida a aposentados e pensionistas, de forma a combater fraudes e eventual assédio comercial.

Em síntese, a norma estabeleceu que diferentemente do que ocorre com o saque no cartão de crédito consignado, o pagamento do saque do cartão consignado de benefício deverá ocorrer em prestações mensais e sucessivas. Além disso, a norma proíbe que as instituições financeiras efetuem qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial e proposta que tente convencer o beneficiário do INSS a firmar contratos de crédito consignado, com pagamento mediante desconto direto no benefício, pelo prazo de 180 dias contados a partir da data de despacho do

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

benefício. Com a medida, bancos e financeiras não podem oferecer crédito consignado até o fim desse período.

Outra medida prevista na Instrução Normativa é o bloqueio compulsório dos benefícios para contratação de crédito consignado pelo prazo de 90 dias, contados a partir da data de despacho do benefício, observada a possibilidade de desbloqueio pelo próprio aposentado, pensionista, ou representante legal.

Cessão de crédito a terceiros

A Resolução CMN nº 2.836, de 30 de maio de 2001, consolida normas sobre cessão de créditos e autoriza instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil a ceder créditos oriundos de operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil para (i) instituições da mesma natureza, com ou sem coobrigação, não sendo admitida a recompra, a prazo, de créditos vincendos, anteriormente cedidos e a aquisição de créditos originários de aceites cambiais, bem como (ii) pessoas não integrantes do SFN, mediante liquidação à vista, sem a coobrigação da instituição cedente, não sendo permitida a recompra dos créditos cedidos.

Por sua vez, a Resolução CMN nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, estabelece condições para a cessão de créditos a sociedades anônimas de objeto exclusivo e a companhias securitizadoras de créditos imobiliários.

Capital prudencial

O CMN e o BCB estabeleceram regras de regulação prudencial, aplicáveis às instituições financeiras, em linha com aquelas estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision – BCBS*) - fórum mundial para discussão e cooperação em matéria de regulação bancária prudencial, cujo objetivo é reforçar a regulamentação, a supervisão e as melhores práticas no mercado financeiro. Neste sentido, o Comitê de Basileia publicou o Acordo de Basileia II, em 2004, e o Acordo de Basileia III, em 2010, cujas diretrizes foram implementadas no Brasil por meio de um conjunto de normas editadas pelo CMN e pelo BCB a partir de 2013.

A Resolução CMN nº 4.192/13, conforme alterada, estabelece metodologia de cálculo do patrimônio de referência, que deve ser apurado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. Esta resolução marcou o início da transição para os novos padrões prudenciais fixados pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia III) e seus principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia (risco sistêmico); (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. Em 21 de outubro de 2021, esta resolução foi revogada pela Resolução CMN nº 4.955, que consolidou as regras que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR). O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira - volume de capital considerado para fins de determinação dos limites operacionais da instituição - é constituído pelo somatório do capital de Nível I e Nível II. O Nível I é composto pelo Capital Principal e pelo Capital Complementar, sendo o Capital Principal composto basicamente, pelo capital social e por lucros retidos, deduzidos os valores referentes aos ajustes regulamentares, como créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais, ações em tesouraria, entre outros. O Capital Complementar é constituído por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados que atendam aos requisitos de subordinação, de perpetuidade e de não cumulatividade de dividendos, entre outros estabelecidos na regulamentação em vigor. O capital de Nível II é composto por instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada autorizados, que atendam os critérios de elegibilidade previstos na regulamentação em vigor, como, por exemplo, possuir mecanismos de absorção de perdas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As instituições financeiras brasileiras, nos termos da regulamentação em vigor, devem manter um Patrimônio de Referência mínimo, que deve corresponder ao capital requerido para fazer frente aos riscos decorrentes de sua atividade. Tal valor mínimo de Patrimônio de Referência deve corresponder à aplicação do fator "F" ao montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) da instituição financeira, sendo "F" igual a 8% do RWA.

O capital de Nível I deverá alcançar o índice mínimo de 6% dos Ativos Ponderados pelo Risco, dividido da seguinte forma: (i) Capital Principal, de no mínimo 4,5% dos Ativos Ponderados pelo Risco e (ii) Capital Complementar.

O BCB instituiu, ainda, em linha com o disposto no Acordo de Basileia III, o Adicional de Capital Principal. Foi determinado que o Adicional de Capital Principal será equivalente à soma do Adicional de Conservação de Capital Principal, do Adicional Contracíclico de Capital Principal e do Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. A regulamentação estabelece os requisitos mínimos e métodos de cálculo de cada uma dessas parcelas do Adicional de Capital Principal. Em caso de não cumprimento das exigências do Adicional de Capital Principal, serão aplicáveis restrições à instituição financeira relacionadas ao pagamento de remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração, à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, à recompra das próprias ações e redução no seu capital social.

As normas do Acordo de Basileia III também preveem a implementação de um índice de alavancagem calculado pela divisão do capital de Nível I pela exposição total da instituição financeira. No início de 2015, o BACEN emitiu uma norma que dispõe sobre o cálculo e o reporte desta razão de alavancagem das instituições financeiras brasileiras.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, o percentual correspondente ao ACP Conservação foi reduzido por prazo determinado pela Resolução CMN nº 4.783/20, da seguinte forma: 1,25% no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021; 1,625% no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021; 2,00% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022. Os percentuais referentes aos períodos a partir de 1º de outubro de 2021 foram ratificados pela Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que revogou a Resolução CMN nº 4.783/20.

O Banco Central também determinou, através da Circular do BCB nº 4.030/20, a redução, de 50% para 35%, do Fator de Ponderação de Risco (FPR) dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), para instituição financeira depositante associada ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), visando incentivar o fluxo de recursos para instituições financeiras de pequeno porte, que muitas vezes atuam em segmentos pouco atendidos pelas maiores instituições bancárias.

Sistema de Pagamentos Brasileiro

O CMN e o BACEN regulamentam e monitoram as entidades participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"). Dentre tais instituições estão as instituições de pagamento e os instituidores de arranjos de pagamento, cujo marco regulatório foi criado em outubro de 2013, com a promulgação da Lei nº 12.865/13. Esta lei estabelece o principal arcabouço jurídico para o setor em questão, regulando as instituições de pagamento: emissores de moeda eletrônica, emissores de instrumentos de pagamento pós-pagos e credenciadores. Além disso, referida lei estabelece princípios para os arranjos de pagamento e instituidores de arranjo de pagamento, que passaram a compor o SPB.

As instituições de pagamento, apesar de sujeitas à supervisão do Banco Central, nos termos da Resolução CMN nº 80/21, não são instituições financeiras e, portanto, não podem exercer atividades típicas de tais instituições, conforme disposto na legislação e regulamentação aplicáveis. Não obstante, as instituições de pagamento e os seus administradores devem observar e cumprir determinadas leis e normas aplicáveis a instituições financeiras (tais como, aquelas referentes ao sigilo bancário e à prevenção e combate à lavagem de dinheiro) e estão sujeitas, entre outras medidas, aos regimes de resolução do Banco Central.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Controles Internos e Auditoria Interna

Nos termos da Resolução CMN nº 4.968/21, todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem estabelecer políticas e procedimentos internos para controlar: (i) suas atividades; (ii) seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; e (iii) o cumprimento da legislação e regulamentação a que estão sujeitas. A administração da instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura de controles internos efetiva e consistente com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição, definindo objetivos e procedimentos de controle em todos os níveis da organização, bem como pela verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos internos determinados.

As normas de controles internos devem ser acessíveis a todos os funcionários, devendo as instituições revisar e atualizar periodicamente seus controles internos, de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou não abordados anteriormente.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.879, de 23 de dezembro de 2020, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem, ainda, implementar e manter atividade de auditoria interna compatível com sua natureza, porte, complexidade, estrutura, perfil de risco e modelo de negócio, com as condições necessárias para avaliar, de forma independente, autônoma e imparcial, a qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição.

Política de Conformidade

Nos termos da Resolução CMN nº 4.595/17, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem implementar e manter uma política de conformidade (compliance) compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição. A política de conformidade deve assegurar o efetivo gerenciamento do seu risco de conformidade, de forma integrada com os demais riscos incorridos pela instituição, nos termos da regulamentação em vigor. Tal política deve definir o objetivo e o escopo da função de conformidade na instituição, estabelecer, na estrutura organizacional da instituição, a posição da unidade específica responsável pela função de conformidade, especificar a alocação de pessoal, em quantidade suficiente, adequadamente treinado e com experiência necessária para a função de conformidade e estabelecer a divisão clara das responsabilidades das pessoas envolvidas na função de conformidade, de modo a evitar possíveis conflitos de interesses.

Além da aprovação da política, a regulamentação também atribui ao conselho de administração a responsabilidade de assegurar a adequada gestão da política de conformidade na instituição, a efetividade e a continuidade da aplicação da política de conformidade, a comunicação a todos os empregados e a prestadores de serviços terceirizados relevantes, bem como a disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da instituição. O conselho de administração também será responsável por garantir que medidas corretivas sejam tomadas quando falhas de conformidade forem identificadas e prover os meios necessários para que as atividades relacionadas à função de conformidade sejam exercidas adequadamente.

Audidores Independentes

Todas as instituições financeiras no Brasil devem ter suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes registrados na CVM e que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo BCB. As instituições financeiras devem proceder à substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos e consecutivos, de acordo com exigência estabelecida pela Resolução CMN nº 3.198/04, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.910/21, conforme alterada.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O retorno de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria pode ser efetuado após intervalo mínimo de três exercícios sociais completos, contados a partir da data de sua substituição.

Como resultado do trabalho de auditoria, o auditor independente deve preparar os seguintes relatórios: (i) relatório de auditoria, emitindo parecer relativo às demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive em relação à conformidade com as normas contábeis emitidas pela CMN e pelo BCB; (ii) relatório de avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de controles internos, inclusive com relação aos sistemas de processamento de dados eletrônicos e gerenciamento do risco, evidenciando quaisquer deficiências identificadas; (iii) relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada; e (iv) quaisquer outros relatórios exigidos pelo BACEN, pela CVM e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Os relatórios emitidos pelos auditores independentes devem estar disponíveis para consulta mediante solicitação pelas autoridades supervisoras.

Comitê de Auditoria Interna

Nos termos da Resolução CMN nº 4.910/21, toda instituição financeira que (i) esteja registrada como companhia aberta, (ii) seja líder de conglomerado prudencial enquadrado no S1, S2 ou S3, conforme regulamentação específica e (iii) atenda aos critérios previstos na regulamentação específica para enquadramento no S1, no S2 e no S3, deve constituir um comitê de auditoria interna.

O Comitê de Auditoria interna deve ser composto, no mínimo, por 3 (três) integrantes, observado que o mandato máximo deve ser de até 5 (cinco) anos e 1/3 (um terço) dos integrantes do comitê de auditoria pode ter o mandato renovado, respeitado o prazo de permanência de até 10 (dez) anos consecutivos. O número de integrantes, critérios de nomeação, de destituição e de remuneração, tempo de mandato e atribuições devem estar expressos no estatuto social ou contrato social da instituição ou em regulamento específico. Pelo menos um dos integrantes deve possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade societária que o qualifiquem para a função.

A Resolução CMN nº 4.910/21 estabelece uma série de condições básicas para o exercício de integrante do comitê de auditoria, dentre as quais não ser ou ter sido nos últimos doze meses (i) diretor da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (ii) funcionário da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição; ou (iv) membro do conselho fiscal da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente.

O comitê de auditoria é responsável, dentre outras atribuições, por (i) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração, (ii) recomendar, à administração da instituição, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário, (iii) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente, (iv) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento, correção e aprimoramento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, entre outras atribuições (v) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, (vi) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, (vii) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

indagações, (viii) reunir-se com o conselho fiscal e o conselho de administração para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências, (ix) monitorar e avaliar a independência do auditor independente, (x) cumprir outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil

O comitê de auditoria deve comunicar formalmente ao Banco Central, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da identificação, a existência ou suspeita de ocorrências das seguintes situações (i) inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada, (ii) fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição, (iii) fraudes relevantes perpetradas por funcionários da entidade ou terceiros, ou (iv) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da entidade. O comitê de auditoria, o auditor independente e a auditoria interna devem manter entre si rotina de comunicação imediata da identificação dessas situações.

Fundo Garantidor de Crédito

A Resolução CMN nº 2.197/95, autorizou a constituição de uma entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras. A Resolução CMN nº 4.222/13, conforme alterada, consolidou o estatuto e o regulamento da entidade criada para este fim, denominada Fundo Garantidor de Créditos ("FGC").

As finalidades do FGC são (i) proteger depositantes e investidores no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, até os limites estabelecidos pela regulamentação; (ii) contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional; e (iii) contribuir para prevenção de crise bancária sistêmica.

O FGC é financiado por contribuições ordinárias realizadas pelas instituições financeiras no valor de 0,01% do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, e certas contribuições especiais, conforme determinado.

O valor total de crédito de cada pessoa, contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, na forma de (i) depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio (ii) depósitos de poupança; (iii) depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado; (iv) depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares; (v) letras de câmbio; (vi) letras hipotecárias; (vii) letras de crédito imobiliário; (viii) letras de crédito do agronegócio; e (x) operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos após 8 de março de 2012 por empresa ligada, será garantido pelo FGC até o máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O total dos créditos contratados de cada credor contra o conjunto de todas as instituições associadas será garantido até o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a cada período de quatro anos consecutivos.

Como medida adicional para atenuar os efeitos da pandemia, o Conselho Monetário Nacional promulgou a Resolução CMN nº 4.805/20, que permite às instituições financeiras comprarem Depósitos a Prazo com Garantia Especial ("DGPE") de outras instituições associadas ao FGC. A medida tem o objetivo de facilitar o fluxo de recursos entre as instituições no sistema financeiro, permitindo que os recursos cheguem mais rapidamente a todos os participantes do sistema. Referidas captações serão garantidas pelo FGC até o valor máximo de R\$ 400 milhões nas operações cujo titular do crédito seja instituição financeira associada ao FGC.

Classificação de Crédito e Provisão para Devedores Duvidosos

A Resolução CMN nº 2.682/99, de 21 de dezembro de 1999 ("Resolução CMN nº 2.682/99"), estabelece ao Sistema Financeiro Nacional os critérios de classificação das operações de crédito

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"). Esta norma estabelece que as operações de crédito devem ser classificadas em 9 níveis de risco e sobre elas constituída a PCLD, nos seguintes percentuais:

Nível de risco	Provisão
A	0,5% sobre o valor das operações
B	1% sobre o valor das operações
C	3% sobre o valor das operações
D	10% sobre o valor das operações
E	30% sobre o valor das operações
F	50% sobre o valor das operações
G	70% sobre o valor das operações
H	100% sobre o valor das operações

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, a classificação de risco da operação deve ser revista: (i) mensalmente em função de atraso no pagamento de parcela de principal ou de encargos, observado os dias de atraso de acordo com o quadro abaixo; (ii) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido ajustado da instituição; e (iii) uma vez a cada 12 meses.

Para os empréstimos vencidos, a regulamentação estabelece classificações de risco mínimo, como segue:

Período de atraso	Nível de risco
Entre 15 e 30 dias	Risco nível B, no mínimo
Entre 31 e 60 dias	Risco nível C, no mínimo
Entre 61 e 90 dias	Risco nível D, no mínimo
Entre 91 e 120 dias	Risco nível E, no mínimo
Entre 121 e 150 dias	Risco nível F, no mínimo
Entre 151 e 180 dias	Risco nível G, no mínimo
Atraso superior a 180 dias	Risco nível H

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As instituições financeiras devem manter adequadamente documentadas sua política e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Banco Central e dos auditores independentes. Devem ser divulgadas informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito em nota explicativa às demonstrações contábeis, observado, no mínimo: (i) distribuição das operações, segregadas por tipo de cliente e atividade econômica; (ii) distribuição por faixa de vencimento; e (iii) montante de operações renegociadas, lançados contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

Sistema central de risco de crédito

O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central ("SCR") é o principal instrumento utilizado pela supervisão bancária para acompanhar as carteiras de crédito das instituições financeiras. Nesse sentido, desempenha papel importante na garantia da estabilidade do SFN e na prevenção de crises, proporcionando mais facilidades para os tomadores de empréstimos e maior transparência para a sociedade.

O principal objetivo do SCR é prover o Banco Central de informações precisas e sistemáticas sobre as operações de crédito contratadas junto a instituições financeiras, com o propósito de proteger os recursos depositados pelos cidadãos. Além disso, o SCR é utilizado pelas instituições financeiras para avaliar a capacidade de pagamento dos clientes, mediante autorização destes.

As instituições informam o valor de todas as operações de crédito, em dia ou com atraso, e os valores referentes aos avais ou às fianças prestadas pelas instituições financeiras a seus clientes, sendo obrigatória a identificação dos clientes cuja soma das responsabilidades seja igual ou superior a R\$200,00. A Resolução CMN nº 5.037/22, dispõe sobre o fornecimento ao BCB de informações sobre operações de crédito, no âmbito do SCR.

Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

De acordo com a Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, as instituições financeiras devem: (i) identificar seus clientes e manter atualizadas as informações cadastrais destes; (ii) manter registros de operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer outro ativo passível de conversão em dinheiro; (iii) adotar e manter políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que permitam verificar a identidade do cliente, a compatibilidade entre a movimentação de recursos, a atividade econômica e a capacidade financeira; (iv) acompanhar e monitorar as operações ou propostas realizadas pelos clientes, com vistas a detectar situações que, por suas características (forma de realização, partes envolvidas, valores, frequência, instrumentos utilizados ou falta de fundamento econômico ou legal) possam indicar a existência de indícios de lavagem de dinheiro ou artifício para burlar os mecanismos de controle instituídos; e (v) comunicar às autoridades competentes (sem o conhecimento do cliente) os indícios de lavagem de dinheiro detectados e de operações realizadas em espécie, acima do valor definido pelo Banco Central.

Em 23 de janeiro de 2020, o Banco Central editou a Circular nº 3.978 ("Circular nº 3.978/20"), que consolidou novos dispositivos para prevenção e combate à lavagem de dinheiro com abordagem voltada para a compatibilidade com o perfil de risco da instituição regulada. Esta norma editada pelo Banco Central define procedimentos específicos para a identificação de clientes; registro de transações; monitoramento e comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF); realização de negócios com pessoas politicamente expostas; relacionamento com instituições financeiras e correspondentes no exterior; treinamento de funcionários; e indicação de diretor responsável pela implementação e cumprimento das medidas relativas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Entre outras alterações, a Circular nº 3.978/20 passou a exigir não apenas a identificação, mas também a qualificação e classificação do cliente, compatível com o perfil de risco, a natureza do relacionamento com a política de PLD e a avaliação interna de riscos da instituição, que deve ser reavaliada permanentemente, de acordo com a evolução dos negócios, relacionamento e perfil

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de risco do cliente. Os procedimentos também devem incluir a verificação da condição do cliente (seus representantes, familiares ou colaboradores próximos) como indivíduo exposto politicamente, bem como considerá-las no monitoramento, seleção e análise de operações e situações com indicações de suspeita de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

Pessoas expostas politicamente

De acordo com a Circular nº 3.978/20, as instituições financeiras devem adotar procedimentos diferenciados para o estabelecimento, ou manutenção, de relacionamento com clientes considerados pessoas expostas politicamente ("PEP"). Esses procedimentos incluem a identificação de cliente que se enquadrem na definição de PEP; a necessidade de análise e de autorização, pela alta gerência, para o início ou a manutenção da relação de negócios; e o monitoramento reforçado de suas movimentações financeiras. De acordo com a regulamentação, são consideradas PEP, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Regulamentos que afetam a liquidez do mercado financeiro

Exigências de Reserva e outros

O Banco Central impõe, dentre outras exigências, vários recolhimentos compulsórios às instituições financeiras, utilizando essas reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do sistema financeiro para fins da política monetária e de mitigação de riscos. Os recolhimentos de reservas incidem sobre recursos à vista, depósitos de poupança e recursos a prazo e posição vendida de câmbio. A seguir, alguns dos tipos atuais de reservas:

Recursos à Vista

Os bancos e outras instituições financeiras em geral são obrigados a recolher 21% da média aritmética do valor sujeito a recolhimento, nos termos da Resolução BCB nº 189, de 23 de fevereiro de 2022 do Banco Central, deduzida de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicados em operações de microcrédito produtivo orientado, valor correspondente a, no mínimo, 2% sobre a média aritmética dos valores inscritos no depósito à vista, conforme Resolução CMN nº 4.854, de 24 de setembro de 2020.

Depósitos de Poupança

O Banco Central impõe uma exigência de reserva de 20% com relação aos depósitos de poupança, conforme Resolução BCB nº 188, de 23 de fevereiro de 2022.

A Resolução BCB nº 188 também possibilita às instituições financeiras deduzirem até 30% o saldo do compulsório de poupança que precisam recolher junto ao Banco Central, desde que tal valor seja direcionado para operações de crédito para micro e pequenas empresas. Essa dedução será aplicada até o período de cálculo com término em junho de 2023, ou até o vencimento das operações, o que ocorrer primeiro.

Em 24 de setembro de 2021, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 145, que definiu e consolidou as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, estabelecendo a alíquota de 20% sobre a média aritmética dos saldos das rubricas contábeis associadas a depósitos a prazo, deduzida de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Depósito Interfinanceiro ("DI")

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O DI é um instrumento destinado a possibilitar a troca de reservas entre as instituições financeiras. A emissão e transmissão do DI é feita exclusivamente de forma nominativa e escritural, inexistindo certificado. Seu registro e liquidação são efetuados, obrigatoriamente, no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM. Está regulamentado através da Resolução CMN nº 3.399 de 29 de agosto de 2006 e da Circular BACEN nº 2.905 de 30 de junho 1999.

Moeda Estrangeira e Ouro de Exposição

A exposição total consolidada de uma instituição financeira em moedas estrangeiras, operações sujeitas a variação cambial e ouro não podem ser superiores a 30% do seu patrimônio de referência, segundo a Resolução CMN nº 4.956, de 21 de outubro de 2021, conforme alterada.

Acordos de Recompra, Export notes, Garantias etc.

O BACEN estabeleceu exigência de reserva para determinados tipos de operações financeiras, tais como: (i) acordos de recompra, export notes, operações com derivativos; e (ii) garantias prestadas pelas instituições financeiras.

Gerenciamento de Risco e Gerenciamento de Capital

Em 23 de fevereiro de 2017, o CMN emitiu a Resolução nº 4.557, a qual unificou e expandiu as regras sobre gerenciamento de risco e gerenciamento de capital aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A regulamentação pretende adequar os padrões de gestão de risco e gestão de capital de tais instituições às exigências e recomendações de Basileia III.

A norma, além de atribuir responsabilidades aos diretores responsáveis pela gestão de risco, estabelece que a estrutura de gestão de risco e gestão de capital deve ser: (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos com base em critérios definidos pela instituição; (iii) adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e (iv) capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e de mercado em que a instituição atua.

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito (LTEL-LFG)

O Banco Central disponibilizou linha de crédito às instituições financeiras, sob condições específicas, tendo como garantia ativos financeiros e valores mobiliários que integrem o ativo da instituição financeira, por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez - Letras Financeiras Garantidas (LTEL-LFG). A medida, que foi instituída pela Resolução CMN nº 4.795, de 2 de abril de 2020 esteve em vigor até 31 de dezembro de 2020 e objetivou assegurar a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, com o intuito de diminuir o impacto dos efeitos da COVID-19 sobre a economia brasileira. Em 24 de setembro de 2021, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 144, que consolida e modifica a disciplina destas operações de empréstimo.

Lei Anticorrupção

A Lei nº 12.846/13 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Esta lei estabelece que as pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva (independentemente de culpa ou negligência) se estiverem envolvidas em qualquer forma de corrupção. Além disso, a lei também abrange outros atos ilícitos, contrários à administração pública brasileira ou internacional, como fraude à licitação e obstrução da justiça, e prevê penalidades rigorosas, por meio de processos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

administrativos e judiciais, inclusive ordem de dissolução da companhia e proibição de acesso a financiamento de órgãos públicos.

Relacionamento com clientes

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) estabelece regras que regem a relação entre os fornecedores de produtos e serviços e os seus consumidores, que também se aplicam a operações entre instituições financeiras e seus clientes. As instituições financeiras também estão sujeitas à regulamentação do CMN acerca do relacionamento entre instituições financeiras e seus clientes. Nesse sentido, a Resolução CMN nº 3.919/10, consolidou as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras. Em 1º de julho de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.181, que altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e o § 3º do art. 96 da lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento dos consumidores, além de proibir práticas consideradas enganosas e prever a realização de audiências de negociação de dívidas, entretanto os seus principais efeitos dependem, ainda, de regulamentação para definição do conceito de superendividamento.

Em 24 de novembro de 2016, o BCB publicou a Resolução CMN nº 4.539, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.949, de 30 de setembro de 2021, que dispõe sobre princípios e procedimentos a serem observados no relacionamento com clientes e usuários e sobre a elaboração e implementação de política institucional de relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços pelas instituições financeiras, que abrange as fases de pré-contratação, de contratação e de pós-contratação de produtos e de serviços. Ainda conforme esta Resolução, as instituições financeiras devem conduzir suas atividades com observância de princípios de ética, responsabilidade, transparência e diligência, propiciando a convergência de interesses e a consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

A Agência Nacional de Telecomunicações publicou o Ato nº 10.413, de 24 de novembro de 2021, visando garantir maior eficiência na gestão dos recursos de numeração instituiu a utilização de número exclusivo e obrigatório para atividade de telemarketing (0303). Ato este que entrou em vigor em Janeiro/2022 para dispositivos móveis (celular) e em Junho/2022 para rede fixa.

Regulamentação de serviço de atendimento ao consumidor ("SAC")

O Código de Defesa do Consumidor ("Código") dispõe sobre a proteção do consumidor e prevê a obrigatoriedade da existência do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

O Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta o referido Código foi revogado pelo Decreto nº 11.034 publicado em 05 de abril de 2022, que entrou em vigor em 03 de outubro de 2022, fixando as normas gerais sobre o SAC por telefone, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público Federal, visando observância aos direitos básicos do consumidor em obter informação adequada e clara sobre os serviços que contratar e manter-se protegido contra práticas abusivas ou ilegais impostas no fornecimento desses serviços.

De acordo com o novo Decreto, competirá à SENACON desenvolver a metodologia e implementar ferramenta de acompanhamento da efetividade do SAC, que levará em consideração, no mínimo, os seguintes parâmetros: (i) número de reclamações; (ii) taxa de resolução; (iii) índice de reclamações na Ouvidoria; (iv) grau de satisfação do consumidor.

Ouvidoria

De acordo com a Resolução CMN nº 4.860, publicada em 23 de outubro de 2020, as instituições financeiras que tenham clientes pessoas naturais, inclusive empresários individuais, ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte devem estabelecer um departamento de ouvidoria, cuja finalidade é (i) atender, em última instância, as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

atendimento primário da instituição; e (ii) atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

São atribuições da ouvidoria: (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; e (iv) manter o conselho de administração, ou, na sua ausência, a diretoria da instituição, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los.

A estrutura do departamento de ouvidoria de uma instituição financeira deve ser compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. Além disso, a área de ouvidoria não pode estar vinculada a outro componente organizacional da instituição financeira, que configure conflito de interesses ou atribuições, tais como a unidade de negociação de serviços e produtos, a área responsável pela gestão de riscos e as áreas de auditoria interna e conformidade.

Privacidade e Proteção de Dados

Lei Geral de Proteção de Dados

É importante notar que as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até o ano de 2018, o tema "proteção de dados" era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação da Constituição Federal em conjunto com outros poucos diplomas setoriais que regulavam o direito à privacidade no Brasil, dentre os quais se destacavam (i) o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990); (ii) a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011); (iii) o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); e (iv) o Decreto Regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/2016).

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no país de forma geral e complementar às normas setoriais. A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso do Banco PAN. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle e direitos dos indivíduos sobre os seus dados pessoais e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pelo Banco PAN.

Sobre o tema, em julho de 2019, foi aprovada a Lei nº 13.853/2019, por meio da qual se criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, já em operação, que é a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar a aplicação da LGPD e demais leis sobre proteção de dados.

Ademais, relevante destacar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor ocorreu no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, de 10 de junho de 2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas cujo pleito seja a reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas em outros diplomas legais que regulam o direito à privacidade no Brasil e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Desta forma, o Banco PAN deve observar as disposições da LGPD, de modo a garantir conformidade com os requisitos previstos na referida legislação, minimizando, assim, situações de risco, como indisponibilidade do serviço, acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a LGPD e/ou eventuais regulamentações a serem proferidas pela ANPD podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, o que afeta adversamente o Banco PAN.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a regras de sigilo bancário, de acordo com a Lei Complementar nº 105/01. Tal diploma determina que as instituições financeiras devem manter sigilo em relação às operações e serviços que efetuam, excetuadas determinadas hipóteses, dentre elas: (i) a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas do CMN e do Banco Central; (ii) o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo CMN e pelo Banco Central; (iii) o fornecimento das informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações, nas condições e nos prazos que vierem a ser estabelecidos pelo Ministro da Fazenda prestadas pelas instituições responsáveis pela retenção e pelo recolhimento da contribuição à Secretaria da Receita Federal; (iv) a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa; (v) a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados; e (vi) o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos, relativos a operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento de pessoas naturais ou jurídicas, a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito, nos termos da Lei Complementar nº 166, de 8 de abril de 2019, que dispõe sobre o cadastro positivo.

Segurança Cibernética

Em 26 de abril de 2018, o CMN promulgou a Resolução nº 4.658, relacionada às políticas de cibersegurança e à contratação de serviços de armazenamento em nuvem aplicáveis às instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central. De acordo com o normativo, as instituições financeiras devem implementar e manter políticas de segurança cibernética e de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, adaptar seus controles internos e estabelecer plano de ação e de resposta a incidentes. A localização e o processamento dos dados podem ocorrer dentro ou fora do território brasileiro, observadas determinadas restrições, mas o acesso aos dados armazenados deve estar disponível ao Banco Central para fins de inspeção e troca de informações.

Em 26 de fevereiro de 2021, o CMN editou a Resolução nº 4.893, instituindo novo marco regulatório referente às políticas de cibersegurança e contratação de serviços de processamento e armazenamento em nuvem aplicáveis às instituições financeiras. O novo dispositivo introduz alterações pontuais ao regime anterior da Resolução do CMN nº 4.658, de 26 de abril de 2018, especialmente em relação (i) aos prazos e às condições para comunicação do Banco Central sobre a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados em nuvem prestados em localidades cujas autoridades supervisoras não celebraram convênio com o Banco Central; e (ii) à obrigação das instituições estabelecerem e documentarem os critérios que configurem uma situação de crise no gerenciamento de riscos de continuidade de negócios, a serem reportadas ao Banco Central. A nova Resolução entrou em vigor em 1º de julho de 2021.

Correspondentes Bancários

Instituições financeiras são autorizadas a contratar empresas para prestar serviços de correspondente no País, nos termos da Resolução do CMN n.º 4.935, de 27 de julho de 2021. A entrada em vigor da referida Resolução, em 1º de fevereiro de 2022, introduziu a possibilidade de prestação de serviços por meio de plataforma eletrônica e a obrigatoriedade de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

complementação da certificação pela equipe do correspondente que preste atendimento direto ao cliente, visando sua capacitação sob os aspectos técnicos das operações, regulamentação aplicável, LGPD, Código de Defesa do Consumidor, ética e ouvidoria, dentre outras. Os correspondentes no País são empresas contratadas pelas instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que os funcionários dos correspondentes no país devem possuir uma certificação técnica que os autorize a atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Cartões de Crédito

A regulamentação bancária possui normas específicas relativas à cobrança de tarifas de cartões de crédito, à publicação de informações nas faturas de cartões e à obrigatoriedade de fornecer um pacote de serviços básicos na oferta de cartões de crédito aos clientes.

Há, ainda, limitações regulatórias aplicáveis ao crédito rotativo de financiamentos de faturas de cartão de crédito, que pode ser concedido aos clientes até a data de vencimento da próxima fatura do cartão de crédito. Após esse período, as instituições financeiras devem oferecer aos clientes outro tipo de financiamento com condições mais favoráveis do que aquelas que geralmente são encontradas no mercado de cartões de crédito.

Em 19 de maio de 2021, o BCB publicou a Resolução BCB nº 96, que dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de contas de pagamento pelas instituições financeiras, pelas instituições de pagamento e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB e que gerenciam contas de pagamento.

Portabilidade de Crédito

Clientes de instituições financeiras podem transferir suas operações de crédito de uma instituição para outra. Referidas transferências devem observar as normas específicas estabelecidas pelo Banco Central, incluindo a Resolução CMN nº 5.057 de 15 de dezembro de 2022, que disciplina a portabilidade de operações de crédito e dentre outras, estabelece o requisito de que o valor e prazo da operação na instituição financeira recebedora não sejam maiores do que o valor devido e o prazo da operação original.

Regulamento sobre Fintechs

O CMN aprovou, em 26 de abril de 2018, a Resolução nº 4.656, que dispõe sobre a criação de dois novos tipos de instituição financeira, a Sociedade de Crédito Direto e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas. Tais instituições são caracterizadas por operarem exclusivamente por meio de plataformas eletrônicas. Com a criação destas novas instituições financeiras, o Banco Central buscou permitir a operação das chamadas "fintechs" no mercado de crédito, de modo independente das instituições financeiras tradicionais.

Cabe à Sociedade de Crédito Direto a realização de operações de empréstimo, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, e à Sociedade de Empréstimo entre Pessoas a viabilização da realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas. Ambas as instituições devem observar limites mínimos de capital e patrimônio líquido, bem como a regras de constituição e funcionamento e condução de seus controles internos.

Cadastro Positivo

A legislação brasileira regula bancos de dados que contêm informações de desempenho de crédito de pessoas físicas e jurídicas. Bancos de dados administrados por grupo de empresas que possuem conjuntamente patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 70 milhões (excluindo quaisquer valores relacionados com a participação societária entre tais entidades) podem receber informações de desempenho de crédito.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 8 de abril de 2019, o Presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 166/2019, que altera as regras relacionadas ao Cadastro Positivo de desempenho de crédito no Brasil. O referido Cadastro permitiu que cada brasileiro tenha um desempenho de crédito, definido de acordo com o pagamento de suas dívidas. A integração é automática, com a possibilidade de o consumidor optar por não participar. O Cadastro Positivo inclui informações sobre operações de crédito pagas ou em andamento. O banco de dados não pode coletar informações pessoais que não estejam relacionadas à análise de risco de crédito.

Open Finance

O Open Finance, ou sistema financeiro aberto, é a possibilidade para que os clientes de produtos e serviços financeiros permitam o compartilhamento de suas informações entre diferentes instituições autorizadas pelo BCB e a movimentação de suas contas bancárias a partir de diferentes plataformas e não apenas pelo aplicativo ou site do banco, de forma segura, ágil e conveniente.

O modelo de Open Finance brasileiro compreende as instituições financeiras, instituições de pagamento e outras entidades autorizadas pelo Banco Central, possibilitando o compartilhamento, em uma abordagem por fases, de (i) Dados públicos das instituições financeiras, (ii) Compartilhamento de dados do consumidor (iii) Serviços à escolha do consumidor e (iv) Ampliação de dados, produtos e serviços. Somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central podem participar do ecossistema do Open Finance. Dentre tais instituições, no entanto, a regulamentação prevê participantes obrigatórios e voluntários, a depender do porte da instituição e do dado ou serviço que está sendo compartilhado.

Em 4 de maio de 2020, o CMN e o Banco Central aprovaram as regras de funcionamento do Open Finance no país através da Resolução Conjunta nº 1 e da Circular nº 4.015 do Banco Central, as quais disciplinam os objetivos e princípios do Open Finance, a forma de participação na estrutura, os requisitos para compartilhamentos de dados, o escopo dos dados compartilhados, bem como a responsabilidade das partes. A implementação do Open Finance está sendo feita de maneira gradual e escalonada.

A Circular nº 4.032 do Banco Central, de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a estrutura inicial responsável pela governança do processo de implementação no Brasil do Sistema Financeiro Aberto (Open Finance), de acordo com o Regulamento anexo a este normativo. A estrutura inicial responsável pela governança é composta por três níveis: –(i) estratégico, integrado por um Conselho Deliberativo; –(ii) administrativo, integrado por um Secretariado; e –(iii) técnico, composto por Grupos Técnicos.

Em 22 de outubro de 2020, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 24, que alterou a regulamentação de instituições de pagamento, com destaque para a introdução de uma nova modalidade de instituição de pagamento denominada iniciador de transação de pagamentos. O iniciador de transação de pagamento solicita o início de transação de pagamentos entre diferentes participantes do mercado: (a) sem gerenciar conta de pagamento; e (b) sem deter em momento algum os fundos transferidos na prestação do serviço. Por meio de um iniciador de transação de pagamento, os clientes poderão realizar comando de pagamentos por meio de diferentes instituições, independentemente de onde estão domiciliadas as contas envolvidas na transação, o que deverá potencializar os efeitos do Open Finance. A Resolução BCB nº 24 foi revogada a partir de 3 de maio de 2021 pela Resolução BCB nº 80 de 25 de março de 2021.

Acredita-se que o iniciador de transações de pagamento será um dos principais agentes catalizadores do Open Finance, tendo em vista que os serviços por eles prestados contribuirão para o compartilhamento padronizado de dados e serviços, por meio de abertura e integração de plataformas e infraestruturas de sistemas de informação de diferentes arranjos de pagamento.

Sistema de Pagamentos Instantâneos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 12 de agosto de 2020, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 1, que instituiu o arranjo de pagamento Pix, por meio do qual o usuário pode realizar pagamentos e transferências, a partir de sua conta corrente, de pagamento pré-paga ou conta poupança, de forma instantânea, a qualquer hora ou dia, visto que o meio de pagamento fica disponível nas 24 horas do dia, durante os 7 dias da semana. O principal objetivo do Banco Central em instituir um sistema de pagamento instantâneo é tornar a realização de transações de pagamento um ato simples, fácil, conveniente e direto e, dessa forma, melhorando a experiência dos usuários.

A operação de pagamentos por meio do Pix deve ser validada pelas instituições participantes em 34 segundos e posterior nt mee liquidada em 40 segundos (Instrução Normativa BCB nº 5, de 19 de agosto de 2020, substituída pela Instrução Normativa BCB nº 243, de 16 de março de 2022), através de uma infraestrutura de pagamentos centralizada desenvolvida pelo Banco Central, denominada Sistema de Pagamentos Instantâneos ("SPI") e implementada pela Circular do Banco Central nº 4.027, de 12 de junho de 2020, substituída pela Resolução BCB nº 195, de 03 de março de 2022.

As instituições financeiras e de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central e que possuam mais de 500.000 (quinhentas mil) contas de clientes ativas (incluindo contas correntes, de poupança e de pagamento) são obrigadas a participar do Pix e do SPI. A participação das outras instituições financeiras e de pagamentos no Pix é facultativa. O Banco PAN aderiu oficialmente aos ecossistemas Pix e do SPI em 20 de março de 2020, na qualidade de participante facultativo, e, desde então, fornece regularmente pagamentos em tempo real e serviços de transferência aos nossos clientes, ressaltando, contudo, que, em outubro de 2020, comunicou ao Banco Central ter se tornado participante obrigatório.

A Resolução BCB nº 1 também instituiu o Fórum Pix, comitê consultivo permanente que tem como objetivo fazer recomendações ao Banco Central a respeito das regras e procedimentos que regem o funcionamento do Sistema Pix. O Fórum Pix é composto por: (i) participantes do arranjo, representados individualmente ou por meio de associações representativas; (ii) prestadores de serviços de tecnologia da informação, conforme o disposto na Circular do Banco Central nº 3.970, de 28 de novembro de 2019; (iii) usuários pagadores e recebedores, por meio de associações representativas; e (iv) câmaras e prestadores de serviços de liquidação e compensação que ofereçam mecanismos de provimento de liquidez no âmbito do Sistema Pix.

De acordo com a mencionada Resolução, existem quatro tipos de participação: (i) provedor de conta transacional, que é uma instituição financeira ou de pagamento que oferece contas de depósito ou de pagamento aos usuários finais; (ii) entidade governamental, que é a Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade exclusiva de efetuar recolhimentos e pagamentos relativos às suas atividades; (iii) liquidante especial, que são as instituições financeiras e instituições de pagamento que (a) no âmbito do Sistema Pix, têm a finalidade exclusiva de prestar serviços de liquidação a outros participantes, não ofertando serviços aos usuários finais; e (b) atenda aos requisitos para atuar como participante liquidante do SPI; e (c) oferte conta de depósito ou conta de pagamento pré-paga, mas não se enquadre no critério de obrigatoriedade de participação no Pix; e (iv) iniciador

Aprovação do novo marco legal para o mercado de câmbio pela Câmara dos Deputados

Por iniciativa do Banco Central, o Presidente do Brasil apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.387/2019 visando aprimorar o arcabouço legal do mercado de câmbio brasileiro ("Nova Lei de Câmbio"), inclui disposições relativas ao capital brasileiro detido no exterior e capital estrangeiro detido no Brasil e visa modernizar, simplificar e aumentar a segurança jurídica do atual regime legal do mercado de câmbio brasileiro.

O projeto foi transformado na Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, e as principais alterações trazidas pela Nova Lei de Câmbio são: (i) a confirmação legal de que as operações de câmbio podem ser realizadas livremente (desde que por meio de entidades autorizadas a operar neste mercado e observadas as regras aplicáveis); (ii) a concessão de amplos poderes ao CMN e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ao Banco Central para regular o mercado de câmbio e seu funcionamento; (iii) a expansão da atividade de correspondência internacional dos bancos brasileiros; (iv) a possibilidade de instituições bancárias brasileiras investirem e emprestarem no exterior recursos captados no Brasil ou no exterior; (v) exclusão de seu escopo de operações de compra e venda de moeda estrangeira de até US \$ 500 entre pessoas físicas, eventual e não profissional; e (vi) a outorga de poderes ao Banco Central para estabelecer as situações em que não se aplicaria a proibição da compensação privada de créditos entre residentes e não residentes.

Edital de Consulta Pública do Banco Central para aprimorar regulamentação do mercado de câmbio

Em 12 de novembro de 2020, o Banco Central lançou o Edital de Consulta Pública nº 079/2020, com proposta para aprimorar a regulamentação cambial, considerando inovações tecnológicas e novos modelos de negócios relacionados a pagamentos e transferências internacionais.

A proposta, considera a crescente digitalização no sistema financeiro e os novos modelos de negócio e objetiva aumentar a eficiência na prestação de serviços aos cidadãos e empresas que interagem com o exterior, permitindo que o atendimento ao público relativo a pagamentos e transferências internacionais seja realizado em ambiente mais competitivo, inclusivo e inovador.

Nesse sentido, dentre as principais alterações contempladas no Edital de Consulta Pública, destacam-se as seguintes: (i) eliminar o limite de R\$10.000,00 (dez mil reais) para o uso de conta de pagamento, pré-paga e pós-paga, mantida em instituição financeira ou em outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central para a entrega do contravalor em reais nas operações de câmbio; (ii) permitir que instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central possam também ser autorizadas a operar no mercado de câmbio para a realização de determinadas operações; (iii) regulamentar o uso da conta de pagamento pré-paga em moeda nacional titulada por residente, domiciliado ou com sede no exterior, que deverá ser mantida em instituição autorizada a operar no mercado de câmbio e cujas movimentações são limitadas a R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo vedado trânsito de recursos de terceiros; (iv) permitir o pagamento de importação mediante o crédito a conta de pagamento pré-paga em moeda nacional de titularidade do legítimo credor não residente mantida em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central; e (v) permitir que recursos ingressados com as condições da ordem de pagamento pactuadas pelo remetente no exterior também possam ser entregues ao destinatário mediante crédito a sua conta de pagamento mantida em instituição financeira ou em outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, devendo o valor em reais a ser integralmente recebido pela pessoa natural destinatária final no Brasil ser preestabelecido no exterior e limitado a R\$10.000,00 (dez mil reais) por operação.

A proposta também consolida e moderniza a regulamentação dos serviços de pagamentos ou transferências internacionais no mercado de câmbio, uniformizando o tratamento das aquisições de bens e serviços realizadas com a participação de emissores de instrumentos de pagamento para uso internacional, facilitadores e intermediários de pagamentos internacionais e representantes em compras internacionais.

A data para encaminhamento de contribuições a esta consulta pública se encerrou em 29 de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 277, que regulamenta a Lei nº 14.286, em relação ao mercado de câmbio, relativamente ao ingresso e saída de valores em reais e em moeda estrangeira no país.

Penalidades em caso de infração da legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras

A legislação e regulamentação bancária preveem a imposição de penalidades a instituições financeiras em determinadas situações em que as exigências, controles e requisitos aplicáveis

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

não forem observados. Nos termos da Lei 13.506/17 e da Resolução BCB nº 131, de 20 de agosto de 2021, tais penalidades abrangem: (i) admoestação pública; (ii) multa; (iii) proibição de praticar determinadas atividades ou prestar determinados serviços para as instituições financeiras, demais instituições supervisionadas pelo Banco Central e integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (iv) inabilitação para atuar como administrador e para exercer cargo em órgão previsto em estatuto ou em contrato social de pessoa mencionada no item (iii) acima; e (v) cassação de autorização para funcionamento.

Além disso, segundo a Resolução CMN nº 4.970 de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, o Banco Central pode cancelar a autorização de funcionamento das instituições financeiras se uma ou mais das seguintes situações forem verificadas a qualquer momento: (i) falta de prática habitual de operações consideradas essenciais, nos termos das normas aplicáveis, para as espécies de instituições mencionadas no artigo 1º do Regulamento previsto nesta Resolução; (ii) inatividade operacional; (iii) não localização da instituição no endereço informado ao Banco Central; (iv) interrupção, por mais de 4 (quatro) meses, sem justificativa, do envio ao Banco Central dos demonstrativos exigidos pela regulamentação em vigor; ou (v) descumprimento do plano de negócios conforme previsto na Resolução CMN nº 4.970/2021. Eventual cancelamento de licença bancária apenas pode ocorrer após os procedimentos administrativos adequados serem observados pelo Banco Central.

Investimento Estrangeiro em Instituições Financeiras

Em 26 de setembro de 2019, foi emitido o Decreto 10.029, que autoriza o Banco Central a reconhecer como de interesse do governo brasileiro a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

O Banco Central regulamentou este decreto através da Circular 3.977/20 que equipara investimento estrangeiro em instituições financeiras ao investimento nacional, sendo exigíveis os mesmos requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle e reorganizações societárias de instituições financeiras, previstos na regulamentação em vigor para investidores brasileiros.

Regimes de Resolução do Banco Central do Brasil

As instituições financeiras estão sujeitas aos regimes de resolução que o Banco Central pode aplicar, os quais estão previstos (i) na Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial, (ii) no Decreto-Lei nº 2.321/87, que trata do regime de administração especial temporária (RAET) e (iii) na Lei nº 9.447/97, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores e a indisponibilidade de seus bens, bem como sobre a responsabilização das instituições de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes. No caso do regime de liquidação extrajudicial, aplicam-se, subsidiariamente, os dispositivos aplicáveis à falência, previstos na Lei nº 11.101/05.

O Banco Central é responsável pela decretação e pelo acompanhamento dos regimes de resolução, atuando também como instância administrativa em recursos contra decisões do conselho diretor, interventor ou liquidante ou na autorização de atos específicos determinados em lei. O Banco Central deve instaurar inquérito para apurar as causas que levaram a instituição ao regime especial de resolução e a responsabilidade de seus administradores e, controladores, membros do conselho fiscal e prestadores de serviços de auditoria independente.

Intervenção

A intervenção é adotada com o objetivo de impedir o agravamento da situação de risco patrimonial ou das irregularidades cometidas. O Banco Central nomeia o interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo suas atividades normais e os mandatos dos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

respectivos dirigentes. Caso a intervenção seja decretada em instituições financeiras ou cooperativas de crédito, os depositantes gozam de garantia no valor de até R\$250.000,00, pagas pelo FGC ou Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito ("FGCOOP").

A intervenção tem duração de até 6 meses, prorrogável por, no máximo, outros 6 meses. Conforme as circunstâncias de cada caso, a intervenção cessará pela retomada das atividades normais da instituição ou pela decretação de sua liquidação extrajudicial ou falência.

Regime de Administração Especial Temporária

O regime de administração especial temporária ("RAET") é um regime de resolução que não interrompe nem suspende as atividades normais da instituição. Seus principais efeitos são a perda do mandato dos dirigentes da instituição e sua substituição por um conselho diretor ou por pessoa jurídica com especialização na área, com amplos poderes de gestão. O RAET não aciona a garantia do FGC ou FGCOOP.

A duração do RAET é fixada pelo Banco Central e o regime objetiva especialmente a adoção de medidas que visem à manutenção das atividades da instituição. Conforme as circunstâncias de cada caso, o RAET cessará: (i) se a União Federal assumir o controle acionário da Instituição, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social; (ii) nos casos de transformação, incorporação, fusão, cisão ou de transferência do controle acionário da instituição; (iii) quando a situação da instituição se houver normalizado; ou (iv) pela decretação da liquidação extrajudicial.

Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial é o regime de resolução que se destina a promover a retirada da instituição do Sistema Financeiro Nacional, principalmente quando ocorrer situação irreversível de insolvência, podendo ser aplicada também quando forem cometidas graves infrações, entre outras hipóteses legais.

Neste regime, as atividades da instituição são interrompidas e todas as obrigações são consideradas vencidas. Os credores se submetem a processo de classificação pela ordem de preferência estabelecida na Lei nº 11.101/05. O regime busca a liquidação dos ativos existentes para viabilizar o pagamento que for possível aos credores. Caso a liquidação extrajudicial seja decretada em instituições financeiras ou cooperativas de crédito, os depositantes gozam de garantia no valor de até R\$250.000,00, paga pelo FGC ou FGCOOP.

O liquidante nomeado pelo Banco Central tem amplos poderes de administração e liquidação, especialmente os de verificação e classificação dos créditos, podendo nomear e demitir funcionários, fixando-lhes os vencimentos, outorgar e cassar mandatos, propor ações e representar a instituição em juízo ou fora dele. Apenas em situações específicas, definidas em lei, a prática de determinados atos pelo liquidante depende de autorização do Banco Central, como, por exemplo, ultimar os negócios pendentes, onerar ou alienar bens ou requerer a falência.

A liquidação extrajudicial cessará: (i) se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, prosseguirem com as atividades econômicas da empresa; (ii) por transformação em liquidação ordinária, conduzida pela própria instituição, segundo as regras de direito privado, sem a participação do Banco Central; (iii) com a aprovação das contas finais do liquidante e baixa no registro público competente; ou (iv) se decretada a falência da entidade. O pedido de falência é feito exclusivamente pelo liquidante e depende de autorização do Banco Central. A falência deverá ser deferida quando o ativo da instituição não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirografários, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares.

Lei de Falências

A Lei 11.101/05, regulamenta as recuperações judiciais, as recuperações extrajudiciais e a falência de empresários e sociedades empresárias, sendo aplicável às instituições financeiras

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

apenas em relação às questões que não sejam regulamentadas especificamente pelos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial descritos acima.

Tributação

Tributação de operações financeiras

As operações financeiras realizadas no Brasil estão em geral sujeitas ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), que pode incidir de forma definitiva ou a título de antecipação, e ao Imposto sobre Operações de Crédito, de Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF").

De um modo geral, as receitas auferidas por empresas brasileiras, provenientes de operações financeiras, estão sujeitas à tributação pela Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), enquanto os resultados decorrentes dessas operações devem compor a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL").

Para as instituições financeiras, existem tratamentos específicos que devem ser levados em consideração. Assim, trazemos abaixo breve explicação acerca da metodologia de cálculo de cada um desses tributos, considerando as peculiaridades aplicáveis às instituições financeiras.

Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Para as instituições financeiras, os rendimentos e ganhos decorrentes de suas operações – incluindo operações financeiras – também devem compor a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em linhas gerais, as instituições financeiras estão obrigadas à apuração do lucro de acordo com a sistemática do lucro real, em que o IRPJ incide sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável que exceder o valor de R\$ 20.000,00 por mês ou R\$ 240.000,00 por ano. Para a CSLL aplica-se a mesma sistemática de tributação do IRPJ, com os ajustes próprios da base de cálculo da referida contribuição, previstos em lei, sendo que a alíquota aplicável é de 20% a partir de janeiro de 2023.

Por sua vez, os rendimentos ou ganhos líquidos das instituições financeiras provenientes de aplicações financeiras em renda fixa ou variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria não estão sujeitos ao IRRF devido a título de antecipação, compondo, porém, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Por fim, o imposto de renda incide sobre os rendimentos ou ganhos decorrentes de operações financeiras realizadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no Brasil. O imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos em operações financeiras por brasileiros residentes, em geral, depende: (i) do tipo de investimento; e (ii) do prazo do investimento. O imposto de renda sobre os rendimentos provenientes de operações financeiras: (i) é considerado para pessoas jurídicas brasileiras como um pagamento antecipado do imposto de renda devido por eles; e (ii) é exclusivo para os indivíduos que são residentes no Brasil. Os investimentos em mercados financeiros e de capitais feitos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior são geralmente sujeitos às mesmas regras de tributação aplicáveis aos residentes no Brasil, exceto para os investimentos estrangeiros que se beneficiam atualmente de um regime tributário favorável em conformidade com regras estabelecidas pelo CMN.

Contribuições ao PIS e COFINS

As instituições financeiras estão sujeitas ao regime cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, cujas alíquotas aplicáveis são de 0,65% e 4,0%, respectivamente. Especificamente em relação às instituições financeiras, é possível excluir e/ou deduzir da base de cálculo do PIS e da COFINS algumas despesas, perdas e encargos relacionados a sua atividade e aos serviços bancários

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

prestados, desde que previstos em lei e observadas as limitações relativas. Finalmente, note-se que a sistemática de tributação do PIS e da COFINS aplicável às instituições financeiras não se equipara ao regime da não-cumulatividade aplicável a determinadas pessoas jurídicas, já que, embora haja a possibilidade de exclusão de determinadas despesas, não há a possibilidade de aproveitamento de créditos.

IOF

O IOF é um imposto sobre operações de crédito, de câmbio e seguro e de operações relativas a títulos e valores mobiliários. A alíquota do IOF varia de acordo com a operação em questão, podendo ser alterada, observados os limites legais, por meio de decreto do Poder Executivo, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Alterações na legislação do IOF também passam a ser imediatamente aplicáveis, apesar de qualquer aumento das alíquotas do IOF valer apenas para operações futuras.

As operações de câmbio realizadas por instituições financeiras autorizadas estão sujeitas ao IOF ("IOF/Câmbio") à alíquota máxima de 25% sendo que em geral, fica reduzida para 0,38%, observadas as algumas exceções tais como: (i) 6% para operações de câmbio de empréstimos com os prazos médios mínimos de até 180 dias; (ii) 6,38% para operações de câmbio para a aquisição de bens ou serviços fora do Brasil com cartões de crédito, de débito ou pré-pago; (iii) 0% para operações de câmbio relativas à exportação de bens e serviços; e (iv) 0% para operações de câmbio de natureza interbancária entre instituições integrantes do SFN autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre estas e instituições financeiras no exterior.

O IOF também poderá ser cobrado sobre as emissões de títulos ou valores mobiliários, incluindo, operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, com alíquota máxima de 1,5% ao dia.

O IOF também se aplica às operações de crédito, exceto para o crédito externo. O IOF incidente sobre operações de crédito é calculado, de modo geral, a uma alíquota diária de 0,0041% nas operações com pessoas jurídicas e 0,0082% nas operações com pessoas físicas, até um limite de 1,5%. Tem-se ainda uma alíquota adicional de 0,38% que se aplica a maioria das transações de crédito.

O IOF incide sobre operações de seguro nas seguintes alíquotas: (i) 0%, nas operações de resseguro ou aquelas relacionadas a créditos de exportação, ao transporte internacional de mercadorias ou quando os prêmios são alocados para o financiamento de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, entre outras; (ii) 0,38% dos prêmios relativos a planos de seguro de vida e congêneres, entre outros; (iii) 2,38% dos prêmios pagos no caso de seguros privados de assistência à saúde; e (iv) 7,38% nas demais operações de seguro. O seguro rural, dentre outras operações de seguro específicas, é isento de IOF.

Imposto Sobre Serviços

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e, via de regra, é cobrado diretamente ao Município onde o contribuinte possui estabelecimento permanente, podendo haver exceções. As alíquotas do imposto variam de 2% até o máximo de 5% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza. Em São Paulo, as alíquotas variam de 2% a 5%, a depender do serviço prestado.

Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) criminal; e (iii) cível.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são "diversas e independentes" porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas, não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

(i) *Responsabilidade Administrativa*

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. Trata-se de responsabilidade de natureza subjetiva e endereçada diretamente ao agente causador do dano diante de comprovado dolo ou culpa deste.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

(ii) *Responsabilidade Criminal*

Também possui natureza subjetiva com a necessária comprovação de dolo ou culpa do agente com relação ao dano ambiental identificado. Caso as autoridades competentes comprovem a operação sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), punível com pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

(iii) *Responsabilidade Civil*

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente"), bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, vale dizer que no Direito Ambiental brasileiro, adotou-se a responsabilidade civil fundada no risco integral, estendendo-se a responsabilidade civil a todos aqueles que, de alguma forma, deram causa ao dano ambiental, bastando a comprovação (i) do dano causado ao meio ambiente; (ii) de uma atividade ou omissão degradadora; e (iii) do nexo causal entre o dano e o fato da atividade degradadora, sendo irrelevante discutir se houve culpa ou não do agente (como no caso da responsabilização nas esferas administrativa e criminal).

A amplitude com que a legislação brasileira trata os sujeitos responsáveis pelo dano ambiental, por meio da noção de poluidor adotada no artigo 3º, IV, da Lei 6.938/1981, segundo o qual poluidor é a "pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental", ensejou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de que sob a ótica do nexo de causalidade, para fins de responsabilização civil pelo dano ambiental, "equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, que financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem".

Isto é, o STJ passou a entender como viável a responsabilização civil de todos aqueles que, de alguma forma, direta ou indiretamente, realizam condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, ampliando, sem dúvida, o espectro dos sujeitos responsáveis por danos ambientais; sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas, e no tocante às pessoas jurídicas, sejam de direito privado, sejam de direito público.

Com isso, abrem-se diversas possibilidades de responsabilização de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, com a ampliação dos sujeitos responsáveis por degradações ambientais e uma das hipóteses é, precisamente, a viabilidade de responsabilização civil das instituições financeiras que concedem crédito ou financiamento para atividades efetiva ou potencialmente lesivas ao meio ambiente.

Até o momento, não há uma pacificação do entendimento, tampouco muitos exemplos na prática de que tal responsabilização esteja, de fato, ocorrendo. Vale destacar que uma parte da doutrina tem o entendimento no sentido de que, após o termo final de vigência do contrato de financiamento, não há mais que se falar em responsabilidade civil do financiador, exceto no caso de este último conceder o empréstimo sem a plena observância das normas ambientais, quando passará a responder sem qualquer limitação temporal. Outra parte da doutrina sustenta que a responsabilidade civil do financiador persiste em momento posterior, desde que se possa extrair o elemento causal que permita a imputação da responsabilidade, o que nem sempre é fácil na prática. De todo modo, destaca-se, por tanto, a possibilidade de responsabilização de instituições financeiras, principalmente na esfera civil em matéria ambiental.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas às questões ambientais e sociais pelo emissor

Até março de 2023, não houve custos incorridos pelo Banco PAN para o cumprimento de práticas ambientais legais ou obrigatórias. No desenvolvimento de suas atividades, o Banco PAN não depende, por ora, da concessão de licenças ambientais, vez que sua atividade não é considerada da potencialmente poluidora nos termos da legislação e regulamentação ambiental.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, o Banco PAN ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais. De toda forma, o Banco PAN já possui Diretrizes Corporativas de Responsabilidade Socioambiental em estrito cumprimento às regulamentações aplicáveis às instituições financeiras sobre o tema. Além disso, o banco participa

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de agendas voluntárias sobre o tema e calcula e divulga seu inventário de carbono anual auditado, inclusive com emissões financiadas.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de nossas subsidiárias e filiais, como "Banco PAN", "Grupo PAN", "BancoPAN", "BANCO PAN NOTA DEZ", entre outras, as quais são bastante relevantes para nossas atividades. Somos também titulares de alguns nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, bem como alguns programas de computador. No plano internacional, possuímos a titularidade de alguns nomes de domínio.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há

ii. em favor de partidos políticos

Não há

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Todo lucro líquido do Banco PAN no período findo em 31 de março de 2023, no montante de R\$ 172,2 milhões é proveniente do país sede da companhia, Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois o Banco PAN não auferiu receitas no exterior no período findo em 31 de março de 2023.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que o Banco PAN não possui operações em países estrangeiros e não está sujeito a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O Banco PAN divulga Relatório Anuais com informações ESG desde o ano de referência 2020 em seu site de Relações com Investidores.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Para o Relatório Anual Vigente, referente ao ano 2022, foram utilizadas as metodologias Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para os anos de 2020 e 2021, foi utilizada apenas a metodologia GRI.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de 2022 foi auditado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG).

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A edição vigente e as edições passadas estão disponíveis em: <https://ri.bancopan.com.br/show.aspx?idCanal=Nna6ZxvAEo6v+SkvmRm7Sg=&linguagem=pt>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Em 2022 foi realizada a segunda pesquisa de materialidade do Banco PAN com suas partes interessadas. Inicialmente foram realizadas entrevistas presenciais com os heads de ESG dos principais stakeholders do Banco PAN (Diretoria Executiva, COAUD – Comitê de Auditoria, CA – Conselho de Administração, Febraban – Federação Brasileira de Bancos e BTG Pactual). Após definida a lista ampliada de temas que iriam para consulta de priorização, foram consultados via questionários on-line mais de 3 mil stakeholders, dentre eles clientes, colaboradores, autorreguladores, correspondentes bancários, lojistas parceiros, fornecedores, mídia especializada e analistas de mercado de capitais. Em paralelo, foi elaborado junto à área de riscos da Companhia, uma análise dos principais impactos dos temas no negócio para compor o estudo de materialidade, seguindo as diretrizes da GRI. Após concluído o processo de consolidação dos resultados dos questionários e da análise de impactos, foram definidos dez temas materiais para o PAN, conforme abaixo:

1. Inovação e tecnologia
Verificamos que os impactos atrelados ao tema podem ser tanto positivos como negativos, assim como reais e potenciais. Os reais são a otimização e eficiência, processos do banco e ampliação na distribuição direta de produtos. Os potenciais estão relacionados à possibilidade de produtos e serviços desatualizados, acarretando na perda de mercado e competitividade.
2. Cultura, Pessoas e Diversidade & Inclusão
Levantamos impactos em sua maioria positivos, reais e potenciais. A gestão do tema está refletida no nosso quadro funcional, (étnico racial, pessoas com deficiência, gênero, LGBTQIA+) e pode resultar em mais diversidade na alta gestão. Ações nessa temática refletem também na reputação de marca empregadora, bem como no aumento na

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

produtividade e na capacidade de atrair talentos qualificados. Com isso, esperamos impacto de melhora no nível de satisfação de clientes e na taxa de rotatividade dos colaboradores. Caso ações sejam descontinuadas, pode haver impacto negativo (potencial) de perda de capital humano.

3. Satisfação do cliente e jornada do produto
Trata sobre as questões relacionadas à satisfação e experiência do cliente pelo produto ou serviço prestado, incluindo a transparência nas práticas comerciais, comunicação clara de condições de produtos e serviços, e gestão de correspondentes bancários para o relacionamento com o cliente.
4. Privacidade e proteção de dados
Impactos para o tema são reais, positivos e negativos. As perdas de dados dos clientes e colaboradores gera impactos reputacional e financeiro com pagamento de multas e perda de contratos. Para aumentar a segurança, estendemos os investimentos em infraestrutura de segurança de dados, treinamentos e conscientização dos colaboradores e terceiros e atualização dos processos internos relacionaos a privacidade e proteção de dados.
5. Prevenção a fraude
Atrelamos impactos para o tema a perdas financeira e reputacionais em decorrência de eventos de fraude e aumento em número de reclamações por cobrança de contratos fraudulentos
6. Gestão integrada de riscos e parceiros
Na integração da análise de riscos ESG aos demais riscos da empresa, identificamos um impacto positivo real. Por outro lado, caso ocorra, o tempo de resposta a eventos críticos com impacto operacional financeiro e de imagem é potencialmente negativo. Mudanças regulatórias também são um impacto negativo potencial para a originação de linhas de crédito consignado.
7. Ética, transparência e Compliance
Levantamos tanto impactos negativos quanto positivos para o tema, assim como reais e potenciais. Entendemos que o desempenho da nossa gestão reflete em impacto de credibilidade com as partes interessadas. Por outro lado, temos risco de perdas financeiras e cobrança de multas devido a não conformidade com leis e regulamentos setoriais. Com acionistas, podemos perder valor caso haja falta de informações transparentes, bem como a credibilidade perante a sociedade. Atitudes antiéticas podem impactar, também, em perda de mão de obra qualificada.
8. Desempenho econômico
Os impactos que identificamos são positivos e negativos, todos potenciais, e estão relacionados à possibilidade de incapacidade de concessão de crédito e investimentos em novos negócios, na geração ou destruição de valor para nossos stakeholders externos (como acionistas) e internos (como colaboradores), e em boa capacidade de captação de crédito no mercado de capitais.
9. Gestão de imagem e reputação
Os impactos que levantamos foram potenciais e negativos, tais como: falha em gestão de processos/riscos ESG; e perdas financeiras e de clientes por impacto na reputação.
10. Governança corporativa
Os impactos para este tema são potenciais e negativos, e estão relacionados ao possível evento de conflito de interesse, causando uma gestão controversa; preterir a Agenda ESG pela alta liderança; saída de executivos-chave e falha na integração das empresas adquiridas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim, os ODS materiais para o banco PAN são:



g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Sim, o Relatório considera parte das recomendações do TCFD e já publica parte da seção de Riscos e de Governança Corporativa do Relatório Anual de acordo com as orientações do TCFD. Em seus próximos relatórios, o Banco PAN pretende reportar 100% das recomendações.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim, o banco PAN calcula e publica seu inventário de emissões dentro dos escopos 1, 2 e 3 desde 2020. Em 2021, pela primeira vez, o Banco PAN publicou suas emissões financiadas da carteira de veículo, o único produto oferecido pelo PAN que emite gases causadores do efeito estufa. Em 2022, como forma de trazer ainda mais transparência e comparabilidade aos dados divulgados, o banco aderiu ao Partnership for Carbon Accounting Financials ("PCAF"), parceria de empresas do setor privado cujo objetivo é facilitar a transparência e responsabilização do setor financeiro ao Acordo de Paris.

Emissões Grupo PAN (PAN e controladas):

Escopo	2021	2022
Escopo 1	0	37
Escopo 2	291	97
Escopo 3	1.719	2.450
Total	2.010	2.584

Emissões da carteira financiada em PCAF:

Escopo	2021	2022
Veículos leves	405.113	439.418
Motos	106.782	60.566
Total	511.895	499.984

Maiores informações sobre o inventário de carbono podem ser encontradas no Relatório Anual do PAN em:

<https://ri.bancopan.com.br/show.aspx?idCanal=Nna6ZxvAEo6v+SkvmRm7Sg==&linguagem=pt>

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não Aplicável

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não aplicável. O Banco PAN não é caracterizado como sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2023, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco. No exercício findo em 2022, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco. No exercício findo em 2021 houve aquisição da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. e da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda, conforme mencionado no item 2.4 deste formulário de referência. No exercício findo em 2020, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

No exercício findo em 2022 não ocorreram operações de fusão, cisão, incorporação de ações, aumento ou redução de capital, no entanto ocorreram os fechamentos das operações de aquisição de participação na Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. e a incorporação da totalidade das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., conforme a seguir detalhado.

Aquisição Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. ("Contrato de Compra e Venda"), plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021, a qual ensejou na celebração do Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda em 12/01/2022.

Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4 – "PAN") assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. ("Mosaico") (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, com emissão de 101.276.624 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal do PAN ("Ações BPAN4") a serem entregues aos acionistas da Mosaico, em uma relação de troca de 0,8x (MOSI3/BPAN4) ("Operação").

Também no âmbito da Operação, os acionistas da Mosaico receberam 21.099.296 bônus de subscrição de emissão do PAN ("Bônus de Subscrição"), sendo que cada bônus deu direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais)

Considerando as aprovações pelas assembleias gerais do PAN e da Mosaico, pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 25/11/2021 e do BACEN em 09/03/2022, foram cumpridas as condições suspensivas usuais de mercado, bem como realizados todos os atos para cumprimento dos procedimentos operacionais necessários para o efetivo fechamento da Operação, realizado em 11 de março de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Através da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações realizado em 18 de maio de 2021 ("Contrato"), o Banco Sistema S.A., subsidiária do Banco BTG Pactual S.A., adquiriu 49,2% do capital social votante do Banco Pan, equivalente a 26,8% do capital social total do Banco Pan, totalmente subscritas e integralizadas; e (ii) de 1% das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de emissão do Banco Pan e de titularidade do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), equivalente a 0,55% do capital social total do Banco Pan, totalmente subscritas e integralizadas.

A celebração do contrato implicou também no Distrato ao acordo de Acionistas celebrado entre a CAIXAPAR e o Banco BTG Pactual. Este último, se tornando controlador único do Banco PAN desde então.

Nesse sentido, esclarecemos que as informações detalhadas sobre a Companhia podem ser encontradas no Estatuto Social vigente e nas políticas disponibilizadas no site de Relação com Investidores da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

O Banco PAN passou por reposicionamento estratégico em 2017, decidindo focar suas atividades na concessão de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros. Nesse sentido, foram descontinuadas as linhas de negócios na concessão de Crédito para Empresas e Crédito Imobiliário.

O saldo dos créditos imobiliários concedidos encerrou o ano de 2022 com R\$ 241 milhões e o primeiro trimestre de 2023 em R\$ 233 milhões. A carteira de Crédito para Empresas encerrou o ano de 2022 com saldo de R\$ 90 milhões e o primeiro trimestre de 2023 em R\$ 98 milhões, integralmente provisionada. Vale ressaltar também que, em março de 2023, não havia mais nenhuma fiança emitida.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não foi celebrado nenhum contrato relevante pelo Banco PAN ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A missão do Banco PAN é oferecer soluções inteligentes e personalizadas aos seus clientes, através de seus múltiplos canais e com um diverso portfólio de créditos e serviços. Ao longo dos últimos anos, o Banco tem direcionado seus esforços para simplificar a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que entrega resultados positivos aos seus acionistas.

Em 2018, o PAN entregou relevantes lançamentos no que tange não só a melhor experiência dos clientes, como a consequente escala dos seus índices de engajamento, a saber: (i) aplicativo para simulação de financiamento de veículos, (ii) app de cartões, e (iii) armazenamento de dados em nuvem.

Já em 2019, teve início a formalização digital e a autocontratação digital para o crédito consignado (sem papel e com a utilização de biometria facial), além da contratação digital para o financiamento de veículos e cartão de crédito consignado. Outros grandes avanços realizados também em 2019 foram o OPEN API e o Crédito Floor Plan (veículos).

Em fevereiro de 2020, o PAN lançou seu aplicativo da Conta Digital. Assim, teve início a ainda mais relevante expansão da autonomia dos clientes, garantindo a manutenção do importante relacionamento com o cliente e, como consequência, impulsionando as métricas de recorrência e recomendação.

Em março de 2021, a Caixa Participações S.A. - Caixapar iniciou o processo de desinvestimento das ações ordinárias que possuía. Este processo culminou com a assinatura, em 05 de abril de 2021, do acordo que previa a compra da totalidade de suas ações pelo Banco BTG Pactual S.A, após as aprovações regulatórias. Em 19 de maio de 2021 a operação de compra foi concluída, após a aprovação das autoridades competentes.

A solidez da Caixa foi fundamental nesse período de mais de 10 anos de investimento e esta parceria continua não apenas através de acordos de funding e cessão, mas também na medida em que venham a surgir novas oportunidades de realização de negócios.

Em junho de 2021, o PAN passou a oferecer em sua plataforma a antecipação do saque-aniversário do FGTS, sendo pioneiros na oferta desse produto diretamente pelo app. Sendo assim, o Banco deu mais um passo aliado à sua estratégia de fornecer produtos e serviços de crédito de forma universal, contextualizada e personalizada, com portfólio diversificado e através de seus múltiplos canais.

Finalmente, em outubro de 2021, foi anunciada a aquisição da Mosaico, com o objetivo de criar um ecossistema completo e oferecer aos clientes soluções de consumo atreladas a soluções financeiras, facilitando a jornada de compra. Um mês após o anúncio da transação, ocorreu também os lançamentos do Cartão Buscapé (integrado à oferta de cashback), bem como da experiência da Loja PAN, disponível diretamente no app.

O Banco PAN é hoje um dos maiores bancos digitais do Brasil, com mais de 25 milhões de clientes, mais de R\$39,3 bilhões de carteira de crédito, e com resultados positivos recorrentes e robustos.

Estes números demonstram sua capacidade de execução simples e ágil, conduzida por um time extraordinário e extremamente motivado. Com constante evolução das métricas de engajamento, o PAN permanece focado na ampliação de sua de clientes, com crescimento sustentável e apetite de risco conservador. O Banco irá manter seus investimentos na diversificação de portfólio e no fortalecimento dos canais de originação, ao mesmo tempo em que proporciona melhorias de forma constante na experiência dos seus clientes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN S.A ("Banco PAN", "PAN" ou "Companhia") relativas ao período de 3 meses findos em 31 de março de 2023 e com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website do Banco PAN (ri.bancopan.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Por sermos uma instituição financeira, estamos sujeitos à regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "Banco Central") para preparação de nossas demonstrações contábeis. Dessa forma, além de nossas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, elaboramos demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central ("Bacen").

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas auditadas para o período findo em 31 de março de 2023 e demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram elaboradas de acordo com Bacen.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores, informações que os ajudarão a comparar as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativa período de três meses findo em 31 de março de 2023 e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em Bacen, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações contábeis.

Considerando os padrões estabelecidos pelas IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), foi incluída ao final do item 2.11, explicação qualitativa com as principais diferenças entre IFRS e Bacen.

Além do descrito nesta Seção 2, também são descritas algumas métricas não contábeis de desempenho chave que a administração do Banco PAN usa para avaliar seus negócios, medir seu desempenho, identificar tendências de negócios e tomar decisões estratégicas, tais como resultado líquido após dedução do excesso de despesas financeiras e venda de crédito tributário de prejuízo fiscal (não auditado) e o retorno sobre seu patrimônio líquido médio ajustado não auditado, que, podem ser analisadas na Seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis do Banco PAN ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco PAN, ou em relação aos totais do ativo/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras disponibilizadas neste Formulário de Referência foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que são aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Contexto Operacional

O Banco PAN é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco PAN tem foco de atuação no varejo, com oferta de uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e veículo, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros, marketplace e subadquirência. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário e recarga de celular. A Companhia possui carteiras em run-off de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre o Banco PAN e suas empresas controladas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras, sendo parte integrante do plano de negócios. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas de intermediação financeira.

Destaques patrimoniais

Em 31 de março de 2023, os ativos do Banco PAN totalizaram R\$ 57.078,1 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 7.813,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos do Banco PAN totalizaram R\$ 56.134,2 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 7.707,9 milhões.

Abaixo são apresentados os principais destaques patrimoniais do PAN, carteira de crédito e fontes de captação de recursos, que foram elaborados gerencialmente.

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito encerrou o período findo em 31 de março de 2023 com saldo de R\$ 39.310,7 milhões, 0,7% maior do que o saldo de R\$ 39.035,5 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A carteira core - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos, cartões de crédito e, empréstimos FGTS - apresentou crescimento de 0,9% em 31/03/2023 impulsionada pelo avanço das carteiras de Veículos e Consignado, que cresceram, respectivamente, 6,5% e 4,8% no período de três meses. Esse crescimento ocorreu principalmente devido ao aumento no volume da nossa originação em empréstimo consignado no produto cartão benefício de crédito consignado. Em relação a carteira de veículos, temos alavancado nosso market share através de canais digitais, com foco no financiamento de veículos usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas. Já as carteiras de Crédito Imobiliário, em run-off, apresentou recuo de 3,3% em três meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito retida por segmento de atuação:

	31/03/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
Veículos	17.830,4	45,4%	16.741,2	42,9%	6,5%
Consignado (Empréstimos e Cartões)	15.690,9	39,9%	14.979,2	38,4%	4,8%
Empréstimos FGTS	1.964,4	5,0%	2.943,7	7,5%	-33,3%
Cartão de crédito	3.151,3	8,0%	3.610,9	9,3%	-12,7%
Imobiliário	232,8	0,6%	240,7	0,6%	-3,3%
Empresas	97,7	0,2%	90,1	0,2%	8,5%
Outros	343,1	0,9%	429,7	1,1%	-20,2%
Total	39.310,7	100,0%	39.035,5	100,0%	0,7%

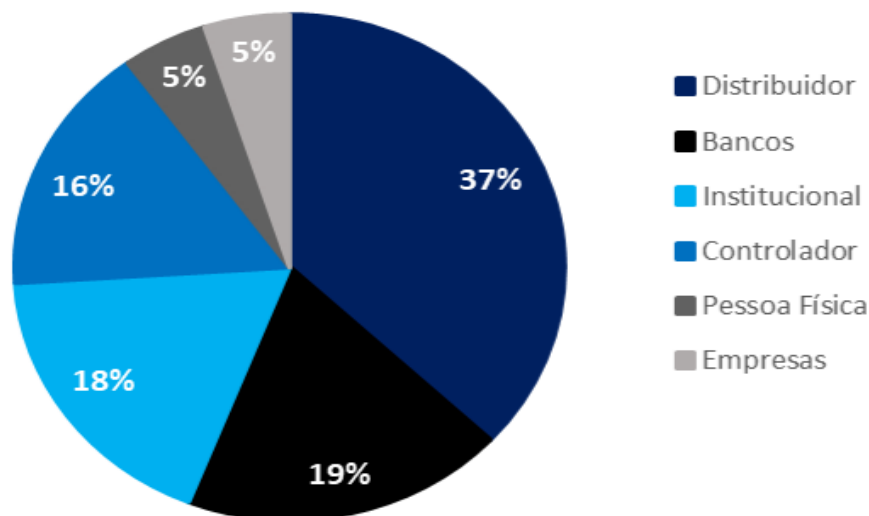
Captação De Recursos

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 38.492,1 milhões em 31 de março de 2023. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura em 31 de março de 2023:

	31/03/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
Depósitos a prazo	18.014,0	46,8%	19.006,5	51,9%	-5,2%
Letras Financeiras	10.652,0	27,7%	10.540,4	28,8%	1,1%
Depósitos interfinanceiros	8.255,0	21,4%	5.482,5	15,0%	50,6%
Empréstimos no exterior	771,9	2,0%	779,8	2,1%	-1,0%
LCI	148,1	0,4%	88,8	0,2%	66,8%
Outros (1)	651,1	1,7%	753,3	2,0%	-13,6%
Total	38.492,1	100,0%	36.651,3	100,0%	5,0%

(1) Representado por depósitos à vista e cessão com retenção de riscos.

Abertura por Tipo de Investidor - 31/03/2023



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de Basileia

A partir da data base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

A partir de então, o Banco PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma "gerencial" (Pró-Forma), ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.955 de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de janeiro de 2022.

A tabela a seguir demonstra o Patrimônio de Referência do Banco PAN, bem como o cálculo do Índice de Basileia, para os períodos indicados.

	31/03/2023*	31/12/2022*
Patrimônio de Referência – R\$ MM	5.348,7	5.179,6
Índice de Basileia	15,78%	15,59%
*Pró-forma		

Em 31 de março de 2023, o Índice de Basileia do Banco PAN era 15,8%, apresentando aumento de 0,19 p.p. no comparativo com 31 de dezembro de 2022.

(b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928,3 milhões em 31 de março de 2023. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.		100,00	283.980	43,77		
Mercado (<i>free float</i>)	657.561			51,12	941.541	72,08
	-	-	331.652		331.652	25,39
Subtotal	657.561	100,00	615.632	94,89	1.273.193	97,46
Ações em tesouraria (1)	-	-	33.140	5,11	33.140	2,54
(2)						
Total emitido	657.561	100,00	648.772	100,00	1.306.333	100,00

- (1) Em reunião realizada em 09/05/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações, sendo autorizada a aquisição de até 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais de emissão do Banco PAN, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (ticket B3: BPAN4), para manutenção em tesouraria ou promover o seu cancelamento ("Programa de Recompra de Ações"). O Programa de Recompra de Ações terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/05/2022; e
- (2) Em reunião realizada em 29/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, sem redução do capital social, as quais foram objeto de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra de Ações, deliberação essa que refletirá na alteração da composição acionária, após homologação do Banco Central do Brasil, a qual passará a ser disposta da seguinte forma: capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.928.320.482,90, representado por 1.273.199.269 ações, sendo 657.560.635 ações ordinárias e 615.638.634 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A segue, demonstra-se a representatividade do capital próprio e de terceiros frente ao total dos passivos da Companhia:

	31/03/2023	% Passivo Total
Patrimônio Líquido	7.813,7	13,7%
Capital de Terceiros	49.264,3	86,3%
Passivo Total	57.078,1	100,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A estratégia do Banco PAN é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidade de capital de giro, além de aproveitar oportunidades comerciais. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As tabelas a seguir apresentam as principais fontes de recursos do PAN consolidadas nos períodos abaixo:

			Análise Vertical	Análise Horizontal	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	2023x2022
Depósitos à vista	386,9	448,4	1,0%	1,2%	-13,7%
Depósitos interfinanceiros	8.255,0	5.482,5	21,4%	15,0%	50,6%
Depósitos a prazo	18.014,0	19.006,5	46,8%	51,9%	-5,2%
Letras Financeiras	10.652,0	10.540,4	27,7%	28,8%	1,1%
Empréstimos no exterior	771,9	779,8	2,0%	2,1%	-1,0%
Letras de Crédito Imobiliário -	148,1	88,8	0,4%	0,2%	66,8%
Cessão com Retenção de	264,2	304,9	0,7%	0,8%	-13,4%
Total	38.492,1	36.651,3	100,0%	100,0%	5,0%

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 38.492,1 milhões em 31/03/2023. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura no final de março de 2023: (i) R\$ 386,9 milhões em depósitos à vista, representando 1,0% do total das fontes de financiamento; (ii) R\$ 8.255,0 milhões em depósitos interfinanceiros, ou 21,4% do total; (iii) R\$ 18.014,0 milhões em depósitos à prazo, representando 46,8% do total; (iv) R\$ 10.652,0 milhões em Letras Financeiras, que totalizavam 27,7% do total; (v) empréstimos no exterior, com saldo de 771,9 milhões, ou 2,0% do total; (vi) letras de crédito imobiliário, com saldo de R\$ 148,1 milhões, ou 0,4% do total; e (vi) as cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios possuíam saldo de R\$ 264,2 milhões e representavam 0,7% do total das captações da instituição.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021	Análise Vertical		Análise Horizontal
			31/12/2022	31/12/2021	2022x2021
Depósitos à vista	448,4	328,1	1,2%	0,9%	36,7%
Depósitos interfinanceiros	5.482,5	3.446,5	15,0%	9,9%	59,1%
Depósitos a prazo	19.006,5	20.260,1	51,9%	58,3%	-6,2%
Letras Financeiras	10.540,4	9.171,9	28,8%	26,4%	14,9%
Empréstimos no exterior	779,8	822,3	2,1%	2,4%	-5,2%
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	88,8	217,9	0,2%	0,6%	-59,3%
Cessão com Retenção de Riscos	304,9	483,4	0,8%	1,4%	-36,9%
Total	36.651,3	34.730,2	100,0%	100,0%	5,5%

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 36.651,3 milhões em 31/12/2022. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura no final de dezembro de 2022: (i) R\$ 448,4 milhões em depósitos à vista, representando 1,2% do total das fontes de financiamento; (ii) R\$ 5.482,5 milhões em depósitos interfinanceiros, ou 15,0% do total; (iii) R\$ 19.006,5 milhões em depósitos à prazo, representando 51,9% do total; (iv) R\$ 10.540,4 milhões em Letras Financeiras, que totalizavam 28,8% do total; (v) empréstimos no exterior, com saldo de 779,8 milhões, ou 2,1% do total; (vi) letras de crédito imobiliário, com saldo de R\$ 88,8 milhões, ou 0,2% do total; e (vii) as cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios possuíam saldo de R\$ 304,9 milhões e representavam 0,8% do total das captações da instituição.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da evolução consistente do balanço patrimonial e de resultados crescentes, o Banco PAN vem conseguindo captar recursos a custos mais competitivos.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, constituídos em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros realizados pelo acionista controlador.

	31/03/2023
Até 30 dias	556,5
31 a 90 dias	904,3
91 a 180 dias	16,0
181 a 360 dias	7,8
Acima de 360 dias	6.770,3
Total	8.255,0

	31/12/2022
Até 30 dias	557,5
31 a 90 dias	282,0
91 a 180 dias	614,0
181 a 360 dias	8,1
Acima de 360 dias	4.020,9
Total	5.482,5

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LCI

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo PAN encontram-se detalhadas no item 2.1.f.(i).

Letras Financeiras

Referem-se a títulos emitidos pelo PAN para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos referem-se a créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco PAN possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. O Banco PAN administra sua posição de liquidez realizando operações de *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em dezembro de 2021, foi realizado empréstimo no valor de US\$ 150 milhões, com vencimento em 15/12/2025.

O PAN possui, ainda, captação de recurso via emissão de letras financeiras subordinadas, segue volume e prazo: (i) tranche de R\$ 8 milhões emitida em 18/04/2019 e vencimento previsto para 16/04/2027, que representa saldo de R\$ 11,5 milhões em 31/03/2023.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações mencionadas com seu controlador, o Banco PAN busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações cujas condições sejam vantajosas em seu benefício.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e Banco Central para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/64, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se:

- (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade;
- (ii) Imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no Ativo Permanente;
- (iii) Exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente;
- (iv) Exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas a variação cambial, limitado a 30% do valor do Patrimônio de Referência; e
- (v) Limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

O Banco PAN não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não possui quaisquer limites para utilização.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco PAN em novas operações de crédito é condicionada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório exigido pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia.

O Banco PAN julga adequado o atual nível do índice de Basileia de 15,78% para o Banco PAN e suas controladas, em 03/2023, levando em consideração que supera em 5,28 p.p. o mínimo exigido pelo BACEN para 2023, equivalente a 10,5%.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Não há alterações significativas, além do que já informado no item 2.2 deste Formulário de Referência.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Não há informação pertinente a este item (i) que não tenha sido divulgada no item (ii) abaixo.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As informações financeiras disponibilizadas neste item 2 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Nos quadros a seguir faremos uma análise das principais oscilações.

Análise das Demonstrações de Resultados - Para os trimestres findos em 31/03/2023 e de 2022.

Demonstração do Resultado	2023	2022	AH
Receitas da intermediação financeira	3.869,1	2.986,6	29,5%
Rendas de operações de crédito	3.628,6	2.685,2	35,1%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	329,5	245,5	34,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(174,9)	(17,9)	877,1%
Resultado de operações de câmbio	0,4	-	-
Resultado das aplicações compulsórias	85,5	73,8	15,9%
Despesas da intermediação financeira	(2.053,6)	(1.529,6)	34,3%
Operações de captação no mercado	(1.523,6)	(1.042,1)	46,2%
Operações de empréstimos e repasse	7,8	107,8	-92,8%
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(537,8)	(595,3)	9,7%
Resultado bruto da intermediação financeira	1.815,5	1.457,0	24,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.613,7)	(1.212,3)	33,1%
Receitas de prestação de serviços	295,3	200,7	47,1%
Resultado de participações em coligadas e controladas	4,0	0,3	1233,3%
Despesas de pessoal	(212,7)	(218,3)	-2,6%
Outras despesas administrativas	(996,3)	(780,9)	27,6%
Despesas tributárias	(125,7)	(81,9)	53,5%
Despesas de provisões	(58,6)	(58,5)	0,2%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Outras receitas/(despesas) operaci	(519,7)	(273,7)	89,9%
Resultado operacional	201,8	244,7	-17,5%
Resultado não operacional	0,9	3,8	-76,3%
Resultado antes dos Tributos	202,7	248,5	-18,4%
Tributos sobre o Lucro	(30,2)	(53,2)	-43,2%
Participação de não controladores	(0,3)	0,2	-250,0%
Lucro Líquido	172,2	195,5	-11,9%

Receitas da intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira evoluíram de R\$ 2.986,6 milhões em março de 2022 para R\$ R\$ 3.869,1 milhões em março de 2023, apresentando um aumento de 29,5%, substancialmente em decorrência do aumento nas rendas de operações de crédito.

O aumento das rendas de operações de crédito, com alta de R\$ 943,4 milhões ou 35,1%, as quais somaram R\$ 3.628,6 milhões em 2023 comparado ao total de R\$ 2.685,2 milhões em 2022, decorreu principalmente: (i) da maior receita nas cessões de crédito em R\$ 380,1 milhões, ou 82,9%, que totalizaram R\$ 838,6 milhões em 2023 ante a R\$ 458,5 milhões em 2022. Esse aumento foi resultado do maior volume nas cessões de crédito realizadas, sendo que a valor presente do contrato, atingiu R\$ 3.638,9 milhões em 2023 comparado a R\$ 1.773,9 milhões em 2022; (ii) do crescimento das receitas com financiamento de veículos em R\$ 235,4 milhões, ou 27,6%, sendo R\$ 1.087,8 milhões em 2023 ante a R\$ 852,4 milhões em 2022; (iii) da evolução das receitas com Empréstimo Consignado em R\$ 163,3 milhões ou 40,8%, sendo R\$ 563,3 milhões em 2023 comparado a R\$ 399,9 milhões em 2022; (iv) das maiores receitas com cartão de crédito em R\$ 108,8 milhões, ou 25,7%, total de R\$ 532,0 milhões em 2023 comparado a R\$ 423,1 milhões em 2022.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários aumentou R\$ 84,0 milhões, ou 34,2%, totalizou R\$ 329,5 milhões em 2023 ante a R\$ 245,5 milhões em 2022, em virtude de: (i) maior resultado das receitas com títulos de renda fixa em R\$ 75,1 milhões que totalizou de R\$ 317,2 milhões em 2023 comparado a R\$ 242,1 milhões em 2022; (ii) maior renda com aplicações interfinanceiras de liquidez que resultou em R\$ 12,3 milhões em 2023 ante a R\$ 3,4 milhões em 2022.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos variou de uma perda de R\$ (17,9) milhões em 2022 para uma perda de R\$ (174,9) em 2023, devido a: (i) resultado de futuros em R\$ (255,6) milhões, total de R\$ (134,0) milhões em 2023 comparado a R\$ 121,5 milhões em 2022; e (ii) resultado de swap em R\$ 98,5 milhões, total de R\$ (40,9) milhões em 2023 comparado a R\$ 139,5 milhões em 2022.

O resultado com operações de câmbio variou de R\$ 0,0 em 2022 para uma receita de R\$ 0,4 milhões em 2023, principalmente devido a aumento no resultado com variação de taxa de câmbio.

O resultado das aplicações compulsórias aumentou R\$ 11,7 milhões, ou 15,9%, um total de R\$ 85,5 milhões em 2023 comparado a R\$ 73,8 milhões em 2022.

Despesas de intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira aumentaram R\$ 524,0 milhões, ou 34,3%, total de R\$ 2.053,6 milhões em 2023 comparado a R\$ 1.529,6 milhões em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Operações de captação no mercado

Nossa despesa com captação no mercado aumentou em R\$ 481,5 milhões, ou 46,2%, totalizando R\$ 1.523,6 milhões em 2023 ante a R\$ 1.042,1 milhões em 2022, principalmente devido a: (i) despesas com depósitos a prazo que aumentaram R\$ 26,9 milhões, que totalizaram R\$ 647,7 milhões em 2023 comparado a R\$ 620,8 milhões em 2022; (ii) letras financeiras que aumentaram R\$ 106,1 milhões, montante de R\$ 375,9 milhões em 2023 ante a R\$ 269,8 milhões em 2022; (iii) operações compromissadas que cresceram R\$ 165,4 milhões, montante de R\$ 200,2 milhões em 2023 ante a R\$ 34,8 milhões em 2022; e (iv) depósitos interfinanceiros que aumentaram R\$ 190,0 milhões, montante de R\$ 285,3 milhões em 2023 ante a R\$ 95,4 milhões em 2022.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As despesas de provisões para perdas esperadas reduziram em R\$ 57,5 milhões, ou 9,7%, totalizaram R\$ 537,8 milhões em 2023 ante a R\$ 595,3 milhões em 2022. O valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo totalizou R\$ 55,7 milhões em 2023, frente aos R\$ 89,2 milhões recuperados em 2022. Desta forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou em 2023 R\$ 482,1 milhões ante aos R\$ R\$ 506,1 milhões de 2022. O aumento da despesa no período decorre basicamente da evolução da carteira de crédito totalizando R\$ 39.310,7 milhões em 2023 comparado a R\$ 36.243,2 milhões em 31/03/2022.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 358,5 milhões, ou 24,6%, atingindo R\$ 1.815,5 milhões em 2023 comparado a R\$ 1.457,0 milhões em 2022.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram R\$ 401,4 milhões, ou 33,1%, total de R\$ 1.613,7 milhões comparado a R\$ 1.212,3 milhões em 2022. A tabela abaixo mostra a composição de nossas outras despesas operacionais para os períodos indicados:

	2023	2022	AH
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	295,3	200,7	47,1%
Resultado de participações em coligadas e controladas	4,0	0,3	1233,3%
Despesas de pessoal	(212,7)	(218,3)	-2,6%
Outras despesas administrativas	(996,3)	(780,9)	27,6%
Despesas tributárias	(125,7)	(81,9)	53,5%
Despesas de provisões	(58,6)	(58,5)	0,2%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(519,7)	(273,7)	89,9%
Total	(1.613,7)	(1.212,3)	33,1%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receitas de prestação de serviços

A receita derivada da prestação de serviços aumentou R\$ 94,6 milhões, ou 47,1%, montante de R\$ 295,3 milhões em 2023 comparado a R\$ 200,7 milhões em 2022, principalmente devido a: (i) incremento em 2023 de R\$ 41,9 milhões com receita na listagem de produtos provenientes da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. ("Mosaico"); (ii) incremento em 2023 de R\$ 8,0 milhões com receita com publicidade provenientes da Mobiauto Edição de Anúncios On Line Ltda. ("Mobiauto"); (iii) aumento de R\$ 21,8 milhões na receita de intermediação de negócios; (iv) aumento de R\$ 31,2 milhões nas tarifas no financiamento de veículos; e (v) diminuição na renda com tarifa de empréstimo pessoal FGTS em R\$ 7,8 milhões.

Despesas de pessoal

As despesas com pessoal reduziram R\$ 5,6 milhões, ou 2,6%, um montante de R\$ 212,7 milhões em 2023 ante a R\$ 218,3 milhões em 2022, principalmente devido a: (i) incremento de R\$ 4,6 milhões referente a Mosaico; e (ii) R\$ 12,1 referente a redução na provisão de participação de lucros.

Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas aumentaram R\$ 215,4 milhões, ou 27,6%, total de R\$ 996,3 milhões em 2023 comparado a R\$ 780,9 milhões em 2022, principalmente devido a: (i) um aumento de R\$ 131,4 milhões, ou 51,3%, em comissões pagas a correspondentes bancários em decorrência do aumento nos volumes de originação, que passaram de R\$ 124,5 milhões em 2022 para R\$ 201,8 milhões em 2023; e (ii) um aumento de R\$ 27,5 milhões, ou 16,3%, em serviços de terceiros, passando de R\$ 168,8 milhões em 2022 para R\$ 196,4 milhões em 2023.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$ 43,8 milhões, ou 53,5%, total de R\$ 125,7 milhões em 2023 comparado a R\$ 81,9 milhões em 2022, devido ao maior faturamento do exercício em decorrência principalmente do maior volume de cessão de crédito realizado, além do crescimento da carteira de crédito.

Despesas de provisões

As despesas de provisões aumentaram R\$ 0,1 milhões ou 0,2%, total de R\$ 58,6 milhões em 2023 comparado a R\$ 58,5 milhões em 2022. (i) Para os processos cíveis houve um aumento de R\$ 2,4 milhões, sendo R\$ 58,6 milhões em 2023 comparado a R\$ 58,5 milhões em 2022. (ii) quanto aos processos trabalhistas, houve redução de R\$ 2,7 milhões, sendo R\$ 8,8 milhões em 2023 comparado a R\$ 11,6 milhões em 2022; e (iii) as provisões para processos tributários aumentaram R\$ 0,1 milhões, sendo provisão de R\$ 0,4 milhões em 2023 ante reversão de R\$ 0,1 milhões em 2022.

Outras receitas e despesas operacionais

O aumento de R\$ 246,0 milhões ou 89,9%, total de R\$ 519,7 milhões de despesas em 2023 comparado a R\$ 273,7 milhões de despesas em 2022, decorre principalmente de: (i) aumento de R\$ 160,4 milhões ou 80,3% nas despesas com operações de crédito cedidas, total de saindo de R\$ 360,3 milhões em 2023 ante a R\$ 199,8 milhões em 2022, esse aumento foi devido ao maior volume de cessão do período. (ii) aumento de R\$ 43,1 milhões ou 82,1% nas despesas com desconto concedido, total de R\$ 95,6 milhões em 2023 comparado com R\$ 52,5 milhões em 2022. (iii) R\$ 23,5 milhões ou 324,0% nas despesas com amortização de ágio, devido a aquisição da empresa Mosaico, em março de 2022.

Resultado operacional

Como resultado do exposto, nosso resultado operacional recuou R\$ 42,9 milhões, ou 17,5%, atingiu R\$ 201,8 milhões no trimestre findo em 2023 comparado a R\$ 244,7 milhões no trimestre findo em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado não operacional

A redução de R\$ 2,9 milhões ou 76,3%, total de R\$ 0,9 milhões em 2023 ante a R\$ 3,8 milhões em 2022, decorre principalmente do menor resultado na venda de BNDU, variação de R\$ 3,2 milhões, sendo um resultado de R\$ 1,2 milhões em 2023 comparado a um resultado de R\$ 4,4 milhões em 2022.

Resultado antes dos tributos

Como resultado do exposto, nosso resultado antes dos tributos, reduziu em R\$ 45,8 milhões, ou 18,4%, montante de R\$ 202,7 milhões em 2023 comparado a R\$ 248,5 milhões em 2022.

Tributos sobre o Lucro

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social no trimestre findo em 31/03/2023 totalizou R\$ 30,2 milhões, redução de R\$ 23,0 milhões ou 43,2%, quando comparado ao trimestre de 2022 que totalizou R\$ 53,2 milhões. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento nas despesas de intermediação financeira discutidas acima.

Conforme demonstrado na tabela a seguir que apresenta os principais componentes do resultado de imposto de renda e contribuição social nos trimestres encerrados em 31/03/2023 e 31/03/2022.

	2023	2022	AH
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	202,7	248,6	-18,4%
Encargos/créditos total do imposto de renda e Contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(87,1)	(110,8)	-21,4%
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participação em controladas	1,8	-	-
Juros sobre o capital próprio	30,3	34,4	-11,9%
Outros valores (2) (3)	24,9	23,0	8,0%
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(30,2)	(53,2)	-43,3%

Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco PAN à alíquota de 20%, para a PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação da PAN Arrendamento Mercantil) alíquota de 15% e para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Refere-se principalmente ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF); e

(3) A partir do 1º trimestre de 2022, as empresas Mobiauto e Mosaico passam a ter suas informações financeiras consolidadas nas demonstrações contábeis do PAN.

Lucro líquido

2.2 Resultados operacional e financeiro

Como resultado do exposto, nosso lucro líquido reduziu R\$ 23,3 milhões, ou 11,9%, montante de R\$ 172,2 milhões em 2023 comparado a R\$ 195,5 milhões em 2022.

Análise das Demonstrações de Resultados - Para os exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021.

Demonstração do Resultado	2022	2021	AH
Receitas da intermediação financeira	14.230,7	10.488,9	35,7%
Rendas de operações de crédito	12.765,9	9.337,9	36,7%
Resultado de operações de arrendamento m	0,0	0,1	-100,00
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	851,2	417,8	103,7%
Resultado com instrumentos financeiros deri	240,5	665,1	-63,8%
Resultado de operações de câmbio	1,2	1,9	-36,8%
Resultado das aplicações compulsórias	371,9	66,1	462,6%
Despesas da intermediação financeira	(7.155,1)	(3.896,3)	83,6%
Operações de captação no mercado	(4.810,8)	(2.143,2)	124,5%
Operações de empréstimos e repasses	13,2	35,7	-63,0%
Provisões para perdas esperadas associadas de crédito	(2.357,5)	(1.788,8)	31,8%
Resultado bruto da intermediação financeira	7.075,6	6.592,6	7,3%
Outras receitas (despesas) operacionai:	(6.225,5)	(5.511,6)	13,0%
Receitas de prestação de serviços	1.039,6	743,4	39,8%
Resultado de participações em coligadas e controladas	0,2	-	-
Despesas de pessoal	(902,2)	(785,4)	14,9%
Outras despesas administrativas	(3.852,8)	(3.825,8)	0,7%
Despesas tributárias	(451,3)	(384,7)	17,3%
Despesas de provisões	(219,5)	(181,2)	21,1%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.839,5)	(1.077,9)	70,7%
Resultado operacional	850,1	1.081,0	-21,4%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado não operacional	18,8	28,7	-34,5%
Resultado antes dos Tributos	868,9	1.109,7	-21,7%
Tributos sobre o Lucro	(161,2)	(335,1)	-51,9%
Participação de não controladores	(1,6)	-	-
<hr/> Lucro Líquido	<hr/> 706,1	<hr/> 774,6	<hr/> -8,8%

Receitas da intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira evoluíram de R\$ 10.488,9 milhões em dezembro de 2021 para R\$ 14.230,7 milhões em dezembro de 2022, apresentando um aumento de 35,7%, substancialmente em decorrência do aumento nas rendas de operações de crédito.

O aumento das rendas de operações de crédito, com alta de R\$ 3.428,0 milhões ou 36,7%, as quais somaram R\$ 12.765,9 milhões em 2022 comparado ao total de R\$ 9.337,9 milhões em 2021, decorreu principalmente: (i) da maior receita nas cessões de crédito em R\$ 1.121,9 milhões, ou 55,8%, que totalizaram R\$ 3.131,9 milhões em 2022 ante a R\$ 2.010,0 milhões em 2021. Esse aumento foi resultado do maior volume nas cessões de crédito realizadas, sendo que a valor presente do contrato, atingiu R\$ 11.988,3 milhões em 2022 comparado a R\$ 9.060,8 milhões em 2021; (ii) do crescimento das receitas com financiamento de veículos em R\$ 721,2 milhões, ou 24,1%, sendo R\$ 3.713,6 milhões em 2022 ante a R\$ 2.992,5 milhões em 2021; (iii) da evolução das receitas com Empréstimo Pessoal com garantia do FGTS em R\$ 682,3 milhões ou 360,2%, sendo R\$ 871,7 milhões em 2022 comparado a R\$ 189,4 milhões em 2021, ano em que se iniciou a operação desse produto; (iv) das maiores receitas com cartão de crédito em R\$ 481,4 milhões, ou 36,2%, total de R\$ 1.811,0 milhões em 2022 comparado a R\$ 1.329,6 milhões em 2021.

A receita derivada de nossas operações de arrendamento mercantil resultaram em R\$ 12 mil em 2022 ante a R\$ 0,1 milhão em 2021. Nossas operações de arrendamento mercantil estão sendo descontinuadas (*run-off*) e não impactam materialmente nossas receitas de intermediação financeira.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários aumentou R\$ 433,4 milhões, ou 103,7%, totalizou R\$ 851,2 milhões em 2022 ante a R\$ 417,8 milhões em 2021, em virtude de: (i) maior resultado das receitas com títulos de renda fixa em R\$ 419,7 milhões que totalizou de R\$ 819,9 milhões em 2022 comparado a R\$ 400,2 milhões em 2021; (ii) maior renda com aplicações interfinanceiras de liquidez que resultou em R\$ 31,3 milhões em 2022 ante a R\$ 17,7 milhões em 2021.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos reduziu R\$ 424,6 milhões, ou 63,8%, um montante de R\$ 240,5 milhões em 2022 comparado a R\$ 665,1 milhões em 2021, devido a: (i) resultado de swap em R\$ (99,6) milhões, total de R\$ (139,0) milhões em 2022 comparado a R\$ (39,5) milhões em 2021; (ii) resultado de futuros em R\$ (325,0) milhões, total de R\$ 379,6 milhões em 2022 comparado a R\$ 704,6 milhões em 2021.

O resultado com operações de câmbio reduziu R\$ 0,7 milhões, ou 36,8%, um montante de R\$ 1,2 milhão em 2022 comparado a R\$ 1,9 milhão em 2021, essencialmente devido a menor renda de financiamento a exportações, uma vez que essas operações foram descontinuadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O resultado das aplicações compulsórias aumentou R\$ 305,8 milhões, ou 462,6%, um total de R\$ 371,9 milhões em 2022 comparado a R\$ 66,1 milhões em 2021.

Despesas de intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira aumentaram R\$ 3.258,8 milhões, ou 83,6%, total de R\$ 7.155,1 milhões em 2022 comparado a R\$ 3.896,3 milhões em 2021.

Operações de captação no mercado

Nossa despesa com captação no mercado aumentou em R\$ 2.667,5 milhões, ou 124,5%, totalizando R\$ 4.810,8 milhões em 2022 ante a R\$ 2.143,2 milhões em 2021, principalmente devido a: (i) despesas com depósitos a prazo que aumentaram R\$ 1.159,4 milhões, que totalizaram R\$ 2.484,6 milhões em 2022 comparado a R\$ 1.325,2 milhões em 2021; (ii) letras financeiras que aumentaram R\$ 944,1 milhões, montante de R\$ 1.444,7 milhões em 2022 ante a R\$ 500,6 milhões em 2021; (iii) operações compromissadas que cresceram R\$ 355,6 milhões, montante de R\$ 388,1 milhões em 2022 ante a R\$ 32,5 milhões em 2021; e (iv) depósitos interfinanceiros que aumentaram R\$ 201,2 milhões, montante de R\$ 433,9 milhões em 2022 ante a R\$ 232,7 milhões em 2021.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As despesas de provisões para perdas esperadas aumentaram em R\$ 568,7 milhões, ou 31,8%, totalizaram R\$ 2.357,5 milhões em 2022 ante a R\$ 1.788,8 milhões em 2021. O valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo totalizou R\$ 338,5 milhões em 2022, frente aos R\$ 484,5 milhões recuperados em 2021. Desta forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou em 2022 R\$ 2.019,1 milhões ante aos R\$ R\$ 1.304,3 milhões de 2021. O aumento da despesa no período decorre basicamente da evolução da carteira de crédito totalizando R\$ 39.035,5 milhões em 2022 comparado a R\$ 34.895,7 milhões em 2021.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 483,0 milhões, ou 7,3%, atingindo R\$ 7.075,6 milhões em 2022 comparado a R\$ 6.592,6 milhões em 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram R\$ 713,9 milhões, ou 13,0%, total de R\$ 6.225,5 milhões comparado a R\$ 5.511,6 milhões em 2021. A tabela abaixo mostra a composição de nossas outras despesas operacionais para os períodos indicados:

	2022	2021	AH
Outras receitas (despesas) operacionais			

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receitas de prestação de serviços	1.039,6	743,4	39,8%
Resultado de participações em coligadas e controladas	0,2	-	-
Despesas de pessoal	(902,2)	(785,4)	14,9%
Outras despesas administrativas	(3.852,8)	(3.825,8)	0,7%
Despesas tributárias	(451,3)	(384,7)	17,3%
Despesas de provisões	(219,5)	(181,2)	21,1%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.839,5)	(1.077,9)	70,7%
Total	(6.225,5)	(5.511,6)	13,0%

Receitas de prestação de serviços

A receita derivada da prestação de serviços aumentou R\$ 296,2 milhões, ou 39,8%, montante de R\$ 1.039,6 milhões em 2022 comparado a R\$ 743,4 milhões em 2021, principalmente devido a: (i) incremento em 2022 de R\$ 224,3 milhões com receita na listagem de produtos provenientes da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. ("Mosaico"); (ii) maiores rendas de cartões em R\$ 85,5 milhões; (iii) incremento em 2022 de R\$ 41,2 milhões com receita com publicidade provenientes da Mobiauto Edição de Anúncios On Line Ltda. ("Mobiauto"); (iv) redução de R\$ 56,5 milhões na receita de intermediação de negócios; (v) diminuição de R\$ 32,8 milhões nas tarifas no financiamento de veículos; e (vi) aumento na renda com tarifa de empréstimo pessoal FGTS em R\$ 20,0 milhões.

Despesas de pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$ 116,8 milhões, ou 14,9%, um montante de R\$ 902,2 milhões em 2022 ante a R\$ 785,4 milhões em 2021, principalmente devido a: (i) incremento de R\$ 62,0 milhões referente a Mosaico; (ii) aumento de R\$ 38,8 milhões nas despesas com remuneração e encargos, basicamente decorrente do reajuste dos salários e benefícios; (iii) incremento de R\$ 16,0 milhões referente a Mobiauto.

Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas aumentaram R\$ 27,0 milhões, ou 0,7%, total de R\$ 3.852,8 milhões em 2022 comparado a R\$ 3.825,8 milhões em 2021, principalmente devido a: (i) aumento de R\$ 240,1 milhões basicamente nas despesas administrativas relacionadas a manutenção da carteira de crédito em decorrência do aumento da comercialização de nossos produtos e serviços e despesas com propaganda e publicidade, que visa reforçar nosso posicionamento institucional e conquistar novos clientes; e (ii) redução de R\$ 209,5 milhões nas comissões pagas a

2.2 Resultados operacional e financeiro

correspondentes bancários em decorrência principalmente do menor volume de carteira cedida referente ao produto consignado, total cedido a valor presente dos contratos de R\$ 8.092,4 milhões em 2022 comparado a R\$ R\$ 9.060,8 milhões em 2021.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$ 66,6 milhões, ou 17,3%, total de R\$ 451,3 milhões em 2022 comparado a R\$ 384,7 milhões em 2021, devido ao maior faturamento do exercício em decorrência principalmente do maior volume de cessão de crédito realizado, além do crescimento da carteira de crédito.

Despesas de provisões

As despesas de provisões aumentaram R\$ 38,3 milhões ou 21,1%, total de R\$ 219,5 milhões em 2022 comparado a R\$ 181,2 milhões em 2021. (i) Para os processos cíveis houve um aumento de R\$ 49,8 milhões, R\$ 182,0 milhões em 2022 comparado a R\$ 132,2 milhões em 2021. Em 2021, houve aprimoramento do modelo que resultou numa reversão de R\$ 32,2 milhões; (ii) quanto aos processos trabalhistas, houve redução de R\$ 3,9 milhões, sendo R\$ 40,8 milhões em 2022 comparado a R\$ 44,7 milhões em 2021; e (iii) as provisões para processos tributários reduziram R\$ 7,6 milhões, sendo reversão de R\$ 3,3 milhões em 2022 ante provisão de R\$ 4,2 milhões em 2021.

Outras receitas e despesas operacionais

O aumento de R\$ 761,6 milhões ou 70,7%, total de R\$ 1.839,5 milhões de despesas em 2022 comparado a R\$ 1.077,9 milhões de despesas em 2021, decorre principalmente de: (i) aumento de R\$ 627,0 milhões ou 60,9% nas despesas com operações de crédito cedidas, total de saindo de R\$ 1.657,1 milhões em 2022 ante a R\$ 1.030,1 milhões em 2021, esse aumento foi devido ao maior volume de cessão do período. (ii) aumento de R\$ 80,3 milhões ou 320,6% nas despesas com amortização de ágio, devido a aquisição da empresa Mosaico, em março de 2022.

Lucro operacional

Como resultado do exposto, nosso resultado operacional recuou R\$ 230,9 milhões, ou 21,4%, atingiu R\$ 850,1 milhões no exercício findo em 2022 comparado a R\$ 1.081,0 milhões no exercício findo em 2021.

Resultado não operacional

A redução de R\$ 9,9 milhões ou 34,5%, total de R\$ 18,8 milhões em 2022 ante a R\$ 28,7 milhões em 2021, decorre principalmente do menor resultado na venda de BNDU, variação de R\$ 24,9 milhões, sendo um resultado de R\$ 5,0 milhões em 2022 comparado a um resultado de R\$ 29,9 milhões em 2021; sendo compensado parcialmente pelo ganho relacionado a desmutualização da CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) no montante de R\$ 10,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado antes dos tributos

Como resultado do exposto, nosso resultado antes dos tributos, reduziu em R\$ 240,8 milhões, ou 21,7%, montante de R\$ 868,9 milhões em 2022 comparado a R\$ 1.109,7 milhões em 2021.

Tributos sobre o Lucro

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31/12/2022 totalizou R\$ 161,2 milhões, redução de R\$ 173,9 milhões ou 51,9%, quando comparado ao exercício de 2021 que totalizou R\$ 335,1 milhões. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento nas despesas de intermediação financeira discutidas acima. Ocorreu também um acréscimo de 5% da alíquota geral do imposto ocasionado pela elevação da contribuição social (CSLL), no período de 07/2021 até 12/2021, sendo que esse acréscimo entre o período de 08/2022 até 12/2022, foi de 1%. Conforme demonstrado na tabela a seguir que apresenta os principais componentes do resultado de imposto de renda e contribuição social nos períodos encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2021.

	2022	2021	AH
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	868,9	1.109,7	- 21,7%
Encargos/créditos total do imposto de renda e Contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(379,1)	(524,0)	-27,7%
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participação em controladas	0,1	-	-
Juros sobre o capital próprio	147,2	130,5	12,8%
Outros valores (2) (3)	70,7	58,3	21,3%
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(161,2)	(335,1)	- 51,9%

Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco PAN à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021 e 21% de 08/2022 até 12/2022), para a PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação da PAN Arrendamento Mercantil S.A.) alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021 e 21% de 08/2022 até 12/2022) e para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Refere-se principalmente ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de débitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF); e (3) A partir do 1º trimestre de 2022, as empresas Mobiauto e Mosaico passam a ter suas informações financeiras consolidadas nas demonstrações contábeis do PAN.

Lucro líquido

2.2 Resultados operacional e financeiro

Como resultado do exposto, nosso lucro líquido reduziu R\$ 68,5 milhões, ou 8,8%, montante de R\$ 706,1 milhões em 2022 comparado a R\$ 774,6 milhões em 2021.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não ocorreram variações significativas nas receitas, bem como em nosso resultado financeiro, atribuíveis a modificação de preços dos nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes ou introdução de novos produtos e serviços, no exercício social findo em 31/12/2022.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Durante os períodos de altas taxas de juros, a receita financeira dos ativos pós-fixados aumenta. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira com passivos pós-fixados também aumenta. A dinâmica oposta vale para períodos de baixas taxas de juros. Os ativos e passivos pré-fixados não são influenciados se carregados na curva. Mudanças nos volumes de nossos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam nossas receitas e despesas financeiras.

Com relação à inflação e taxa de câmbio, não há impacto relevante para o Banco PAN decorrente de variações, em função da natureza das suas operações.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2;2

Não ocorreram mudanças significativas nas últimas demonstrações contábeis

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as últimas demonstrações contábeis do Banco PAN, foram emitidos sem ressalvas e sem ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Houve as seguintes aquisições:

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021, sendo que a conclusão dos procedimentos para formalização da aquisição ocorreu em 12/01/2022.

Em 03/10/2021, o Banco PAN (B3: BPAN4) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o *e-commerce* do Brasil ("Operação Mosaico"). Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da Operação de incorporação de Ações da Mosaico, conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

(c) eventos ou operações não usuais

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 04/11/2022, foi aprovada a alteração do objeto social da PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.) de "Sociedade de Arrendamento Mercantil" para "Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos", a qual foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/01/2023.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023 as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais)	31/03/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Margem Financeira Líquida Ajustada – NIM (% a.a.)	18,0%	16,7%	18,4%	19,0%
ROAE (%a.a.)	8,9%	9,6%	13,9%	12,8%
ROAE ex-ágio (não auditado) (% a.a.)	11,6%	12,2%	13,9%	12,8%
Lucro Líquido ex-ágio (não auditado)	193	773	775	656
Patrimônio Líquido Médio ex-ágio (não auditado)	6.668	6.331	5.499	5.120
Lucro Líquido ex-ágio ajustado (não auditado)	220	904.5	916.4	870.9
ROAE ex-ágio ajustado (não auditado) (% a.a.)	13,2%	14.6%	16.5%	17.0%
Patrimônio Líquido Médio ex-ágio e ex Excesso de Créd. Trib. Prej. Fiscal (não auditado)	5.942	5,411	4,809	4,139
ROE Ex-Ágio; Ex- CDB Legado & Ex-Excesso de Créd. Trib. Prej. Fiscal (% a.a.)	15,0%	16.7%	19.1%	21.0%

Margem Financeira Líquida Ajustada

Divisão do Resultado de Intermediação Financeira Ajustado do período de referência pelos ativos rentáveis médios do mesmo período. Os ativos rentáveis médios são calculados como a soma dos ativos rentáveis, consistindo na soma de (i) operações de crédito, TVM e derivativos e aplicações interfinanceiras no final do período aplicável, (ii) ativos rentáveis no final do período anterior e (iii) ativos rentáveis no final dos trimestres intermediários, dividido por cinco. O Resultado de Intermediação Financeira Ajustado é obtido através da subtração das Provisões de Crédito para Devedores Duvidosos do Resultado Bruto de Intermediação Financeira, somado a Despesas com Cessões de Crédito. As Despesas com Cessões de Crédito, por sua vez, são obtidas através da soma das despesas com cessão de operações de crédito (apresentado na nota explicativa 26.b "outras despesas operacionais" das Demonstrações Financeiras) consolidadas junto às comissões

2.5 Medições não contábeis

pagas a correspondentes bancários (uma parcela do saldo apresentado na nota explicativa 24 "outras despesas administrativas") do período de referência.

O ajuste é efetuado devido ao fato do Resultado Bruto de Intermediação Financeira contemplar as receitas advindas de Cessões de Crédito, mas não contemplar as despesas decorrentes dessas operações. As despesas com comissões sobre cessões de crédito e as despesas com operações de crédito cedidas são contabilizadas em outras receitas/despesas operacionais quando, portanto, na essência, fazem parte da Margem Financeira.

Esta não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP ou pelo IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida Ajustada não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

ROAE

O retorno sobre patrimônio líquido médio ("ROAE") é obtido através da divisão do lucro líquido acumulado no período de referência pelo patrimônio líquido médio, que, por sua vez, é obtido através da soma do patrimônio líquido do encerramento do período de referência com o patrimônio líquido do encerramento do período anterior, dividido por dois. Esta não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP ou pelo IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

ROAE Ajustado (Não auditado)

O cálculo do retorno sobre patrimônio líquido médio ajustado não auditado ("ROAE Ajustado – Não auditado") utiliza a mesma metodologia do cálculo do ROAE mencionado acima, porém, utilizando o Lucro Líquido Ajustado (conforme detalhado abaixo) em substituição ao lucro líquido e o Patrimônio Líquido Médio Ajustado (conforme detalhado abaixo) em substituição ao patrimônio líquido médio.

Esta não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP ou pelo IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Lucro Líquido Ajustado (Não auditado)

Lucro Líquido ajustado por (i) exclusão da amortização de ágio relacionado às aquisições de Mosaico e Mobiauto (Lucro Líquido Ex-Ágio) e (ii) também pela exclusão do excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023),¹ comparado ao que o Banco PAN paga atualmente nos recursos captados no mercado para o mesmo prazo (Lucro Líquido Ex-Ágio Ajustado)

Esta não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP ou pelo IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

2.5 Medições não contábeis

Patrimônio Líquido Médio Ajustado (Não auditado)

Patrimônio líquido médio, que, por sua vez, é obtido através da soma do patrimônio líquido do encerramento do período de referência com o patrimônio líquido do encerramento do período anterior, dividido por dois, ajustado pela (i) exclusão da amortização de ágio relacionado às aquisições de Mosaico e Mobiauto (Patrimônio Líquido Médio ex-ágio) e (ii) também pela exclusão do excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao observado no mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010 (Patrimônio Líquido Médio ex-ágio e ex Excesso de Créd. Trib. Prej. Fiscal).

Esta não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP ou pelo IFRS. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	31/03/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Intermediação Financeira	3.869	14.230,7	10.488,9	9.597,4
(-) Despesa de Intermediação Financeira	-2.014	-7.155,1	-3.896,3	-3.661,3
(=) Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.816	7.075,6	6.592,6	5.936,2
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-538	-2.357,6	-1.788,8	-1.431,7
(=) Resultado de Intermediação Financeira Antes da PDD	1.278	9.433,1	8.381,3	7.367,9
(+) Despesas com Cessões de Crédito ²	-420	-2.034,8	-1.719,5	-1.999,8
(+) Variação Cambial	-0,02	-0,1	0,2	3,8
(=) Resultado de Intermediação Financeira com Ajuste de Variação Cambial (1)	857	7.398,3	6.662,1	5.371,9
Ativos Rentáveis Médios (2)	46.033	44.713,3	36.229,0	28.330,9
- Operações de Crédito	39.173	35.897,8	30.956,4	24.792,3
- TVM e Derivativos	6.489	7.398,8	3.731,8	2.539,5
- Aplicações Interfinanceiras	371	1.416,6	597,5	999,1
(1)/(2) Margem Financeira Líquida Ajustada - NIM (% a.a.)	18,0%	16,7%	18,4%	19,0%

2.5 Medições não contábeis

(Em milhões de reais)	31/03/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido Contábil	172	706	775	656
PL Contábil Médio	7.759	7.337	5.558	5.122
ROE Contábil (% a.a.)	8,9%	9,6%	13,9%	12,8%
PL Contábil Média (ex-ágio)	6.668	6.331	5.558	5.122
Lucro Líquido (ex-ágio)	193	773	775	656
ROE Ex-Ágio (% a.a.)	11,6%	12,2%	13,9%	12,8%
Excesso de Desp. Fin. (Liq. Impostos)	27	132	142	215
Lucro Líquido Ex-Ágio Ajustado	220	904	916	871
ROE Ex-Ágio e Ex- CDB legado(% a.a.)	13,2%	14,6%	16,5%	17,0%
Excesso de Créd. Trib. Prej. Fiscal	809	788	749	982
PL Médio Ajustado	5.859	5.411	4.809	4.139
ROE Ex-Ágio; Ex- CDB Legado & Ex- Excesso de Créd. Trib. Prej. Fiscal (% a.a.)	15,0%	16,7%	19,1%	21,0%

c. Racional das Medições não Contábeis

Margem Financeira Líquida Ajustada

Conforme demonstrado na seção 3.2(b) Margem Financeira Líquida Ajustada – NIM, o cálculo percentual da Margem Financeira Líquida Ajustada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018 é realizado através da divisão do Resultado de Intermediação Financeira Ajustado do período de referência pelos ativos rentáveis médios do período de referência. Os ativos rentáveis médios são calculados como a média dos ativos rentáveis, consistindo na média de operações de crédito, TVM e derivativos e aplicações interfinanceiras dos 5 últimos trimestres.

O Resultado de Intermediação Financeira Ajustado é obtido através da subtração das Provisões de Crédito para Devedores Duvidosos do Resultado Bruto de Intermediação Financeira, somado a Despesas com Cessões de Crédito. As Despesas com Cessões de Crédito, por sua vez, são obtidas através da soma das despesas com comissões sobre cessões de crédito (constantes na nota explicativa 26.b "outras despesas operacionais" das Demonstrações Financeiras) com as despesas com operações de crédito cedidas (consolidadas junto às demais comissões pagas a correspondentes bancários na nota explicativa 24 "outras despesas administrativas") do período de referência.

2.5 Medições não contábeis

O ajuste é efetuado devido ao fato do Resultado Bruto de Intermediação Financeira contemplar as receitas advindas de Cessões de Crédito, mas não contemplar as despesas decorrentes dessas operações. As despesas com comissões sobre cessões de crédito e as despesas com operações de crédito cedidas são contabilizadas em outras receitas/despesas operacionais quando, portanto, na essência, fazem parte da Margem Financeira.

ROAE, ROAE Ajustado (não auditado), Lucro Líquido Ajustado (não auditado) e Patrimônio Líquido Médio Ajustado (não auditado)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e 2019 o retorno sobre patrimônio líquido médio ("ROAE") é obtido através da divisão do lucro líquido acumulado no período referência pelo patrimônio líquido médio, que, por sua vez, é obtido através da soma do patrimônio líquido do encerramento do período referência com o patrimônio líquido do encerramento do período anterior, dividido por dois.

Na prática, o ROAE é uma medida de rentabilidade que representa o lucro que somos capazes de gerar utilizando os recursos de nossos acionistas. Nossa administração utiliza o ROAE para orientar suas ações na maximização de nossos retornos em relação aos valores investidos por nossos acionistas.

O cálculo do retorno sobre patrimônio líquido médio ajustado não auditado ("ROAE Ajustado – não auditado") utiliza a mesma metodologia do cálculo do ROAE mencionado no parágrafo acima, porém, utilizando o Lucro Líquido Ajustado (não auditado) em substituição ao lucro líquido e o Patrimônio Líquido Ajustado pelo excedente de crédito tributário e prejuízo fiscal em substituição ao patrimônio líquido.

O ROAE Ajustado (não auditado) tem como objetivo demonstrar o desempenho do Banco PAN sob a atual gestão, ou seja, excluindo os efeitos de dois legados remanescentes, provenientes da gestão anterior, que impactam negativamente os resultados financeiros do Banco PAN, sendo eles:

1. exclusão da amortização e estoque dos ágios relacionados às aquisições da Mosaico e Mobiauto;
2. exclusão do excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023),⁵ comparado ao que o Banco PAN paga atualmente nos recursos captados no mercado para o mesmo prazo;
3. exclusão do excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao observado no mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010, que resulta no Patrimônio Líquido Médio Ajustado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não há eventos subsequentes, relativas às últimas demonstrações contábeis.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Nos termos do §1º do art. 47 do Estatuto Social do Banco PAN, o saldo dos lucros poderá ser retido, conforme dispõe o art. 196 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ou ficará à disposição da assembleia geral, que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

a.i Valores das retenções de lucros

	2023	2022
Retenção de Lucros	-	350.803.000,00
Reserva Legal	-	35.305.000,00

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	2023	2022
Retenção de Lucros	-	49,7%
Reserva Legal	-	5,0%

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme art. 47, do Estatuto Social do Banco PAN, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos não inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, em consonância com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, nos termos do art. 48 de seu Estatuto Social, o Banco PAN poderá elaborar balanços referentes a períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em periodicidade inferior à anual, que poderão ser deduzidos do valor dos dividendos obrigatórios.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial no exercício de 2022.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

2.7 Destinação de resultados

O Banco PAN não possui política de destinação de resultados específica e formalmente aprovada. Contudo, conforme art. 47 de seu Estatuto Social, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos não inferiores a 35% do lucro líquido do exercício social, em consonância com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, deduzindo-se destes dividendos o valor dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. A periodicidade da distribuição de dividendos é anual – entretanto, nos termos do artigo 48 de seu estatuto social, o Banco PAN poderá elaborar balanços referentes a períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em periodicidade inferior à anual, que serão deduzidos do valor dos dividendos obrigatórios.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Contábeis do Banco PAN.

(i) carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do Banco PAN.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados pelo Banco PAN têm por objetivo o desenvolvimento dos sistemas e plataformas de tecnologia, aliados à contratação de profissionais de destaque em suas áreas de atuação para melhoria dos processos internos, reestruturação dos serviços prestados e aprimoramento dos produtos oferecidos.

Alinhado à estratégia da companhia, o Banco PAN manterá seus investimentos em tecnologia, de acordo com seu objetivo de ser reconhecido com o melhor assistente de consumo e crédito do Brasil e, conseqüentemente, aumentando seus índices de recorrência e recomendação. Desse modo, o Banco proporciona uma jornada única, com integração dos seus múltiplos canais ao ambiente de relacionamento.

Finalmente, de modo a garantir a escalada e manutenção dos indicadores de engajamento, o Banco tem focado também na satisfação dos seus clientes. Com uma área composta por um time especializado no assunto, o PAN trabalha com fornecedores e parceiros mais eficientes e com potencial de escalabilidade. Dentre os mais relevantes em 2022, o Banco lançou a funcionalidade de atendimento por WhatsApp, além de ter internalizado o atendimento direto.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos mencionados acima serão financiados através de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O Plano de Negócios não contempla a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Vide item 2.10, alínea "a", item i.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 2.10, alínea "a", item i.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 2.10, alínea "a", item i.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A Comissão ESG é primeira instância de governança do PAN, com atribuições para identificação dos riscos e oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático. A Comissão ESG, que se reporta ao Conselho de Administração do PAN e ao Comitê ESG do BTGP Actual tem como um de seus objetivos revisar, identificar oportunidades de negócios, propor

2.10 Planos de negócios

melhorias à estrutura, mecanismos e práticas de governança do PAN, assim como ao propósito e desenvolvimento sustentável, além de sugerir, em conjunto com a liderança e Diretoria, metas relacionadas aos aspectos ESG para toda a instituição.

Dado o perfil da carteira de crédito do PAN, assim como o perfil de seu público-alvo, o qual é composto exclusivamente por pessoas físicas, as maiores oportunidades de negócios estão associadas às vertentes sociais e climáticas, dentre as quais destacamos:

- Produtos ou serviços de educação financeira: oportunidade de curto prazo para ampliar o conhecimento financeiro dos clientes PAN, utilizada como ferramenta para engajamento e redução da inadimplência.
- Uso intensivo de tecnologia para prevenção a fraudes e melhoria da experiência e satisfação de clientes: oportunidade de curto prazo para ampliar engajamento de clientes e reduzir custos com processos legais.
- Financiamento de veículos elétricos, híbridos e flex: oportunidade de longo prazo para mitigar o risco climático de transição ao que o PAN está exposto.

Ainda, durante o processo formal de avaliação e aprovação de novos produtos, são considerados os impactos e possíveis oportunidades sociais, ambientais e climáticas. No momento em que um novo produto começa a ser planejado, as áreas de Clientes e ESG participam do processo de avaliação, considerando aspectos como experiência do cliente, potenciais benefícios ao consumidor, possíveis dúvidas do cliente no momento de efetiva contratação e dificuldades de utilização. Posteriormente, são realizadas pesquisas de mercado com o objetivo de entender como os concorrentes se posicionam sobre o assunto e quais os principais conteúdos e dúvidas que os consumidores buscam sobre o serviço/produto, além de possíveis externalidades sociais, ambientais e climáticas do produto.

O Banco PAN participa diretamente de grupos de trabalho da Febraban, ABBC e Pacto Global, com o objetivo de identificar outras oportunidades e compartilhar riscos relativos à agenda ESG. Além disso, o PAN mantém um canal de comunicação aberto com todas as partes interessadas, mapeando potenciais mudanças no cenário macroeconômico, das mudanças climáticas e do perfil da carteira de clientes no longo prazo, de modo a antecipar e identificar oportunidades alinhadas ao modelo de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Durante o período findo em 31/03/2023 e último exercício social encerrado em 31/12/2022, o Banco PAN não efetuou investimentos relevantes em quaisquer outros fatores que pudessem influenciar de forma relevante o desempenho operacional do Banco PAN além dos já citados nos itens anteriores.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E FINANCEIRA SELECIONADA

As informações a seguir estão incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativa ao período de 3 meses findo em 31/03/2023 e exercício social encerrado em 31/12/2022, e suas respectivas notas explicativas, bem como a seção "Discussão e Análise da Condição Financeira e Resultados das Operações".

Informações sobre o Cálculo da Média

Os saldos médios foram calculados com base nos saldos contábeis mensais, sendo os dados referentes aos saldos médios trimestrais calculados a partir de 4 datas, sendo 31/12 do ano anterior e ao final de cada um dos 3 meses seguintes e os saldos médios anuais calculados a partir de 13 datas: 31/12 do ano anterior e ao final de cada um dos 12 meses seguintes, preparados de acordo com o Bacen, pois acreditamos que tais saldos sejam representativos de nossas operações e seria muito dispendioso produzir saldos médios utilizando saldos contábeis diários em Bacen.

Da mesma forma, os dados referentes ao rendimento ou taxa média foram calculados com base nas receitas e despesas de juros do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme indicado acima, para o período encerrado em 31/03, as taxas foram anualizadas, uma vez que é contemplado apenas 3 meses de Resultado.

Os nossos dados médios de demonstração de resultados e balanço foram preparados numa base consolidada.

Acreditamos que os dados médios aqui estabelecidos refletem com precisão, em todos os aspectos relevantes, nossa situação financeira e os resultados das operações nas datas e nos períodos especificados.

Balanço Patrimonial Médio e Outros Dados Financeiros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de ativos, passivos e patrimônio líquido e uma análise de diferentes métricas financeiras relacionadas a lucro líquido de juros, que foram calculados a partir do período findo em 31/03/2023 e do exercício encerrado em 31/12/2022.

	31/03/2023
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	
Saldos Médios	
Saldo médio dos ativos	57.618,2
Saldo médio dos ativos que rendem juros	49.784,7
Saldo médio dos passivos onerosos	44.390,2
Saldo médio do Patrimônio Líquido	7.634,5
Resultado	
Receitas de juros	2.914,0
Despesas de juros	(1.514,0)
Lucro/Prejuízo Líquido do período	172,3

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Rentabilidades	
Retorno Anualizado sobre PL Médio	9,3%
Retorno Anualizado sobre Ativos Médios	1,2%
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis	89,2%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos ativos rentáveis	25,5%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos passivos onerosos	14,4%
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (1)	35,0%
Margem de lucro líquida (Spread)	11,2%

31/12/2022	
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	
Saldos Médios	
Saldo médio dos ativos	53.577,9
Saldo médio dos ativos que rendem juros	46.537,0
Saldo médio dos passivos onerosos	40.258,4
Saldo médio do Patrimônio Líquido	7.256,1
Resultado	
Receitas de juros	10.145,5
Despesas de juros	(4.939,1)
Lucro/Prejuízo Líquido do período	706,1
Rentabilidades	
Retorno Anualizado sobre PL Médio	9,7%
Retorno Anualizado sobre Ativos Médios	1,3%
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis	86,5%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos ativos rentáveis	21,8%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos passivos onerosos	12,3%
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (1)	40,5%
Margem de lucro líquida (Spread)	9,5%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

Saldos e Taxas Médias de Ativos Rentáveis e Passivos Onerosos

A tabela abaixo apresenta os saldos e taxas médias de nossos ativos e passivos que rendem juros calculados com base na metodologia apresentada na seção "Informações sobre o cálculo da média" para o do período findo em 31/03/2023 e do exercício encerrado em 31/12/2022.

			31/03/2023
	Saldo Médio	Receitas/Despesas de Juros	Taxa Média (%)
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Ativos rentáveis			
Aplicações interfinanceiras	336,7	12,3	15,4%
Operações de crédito	36.468,9	2.479,4	30,1%
Títulos e valores mobiliários	9.635,4	317,2	13,8%
Créditos compulsórios	2.713,0	85,5	3,2%
Outros créditos	630,7	19,6	13,0%
Total	49.784,7	2.914,0	25,5%
Ativos não rentáveis			
Disponibilidades	17,8	-	-
Operações de crédito ⁽¹⁾	1.788,4	-	-
Créditos tributários	3.386,1	-	-
Relações interfinanceiras	60,2	-	-
Permanente	1.422,9	-	-
Outros créditos	1.158,1	-	-

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Total	7.833,5	-	-
Ativos Totais	57.618,2	2.914,0	21,8%

(1) Créditos Vencidos há mais de 59 dias.

	Saldo Médio	Receitas/Despesas de Juros	Taxa Média (%)
Passivos onerosos	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Depósitos a prazo	18.227,2	(610,9)	-12,7%
Depósitos interfinanceiros	8.004,1	(285,3)	-13,5%
Letras financeiras	10.603,0	(375,9)	-13,4%
Letras de crédito imobiliário	116,0	(3,4)	-11,1%
Compromissadas passivas	6.271,0	(200,2)	-12,2%
Obrigações por empréstimo	775,8	(33,1)	-4,3%
Outras obrigações	393,0	(5,2)	-5,2%
Total	44.390,2	(1.514,0)	-13,0%
Passivos não onerosos			
Depósitos à vista	399,6	-	-
Fiscais e previdenciárias	226,6	-	-
Outras obrigações	4.967,3	-	-
Patrimônio líquido	7.634,5	-	-
Total	13.228,0	-	-
Passivos Totais	57.618,2	(1.514,0)	-10,1%

	Saldo Médio	Receitas/Despesas de Juros	Taxa Média (%)
Ativos rentáveis	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Aplicações interfinanceiras	592,8	31,3	5,3%
Operações de crédito	33.312,9	8.836,3	26,5%
Títulos e valores mobiliários	8.779,5	819,9	9,3%
Créditos compulsórios	3.161,7	371,9	11,8%
Outros créditos	690,0	86,1	12,5%
Total	46.537,0	10.145,5	21,8%
Ativos não rentáveis			
Disponibilidades	8,9	-	-
Operações de crédito ⁽¹⁾	1.144,1	-	-
Créditos tributários	3.507,7	-	-
Relações interfinanceiras	53,8	-	-
Permanente	1.168,6	-	-
Outros créditos	1.157,7	-	-
Total	7.040,9	-	-
Ativos Totais	53.577,9	10.145,5	18,9%

(1) Créditos Vencidos há mais de 59 dias.

	Saldo Médio	Receitas/Despesas de Juros	Taxa Média (%)
Passivos onerosos	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Depósitos a prazo	21.067,6	(2.515,9)	-11,9%
Depósitos interfinanceiros	3.236,8	(433,9)	-13,4%
Letras financeiras	10.860,7	(1.427,9)	-13,1%
Letras de crédito imobiliário	156,0	(16,8)	-10,7%

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Compromissadas passivas	3.654,1	(388,1)	-10,6%
Obrigações por empréstimo	771,5	(125,8)	-16,3%
Outras obrigações	511,7	(30,7)	-6,0%
Total	40.258,4	(4.939,1)	-12,3%
Passivos não onerosos			
Depósitos à vista	363,2	-	-
Fiscais e previdenciárias	267,5	-	-
Outras obrigações	5.432,8	-	-
Patrimônio líquido	7.256,1	-	-
Total	13.319,5	-	-
Passivos Totais	53.577,9	(4.939,1)	-9,2%

Mudanças na Receita e Despesa de Juros: Análise de Volume e Taxa

As tabelas a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas com juros do PAN e suas controladas devido às variações no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e as mudanças nas taxas nominais de juros ocorridas no período findo em 31/03/2023 e no exercício findo em 31/12/2022.

Período encerrados em 31 de março de 2023/exercício 2022			
Aumento (Redução) Devido à Variações em:			
	Volume Médio ⁽¹⁾	Taxa Média ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Ativos rentáveis			
Aplicações interfinanceiras	7,1	1,8	8,9
Operações de crédito ⁽¹⁾	1.348,6	(943,9)	404,7
Créditos compulsórios.....	(25,1)	36,8	11,7
Títulos e valores mobiliário.....	349,3	(274,2)	75,1
Outros créditos.....	(24,8)	18,2	(6,6)
Total de ativos rentáveis	1.655,1	(1.161,3)	493,8
Passivos onerosos			
Depósitos a prazo	361,9	(328,9)	33,1
Depósitos interfinanceiro	(622,0)	432,0	(190,0)
Letras financeiras	(124,8)	18,7	(106,1)
Letras de crédito imobiliário.....	10,1	(8,8)	1,3
Compromissadas passivas.....	(527,0)	361,6	(165,4)
Obrigações por empréstimo.....	0,0	(1,4)	(1,4)
Outras obrigações.....	9,2	(5,1)	4,1

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Total de Passivos onerosos	<u>(892,6)</u>	<u>468,1</u>	<u>(424,4)</u>
----------------------------------	----------------	--------------	----------------

Notas:

- (1) As variações nos volumes foram calculadas pela variação nos ativos que rendem juros e passivos onerosos, de um período para outro, multiplicada pelo rendimento da taxa média sobre o período anterior;
- (2) As variações nos rendimentos/taxas foram calculadas multiplicando a variação nos rendimentos/taxas no período pelo resultado gerado pelos ativos que rendem juros e passivos onerosos do período anterior; e
- (3) A variação líquida dos efeitos combinados de volumes e rendimentos/taxas foram proporcionalmente apropriados aos volumes e aos rendimentos/taxas, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

**Exercícios encerrados em 31 de
dezembro de 2022/2021
Aumento (Redução) Devido à
Variações em:**

	Volume Médio⁽¹⁾	Taxa Média⁽²⁾	Variação Líquida⁽³⁾
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Ativos rentáveis.....			
Aplicações interfinanceiras	14,8	(1,1)	13,7
Operações de crédito ⁽¹⁾	1.438,7	142,0	1.580,7
Créditos compulsórios.....	206,0	99,8	305,7
Títulos e valores mobiliário.....	454,4	(34,8)	419,7
Outros créditos.....	(91,9)	(15,5)	(107,4)
Total de ativos rentáveis.....	<u>2.022,1</u>	<u>190,3</u>	<u>2.212,4</u>
Passivos onerosos			
Depósitos a prazo	(566,8)	(311,6)	(878,4)
Depósitos interfinanceiro	120,5	(321,7)	(201,2)
Letras financeiras	(217,6)	(723,0)	(940,7)
Letras de crédito imobiliário.....	8,2	(11,6)	(3,4)
Compromissadas passivas.....	(191,8)	(163,8)	(355,6)
Obrigações por empréstimo.....	(105,7)	(16,3)	(122,1)
Outras obrigações.....	(12,9)	12,1	(0,9)
Total de Passivos onerosos.....	<u>(966,2)</u>	<u>(1.536,1)</u>	<u>(2.502,2)</u>

Notas:

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

- (1) As variações nos volumes foram calculadas pela variação nos ativos que rendem juros e passivos onerosos, de um período para outro, multiplicada pelo rendimento da taxa média sobre o período anterior;
- (2) As variações nos rendimentos/taxas foram calculadas multiplicando a variação nos rendimentos/taxas no período pelo resultado gerado pelos ativos que rendem juros e passivos onerosos do período anterior; e
- (3) A variação líquida dos efeitos combinados de volumes e rendimentos/taxas foram proporcionalmente apropriados aos volumes e aos rendimentos/taxas, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

Carteira de Investimentos

A tabela a seguir mostra nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos nas datas indicadas. Os títulos são avaliados de acordo com os regulamentos do Banco Central para a classificação de títulos e instrumentos financeiros derivativos. Nossa carteira de títulos e valores mobiliários é apresentada a seguir em 31/03/2023.

	31/03/2023	% do Total de Títulos
Títulos do governo federal brasileiro	9.761,9	97,8%
Títulos e Valores Mobiliários negociáveis e outros	222,3	2,2%
Total de Títulos	9.984,2	100,0%
Títulos como porcentagem do total de ativos	-	16,3%

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Moeda

Nossa carteira de títulos expressos em reais em 31 de março de 2023 era de R\$ 9.984,2 milhões.

Composição e vencimento dos títulos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimento em 31 de março de 2023 para nossa carteira de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de março de 2023										
	Devido em um ano ou menos		Devido após um a cinco anos		Devido após cinco anos até dez anos		Devido após dez anos		Total	
	Balanco	AV	Balanco	AV	Balanco	AV	Balanco	AV	Balanco	AV
Títulos Públicos	4.289,2	99,1%	4.586,2	96,1%	886,5	100,0%	-	-	9.761,9	97,8%
Títulos Privados	38,2	0,9%	184,1	3,9%	-	-	-	-	222,3	2,2%
Total dos Títulos	4.327,4	100,0%	4.770,3	100,0%	886,5	100,0%	-	-	9.984,2	100,0%

Carteira de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de crédito por tipo de operação e os valores percentuais dos tipos de créditos para a carteira de crédito total em 31/03/2023.

	31/03/2023	AV
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Veículos (1)	16.922,9	43,0%
Consignado (1)	9.181,1	23,4%
Empréstimos FGTS (1)	1.964,4	5,0%

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Financiamento cartões de crédito (2)	6.341,0	16,1%
Conta garantida	1.601,2	4,1%
Empréstimo pessoal	329,1	0,8%
Créditos vinculados à cessão (3)	161,9	0,5%
Empréstimos imobiliário/habitacionais	217,5	0,6%
Renegociações	569,6	1,2%
Capital de giro	28,0	0,1%
Cheque especial	12,7	-
Total de operações de crédito	37.329,5	95,0%
Outros créditos (4)	1.981,3	5,0%
Subtotal	39.310,7	100,0%
(+/-) Ajuste ao valor de Mercado (1)	(25,3)	
Total da Carteira de Crédito	39.285,4	

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios; e

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito.

A tabela a seguir resume nossa carteira de empréstimos por categoria de atividade econômica dos tomadores e os valores percentuais dos tipos de créditos para a carteira de crédito total em 31/03/2023.

	31/03/2023	AV
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	
Pessoa física	37.547,0	95,5%
Serviços	1.389,0	3,5%
Financeiros	655,6	1,7%
Utilitários	168,8	0,4%
Construção e Incorporação	57,7	0,1%
Mídia, TI e Telecom	18,0	-
Transportes e Logística	5,1	-
Locação de Veículos	2,6	-
Saúde, Segurança e Educação	1,3	-
Outros Serviços	479,9	1,2%
Comércio (Atacado e Varejo)	374,7	1,0%
Total da Carteira de Crédito	39.310,7	100,0%

Concentração de Empréstimos

A tabela a seguir apresenta as concentrações de nossa carteira de crédito total em 31/03/2023. Os valores percentuais refletem nossa carteira de crédito total.

	Em 31 de março,	
	2023	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	
10 maiores devedores	669,2	1,7%
50 maiores devedores	576,3	1,5%
100 maiores devedores	229,0	0,6%
Demais devedores	37.836,3	96,2%
Total da Carteira de Crédito	39.310,7	100,0%

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1)

A tabela a seguir demonstra a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/03/2023.

	31/03/2023
	(Em milhões de reais)
Saldo do início do período	2.327,1
Constituição/reversão de provisão	537,8
Baixas contra a provisão	(446,0)
Saldo do fim do período	2.418,9
Créditos recuperados (2)	55,7
Efeito no resultado (3)	(482,1)

Notas:

- (1) Inclui outros créditos sem características de crédito;
- (2) No exercício findo em 31/03/2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas no montante de R\$ 55,7 (sendo R\$ 54,7 de recuperação de crédito do Banco PAN e R\$ 0,1 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real Estate); e
- (3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

Índice de Capital e Requisitos de Capital Mínimo

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para a data base de 31 de dezembro de 2022, o BTG Pactual passou a exercer de forma individual o controle do Banco PAN, conseqüentemente passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado BTG Pactual, o qual reporta de maneira oficial os indicadores de Capital ao BACEN, a partir de então, o PAN optou por realizar e informar os cálculos dos Limites Operacionais de forma "gerencial" (Pró Forma) a partir da data base de 30 de junho de 2021, atendendo aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

	Em 31 de março,
	2023 ⁽³⁾
Índice de Basileia ⁽¹⁾	15,78%
Índice de Capital Nível I ⁽²⁾	15,75%
Índice de Capital Nível II	0,03%

Notas:

- (1) Capital Regulamentar Mínimo Requerido = 8,625% (2018); e 8% a partir de 01/01/2019.
- (2) Capital Obrigatório Mínimo Nível I = 6,0% (desde 2015). Pró-forma.

Gerenciamento de Capital

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

O BACEN, seguindo as recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, publicou a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe, dentre outras matérias, sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. O PAN aplica as definições de gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pelo PAN e suas controladas;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; e
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O PAN realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seu RWA como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital, e o risco de liquidez.

O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

A partir da consolidação da Companhia no Conglomerado BTG Pactual, sua estrutura de capital é tratada de forma conjunta, porém o PAN deve manter suficiente para suportar o risco incorrido em suas posições. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções CMN 4.955, 4.958/21 e demais normativos relacionados.

Acordo de Basileia III

Em resposta à crise financeira global de 2007/2008, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) emitiu um conjunto de recomendações ao sistema bancário mundial que ficou conhecido como BASILEIA III. Seu objetivo principal é tornar o sistema financeiro mais resiliente, reduzir os custos das crises bancárias e amparar o crescimento sustentável do sistema bancário, por meio de recomendações de melhores práticas e, principalmente, aumento da qualidade e da quantidade do capital.

Em outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BACEN começaram a implementar, no Brasil, as modificações propostas por Basileia III no que tange à alocação e ao cálculo de capital, por meio de diversas resoluções e circulares.

Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital exigido.

Em Basileia III, são 3 indicadores que devem ser comparados ao RWA total, com seus respectivos adicionais de conservação que podem ser estipulados pelo regulador. Na prática, o BACEN exigirá pelo menos o mínimo estipulado com capital adicional.

As tabelas a seguir apresentam informações a respeito de nossa adequação de capital em 31/12/2022, de acordo com as regulamentações do Banco Central e do Acordo de Basileia III em vigor desde 01/10/2013:

	Em 31 de março,
	2023 ⁽²⁾
	<i>(em milhões de R\$)</i>
Patrimônio de Referência	5.348,7
Nível I	5.339,5

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Nível II.....	9,2
Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).....	33.898,2
Risco de Crédito (RWACPAD)	29.809,5
Risco de Mercado (RWAMPAD)	0,2
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.088,5
Risco da taxa de juros (RBAN).....	0,56
Capital Principal/RWA (ICP).....	15,75%
Nível I/RWA (IN I)	15,75%
PR/RWA – Índice de Basileia (IB)	15,78%
Margem de Suficiência de Capital.....	1.788,80

Nota:

- (1) Capital regulatório é a quantia de capital disponível considerada para fins de determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras e é composta por dois níveis. O capital nível I é representado pela composição do patrimônio líquido mais o saldo de certas reservas, receitas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central. O capital Nível II é composto por reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com dividendos cumulativos, certos instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros não realizados relacionados no valor de mercado de títulos disponíveis para venda.
- (2) Pró-forma.

Saldos Médios de Depósitos e Taxas Médias

A tabela a seguir apresenta os saldos médios dos depósitos, juntamente com as taxas médias pagas em 31/03/2023 e 31/12/2022. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis de final de mês, que incluem os respectivos juros alocados.

	Em 31 de março,	
	2023	
	(em milhões de reais, exceto percentagens)	
	Passivos Médios	Taxa Média
Depósitos à vista.....	399,6	-
Depósitos a Prazo	18.227,2	-12,7%
Depósitos Interfinanceiros.....	8.004,1	-13,5%
Total de depósitos.....	26.630,9	-3,4%

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

	<u>Em 31 de dezembro,</u>	
	<u>2022</u>	
	(em milhões de reais, exceto percentagens)	
	<u>Passivos Médios</u>	<u>Taxa Média</u>
Depósitos à vista.....	363,2	-
Depósitos a Prazo	21.067,6	-11,9%
Depósitos Interfinanceiros.....	3.236,8	-13,4%
Total de depósitos.....	<u>24.667,7</u>	<u>-12,0%</u>

Captações

As tabelas a seguir mostram nosso financiamento em cada data apresentada.

	<u>Em 31 de março,</u>	
	<u>2023</u>	
	(em milhões de reais, exceto percentagens)	
Depósitos a Prazo	18.014,0	46,8%
Depósitos Interfinanceiros.....	8.255,0	21,4%
Letras Financeiras	10.652,0	27,7%
Empréstimo no exterior.....	771,9	2,0%
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	148,1	0,4%
Outros	651,1	1,7%
Total de depósitos.....	<u>38.492,1</u>	<u>100,0%</u>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Prazos

A tabela a seguir analisa nossa carteira de empréstimos por tipo e por prazo até o vencimento em 31/03/2023. Os empréstimos são apresentados antes da dedução da provisão por perdas.

	Em 31/03/2023				Total
	Vencimento em até 90 dias	Vencimento de 91 a 180 dias	Vencimento de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
	(em milhões de reais)				
Consignado (Empréstimos e Cartões)	3.761,8	935,8	1.483,1	9.508,2	15.688,9
Veículos	3.313,9	2.134,2	3.645,1	8.737,2	17.830,4
Empresas	6,3	13,7	27,5	50,2	97,7
Cartão de crédito	2.740,2	342,3	65,1	5,7	3.153,3
Imobiliário	68,2	9,7	17,9	137,0	232,8
Empréstimo pessoal	501,8	335,7	426,4	1.029,7	2.293,5
Outras	14,0	-	-	-	14,0
Total carteira de crédito	10.406,2	3.771,4	5.665,1	19.468,0	39.310,7

Depósitos Compulsórios

Temos a obrigação de manter depósitos compulsórios no BACEN. A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos em 31 /03/2023.

	Em 31 de março	
	2023	
	(em milhões de reais, com exceção das porcentagens)	
Depósitos com remuneração de juros	2.590,3	100,0%
Total de depósitos compulsórios.....	2.590,3	100,0%

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE BACEN PARA IFRS

O PAN mantém seus livros e registros em reais, a moeda oficial do Brasil, e prepara suas demonstrações financeiras consolidadas para fins regulatórios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN, que se baseiam em:

- Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 para registro de transações associadas as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central e as Resoluções emitidas pelo CMN e pela CVM, quando aplicável; e
- A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram o processo de conversão de demonstrações financeiras em normas

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

internacionais de relato financeiro (IFRS). No entanto, o Banco Central não adotou integralmente, como parte das práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras, o disposto na Lei nº 11.638. Em vez disso, de acordo com a Comunicação nº 14.259 do Banco Central, as instituições financeiras que atendem a certos critérios são obrigadas a preparar demonstrações financeiras anuais consolidadas de acordo com o IFRS originalmente emitido pelo IASB e que são efetivas em 31/12/2011. Não estamos incluindo ou incorporando por referência neste Formulário de Referência nossas demonstrações financeiras suplementares preparadas de acordo com o IFRS.

Existem certas diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS (que incorpora as Normas Internacionais de Relato Financeiro, IAS, bem como interpretações IFRIC e SIC) que podem ser relevantes para as informações financeiras. Esta seção não tenta identificar ou quantificar o impacto dessas diferenças, nem podemos garantir que todas as diferenças foram identificadas.

A seguir, é apresentado um resumo de certas diferenças; no entanto, este resumo não pretende ser completo e não deve ser interpretado como exaustivo.

Ao ler este resumo, os possíveis investidores também devem levar em consideração estas informações.

Este resumo inclui diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS em 31/12/2022. Diferenças resultantes de mudanças nas normas contábeis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2022 não foram consideradas neste resumo.

As diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS resultantes de mudanças futuras nos padrões contábeis ou de transações ou eventos que possam ocorrer no futuro não foram levadas em consideração neste resumo e nenhuma tentativa foi realizada. Este resumo foi feito para identificar quaisquer eventos futuros, trabalhos em andamento e decisões dos órgãos reguladores que promulgam as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e ao IFRS que possam afetar comparações futuras entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas para operar pelo Banco Central e pelo IFRS. As diferenças atuais divulgadas neste resumo não pretendem ser completas e estão sujeitas e qualificadas na sua totalidade por referência aos respectivos pronunciamentos dos órgãos profissionais de contabilidade brasileiros e do *International Accounting Standards Board* e do *International Financial Reporting Interpretations Committee*.

Consolidação

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, as demonstrações financeiras devem consolidar as seguintes entidades: (a) entidades nas quais a empresa possui direito a voto que lhe confere a capacidade de ter a maioria nas decisões sociais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração; (b) sucursais no exterior; e (c) empresas sob controle comum ou controladas por acordos de acionistas, independentemente da participação no capital votante. As joint ventures, incluindo as investidas nas quais a empresa exerce influência significativa por meio da participação em um acordo de acionistas no qual esse grupo controla a investida, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS, a condição para consolidação é ter controle, que é definido como a capacidade da controladora de governar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para obter benefícios. Presume-se que o controle existe quando a controladora possui, direta ou indiretamente, por meio de subsidiárias, mais da metade do poder de voto

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

da entidade, e possíveis direitos de voto devem ser considerados, o que é o caso de todas as nossas subsidiárias.

A partir de 01/01/2013, as IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas ("IFRS 10") entraram em vigor e consolidaram em uma única orientação os princípios de consolidação. A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

A IFRS 10 define o princípio do controle e estabelece o controle como base para determinar quais entidades são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Um investidor controla uma investida quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a investida; assim, o princípio do controle estabelece os três seguintes elementos de controle:

(a) poder sobre a investida;

(b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis do envolvimento com a investida; e

(c) a capacidade de usar o poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos do investidor.

A IFRS 10 também exige que um investidor reavalie se controla uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há alterações em um ou mais dos três elementos de controle.

Diferentemente do IFRS 10, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, não há exceções relacionadas ao conceito de entidade de investimento.

Combinações de negócios, aquisições e ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, as combinações não são tratadas especificamente por pronunciamentos contábeis. A aplicação do método de compra é baseada em valores contábeis. O ágio ou deságio registrado na aquisição de uma empresa é calculado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio negativo pode ser registrado no resultado durante um período consistente com o período em que se espera que a investida incorra em perdas.

De acordo com o IFRS 3 (Revisado), a Combinação de Negócios exige, entre outras coisas, que todas as combinações de negócios, exceto aquelas envolvendo entidades sob controle comum, sejam contabilizadas por um único método - o método de aquisição.

De acordo com o IFRS 3 (Revisado), a empresa adquirente registra ativos e passivos identificáveis adquiridos pelos seus valores justos. As ações emitidas em troca de ações de outras empresas são contabilizadas pelo valor justo com base no preço de mercado. Todos os pagamentos para a compra de um negócio devem ser registrados pelo valor justo na data da aquisição, com os pagamentos contingentes classificados como dívida subsequentemente remensurados pela demonstração do resultado. Existe uma opção de aquisição para mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou na participação proporcional da participação de não controladores nos ativos líquidos da adquirida. Todos os custos relacionados à aquisição devem ser contabilizados como despesa.

Além disso, o IFRS 3 (revisado) estabelece diretrizes mais detalhadas sobre o reconhecimento de "ativos intangíveis". Segundo o IFRS 3 e a IAS 38, "Ágio e outros ativos intangíveis", o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são mais amortizados. Se outros ativos

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

que não dinheiro forem distribuídos como parte do preço de compra, esses ativos deverão ser avaliados pelo valor justo.

De acordo com o IFRS 3 (revisado), o ágio negativo será reconhecido como ganho na demonstração do resultado. Os ativos intangíveis de vida finita são geralmente amortizados linearmente pelo período estimado beneficiado. O ativo intangível relacionado às carteiras de depósitos e relacionamentos com clientes é registrado e amortizado durante um período em que se espera que o ativo contribua direta ou indiretamente para os fluxos de caixa futuros.

Contabilização de garantias

O Banco PAN emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários, garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco PAN reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de "Receitas de tarifas e comissões", que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Títulos e valores mobiliários

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, os títulos e valores mobiliários são classificados com base na estratégia de investimento da instituição financeira como títulos negociáveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e define o reconhecimento do valor justo de mercado. Desses valores mobiliários como base para sua apresentação nas demonstrações financeiras, exceto no caso em que a estratégia de investimento seja reter o investimento até o vencimento. O reconhecimento de alterações no valor justo de mercado para títulos e valores mobiliários para negociação é no resultado, enquanto que para títulos disponíveis para venda é diretamente no patrimônio líquido. As regras para contabilizar valores mobiliários são definidas de maneira mais geral e são menos abrangentes do que as normas para contabilizar valores mobiliários segundo o IFRS.

De acordo com o IFRS, os ativos financeiros, incluindo títulos de dívida e patrimônio, podem ser categorizados e contabilizados da seguinte forma:

- ativos financeiros ao custo amortizado: usado quando os ativos financeiros são gerenciados para obter fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas em pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizados quando ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas em pagamentos de principal e juros e para venda; e

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizados para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação são registrados nesta categoria.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco PAN (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, a instituição documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens *hedgeados* quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco PAN avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens *hedgeados* durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco PAN utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

Operações de Crédito

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, os Créditos geralmente são registrados ao custo. Até 31/03/2000, quando as alterações foram introduzidas pelo Banco Central, os Créditos foram classificados como vencidos ou duvidosos com base na extensão em que estavam garantidos e no período em que os pagamentos estavam em atraso. Foram necessários subsídios mínimos específicos, com ou sem garantia e com o atraso do prazo. A partir de 31/03/2000, os Créditos devem ser classificados em 9 categorias e a provisão mínima é determinada pela aplicação de porcentagens específicas aos Créditos em cada categoria.

Os Créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração sobre o nível de risco, levando em consideração a situação econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às transações, devedores e fiadores, atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que exige análise periódica da carteira e sua classificação, por nível de risco, em 9 categorias entre AA (risco mínimo) e H (risco máximo - perda). A provisão mínima é determinada pela aplicação de porcentagens específicas aos Créditos em cada categoria.

A receita de operações de crédito vencida há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, é reconhecida como receita somente quando efetivamente recebida.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, após o qual o crédito é cobrado contra a provisão existente e permanecem controladas em contas de compensação por cinco anos, deixando de constar no balanço.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

No mínimo, os Créditos renegociados são mantidos no mesmo nível em que foram classificados antes da renegociação. As operações de crédito renegociadas, que já haviam sido debitadas da provisão para devedores duvidosos e estavam em contas de compensação, são classificadas no nível H e quaisquer ganhos eventuais resultantes da renegociação de Créditos anteriormente baixados são reconhecidos como receita em regime de caixa.

De acordo com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", os créditos e recebíveis são definidos como ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os Créditos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado.

De acordo com o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, devemos realizar as projeções de quaisquer perdas esperadas em um período de 12 meses e reconhecê-las como uma provisão, embora nenhuma perda real ainda tenha se materializado. Se observarmos uma deterioração significativa na qualidade de crédito, devemos reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida útil do instrumento financeiro, não apenas nos 12 meses subsequentes.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas por sua probabilidade de ocorrência e são mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data do balanço: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a empresa espera receber);
- ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data do balanço: de acordo com a diferença entre o custo bruto corrigido e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- compromissos de Créditos não realizados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual devido à empresa se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a empresa espera receber; e
- contratos de garantia financeira: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de valores mobiliários que a empresa espera recuperar.

Os requisitos para avaliação de redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperado. O modelo de perda de crédito esperado inclui o uso de informações prospectivas e a classificação de ativos financeiros em três estágios:

- Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis em 12 meses. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os possíveis eventos de inadimplência. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com redução no valor recuperável: considera todos os possíveis eventos de inadimplência. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados nesta etapa é diferente da Estágio 2, devido ao reconhecimento da receita de juros, aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido da provisão) e não ao valor contábil bruto.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Um ativo migrará de um estágio conforme seu risco de crédito aumenta ou diminui. Portanto, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 pode retornar à estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

As principais evidências da deterioração da qualidade do crédito são:

- queda significativa no valor justo de um instrumento financeiro durante um período prolongado;
- falha no cumprimento dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou principal;
- deterioração da capacidade de pagamento e desempenho operacional;
- descumprimento de convênios;
- mudança significativa no desempenho do mercado em que a contraparte opera; e
- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

No caso de perdas por redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, eles são reclassificados de outros resultados abrangentes para a demonstração do resultado, como "perdas por redução ao valor recuperável acumuladas". Se nos anos subsequentes ao reconhecimento da perda, o valor justo do ativo for superior ao valor cobrado, a perda incorrida anteriormente será revertida no resultado.

Impostos sobre o Lucro

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro é efetuada por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco PAN é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do período, com base no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme proposto pelo Conselho da Administração do Banco PAN.

Mensuração ao valor justo

O IFRS 9 e o IFRS 13 determinam que a melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação (ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida), embora isso não seja necessariamente o caso em todas as circunstâncias. Embora o IFRS 13 especifique como mensurar o valor justo, o IFRS 9 contém restrições sobre o reconhecimento de diferenças entre o preço da transação e o valor justo inicial, conforme mensurado no IFRS 13, geralmente chamado de lucro no primeiro dia, que se aplica além dos requisitos do IFRS 13.

Se uma entidade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença será reconhecida como ganho ou perda somente se o valor justo for baseado no preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Caso contrário, a diferença é diferida e reconhecida como ganho ou perda somente na medida em que decorra de uma mudança em um fator (incluindo tempo) que os participantes do mercado considerariam ao precificar o ativo ou passivo. Portanto, as entidades que negociam instrumentos financeiros são impedidas de reconhecer imediatamente um lucro no reconhecimento inicial de muitos instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, no reconhecimento inicial, se a mensuração do valor justo de um instrumento financeiro e o preço da transação diferirem, a entidade reconhece o ganho ou perda resultante no resultado, sem exceções, diferente do IFRS, conforme mencionado acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Dessa forma, o Banco PAN optou por não divulgar neste formulário de referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) a ela relacionadas ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável, considerando que o Banco PAN não divulga projeções tampouco estimativas acerca de seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de emissão do Banco PAN envolve a exposição a determinados riscos. Os negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros do Banco PAN poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão do Banco PAN poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão do Banco PAN. Estão descritos a seguir os fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, o Banco PAN conhece e acredita que podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pelo Banco PAN. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão do Banco, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas do Banco PAN. Riscos adicionais não conhecidos pelo Banco PAN atualmente, ou que o Banco PAN considera irrelevante na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-lo adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para o Banco PAN, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros do Banco PAN e das suas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão do Banco PAN. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. emissor

O Banco PAN está sujeito a perdas associadas à carteira de crédito.

A qualidade da carteira de crédito do Banco PAN está associada ao risco de inadimplência dos segmentos nos quais atua, tais como crédito consignado, empréstimo com garantia do FGTS, cartões de crédito, cartões de crédito consignado, financiamento de veículos e motocicletas, cheque especial, crédito pessoal e novos produtos.

O desempenho financeiro do Banco PAN está diretamente relacionado com a capacidade dos seus clientes de cumprirem integral e tempestivamente com suas obrigações. Desta forma, uma crise econômica, o impacto financeiro de crises sanitárias ou geopolíticas, o fraco desempenho econômico geral, ou qualquer alteração nas condições macroeconômicas e políticas que afetem a propensão ao consumo, o nível de demanda e a capacidade de pagamento dos clientes, podem majorar o número de devedores inadimplentes na carteira de crédito do Banco, aumentar suas perdas, afetar adversamente seu resultado e ter um efeito material adverso sobre suas condições operacionais e financeiras. No mesmo sentido, quaisquer alterações regulatórias ou mercadológicas, como a mudança das taxas praticadas pelos concorrentes, podem afetar negativamente a manutenção, o crescimento e a composição da carteira de crédito do Banco PAN, bem como o seu resultado.

Além disso, quaisquer alterações no perfil dos negócios do Banco PAN, decorrentes da disponibilização de novos produtos e serviços aos clientes ou do crescimento orgânico de suas operações, podem revelar imprecisões nos modelos e políticas de crédito atualmente utilizados

4.1 Descrição dos fatores de risco

pelo Banco PAN, ocasionando a concessão de crédito inadequada e, conseqüentemente, eventual inadimplência, aumentando os níveis de perdas e prejuízos em suas operações.

A capacidade de devedores de cumprirem suas obrigações dentro do prazo está diretamente relacionada ao seu desempenho financeiro. Uma crise econômica, como a crise financeira mundial em 2008, a crise da dívida soberana europeia entre 2010 e 2012, o impacto financeiro das epidemias sanitárias, como a pandemia do COVID-19, ou o fraco desempenho econômico geral, podem aumentar o número de devedores inadimplentes na carteira de crédito do Banco, aumentando as perdas resultantes de empréstimos e afetando nosso resultado de maneira adversa.

O Banco PAN está exposto ao risco de crédito do governo federal. Uma desaceleração econômica no Brasil pode ter um efeito adverso relevante na capacidade do governo federal de honrar suas dívidas e outras obrigações.

Uma proporção significativa dos ativos totais do Banco PAN é composta de ativos garantidos pelo governo federal e outras entidades do setor público. Em 31 de março de 2023, o Banco PAN detinha R\$ 9.984 milhões em títulos públicos federais (R\$ 7.769 milhões em 31 de março de 2022).

Caso o governo brasileiro deixe de efetuar os pagamentos devidos aos detentores de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar a dívida pública, tal fato poderá acarretar um efeito adverso na nossa liquidez e em nossos resultados operacionais em razão dos investimentos que possuímos nesses papéis, bem como das operações compromissadas realizadas com lastro nesses títulos. Adicionalmente, uma redução significativa no valor de mercado dos títulos públicos brasileiros que detemos em nossa carteira implicaria na contabilização de ajuste negativo a valor de mercado, diminuindo o resultado ou o patrimônio líquido, dependendo da categoria de classificação desses papéis.

Também estamos expostos ao risco de crédito do governo federal e de outras entidades do setor público por meio de nossos empréstimos consignados aos beneficiários do INSS e aos funcionários do setor público. Qualquer declínio na atividade econômica pode afetar negativamente, e, conseqüentemente, sua capacidade de honrar suas dívidas e outras obrigações, o que poderia ter um impacto adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais decorrentes da nossa exposição ao risco de crédito de entidades do setor público.

A interrupção do relacionamento com correspondentes no país que prestam serviços ou auxiliam o Banco PAN na originação de operações de crédito e manutenção de seus produtos e serviços relacionados às operações de crédito poderá comprometer as operações ou resultar em perda de receita do Banco PAN.

As receitas advindas de operações de crédito dependem de forma relevante da disposição e da capacidade dos correspondentes no país de prospectarem clientes interessados em firmar contratos de crédito com o Banco PAN, os quais não têm contrato de exclusividade com o Banco PAN. A ruptura no relacionamento com tais correspondentes no país e a impossibilidade de substituí-los por novos agentes, poderá ocasionar perda de clientes e diminuição significativa das receitas operacionais e de ganhos decorrentes das operações de crédito que podem, conseqüentemente, causar impacto relevante nos resultados financeiros do Banco PAN.

A originação de créditos consignados e empréstimo com garantia do FGTS por meio de parcerias com correspondentes no país apresenta riscos aos negócios do Banco PAN e pode acarretar efeitos materiais adversos nos resultados financeiros do Banco PAN.

Atualmente, parte relevante da contratação de créditos consignados e empréstimo com garantia do FGTS do Banco PAN é efetuada por correspondentes no país, cuja parceria em caráter não exclusivo pode comprometer nossas operações ou resultar em perdas para o Banco PAN. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia pode vir a ser responsabilizada pelo descumprimento dos procedimentos de venda ou regulações aplicáveis por tais correspondentes no país.

Os correspondentes no país são remunerados por meio de comissões pagas em função do volume de captação de novos contratos e, eventualmente, na tentativa de aumentar sua remuneração, tais correspondentes no país podem tentar fraudar documentos e políticas relacionadas à concessão de crédito a pessoas, sem sua solicitação ou anuência. Eventuais procedimentos de cobrança adotados em face dessas pessoas em razão da concessão de créditos não solicitados podem acarretar a responsabilização civil do Banco PAN em processos judiciais, o que pode afetar adversamente seus resultados financeiros e operacionais, vez que o Banco PAN poderia incorrer em custos não apenas decorrentes da inadimplência do crédito, mas também de despesas financeiras com indenizações pecuniárias e por danos morais aos indivíduos lesados.

Não há como garantir que os mecanismos de controle adotados pelo Banco PAN serão suficientes para detectar ações fraudulentas ou inadimplementos legais, regulatórios ou contratuais por parte dos correspondentes no país. Tais ocorrências podem afetar a imagem do Banco PAN perante seus clientes e o mercado em geral, afetando adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Adicionalmente, a infraestrutura de tecnologia da informação adotada pelos correspondentes no país está sujeita a falhas em sua segurança cibernética e não há como garantir que será suficiente para evitar ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão de sistemas e plataformas que tenham por objetivo acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a, ou divulgação não autorizada de dados confidenciais e/ou particulares de clientes potenciais e atuais.

Pode haver insuficiência de capital para enquadramento nas regras de capital mínimo do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB").

As instituições financeiras brasileiras devem observar diretrizes impostas pelo CMN e pelo BACEN semelhantes às do Acordo da Basileia, relativas à adequação de capital, inclusive no que se refere ao capital mínimo. Não podemos garantir que teremos no futuro recursos suficientes ou meios disponíveis para nos capitalizar e, assim, nos enquadrar às regras de capital mínimo impostas pelo CMN e pelo BCB.

Ademais, as instituições financeiras somente poderão distribuir resultados, a qualquer título, em montante superior àquele por ventura exigido em lei ou na regulamentação vigente, caso essa distribuição não venha a comprometer o cumprimento das exigências de capital e de patrimônio líquido. Além disso, de acordo com as legislações e regulamentações bancárias aplicáveis, o BCB e o CMN podem reduzir os dividendos ou determinar que nenhum dividendo seja pago por uma instituição financeira se tal restrição for necessária para mitigar riscos relevantes para o Sistema Financeiro Nacional ou para a própria instituição financeira.

A inadequação às regras de capital mínimo poderá afetar negativamente a capacidade do Banco de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, além de poder afetar adversamente sua capacidade de operação e concessão de empréstimos e fazer com que o Banco PAN tenha que tomar medidas que podem afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira. O regulador poderá impor medidas sancionadoras pela inadequação de capital, incluindo processos administrativos, multas, inabilitação dos administradores e até mesmo a cassação da autorização de funcionamento, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e as condições financeiras do Banco PAN.

Descasamentos de taxas de juros, câmbio e prazos de vencimento entre a carteira de crédito do Banco PAN e suas fontes de recursos poderão afetar adversamente o Banco PAN e sua capacidade de manter ou ampliar suas operações de crédito.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Banco PAN está exposto a descasamentos quanto a taxas de juros e prazos de vencimento entre seus créditos concedidos e fontes de recursos captados. Além disso, o Banco poderá passar a ter exposição a riscos cambiais. A maior parcela da carteira de crédito do Banco PAN é formada por créditos com juros fixos e a maior parte das fontes de recursos é formada por instrumentos que pagam juros pós fixados. O rendimento de nossos empréstimos depende de nossa capacidade de equilibrar nosso custo de financiamento com as taxas de juros que cobramos de nossos mutuários.

Um aumento nas taxas de juros de mercado no Brasil poderá aumentar nosso custo de captação, especialmente o custo dos depósitos a prazo, reduzindo o spread que praticamos sobre nossos créditos, afetando adversamente o resultado de nossas operações.

Qualquer descasamento entre o vencimento de nossas operações de crédito e de nossas fontes de recursos poderá causar um desequilíbrio entre ativos e passivos, representando risco de liquidez caso o Banco PAN deixe de ter uma captação de recursos contínua. Adicionalmente, parte da captação de recursos poderá ser proveniente de títulos emitidos no exterior e denominados em dólares. As operações com hedge realizadas pelo Banco PAN podem não ser suficientes para a proteção integral contra oscilações no mercado cambial. Uma desvalorização do real frente ao dólar poderia aumentar o custo de obtenção dos recursos provindos da emissão desses títulos.

Um aumento no custo total das fontes de captação por quaisquer desses motivos poderá implicar num aumento das taxas de juros que o Banco PAN cobra sobre os créditos que concede, podendo afetar sua capacidade de atrair novos clientes ou criar uma seleção adversa. Conseqüentemente, a queda no crescimento das operações de crédito do Banco PAN poderá afetar adversamente os resultados de suas operações e a sua situação financeira.

O crescimento da carteira de operações de crédito do Banco PAN pode levar a um aumento da inadimplência.

A administração do Banco PAN pode adotar a estratégia de expandir sua carteira de operações de crédito, aumentando a origem e aprovação de novas operações, principalmente com a expansão dos produtos atualmente ofertados aos clientes. O aumento da carteira de crédito pode causar o aumento da alavancagem financeira do Banco PAN e, eventualmente, ter como consequência o aumento de pagamentos em atraso, do nível de inadimplência e das despesas de provisão, o que pode afetar de forma adversa os resultados do Banco PAN.

A capacidade do Banco PAN de cobrar os pagamentos devidos a partir de operações de crédito consignado está atrelada às leis e regulamentações, interpretações judiciais e políticas de entidades públicas relacionadas às deduções na folha de pagamento, além de licenças e acordos com empregadores do setor público, do risco de crédito dos empregadores, bem como da manutenção dos empregos dos mutuários.

Parte significativa das receitas do Banco PAN é oriunda das operações de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito consignado e de benefícios), cujos valores são deduzidos diretamente dos benefícios recebidos por beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou de contracheques dos mutuários, nos casos de servidores públicos. Em 31 de março de 2023, os empréstimos consignados e cartões de crédito consignados representavam 45% da carteira de crédito do Banco PAN (46% em 31 de dezembro de 2022).

Essas deduções podem ser interrompidas por diversos fatores, tais como exoneração do servidor público, interrupção do benefício pago pelo INSS, falecimento do mutuário, determinação legal, judicial ou administrativa, aplicação de penalidade pelo órgão público conveniado, entre outros, de forma que o Banco PAN não pode garantir a recuperação do crédito nestas circunstâncias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a legislação atual estabelece a prioridade de determinadas deduções, tal como pensão alimentícia, frente às contraprestações de empréstimos consignados deduzidas da folha de pagamento dos servidores e, nestas circunstâncias, o Banco PAN pode não receber a integralidade da parcela da dívida do mutuário.

Há também riscos relacionados aos órgãos públicos consignantes e às empresas de tecnologia contratadas pelos órgãos públicos para o processamento das consignações destinadas ao pagamento das parcelas das operações contratadas pelos servidores ou beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Quaisquer eventos que afetem o processamento das consignações, como problemas financeiros do empregador, falhas ou alterações no sistema interno das processadoras, podem ensejar o atraso ou a redução dos valores devidos ao Banco PAN e, por consequência, resultar em perda financeira. Outro risco a que o Banco PAN está sujeito é a ausência de repasse, por parte dos órgãos públicos, dos recursos que foram deduzidos em consignação na folha do servidor ou no benefício pago pelo INSS, assim como eventuais sanções administrativas que podem ser aplicadas por esses órgãos para determinar a suspensão, total ou parcial, dos descontos e repasse dos valores consignados.

A legislação e a regulamentação relacionadas à concessão do crédito consignado estabelecem um limite máximo de comprometimento sobre a receita mensal do tomador, que representa o percentual de sua receita que pode ser deduzido pelas instituições financeiras para fins de pagamento de dívidas decorrentes de crédito consignado. Além disso, o mecanismo de desconto em folha de pagamento é regulado por diversas leis e regulamentos, nas esferas federal, estadual e municipal, que estabelecem, dentre outras coisas, limites de descontos.

O Banco PAN não pode garantir que as leis e regulamentos relativos aos empréstimos consignados não serão alterados ou revogados. Consequentemente, a emissão, alteração, revogação ou nova interpretação de leis ou regulamentos que resulte em uma proibição, restrição ou que possa afetar adversamente a capacidade do Banco PAN de fazer as deduções diretas das folhas de pagamentos dos clientes, pode aumentar o perfil de risco de sua carteira de crédito, podendo causar perdas e levar o Banco PAN a aumentar a taxa de juros sobre seus empréstimos, o que poderia ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Por fim, qualquer um dos riscos acima pode resultar no aumento da inadimplência da carteira, aumentando as despesas com provisão e outras despesas relacionadas à cobrança de pagamentos devidos, afetando negativamente os negócios e resultados operacionais do Banco PAN.

O Banco PAN pode não ser capaz de recuperar os valores decorrentes de empréstimos inadimplidos por seus mutuários ou de apossar-se de bens dados em garantia nesses contratos, ou ainda, que essas garantias sejam executadas, os valores resultantes poderão não ser suficientes para cobrir o montante das respectivas operações, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Não há como garantir que as medidas utilizadas nos procedimentos de cobrança e execução das garantias vinculadas a esses empréstimos e/ou financiamentos sejam as mais adequadas, ou ainda, que resultarão na recuperação eficaz dos valores devidos e não pagos. As incertezas econômicas e políticas, assim como o impacto desta nas condições financeiras de nossos mutuários, podem aumentar a inadimplência nos pagamentos de empréstimos e créditos que o Banco PAN concede. Na medida em que o Banco PAN pode não ser capaz de recuperar os valores devidos em um volume substancial, os seus resultados poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

A incorporação de imóveis e veículos ao patrimônio do Banco PAN em razão da inadimplência de clientes pode gerar um aumento significativo dos chamados "bens não de uso próprio" ("BNDU)".

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em razão da crise econômica, a quantidade de imóveis e veículos retomados pelas instituições financeiras devido à inadimplência nos financiamentos se elevou de forma significativa. Considerando a depreciação dos bens e o ônus em manter os imóveis e veículos, o Banco PAN pode não ser capaz de vender seus BNDU dentro dos prazos e nas condições desejadas ou impostas pela regulamentação aplicável, o que poderá impactar negativamente os seus resultados.

O Banco PAN pode não ser capaz de consolidar os imóveis garantidos por alienação fiduciária, o que poderá impactar diretamente os seus negócios.

No caso do estoque de operações de crédito imobiliário para pessoa física do Banco PAN, garantido por alienação fiduciária, na hipótese de inadimplência do fiduciante e, após o cumprimento do prazo de carência estabelecido contratualmente, bem como do prazo para a purga da mora, o Banco PAN poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em seu nome e poderá promover o leilão do imóvel.

O prazo para que se efetive a retomada plena do imóvel pelo Banco PAN pode variar, dependendo das situações ocorridas no âmbito do procedimento extrajudicial, tais como imposição de exigências cartorárias, dificuldade de localização do devedor para realização da purga da mora, necessidade de publicação de editais para realização da intimação para purga da mora, distribuições de ações judiciais por parte do devedor com pedido de suspensão do processo extrajudicial de intimação/consolidação, dentre outras. Além da possibilidade de demora no procedimento, há também a possibilidade de questionamentos do devedor sobre o procedimento, o que pode acarretar a eventual declaração judicial de nulidade de algum ato ou até mesmo na anulação do procedimento de consolidação, leilão e até mesmo de eventual arrematação efetivada, o que pode impactar adversamente o Banco PAN.

Além disso, especificamente em relação à excussão de garantias baseadas em alienação fiduciária de imóveis, observada a legislação vigente, não há como assegurar que os valores obtidos pelo Banco PAN nos leilões de venda dos imóveis consolidados serão suficientes para atingir os valores devidos e não pagos por seus clientes.

Caso o Banco PAN não seja eficaz em seus procedimentos de cobrança e/ou excussão da garantia, ou não tenha sucesso nos leilões de imóveis dados em garantia, sua condição financeira poderá ser adversamente afetada.

As apólices de seguro contratadas pelo Banco PAN podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas.

O Banco PAN não pode garantir que suas apólices de seguro, quando contratadas, serão suficientes em todas as circunstâncias, ou contra todos os riscos, aos quais o Banco PAN e seus ativos estão sujeitos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos subcontratados do Banco em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante o Banco PAN, ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso relevante para o Banco PAN. Além disso, o Banco PAN não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Esses fatores podem gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados do Banco PAN.

Os sistemas e métodos de identificação, análise, gerenciamento e controle de riscos ligados à carteira de crédito do Banco PAN podem não ser suficientes para evitar perdas decorrentes de créditos inadimplentes.

A qualidade da carteira de crédito do Banco PAN está associada à sua capacidade de estabelecer critérios de concessão de crédito e avaliar perdas relacionadas ao risco de inadimplência dos clientes. As informações utilizadas pelo Banco PAN no processo de análise de crédito dos clientes são obtidas inclusive por meio de bancos de dados de terceiros que podem estar incorretas ou, eventualmente, podem não estar mais disponíveis em algum momento no futuro, podendo

4.1 Descrição dos fatores de risco

inviabilizar a utilização dos modelos atuais de concessão de crédito, agravando o risco de inadimplência e gerando perdas financeiras.

Adicionalmente, os negócios do Banco PAN envolvem a assunção de riscos de diversas naturezas e o sucesso de suas operações depende, dentre outros fatores, da sua capacidade de identificar, mensurar, reportar e mitigar tais riscos, não apenas em condições normais de mercado, mas também em condições extremas, quando as exposições podem levar a perdas materiais significativas. O fato de o Banco PAN efetuar provisões para perdas de acordo com os parâmetros estabelecidos na regulamentação aplicável pode não impedir que perdas se materializem. Se as perdas reais com empréstimos excederem as provisões efetuadas, o resultado operacional do Banco PAN será adversamente afetado.

O Banco PAN tampouco pode garantir que seus sistemas de gestão de risco são suficientes para mapear todos os riscos inerentes à sua carteira, e que os processos e ferramentas adotados na recuperação de créditos em atraso continuarão sendo eficazes, o que poderá ter um efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Banco PAN.

Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, a falta de integração e redundância nestes sistemas e as limitações de um único site poderão afetar adversamente as operações do Banco PAN.

As operações do Banco PAN dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e comunicação. Sua infraestrutura de tecnologia da informação está concentrada na sede do Banco PAN em São Paulo.

É preciso, por exemplo, que tais sistemas processem muitas transações de forma eficiente e precisa, bem como que permitam o processamento, armazenamento e transmissão de dados confidenciais e outras informações sensíveis de forma segura. Os softwares utilizados pelo Banco PAN para processamento dessas transações muitas vezes precisam interagir com softwares ou sistemas operacionais de terceiros. Desta forma, eventuais incompatibilidades ou indisponibilidades desses softwares ou sistemas operacionais, ou ainda, quaisquer limitações em sua utilização, podem impedir o correto processamento das transações realizadas pelos clientes do Banco PAN, o que pode ocasionar prejuízos, conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações do Banco PAN.

Os computadores e sistemas de comunicações do Banco PAN podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias ou por incêndio, enchente, falta de energia, falha no atendimento prestado pelas operadoras de telecomunicações, vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, e por outros fatos ou ocorrências. Qualquer um desses eventos pode causar interrupção nos sistemas, atrasos e perda de dados essenciais, vindo a prejudicar as operações do Banco PAN. Os sistemas do Banco PAN não são totalmente redundantes e seu plano de recuperação de desastres pode não ser suficiente para todas as eventualidades. Além disso, o Banco PAN não possui cobertura de seguros para os riscos operacionais decorrentes de sua atividade. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode ter um efeito adverso relevante para o Banco PAN. Adicionalmente, o Banco PAN não pode assegurar que será capaz de contratar e manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação do Banco PAN, ser dispendioso e demorado para ser corrigido, e afetar adversamente suas operações e situação financeira.

A capacidade do Banco PAN de reter seus profissionais-chave, especialmente seus administradores, bem como de atrair novos profissionais qualificados, é fundamental para sua competitividade, o sucesso de suas operações e sua capacidade de crescimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A capacidade do Banco PAN em manter posição competitiva nos segmentos em que atua e obter sucesso na implementação de seu plano de negócios depende dos esforços da sua alta administração no desenvolvimento e execução de estratégias, políticas de investimento, gestão da operação, rede de contatos comerciais, histórico e reputação desses administradores. Qualquer membro pode deixar a alta administração do Banco PAN para estabelecer e/ou trabalhar em negócios que sejam concorrentes e alguns dos parceiros ou clientes do Banco PAN podem optar por usar os serviços desse concorrente. Além disso, o Banco PAN poderá enfrentar dificuldades para encontrar substitutos adequados, o que pode resultar em um efeito adverso relevante sobre ele.

Especificamente, à medida que o Banco PAN continua a desenvolver sua plataforma de tecnologia e acompanhar as tendências e inovações atuais do mercado, atrair e reter profissionais de tecnologia altamente qualificados é particularmente importante e selecionar, contratar e reter profissionais altamente qualificados pode ser particularmente difícil.

Dessa forma, a incapacidade de reter seus atuais administradores e profissionais chave, bem como a incapacidade de atrair profissionais qualificados pode inviabilizar a continuidade de seus negócios e afetar adversamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Uma deterioração da classificação de crédito do Banco PAN poderá aumentar seus custos de captação, o que poderá afetar de forma adversa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Os custos de captação de recursos do Banco PAN dependem significativamente das classificações de crédito do Brasil e do próprio Banco PAN, sendo influenciados por inúmeros fatores como as condições macroeconômicas do país, mudanças no ambiente regulatório, insuficiência de capital, dificuldade no cumprimento de suas obrigações perante clientes e fornecedores, dentre outros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo na classificação de crédito do Banco PAN, o que pode vir a restringir sua capacidade de tomar recursos no mercado, tendo como consequências o aumento do custo de captação, restrição na concessão de crédito e possível impacto no resultado de suas operações. O Banco PAN não pode assegurar que a sua classificação de crédito não irá se deteriorar, como resultado dos impactos da pandemia do COVID-19, dentre outros fatores.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perdas financeiras relevantes e danos à reputação do Banco PAN, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações

A infraestrutura de tecnologia da informação do Banco PAN está sujeita a falhas em sua segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a: ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão de sistemas e plataformas (incluindo a plataforma de conta corrente digital), infiltração de vírus em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem ocorre troca de dados, bem como outros ataques cibernéticos que tenham por objetivo acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a, ou divulgação não autorizada de, dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas de dentro ou fora do Banco PAN, incluindo parceiros comerciais e incluindo técnicas de invasão, phishing e cavalos de tróia.

Os ataques cibernéticos podem ocasionar a degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, gerando impactos negativos relevantes nas operações do Banco PAN, incluindo, mas não se limitando a perdas de negócios, problemas causados por vírus, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários), os quais podem ter efeito material adverso sobre os negócios, reputação e resultados operacionais do Banco PAN.

Especificamente em relação às contas correntes digitais, caso o Banco PAN não consiga gerenciar efetivamente o risco de segurança cibernética, não atualizando seus sistemas e processos

4.1 Descrição dos fatores de risco

referentes às novas ameaças, poderá ter sua reputação prejudicada e ser afetado negativamente nos seus resultados operacionais e condição financeira, em virtude do pagamento de multas regulatórias e/ou indenizações a clientes. Há ainda o risco de nossos clientes equivocadamente culparem o Banco PAN por incidentes cibernéticos que tenham ocorrido em seus próprios sistemas ou de terceiros não relacionados.

Ademais, como as tentativas de ataques continuam a evoluir em escopo e sofisticação, o Banco PAN pode incorrer em custos significativos para modificar e aprimorar suas medidas de proteção contra tais ataques, ou mesmo na investigação e correção de eventuais vulnerabilidades ou violações, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes. Caso o Banco PAN não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar prejuízos, conflitos com clientes, danos de imagem, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações do Banco. O Banco poderá, ainda, não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Além disso, o Banco PAN administra, retém e mantém parcerias com terceiros que envolvem o arquivamento, gerenciamento e manutenção de informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados. Na atuação com parceiros comerciais, são capturados dados cadastrais de potenciais clientes por tais parceiros, antes da efetiva formalização de uma operação com o Banco PAN.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, poderá sujeitar o Banco PAN a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Por fim, como resultado da pandemia COVID-19, o Banco aumentou o número de funcionários trabalhando remotamente. Isso pode causar aumento na indisponibilidade de seus sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas do sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Consequentemente, sua capacidade de conduzir negócios pode ser adversamente afetada.

Dificuldades na captação de recursos podem afetar negativamente o Banco PAN.

As fontes de captação de recursos representam fator importante nos negócios do Banco PAN. A capacidade do Banco PAN em obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado no futuro. O Banco PAN não pode assegurar que continuará captando recursos em condições favoráveis e nos mesmos níveis praticados atualmente, inclusive em decorrência da pandemia de COVID-19. Se não conseguir obter novos recursos, o Banco PAN pode não ter condições de manter ou de ampliar sua carteira de crédito ou de responder, de forma eficaz, a mudanças nas condições de negócios e pressões competitivas do mercado. Ademais, na hipótese de haver uma redução do volume de cessões de crédito em decorrência de mudanças adversas nas condições demandadas pelos cessionários de crédito, mudanças nas regulamentações que limitem a capacidade do Banco PAN de conceder créditos, ou que modifiquem o tratamento contábil das cessões de crédito, sua capacidade de captação de recursos, liquidez e receita seriam adversamente afetadas.

Reestruturação societária e/ou aquisição de participações e/ou execução de garantia podem não ser aprovadas ou ratificadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

O Banco PAN pode solicitar a autorização para a criação de outras carteiras e/ou operações em outros segmentos de atividades bancárias, financeiras, de seguros e/ou garantias de execução envolvendo participação acionária e/ou autorização para aquisição de participação acionária, incluindo, mas não limitado a fusões e aquisições, reorganizações societárias envolvendo seu controlador, qualquer das quais pode exigir ratificação ou aprovação do Banco Central e/ou de

4.1 Descrição dos fatores de risco

outras autoridades regulatórias às quais as atividades do Banco PAN e de suas subsidiárias estão sujeitas.

Todas essas transações envolvem riscos, como a possibilidade de incorrer em custos inesperados devido à dificuldade de integração de plataformas, sistemas, finanças, contabilidade e pessoas ou a ocorrência de contingências não previstas e violação de disposições contratuais por parte das contrapartes. Além disso, as sinergias operacionais e financeiras e outros benefícios decorrentes dessas transações podem não ser alcançados.

O Banco PAN está sujeito a contingências trabalhistas relacionadas à contratação de prestadores de serviços que poderão ter um efeito adverso significativo sobre seus negócios.

O Banco PAN está sujeito a contingências trabalhistas relacionadas à contratação de empresas prestadoras de serviços em suas diversas áreas de atuação e à eventual discussão sobre vínculos empregatícios com os prepostos e empregados desses prestadores de serviços. Ou seja, toda contratação de empresas que fornecem a prestação de serviço acarreta riscos relacionados à proposição de Ações Trabalhistas, cujo resultado segue uma esteira de desde responsabilização subsidiária até eventual reconhecimento de vínculo empregatício.

Danos à reputação do Banco PAN, de seu controlador, de suas controladas e/ou de seus administradores podem prejudicar os negócios e perspectivas do Banco PAN.

O Banco PAN depende da sua imagem e credibilidade no mercado para realizar seus negócios, atrair e manter seus clientes, investidores e empregados. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e criar uma percepção negativa a respeito do Banco PAN por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou reguladores, tais como o não cumprimento de obrigações legais e regulatórias, celebração de negócios irregulares com clientes ou negócios que supostamente constituem prática abusiva, exposição de conteúdo nas redes sociais e mídia em geral, contratação de fornecedores que não assegurem uma conduta regular em seus negócios, utilização indevida da sua marca por parceiros ou terceiros não autorizados, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus próprios parceiros, colaboradores, administradores e falhas na gestão de riscos, reclamações de clientes, entre outros. Ademais, publicidade negativa relativa ao Banco PAN, verdadeira ou não, poderá acabar prejudicando os seus negócios. Ainda, ações tomadas por terceiros, inclusive acionista controlador e fornecedores, como por exemplo, não observância de leis trabalhistas, atos ilícitos e de corrupção, ações contrárias às normas de saúde, segurança de trabalho, bem como socioambientais, podem, indiretamente, impactar a reputação do Banco perante o mercado em geral.

Danos à imagem do Banco PAN, de seu controlador, de suas controladas e/ou de seus administradores podem gerar perda de confiança dos clientes e, entre outras consequências, desencadear uma diminuição significativa nas atividades operacionais do Banco PAN. O não estabelecimento ou preservação de reputação favorável entre seus clientes e no mercado em geral poderão impactar de forma adversa os resultados operacionais e as condições financeiras do Banco PAN. Ainda, danos à imagem do Banco PAN, de seu controlador, de suas controladas e/ou de seus administradores, podem gerar perda de confiança dos clientes e desencadear um aumento significativo do volume de saques.

Eventos geopolíticos críticos e crises sanitárias, como por exemplo a pandemia do coronavírus (COVID-19) e a Guerra Russo-Ucraniana, podem desacelerar a economia global e brasileira, trazendo maior volatilidade aos mercados de capitais e impactando adversamente negócios, condição financeira, liquidez e resultados operacionais do Banco PAN. Na medida em que a esses eventos afetam adversamente nossos negócios, liquidez, resultados operacionais e condição financeira, ela também poderá aumentar significativamente os efeitos adversos dos outros fatores de riscos descritos nesta seção.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventos extremos e as respostas governamentais a estes, tem um impacto severo nas condições macroeconômicas e financeiras globais e brasileiras, incluindo a interrupção das cadeias de abastecimento e o fechamento de empresas, levando a perdas de receitas, aumento do desemprego e estagnação/contração econômica.

Nos últimos anos, a pandemia de COVID-19 e as respostas à guerra Russo-Ucraniana, também resultaram em aumento da volatilidade nos mercados financeiros e indicadores econômicos, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros, spreads de crédito e métricas de risco. Por exemplo, como resultado da volatilidade elevada, o circuit breaker da B3 foi acionado oito vezes no mês de março de 2020 e o valor dos ativos foi impactado negativamente. Qualquer choque ou movimento inesperado nesses fatores de mercado pode resultar em perdas financeiras associadas aos nossos ativos financeiros, o que poderia deteriorar nossa condição financeira. As preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e redução do acesso a financiamentos, afetando negativamente os negócios do Banco.

As medidas tomadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar a alta volatilidade ou evitar reduções graves e prolongadas nas atividades econômicas. Além disso, não há como prever o acontecimento de novos eventos críticos e os potenciais impactos sociais e econômicos das medidas governamentais para reduzir o impacto dos efeitos sob a população. Em muitos casos, essas políticas e medidas mostraram ser capazes de influenciar o comportamento do mercado consumidor e da população em geral, a demanda por serviços, produtos e crédito.

Os impactos de eventos críticos nas condições macroeconômicas e financeiras brasileiras tiveram, e podem no futuro ter, um impacto negativo em nossos negócios na forma de:

- restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamentos;
- um aumento significativo nos riscos associados ao mercado de crédito, incluindo aqueles resultantes do aumento de inadimplências e da renegociação de contratos de dívida existentes, assim como potenciais ações de força maior, que podem aumentar a provisão para perdas, fazer com que as perdas reais de empréstimos excedam montantes provisionados e impactar a proporção de empréstimos em atraso em relação ao total de empréstimos concedidos pelo Banco;
- impactos negativos na execução de nossa estratégia de banco digital;
- restrições a certas atividades de negócios que podem afetar o Banco, seus funcionários, fornecedores, clientes, contrapartes e outros parceiros de negócios, comprometendo assim suas operações e a capacidade de realizar negócios e cumprir suas obrigações para conosco;
- um aumento nos investimentos e despesas com segurança cibernética, segurança da informação e com medidas para reduzir riscos operacionais, como a expansão do trabalho remoto ou a infraestrutura de home office;
- diminuições na eficácia das transações de derivativos de hedge.

Nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco podem não ser eficazes na mitigação da exposição aos riscos causados ou aumentados por eventos geopolíticos ou crises sanitárias. Além disso, tais eventos aumentam o risco de que o valores de ativos fixos, ativos intangíveis e investimentos usados em nossos testes de redução ao valor recuperável sejam diferentes do valor recuperável real de tais ativos, o que pode nos afetar adversamente.

Os impactos de eventos críticos nos negócios, condição financeira, liquidez e resultados do Banco PAN dependerão de desenvolvimentos futuros, que são incertos, imprevisíveis e dependem de vários fatores que estão além do controle da Companhia, incluindo a possibilidade de ondas de surto adicionais e a intensidade da desaceleração econômica resultante das ações tomadas, ou a serem tomadas por autoridades governamentais. Além disso, uma recessão e/ou desaceleração

4.1 Descrição dos fatores de risco

econômica global, notadamente no Brasil, poderá ocasionar no aumento do desemprego, resultando em menor atividade econômica, além de afetar os clientes do Banco e sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

Em 31 de março de 2023, o indicador de créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira de crédito encontrava-se em 7,2%, contra 6,8% em 31 de março de 2022. Além disso, no quarto trimestre de 2022, o Banco registrou despesa de provisão sobre carteira de 4,9% em comparação a 5,7% no primeiro trimestre de 2022.

Na medida em que eventos geopolíticos e crises sanitárias afetam adversamente os negócios, os resultados operacionais e as condições financeiras do Banco, eles também teriam o efeito de aumentar significativamente os outros riscos descritos nesta Seção 4.1.

Possíveis crises sanitárias trazem impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Ainda, o fato de a atividade da Companhia ser considerada como atividade essencial aumenta o risco de sua responsabilização por eventual reconhecimento de doença ocupacional. Por ser um risco epidemiológico, a Companhia não pode assegurar que seus empregados não sejam contaminados, afetando as operações da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos dos quais o Banco PAN, suas controladas e alguns de seus administradores são partes podem causar efeitos adversos relevantes.

O Banco PAN e suas controladas, no curso de seus negócios, bem como alguns de seus administradores são parte em ações judiciais e processos administrativos, relacionados a matérias cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias. Resultados desfavoráveis em um ou mais desses processos podem afetar de forma adversa o negócio, a reputação e as condições financeiras do Banco.

Ademais, os valores provisionados para essas ações, quando aplicável, podem não ser suficientes para fazer frente às despesas totais decorrentes dessas ações, especialmente as que possuem valores e matérias relevantes.

Também não é possível garantir que o Banco PAN não será envolvido em novas ações relevantes contra ele, suas controladas ou respectivos administradores. Resultados desfavoráveis em tais ações podem afetar de forma relevante e adversa os negócios, a reputação e as condições financeiras do Banco PAN. Os valores provisionados, quando existentes, podem não ser suficientes para cobrir eventuais perdas em casos de condenação. Além disso, não é possível garantir que não haverá mudanças nos critérios que compõem os cálculos de provisão. Decisões contrárias aos interesses do Banco PAN podem alcançar valores substanciais, impedindo a condução dos negócios do Banco conforme inicialmente planejado, proibindo ou limitando a capacidade de o Banco PAN celebrar contratos com a Administração Pública, ou ainda, vir a afetar a imagem, os negócios e os resultados operacionais do Banco de forma negativa e relevante.

Por fim, decisões desfavoráveis em processos movidos em face do controlador do Banco PAN podem vir a afetar sua imagem e seus negócios. Para mais informações a respeito dos processos judiciais e administrativos dos quais o Banco e seus administradores são partes, vide item 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Documentos falsos ou engenharia social podem ser usados para conduzir transações em nome de terceiros.

Os clientes ou clientes em potencial do Banco PAN podem estar sujeitos à engenharia social por criminosos que se envolvem em transações fraudulentas conosco. Além disso, os criminosos também podem usar documentos falsificados de clientes ou de clientes potenciais para realizar fraudes contra o Banco PAN. Nesse sentido, o Banco PAN pode não ser capaz de identificar tais

4.1 Descrição dos fatores de risco

transações fraudulentas em tempo hábil ou de forma alguma, o que pode resultar em perdas financeiras e/ou danos a sua imagem, além de cobranças indevidas para clientes ou clientes potenciais que podem fazer com que eles iniciem ações judiciais ou extrajudiciais e/ou processos contra o Banco PAN, afetando negativamente seus resultados e imagem, além de gerar custos adicionais imprevisíveis.

A ocorrência de fraudes contra clientes pode ocorrer fora do alcance das operações do Banco PAN, praticadas por terceiros, inclusive no âmbito da atuação de parceiros, tais como o uso de seu nome indevidamente por fraudadores (em ações físicas ou virtuais pela Internet) para realizar transações falsas ou envio de boletos bancários falsos. Esse tipo de fraude também pode gerar processos judiciais contra o Banco PAN, iniciados por vítimas fraudadas, afetando negativamente seus resultados e imagem, além de gerar custos adicionais.

O Banco PAN pode não ser capaz de utilizar todos os seus créditos fiscais diferidos.

Os créditos fiscais diferidos são uma parte relevante dos ativos totais do Banco PAN. Em 31 de março de 2023, o Banco PAN registrou créditos fiscais diferidos de R\$ 3.295,2 milhões (R\$ 3.298,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 3.536,2 milhões em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Os registros contábeis dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais (IRPJ), bases negativas (CSLL) e diferenças temporais, principalmente relacionados a provisões de longo prazo para perdas decorrentes de empréstimos, são regulamentados conforme as Resolução CMN nº 4.955/21 e Resolução CMN nº 4.842/20, e constituem parte relevante do patrimônio de referência do Banco PAN. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização das referidas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Caso o Banco PAN não seja capaz de gerar lucros tributáveis no futuro, ou ainda, caso a autoridade fiscal competente não reconheça tais créditos, o Banco PAN pode ter que baixar os referidos créditos tributários diferidos ou reduzir o valor pelo qual estão contabilizados, o que poderá fazer com que seu patrimônio líquido, sua estrutura de capital e seus resultados sejam adversamente afetados.

O Banco PAN está sujeito a riscos de liquidez que podem afetar suas operações e seus resultados.

A manutenção de nível de liquidez adequado é fundamental para os negócios do Banco PAN, permitindo ao mesmo honrar suas obrigações perante contrapartes e evitando que escassez de caixa gere dificuldades em honrar os vencimentos junto a essas partes. O Banco PAN conta com depósitos a prazo e depósitos interfinanceiros como uma de suas principais fontes de financiamento. Em 31 de março de 2023, 47% de sua captação total era efetuada por meio de depósitos a prazo e 21% de sua captação era por meio de depósitos interfinanceiros (versus 51,9% e 15,0% em 31 de dezembro de 2022, respectivamente). Não é possível garantir que os depósitos a prazo e os depósitos interbancários continuarão a estar disponíveis em termos favoráveis.

O Banco não pode assegurar que não haverá resgates substanciais de recursos de clientes no futuro e, caso ocorram, o Banco PAN poderá ter dificuldades de obter os recursos necessários para honrar tais resgates, levando ao inadimplemento junto a seus clientes e consequente danos à imagem do Banco PAN, que ainda estará sujeito a sanções e penalidades legais e regulatórias. Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez e/ou de fluxo de caixa, levando a um desenquadramento ou descasamento entre ativos e passivos, inclusive considerando-se os diferentes prazos de liquidação de suas operações com contrapartes, o Banco PAN poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações financeiras.

Em caso de redução no volume das cessões de crédito como resultado de mudanças adversas nas condições exigidas pelos cessionários do crédito, mudanças nas regulamentações que limitem nossa capacidade de conceder crédito ou que modifiquem o tratamento contábil das cessões de crédito, nossa capacidade de levantar fundos, liquidez e receita podem ser adversamente afetadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de eventos relacionados ao risco de liquidez pode afetar substancialmente as atividades e os resultados do Banco PAN, sendo que tais eventos, individualmente ou em conjunto, podem afetar adversamente a liquidez, condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa do Banco Pan.

O Banco PAN pode ficar exposto ao risco de crédito de contrapartes no curso normal das atividades, sendo que qualquer deficiência ou insolvência dessas contrapartes poderá prejudicar a eficácia das operações de hedging e outras estratégias de gestão de risco

O Banco PAN pode ficar exposto ao risco de contrapartes no setor de serviços financeiros no curso normal das atividades. Essa exposição ao risco pode se originar de negociação, concessão de crédito, captação de depósitos, compensação e liquidação, entre outras atividades e relacionamentos. Entre tais contrapartes estão corretoras e operadores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e outros clientes institucionais. Esses relacionamentos expõem o Banco PAN ao risco de crédito em caso de inadimplemento de uma contraparte. O risco de crédito do Banco PAN poderá ser intensificado quando a garantia detida não puder ser executada ou for liquidada a preços não suficientes para recuperar o montante integral do crédito ou derivativo devido ao Banco PAN. Ademais, qualquer deficiência ou insolvência de contrapartes de serviços financeiros poderá prejudicar a eficácia das operações de hedging e outras estratégias de gestão de risco.

Podemos ser responsáveis pela reparação de danos relacionados à plataforma que oferece serviços de saúde, desenvolvida pelo Banco PAN em parceria com terceiros.

O Banco PAN desenvolveu em parceria com empresas parceiras uma plataforma que oferece serviços de saúde, por meio da qual intermedia o acesso a serviços de saúde e produtos e serviços farmacêuticos com preços reduzidos. Os serviços são oferecidos por diversos parceiros do Banco PAN, que são diretamente responsáveis pelos serviços prestados e produtos fornecidos aos usuários.

Neste momento, o acesso à plataforma está disponível apenas para os clientes que possuem conta digital aberta junto ao Banco PAN. Todos os serviços de saúde e farmácia utilizados e que não são fornecidos de forma gratuita devem ser pagos diretamente pelo usuário aos parceiros credenciados da plataforma, não tendo a Companhia qualquer interferência ou ingerência nesse processo.

O modelo de negócios desta parceria pode vir a ser caracterizado como intermediação de serviços de saúde, o qual, via de regra, está sujeito à responsabilidade civil objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor. Não há uma regulamentação específica para definir a responsabilidade das plataformas digitais perante os seus usuários, de modo que eventualmente o Banco PAN pode vir a ser responsabilizado na reparação de possíveis danos sofridos pelos usuários da plataforma.

O Banco PAN está sujeito a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e estrangeiras), podendo ser afetado adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O Banco PAN opera em um ambiente de alto risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados que, rotineiramente, têm como objetivo o acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados, a dados pessoais e/ou confidenciais dos consumidores, à manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção de serviços.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas do Banco PAN, malware, phishing e outros eventos que possam ter um impacto na segurança da tecnologia do Banco PAN ou de suas controladas, pode sujeita-lo a

4.1 Descrição dos fatores de risco

litígios significativos, inclusive para fins de reparação de danos morais ou materiais, a multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes, ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros do Banco PAN.

Além disso, em 18 setembro de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/2018 ("LGPD") para regular o tratamento de dados pessoais no Brasil, e em relação à aplicabilidade das suas sanções administrativas a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações impostas aos agentes de tratamento de dados, providências a serem tomadas em caso de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, regulação específica de atividades que envolvam transferência ou compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções em caso de descumprimento de suas disposições, tais como advertência, divulgação pública da infração, multa, suspensão ou proibição parcial ou total do tratamento de dados pessoais, dentre outras.

Ainda, a LGPD estabeleceu a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), que é o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

Caso o Banco PAN não esteja em conformidade com as regras da LGPD, ele e suas controladas poderão estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere à infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogáveis até a regularização da atividade de tratamento; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e/ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Sem prejuízo, considerando a existência de diplomas legais que versam sobre proteção de dados anteriormente à LGPD, a violação de direitos de titulares de dados pessoais deve considerar ainda os seguintes riscos, aplicáveis antes ou depois da entrada em vigor da LGPD: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, inclusive, mas não limitando a, Constituição Federal Brasileira, o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet e a Lei do Cadastro Positivo; (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que começaram a atuar neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva operacionalização da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais; e (iii) aplicabilidade de sanções administrativas.

Além disso, o Banco PAN poderá ser considerado solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD e demais leis e regulamentos aplicáveis ao tratamento de dados.

Dessa forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pelo Banco PAN, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem sujeitá-lo a multas elevadas, à divulgação do incidente para o mercado, ao pagamento de indenizações, à obrigação de fazer ou não fazer, incluindo para fins de eliminação dos dados pessoais da base e, em casos extremos, à suspensão de tratamento de dados, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados.

A eficácia da gestão de risco de crédito do Banco PAN é afetada pela qualidade e abrangência das informações disponíveis no Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ao acessar a qualidade de crédito dos clientes, o Banco PAN utiliza as informações de crédito disponíveis em seu banco de dados e as informações de crédito do cliente público, este último fornecido pelo Banco Central e outros recursos. Devido às limitações na disponibilidade de informações e na infraestrutura de informações em desenvolvimento no Brasil, sua avaliação de risco de crédito associada a um cliente específico pode não se basear em informações completas, precisas ou confiáveis. Além disso, não é possível garantir que os sistemas de pontuação de crédito coletam informações completas ou precisas que reflitam o comportamento real dos clientes ou que seu risco de crédito possa ser avaliado corretamente. O Banco PAN conta com outros recursos disponíveis publicamente e recursos internos, que podem não ser eficazes. Como consequência, sua capacidade de administrar com eficiência o risco de crédito e, subsequentemente, as provisões para perdas com empréstimos podem ser significativamente prejudicadas.

O Banco PAN pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, a condição financeira, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras do Banco PAN, inclusive para atendimento às normas regulamentares, como as regras sobre capital mínimo, além daqueles que o Conselho de Administração e os acionistas do Banco PAN julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou então vir a ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas do Banco PAN, o que pode prejudicar a imagem e a cotação das ações do Banco.

Dessa forma, o Banco PAN pode não ser capaz de pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se tal pagamento for desaconselhável diante de nossa situação financeira, desenquadramento regulatório ou outros fatores mencionados. Adicionalmente, o Banco Central ou outras autoridades regulatórias podem suspender ou limitar distribuições aos acionistas do Banco PAN, por tempo indeterminado.

Nossas receitas de Marketplace dependem substancialmente das contratações por lojas parceiras dos serviços que oferecemos, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços e produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações. Além disso, podemos não ser capazes de atrair novas lojas parceiras, manter nossas atuais lojas parceiras, ou ainda expandir nossos produtos e serviços para nossas lojas parceiras atuais.

Nossa estratégia de crescimento e nossas receitas de marketplace dependem da nossa capacidade de atrair novas lojas parceiras e de manter as atuais, aumentando a contratação por essas lojas de outros serviços que oferecemos. Para alcançar estes objetivos, precisamos convencer as lojas parceiras, atuais e potenciais, dos benefícios e do valor de nossos serviços. Atualmente, algumas lojas representam, individualmente, mais de 10% da receita líquida da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., subsidiária integral do Banco PAN.

Eventual falha no desenvolvimento das nossas estratégias comerciais, na expansão eficiente de nossos recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços pós-venda de suporte, pode prejudicar nossa capacidade de aumentar ou manter nossa base de lojas parceiras, , situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Além disso, caso a receita advinda desses serviços diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações, nosso

4.1 Descrição dos fatores de risco

fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira, nossa receita e negócios. Para mais informações a respeito do assunto, ver Seção 1.5 do Formulário de Referência.

Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados em nosso marketplace por parte de lojas parceiras cadastradas em nossa plataforma, podendo causar danos à nossa imagem, marcas e aos nossos resultados financeiros.

Por meio de nosso marketplace possibilitamos que lojas parceiras se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades das lojas parceiras perante os respectivos consumidores. No passado, já ocorreram incidentes envolvendo a venda de produtos e não podemos garantir que incidentes não ocorrerão no futuro. Caso alguma dessas lojas parceiras não cumpra com suas obrigações perante os consumidores, nós podemos ter nossos indicadores de atendimento aos consumidores impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigados a arcar com custos perante os consumidores que adquiriram seus produtos por meio da nossa plataforma. Podemos ainda ser responsabilizados por lojas parceiras que comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em nossa plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais. Estes aspectos podem afetar adversamente nossos resultados financeiros e reputação.

Contamos com mecanismos e algoritmos de pesquisa para gerar tráfego para nosso marketplace que podem ter um impacto negativo em nossos negócios, desempenho financeiro e perspectivas.

Usamos sites de busca/mecanismos de pesquisa da internet para gerar tráfego para nossos Sites nossa plataforma de marketplace, principalmente através da compra de palavras-chave. Obtemos uma quantidade significativa de tráfego por meio de mecanismos de pesquisa e, portanto, utilizamos técnicas como otimização e marketing de mecanismos de pesquisa para melhorar nosso posicionamento em consultas de pesquisa relevantes. Geramos a maior parte de nossa receita redirecionando os consumidores para os websites de nossas lojas parceiras.

Empresas relevantes do setor de mecanismos de pesquisa frequentemente atualizam e alteram a lógica que determina o posicionamento e a exibição dos resultados da pesquisa de um usuário.

Essas alterações podem afetar negativamente o posicionamento comprado ou algorítmico dos links para nossos sites. Além disso, uma quantidade significativa de tráfego é direcionada para nossos sites por meio de mecanismos de pesquisa e sites de redes sociais. A dinâmica de preços e operação dessas fontes de tráfego pode sofrer mudanças rápidas, tanto técnica quanto competitivamente. Além disso, qualquer um desses fornecedores pode, para fins competitivos ou outros, alterar seus algoritmos ou resultados de pesquisa, fazendo com que nossos sites sejam mais baixos nos resultados de pesquisa. Se um grande website ou mecanismo de pesquisa alterar seus algoritmos de maneira a afetar negativamente a classificação, paga ou não, de nossos sites ou de nossos parceiros de distribuição terceirizados, ou se a dinâmica competitiva afetar os custos ou a eficácia da otimização de mecanismos de pesquisa ou outros acordos geradores de tráfego de maneira negativa, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

A introdução de certas tecnologias pode reduzir a eficácia de nossos serviços. Por exemplo, alguns de nossos serviços e atividades de marketing dependem de cookies (arquivos de internet que armazenam temporariamente o que o usuário está visitando na rede), que são colocados em navegadores individuais quando os usuários visitam websites. Utilizamos esses cookies para otimizar nossas campanhas de marketing e as campanhas de nossas lojas parceiras, para entender melhor as preferências de nossos usuários e para detectar e prevenir atividades fraudulentas. Os usuários podem bloquear ou excluir cookies através de seus navegadores ou software e aplicativos de bloqueio anúncios (ad-blocking). Os navegadores de Internet mais comuns permitem aos usuários modificar as configurações de seus navegadores para evitar que

4.1 Descrição dos fatores de risco

os cookies sejam aceitos por seus navegadores, ou são configurados para bloquear cookies de terceiros por padrão. O uso crescente de métodos, softwares ou aplicativos que bloqueiam cookies, ou o descontentamento dos usuários resultante de tais atividades de marketing, poderá ter um efeito adverso em nossos negócios, reputação, resultados de operações, condições financeiras e perspectivas.

O segmento de bancos digitais no Brasil é altamente competitivo, e não é possível garantir que o Banco PAN conseguirá se estabelecer de forma competitiva nesse mercado.

O segmento de bancos digitais brasileiro está em desenvolvimento e é altamente competitivo. Nos últimos anos, observou-se um expressivo crescimento nos investimentos efetuados por instituições financeiras tradicionais de grande porte e por novos entrantes no segmento, incluindo startups de crédito (fintechs), com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas respectivas plataformas digitais.

Tais investimentos resultaram no aumento significativo do número de contas digitais abertas pelos clientes junto a esses competidores. A forte competitividade deste segmento pode dificultar o plano do Banco PAN de se tornar referência para seu público-alvo no mercado de contas digitais e impactar novas iniciativas como aquisição e marketplace, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

Além disso, qualquer nova lei ou regulamento, ou qualquer alteração, revogação ou nova interpretação de leis ou regulamentos existentes podem aumentar a concorrência no Brasil para serviços bancários e financeiros. Tais concorrentes podem passar a oferecer crédito em qualquer das principais áreas de negócios do Banco PAN em condições mais favoráveis, o que pode gerar um efeito adverso relevante nos seus negócios.

A incapacidade do Banco PAN de realizar os investimentos necessários para acompanhar a evolução tecnológica do mercado bancário ou o não aprimoramento dos sistemas de tecnologia da informação vinculados às suas operações poderão afetar adversamente suas atividades.

Por ser uma instituição financeira, o Banco PAN está exposto a materialização sob a ótica de risco operacional. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação podem resultar em perdas relevantes em seus negócios, sua condição financeira, seus resultados operacionais e, conseqüentemente, sua reputação.

Com o lançamento da conta digital, o volume expressivo de contas abertas em curto espaço de tempo pode ocasionar diversos erros e problemas operacionais, tais como falhas e indisponibilidades de sistemas que suportam a operacionalização dos negócios, indisponibilidades dos sistemas ou serviços de terceiros utilizados em processos críticos aos negócios, como, por exemplo, o processamento de transferências eletrônicas e registro de operações efetuadas pelos clientes, dentre outros processos que podem prejudicar as atividades operacionais do Banco PAN.

As falhas operacionais no escopo tecnológico não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos ao Banco PAN, como também resultam em conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções e obrigações de indenização. Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios do Banco PAN, condição financeira e, conseqüentemente, sobre sua reputação e resultados.

Além disso, os sistemas e tecnologias utilizados atualmente pelo Banco PAN podem se tornar obsoletos, exigindo investimentos significativos para sua atualização, além da eventual necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias para a implementação de novos serviços e produtos decorrentes da rápida e constante evolução das soluções apresentadas pelo mercado.

O não aprimoramento dos sistemas vinculados às suas operações ou a incapacidade de realizar os investimentos necessários para acompanhar a evolução tecnológica do mercado, podem

4.1 Descrição dos fatores de risco

ocasionar fragilidade na instituição no âmbito de segurança cibernética, perda de vantagem competitiva do Banco PAN perante seus concorrentes, impactando sua reputação, seus negócios e resultados. Por fim, não é possível prever os efeitos das mudanças tecnológicas nos negócios do Banco PAN.

Além de suas próprias iniciativas, o Banco PAN depende, em parte, de terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Novos serviços e tecnologias aplicáveis à indústria em que o Banco PAN opera podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias atualmente utilizadas em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços pode exigir investimentos substanciais e um tempo considerável o que, em última análise, pode não ser bem-sucedido. Além disso, a capacidade do Banco PAN de adotar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões da indústria, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores. O sucesso do Banco PAN dependerá da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas. Se não puder fazê-lo de forma oportuna ou rentável, seus negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

As nossas instalações físicas e nossos sistemas de informação estão sujeitos a infortúnios em decorrência de falhas humanas, desastres catastróficos, eclosão de doenças contagiosas ou eventos similares

Nossas instalações, centros de processamento de dados nossos e de terceiros, e nossos sistemas de informação estão sujeitos a interrupções em seu funcionamento, em decorrência de falhas humanas, catástrofes imprevisíveis que se encontram além do nosso controle, tais como desastres naturais e eclosão de doenças contagiosas. Se alguma dessas instalações for afetada por algum dos acontecimentos apontados acima ou eventos similares, isso poderá interromper as operações, retardar a prestação de serviços, resultando na interrupção das nossas principais atividades, o que poderá afetar significativamente as nossas operações e receitas.

O Banco PAN está sujeito a leis e regulamentações que dispõem sobre a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas nas jurisdições em que atua, e pode ser afetado adversamente por violações a tais leis e regulamentações.

O Banco PAN está sujeito a determinadas obrigações previstas na legislação e regulamentação de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas. Tais normas exigem que os bancos adotem e apliquem políticas e procedimentos de "Know your client" (incluindo avaliações de pessoas politicamente expostas), proporcionem treinamento a seus funcionários, além de obrigar a comunicação de transações suspeitas às autoridades competentes. As recentes regulamentações também exigem que o Banco PAN adote, na abertura das contas de seus clientes, uma abordagem baseada no risco para a prevenção da lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo. Além disso, o Banco PAN está sujeito às regras sobre a abertura, manutenção e encerramento de contas de depósito de acordo com a Resolução CMN nº 4.753 de 26 de setembro de 2019, incluindo a obrigação de adotar procedimentos compatíveis com o perfil de risco de cada cliente.

O eventual descumprimento dessas obrigações pode sujeitar uma instituição financeira a penalidades que incluem multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos, revogação de outorgas governamentais, a proibição de contratar com o Poder Público e até mesmo a dissolução da pessoa jurídica.

A constante evolução dos mecanismos de lavagem de dinheiro, corrupção e demais práticas ilícitas exigem o contínuo aperfeiçoamento de processos de governança, gestão de riscos e compliance. As políticas e os processos adotados pelo Banco PAN podem não ser capazes de prevenir e detectar violações às leis e regulamentos aplicáveis ao tema ou não se mostrar eficientes para evitar que a estrutura do Banco PAN seja utilizada por agentes próprios ou terceiros para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou outras atividades

4.1 Descrição dos fatores de risco

ilegais ou impróprias e podem afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou cotação de nossas ações.

Além disso, caso o Banco PAN seu acionista controlador ou administradores, seja associado, ou mesmo acusado de estar associado às atividades de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou outras atividades ilícitas relacionadas ou, ainda, caso a estrutura do Banco seja utilizada, mesmo que sem o conhecimento do Banco, para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou para outros fins ilegais ou impróprios, poderá sofrer impacto relevante em seus negócios, imagem e condição financeira.

Não há como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de investigações atuais ou alegações envolvendo o Banco PAN, suas afiliadas, controlador, diretores, empregados ou membros de nosso conselho de administração. Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação de valores mobiliários de emissão do Banco PAN poderão ser adversamente afetados.

O Banco PAN pode não ser capaz de prevenir que seu controlador, controladas e respectivos administradores e empregados ou outras pessoas atuando em nome do Banco PAN se envolvam em situações caracterizadas como corrupção, lavagem de dinheiro ou outras práticas ilícitas ou inadequadas no Brasil ou em outras jurisdições.

O Banco PAN está sujeito à legislação brasileira de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, e outras práticas ilícitas ou inadequadas, bem como a regimes regulatórios com escopo transnacional.

Caso seja identificada qualquer ação inadvertida ou voluntária de seu controlador, controladas e respectivos administradores e empregados e/ou terceiros agindo em seu nome em violação a tais leis e regulamentações, as autoridades competentes poderão aplicar penalidades ao Banco PAN.

As políticas e os procedimentos adotados pelo Banco PAN não englobam seu controlador e podem também não ser eficazes para impedir tais atos por suas controladas e por seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome, ou mitigar a extensão das multas e/ou de outras penalidades aplicáveis, podendo o Banco PAN estar exposto a sanções administrativas e judiciais que causem efeito material adverso em seus resultados operacionais, condição financeira, reputação e perspectivas.

O Banco PAN pode não conseguir implementar plenamente sua estratégia de expansão, o que poderá causar um efeito adverso sobre os seus resultados operacionais e condição financeira.

A estratégia de negócios do Banco PAN para dar continuidade à expansão de suas operações no mercado financeiro nacional, especialmente no segmento de crédito digital no varejo, incluindo a concessão de crédito para pessoas naturais, tanto por meio do portfólio de produtos existentes, quanto por meio do desenvolvimento de novos produtos e serviços poderão se revelar insuficientes ou menos favoráveis do que aqueles estimados. As dificuldades poderão advir, especialmente, de questões financeiras, demográficas, de concorrência e/ou de tecnologia, entre outros. Não é possível assegurar que o Banco PAN será bem-sucedido na implementação de sua estratégia ou que a concentração de suas atividades em segmentos específicos não afetará adversamente sua operação e condição financeira.

A atuação do Banco PAN em novos segmentos de mercado pode apresentar riscos não mapeados anteriormente pela administração do Banco PAN e não é possível assegurar que o Banco PAN será bem-sucedido em mitigá-los corretamente bem como que esses riscos não afetarão adversamente sua operação e condição financeira. Se o Banco PAN não for capaz de gerenciar com sucesso a expansão para novas linhas de mercado, os resultados de suas operações podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, sua capacidade de implementação da estratégia pode ser diretamente impactada pelos eventos geopolíticos críticos e crises sanitárias e pelas incertezas geradas com as medidas adotadas pelas autoridades governamentais para reduzir impactos sociais.

O Banco PAN pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro, os quais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital, podendo resultar na diluição da participação de seus acionistas em seu capital social, incorrendo, inclusive, no não cumprimento do percentual mínimo de ações em circulação ("Free Float").

O Banco PAN pode necessitar de recursos adicionais no futuro e não ser capaz de obter financiamento, em condições atraentes. Se o Banco PAN não for capaz de obter fundos adequados para satisfazer as exigências de capital, pode ser necessária a realização de aumento de capital. Além disso, o Banco PAN pode optar por buscar capital adicional, se sua administração entender que as condições serão mais vantajosas. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital pode diluir a participação dos demais acionistas do Banco PAN caso não participem proporcionalmente de tal aumento. A eventual diluição dos acionistas minoritários poderá incorrer no não cumprimento do Free Float, conforme exigido pelo Regulamento do Nível I de Governança Corporativa da B3, segmento no qual o Banco PAN está listado atualmente.

O Banco PAN pode não obter e/ou renovar as licenças necessárias para conduzir suas operações.

O Banco PAN não consegue garantir que as licenças e/ou autorizações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, concedidas por autoridades governamentais competentes e que devem ser obtidas e mantidas válidas para suas operações, inclusive para operação de cada uma de suas filiais e outros estabelecimentos relevantes, serão mantidas regularmente em vigor ou renovadas antecipadamente junto às autoridades públicas competentes. A falta de obtenção ou renovação de tais licenças e autorizações pode resultar na imposição de multas sucessivas e, conforme o caso, no fechamento de estabelecimentos irregulares, com interrupção das atividades. O fechamento de qualquer uma das filiais ou postos de atendimentos do Banco PAN, ainda que temporariamente, pode ter um efeito adverso em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e reputação.

As operações do Banco PAN e seus resultados podem ser negativamente afetados caso o Banco PAN não seja capaz de proteger os seus direitos de Propriedade Intelectual.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos de propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando a, marcas e nomes de domínio, de modo que quaisquer dificuldades em proteger adequadamente tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

A título exemplificativo, eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar e manter o registro de algum de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer de seus ativos de propriedade intelectual existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

Além disso, a Companhia pode enfrentar processos judiciais para alegar direitos ou infrações, proteger seus segredos comerciais ou know-how, ou determinar o escopo e validade de direitos de sua exclusividade ou de terceiros. Ainda, mudanças na Lei de Propriedade Industrial, nos acordos internacionais que tratam sobre propriedade intelectual podem causar um efeito material adversos nos negócios, condição financeira e resultado das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer demanda relacionada a ativos de propriedade intelectual pode ter um efeito negativo no resultado operacional da Companhia, devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

A consolidação do controle societário do Banco PAN no Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), assim como qualquer reorganização societária capaz de alterar a sua composição acionária, poderá afetá-lo de maneira adversa.

A alienação pela CaixaPar de suas ações ordinárias de emissão da Companhia ensejou a extinção do Acordo de Acionistas do Banco PAN. Desta forma, não haverá mais um grupo de controle vinculado por acordo de voto, tendo havido a consolidação do controle do Banco PAN no BTG Pactual, titular de 73,9% das ações ordinárias de emissão da Companhia na data deste Formulário de Referência.

Não há como garantir que o Banco PAN continuará a se beneficiar de qualquer associação com qualquer um de seus atuais acionistas, assim como com a continuidade de qualquer relação comercial previamente existente ou a manutenção dos termos e condições previamente negociadas com antigos acionistas, o que poderá afetar a situação financeira da Companhia. Além disso, reorganizações societárias podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e reputação da Companhia.

O Banco PAN pode falhar em manter um sistema eficaz de controles internos, o que poderá impedir de reportar de maneira tempestiva e precisa os seus resultados financeiros e nos afetar adversamente.

Os controles internos do Banco podem não evitar ou detectar distorções em tempo hábil, devido às limitações inerentes, incluindo erro humano, evasão, sobreposição de controles ou fraude. Não é possível ter certeza de que, em algum momento no futuro, não haverá falhas na detecção, uma fraqueza material ou de que os controles utilizados não deixarão de detectar problemas que deveriam evitar. A falha em remediar essas deficiências materiais pode resultar em distorção relevante nas suas demonstrações contábeis, podendo resultar em impacto adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Se o Banco PAN não conseguir manter a adequação de seus controles internos, seus relatórios financeiros podem ser divulgados intempestivamente ou com imprecisões, o que poderia levar ao descumprimento das suas obrigações de relatório financeiro e dessa forma afetá-lo adversamente.

O Banco PAN e suas afiliadas podem se envolver rotineiramente em transações com partes relacionadas que podem apresentar conflitos de interesse; e tais transações podem não criar valor para o Banco PAN e seus acionistas.

O Banco PAN celebra transações com seu acionista controlador e outras entidades de seus grupos empresariais no curso normal de seus negócios, incluindo linhas de financiamento e contratos comerciais e de serviços. Para mais informações, veja o item 11.2 deste Formulário de Referência.

Por exemplo, no curso normal de seus negócios, o Banco PAN costuma celebrar contratos de empréstimo interbancário com o BTG Pactual. É provável que o Banco PAN continue a realizar transações com partes relacionadas e não é possível garantir que tais transações não apresentem conflito de interesse ou não causem efeitos adversos no resultado, capitalização e situação financeira do Banco PAN e, conseqüentemente, em seus acionistas. No entanto, não podemos garantir que continuaremos a nos beneficiar de qualquer associação com nosso acionista controlador, nem que seremos capazes de manter qualquer relacionamento comercial existente,

4.1 Descrição dos fatores de risco

incluindo os termos e condições previamente acordados, com nosso acionista controlador, o que pode adversamente afetar nossa condição financeira e os resultados operacionais. Em particular, em decorrência da saída da CaixaPar da estrutura acionária do Banco PAN, podemos ser incapazes de entrar em novas transações, ou renovar e estender as transações existentes com a Caixa, o que pode ter um impacto adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do controlador do Banco PAN, o BTG Pactual, podem conflitar com os interesses dos demais acionistas do Banco PAN.

O acionista controlador do Banco PAN tem o poder de, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, além de determinar o resultado das deliberações societárias do Banco PAN, incluindo, por exemplo, reorganizações societárias, venda de ativos, distribuição e pagamento de dividendos. Os interesses do acionista controlador do Banco PAN podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e podem não resultar em melhorias nos seus resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para o Banco PAN.

A política de dividendos do Banco PAN poderá, por vezes, ser alterada, o que poderá ter um efeito adverso relevante em sua posição financeira e nos resultados das operações.

O Banco PAN não possui política de destinação de resultados específica e formalmente aprovada. Contudo, conforme art. 47 de seu Estatuto Social, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos não inferiores a 35% do lucro líquido do exercício social, em consonância com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, deduzindo-se destes dividendos o valor dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. A periodicidade da distribuição de dividendos é anual – entretanto, nos termos do artigo 48 de seu estatuto social, o Banco PAN poderá elaborar balanços referentes a períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em periodicidade inferior à anual, que serão deduzidos do valor dos dividendos obrigatórios.

c. suas controladas e coligadas

Resultados negativos das empresas controladas podem afetar os resultados do Banco PAN.

O Banco PAN controla de forma direta ou indiretamente a PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.), a PAN Administradora de Consórcio Ltda., a Brazilian Securities Cia de Securitização, a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., a Brazilian Finance & Real Estate S.A., a Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. e a Mobiauto Edição de Anúncios On Line Ltda. sendo que o resultado dessas participações compõe o resultado do Banco PAN. O Banco PAN poderá sofrer impactos adversos em razão de resultados negativos advindos dos negócios e ativos das referidas empresas.

d. seus administradores

O Banco PAN e seus administradores estão sujeitos à legislação brasileira, em especial a de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, e outras práticas ilícitas ou inadequadas, bem como a regimes regulatórios com escopo transacional e compromissos públicos de ética e governança.

Caso administradores eventualmente atuem de forma a violar leis, regulamentações e compromissos públicos, as autoridades competentes e os órgãos reguladores poderão aplicar penalidades ao Banco PAN e a seus administradores, expondo a instituição a maior risco reputacional e de imagem. Em complemento, o Banco PAN e seus administradores também estão

4.1 Descrição dos fatores de risco

sujeitos a Lei nº 13.506/17, que dispõe sobre o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

e. seus fornecedores

O Banco PAN pode não ser capaz de renovar a licença de utilização de sua propriedade intelectual ou de terceiros.

Os serviços de tecnologia de informação dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. O Banco PAN não detém a propriedade de grande parte dos softwares que utiliza no desenvolvimento de seus produtos, contando com a licença para a utilização dos detentores de tais softwares. Caso tais licenças não sejam renovadas, por qualquer razão, ou o Banco PAN seja acionado judicialmente por uso indevido desses softwares ou da propriedade intelectual relacionada, isso poderá afetar negativamente suas operações e fluxo de caixa.

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores do Banco PAN, incluindo a prestação de armazenamento de dados, podem afetar adversamente as operações do Banco PAN.

O Banco PAN utiliza uma ampla rede de fornecedores e prestadores de serviços, os quais exercem atividades relevantes para a condução de seus negócios, como, por exemplo, sistemas de tecnologia de informações e serviços de armazenamento de dados e contratos de suas operações.

Além disso, na atuação com parceiros comerciais, são capturados dados cadastrais de potenciais clientes por tais parceiros, antes da efetiva formalização de uma operação com o Banco PAN.

Desse modo, eventuais descumprimentos de obrigações legais ou contratuais, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, interrupções temporárias nas operações do Banco PAN, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados por tais ocorrências, o que pode afetar negativamente as operações do Banco PAN e, conseqüentemente, seus resultados.

Adicionalmente, caso o Banco PAN não seja capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais fornecedores e prestadores de serviços, poderão ocorrer dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, podendo resultar em problemas operacionais. Tal substituição, ainda, pode não ocorrer em tempo hábil ou ocasionar falhas no período de transição, podendo causar impactos relevantes nas operações do Banco PAN.

Não há garantia de que nossos fornecedores e parceiros de marketplace não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à grande pulverização e terceirização da cadeia produtiva de nossos fornecedores, e variedade de varejistas que podem vir a se tornar lojas parceiras e/ou usuários de nossos produtos e serviços, não temos controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Não podemos garantir que alguns de nossos fornecedores que façam uso de nosso ambiente de marketplace não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou socioambientais relacionados à sustentabilidade, terceirização e quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, atividades criminosas contra o sistema financeiro nacional, sonegação fiscal, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso uma quantidade significativa de nossos fornecedores e lojas parceiras que façam uso de nosso ambiente o façam, pode haver o aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, nossa imagem e reputação podem ser prejudicadas e, em consequência, a perda de atratividade junto aos nossos clientes, com impacto direto na redução de nossa receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor de nossas ações.

f. seus clientes

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento da inadimplência dos tomadores de crédito do Banco PAN poderá afetar seus resultados.

A capacidade conjunta dos tomadores de crédito do Banco PAN de honrar pontualmente suas obrigações está diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica e da renda no País. Situações de crise econômica, sanitária ou geopolítica, o fraco desempenho da economia, aumento do desemprego, a perda de vínculo dos servidores públicos com o governo federal ou, ainda, a perda de benefícios, no caso dos aposentados e pensionistas do INSS, poderá gerar aumento da inadimplência das operações de crédito, que, por sua vez, pode resultar no aumento das perdas operacionais e afetar adversamente os negócios e situação financeira do Banco PAN.

O Banco PAN pode não ser capaz de atrair novos clientes, manter atuais clientes ou ainda expandir suas vendas para clientes atuais.

Para aumentar seu número de clientes e manter os clientes atuais, o Banco PAN deve convencê-los dos benefícios e do valor de seus produtos e serviços. Eventual falha no desenvolvimento de suas estratégias comerciais, na expansão eficiente de seus recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços e atendimento pelos canais disponíveis, pode prejudicar sua capacidade de: (i) aumentar a base de clientes; (ii) manter a base atual de clientes satisfeita; e/ou (iii) alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir suas vendas, situações estas que podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira do Banco PAN.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A instabilidade política e as diversas investigações em andamento no Brasil podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, condição financeira, resultados operacionais e reputação do Banco PAN, além do preço de suas ações.

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

O Banco PAN não pode prever se possíveis alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, o Banco PAN não pode prever o resultado de nenhuma eventual alegação, nem os seus efeitos sobre a economia brasileira. O desenvolvimento dos casos pode afetar o Banco PAN de maneira negativa. O Banco PAN não consegue prever também o resultado de nenhuma das atuais investigações incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira. O Banco PAN não pode prever os efeitos do déficit orçamentário sobre a economia brasileira.

Adicionalmente, devido às Eleições ocorridas em 2022, houve alterações nos cargos políticos para Presidente da República, Congresso Nacional e Governos Estaduais, e ainda não é possível determinar com clareza a capacidade da nova liderança em implementar o plano de governo e seus possíveis impactos políticos e socioeconômicos. Também não é possível prever o impacto das políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como as eventuais de alterações na legislação pertinente do novo governo. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo do Banco PAN. O Banco PAN não pode prever quais políticas o novo governo irá adotar, muito menos se tais políticas poderão ter um efeito adverso sobre o Banco PAN ou sobre a economia brasileira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Governo Federal exerce influência sobre a economia brasileira e ações governamentais podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os negócios do Banco PAN, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

Os negócios, condição financeira e resultados do Banco PAN dependem, substancialmente, da economia brasileira, que já passou e pode passar por intervenções do governo e por ciclos econômicos voláteis. As políticas econômicas, incluindo as de crédito, monetária, fiscal e cambial, entre outras, são usadas como instrumentos para manter o funcionamento do sistema econômico do Brasil e influenciam o curso da economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e regulamentos, muitas vezes implicam em uma alteração nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capitais e limitação às importações, entre outras medidas. Nesse contexto, as mudanças nos regulamentos em relação a controles cambiais, impostos e outras áreas, aplicáveis aos serviços que instituições financeiras oferecem, podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais do Banco PAN.

Descontrole da inflação, grandes variações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Brasileiro a tais eventos, podem afetar negativamente os negócios, resultados e estratégia do Banco PAN. Além disso, a incerteza em relação às diretrizes da política econômica pode contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros e aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros. Não é possível controlar ou mesmo prever de forma assertiva que a aprovação de importantes reformas, como a política, administrativa e a tributária serão suficientes para retomada da economia brasileira. A continuidade do cenário de incerteza política pode afetar a aprovação de medidas importantes e provocar reviravoltas nas expectativas, tais como:

- i. flutuações nas taxas de juros;
- ii. flutuações nas taxas cambiais;
- iii. crescimento econômico brasileiro;
- iv. reduções em níveis salariais e de renda;
- v. crescimento de taxas de desemprego;
- vi. inflação;
- vii. exigências de reserva;
- viii. exigências de capital;
- ix. liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito;
- x. medidas macroprudenciais;
- xi. inadimplência;
- xii. políticas monetária e fiscal, assim como mudanças no regime tributário;
- xiii. instabilidade política, social ou econômica;
- xiv. rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- xv. redução do nível de confiança da indústria e do consumidor;
- xvi. normas trabalhistas e previdenciárias;
- xvii. programas de incentivos setoriais;
- xviii. restrições às remessas ao exterior;
- xix. alegações de corrupção contra partidos políticos, funcionários públicos e outros; e
- xx. outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, bem como maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro e nos títulos de emissores brasileiros, que pode afetar adversamente os negócios do Banco e resultados de suas operações. Por exemplo, a deterioração dos resultados fiscais dos governos federal, estadual e municipal nos últimos anos levou a um aumento sem precedentes da dívida bruta, bem como da relação dívida bruta / PIB, o que levou o Brasil a perder seu grau de investimento das agências de classificação de crédito, diminuindo o influxo de capital estrangeiro e contribuindo para um menor nível de atividade econômica. Nesse ambiente, o governo pode encontrar dificuldade em honrar seu compromisso de repassar para os bancos as parcelas do crédito descontadas do vencimento de seus funcionários, ampliando suas provisões para crédito em geral.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Governo pode também realizar mudanças sociais na Previdência Social (INSS) e no Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (FGTS), alterando condições de saque, regras de pagamento e medidas atreladas à possibilidade de crédito garantido. Em 2023, por exemplo, o Conselho Nacional de Previdência Social estabeleceu nova taxa limite de 1,97% para os juros cobrados sobre os empréstimos consignados de INSS (versus o limite anterior de 2,04%). Dessa forma, o Banco PAN alterou suas taxas de comissão pagas a correspondentes bancários de modo a garantir manutenção da rentabilidade deste produto. Com relação ao FGTS, o Ministro do Trabalho e presidente do Conselho Curador do FGTS, Luiz Marinho, pronunciou-se por vezes, em 2023, ser contra a utilização do saque-aniversário do FGTS como garantia de operações de crédito, na forma da Lei 8.036/1990, bem como de promover alterações em suas condições. e

Não se pode estimar o impacto geral em suas operações e atividades de crédito advindos dos desenvolvimentos macroeconômicos e políticos do Brasil ou das mudanças na política regulatória da economia. Também não é possível prever como as medidas atuais ou futuras implementadas pelos responsáveis pela política regulatória podem impactar o negócio do Banco. Além disso, não se pode prever com total certeza quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se estas afetarão adversamente a economia brasileira ou ao Banco.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado também, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, países da América Latina e países de economia emergente.

A reação dos investidores aos acontecimentos nestas outras localidades pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, crises em outros países de economia emergente podem afetar o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão do Banco PAN, o que poderá prejudicar o preço de mercado das ações emitidas pelo Banco PAN. Ademais, a instabilidade ou volatilidade dos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico do Brasil, o que pode ter efeito relevante sobre o Banco PAN.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente os custos de captação do Banco PAN.

Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias e métricas de endividamento. Assim, a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores pode vir a afetar a percepção de risco dos investidores. A Standard & Poor's iniciou a revisão do rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. O Brasil perdeu a sua condição de grau de investimento pelas três principais agências de rating. Em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's inicialmente reduziu o rating de crédito do Brasil de BBB- para BB+, posteriormente reduziu novamente de BB+ para BB e, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil de BB para BB-, além de mudar a perspectiva de negativa para estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou o rating de emissor e bônus Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento e, posteriormente, rebaixou o rating de emissor e bônus do Brasil para Ba2 abaixo do grau de investimento, com uma perspectiva negativa. A Fitch rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB positivo, com uma perspectiva negativa, citando o déficit orçamentário do país, que está mudando rapidamente, e a recessão, que está pior que o esperado. Como resultado, o Brasil perdeu a sua condição de grau de investimento de todas as três agências de rating principais e, conseqüentemente, os preços de negociação de valores mobiliários do mercado brasileiro de dívidas e patrimônio líquido foram afetados negativamente. Um prolongamento da atual recessão brasileira pode levar a mais rebaixamentos de rating.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em fevereiro de 2019, a Standard & Poor's afirmou o rating de crédito soberano do Brasil em BB com perspectiva estável. Em maio de 2019, a Moody's afirmou a classificação de crédito soberano do Brasil em Ba2. Também em maio de 2019, a Fitch afirmou o rating de crédito soberano do Brasil em BB- com perspectiva estável. Em novembro de 2019, a Fitch manteve a classificação de crédito soberano do Brasil em BB-, citando o risco de reformas fiscais e econômicas e instabilidade política. Em dezembro de 2019, a Standard & Poor's manteve a classificação de crédito soberano do Brasil em BB- e revisou a perspectiva dessa classificação para positiva. Em maio de 2020, a Moody's afirmou a classificação de crédito soberano do Brasil em Ba2 com perspectiva estável. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating em BB-, mas com perspectiva negativa, citando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade do COVID-19 pandemia. Em dezembro de 2020, a Standard & Poor's manteve a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em BB- com perspectiva estável.

Em novembro de 2021, a Standard & Poor's manteve a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em BB- com perspectiva estável. Em dezembro de 2021, a Fitch manteve o rating em BB-, mas com perspectiva negativa e em Abril de 2022 a Moody's manteve a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em Ba2 com perspectiva estável. Em junho de 2022 a Standard & Poor's reafirmou sua classificação em BB- e perspectiva estável e em dezembro de 2022 a Fitch também reafirmou sua posição prévia.

Em junho de 2023, a Standard & Poor's manteve sua classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em BB-, alterando, no entanto, a perspectiva de estável para positiva.

Ao longo dos últimos anos, foi possível notar uma pequena volatilidade entre as notas e perspectivas de rating de crédito soberano, com alterações durante períodos turbulentos de crises sanitárias e políticas. Entretanto, não se pode garantir que as grandes agências de rating irão se comportar da mesma forma diante de potenciais novos cenários geopolíticos e macroeconômicos negativos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, conseqüentemente, pode aumentar o custo futuro de captação do Banco e afetar desfavoravelmente as margens de juros e resultados operacionais.

Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira do Banco PAN.

O Governo Federal implementa, regularmente, mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam o Banco PAN e seus clientes. Essas mudanças podem eventualmente incluir, dentre outros fatores, mudanças nas alíquotas de incidência aplicáveis, mudanças nas correspondentes bases de cálculo dos tributos e/ou até mesmo mudança de interpretações consideradas corretas no passado. Por exemplo, a Emenda Constitucional nº 103/2019 que elevou a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), para instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020 e a Medida Provisória (MP) nº 1.034 de 2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.183 de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 25% para os bancos e de 15% para 20% para demais instituições financeiras, a partir de 1º de julho de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021. Já a Medida Provisória (MP) nº 1.115 de 2022 ampliou para 21% a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos e para 16% para as demais instituições financeiras de agosto a dezembro de 2021. Adicionalmente, essas mudanças podem eventualmente resultar na introdução de novos tributos. Essas medidas podem levar ao aumento nos pagamentos de imposto pelo Banco, o que pode impactar adversamente sua rentabilidade e sua capacidade de conduzir determinadas operações comerciais. Não é possível assegurar que haverá condições de manter a lucratividade obtida em anos anteriores caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre o Banco PAN, suas subsidiárias e suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, mudanças na legislação tributária (i) produziram no passado (e podem produzir no futuro) incerteza no sistema financeiro brasileiro; (ii) aumentaram no passado (e podem aumentar no futuro) os custos de financiamento e (iii) foram responsáveis por reduzir, no passado (e podem reduzir no futuro) a margem financeira. O Banco PAN não consegue quantificar os efeitos de mudanças nas regras fiscais que podem ser implementadas pelo governo brasileiro no futuro. Não é possível garantir que mudanças futuras nas regras fiscais não terão um efeito adverso sobre os resultados de operações do Banco PAN, bem como não possam impactar suas operações com clientes.

Mudanças no ambiente macroeconômico podem afetar adversamente o Banco PAN e os resultados de suas operações.

Mudanças no ambiente macroeconômico, como resultado de fatores internos ou externos ao Brasil, podem impactar negativamente os custos de financiamento, o perfil de vencimento dos recursos disponíveis, as margens operacionais e financeiras e as condições de liquidez do Banco PAN. Além disso, tais condições podem aumentar o perfil de inadimplência da carteira de crédito e a demanda por produtos do Banco PAN, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

Mudanças no ambiente macroeconômico decorrentes de crises sanitárias podem afetar negativamente o Banco PAN, suas operações e resultados.

A pandemia do COVID-19 provocou impactos relevantes na economia global e local, afetando o consumo e a atividade econômica dos países de forma geral. Bancos Centrais de todo o mundo adotaram ações de estímulo monetário e expansão fiscal na tentativa de minimizar os impactos da crise.

No Brasil, o avanço da pandemia refletiu na deterioração do ambiente macroeconômico, ocasionando a queda da demanda por produtos e serviços, desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto), aumento do desemprego, aumento da dívida pública, além da desvalorização do Real, queda da inflação e da taxa de juros, que atingiu a mínima histórica após quatro cortes consecutivos pelo COPOM. Diante deste cenário, o Banco Central do Brasil, o CMN e o Governo Federal tomaram diversas medidas para melhorar as condições de liquidez do Sistema Financeiro Nacional e minimizar os impactos da volatilidade no mercado cambial e no consumo de capital dos bancos e segue observando a necessidade de eventuais novas medidas.

O Banco PAN não tem como prever a eventual existência de novas crises relacionadas à Pandemia do COVID-19 ou prever possíveis novas crises sanitárias, podendo ser exposto às medidas ou políticas adotadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais em resposta à crise e seus eventuais desdobramentos. O cenário de crise pode impactar significativamente as operações, os custos e prazos de captação, as margens financeiras e operacionais, e as condições de liquidez do Banco PAN, podendo ainda afetar o nível de inadimplência das suas carteiras de crédito e a demanda por seus produtos, o que pode impactar de forma adversa seus resultados.

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios do Banco PAN e sobre seu resultado operacional.

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 levou à redução da liquidez, problemas no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a concessão de empréstimos mais cautelosa.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente na Europa, intensificaram as preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode afetar a capacidade do Banco PAN e de outras instituições financeiras brasileiras de obter financiamento no mercado de capitais internacional, restringindo o mercado de crédito.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições econômicas no Brasil e os impactos resultantes, como o comprometimento da capacidade de pagamento dos clientes do sistema bancário, afetariam diretamente os negócios do Banco PAN, limitando sua capacidade de alcançar as estratégias e afetando seus resultados operacionais.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive dos valores mobiliários emitidos pelo Banco PAN.

A materialização de riscos decorrentes de crises sanitárias, geopolíticas e econômicas pode voltar a afetar o crescimento global e diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil, o que afeta negativamente o preço de mercado dos títulos do Banco PAN, possivelmente tornando mais difícil o acesso aos mercados de capitais e, conseqüentemente, o financiamento das suas operações no futuro.

A capacidade de o Banco PAN efetuar pagamentos de juros pode ser limitada por restrições de liquidez no Brasil.

A ocorrência de um evento que possa levar a uma fuga de capitais do Brasil e/ou induzir o Bacen a elevar de maneira brusca e repentina a taxa de juros básica da economia poderá ter reflexos sobre as condições de liquidez local. Essas incertezas no ambiente financeiro, que podem ser tanto de origem externa como interna, podem aumentar os riscos de liquidez, afetando negativamente as principais fontes de recursos, especialmente depósitos de curto prazo, elevando os custos de financiamento, o que poderá causar um efeito adverso nas despesas e nos níveis de liquidez do Banco PAN.

Deficiências na infraestrutura e na mão de obra no Brasil podem ter impacto no crescimento da economia brasileira, com efeito adverso relevante sobre o Banco PAN.

De forma geral, o desempenho do Banco PAN é fortemente influenciado pelo crescimento da economia brasileira. O crescimento do produto interno bruto ("PIB") brasileiro foi ligeiramente positivo entre 2018 e 2019, se tornando negativo em 2020 em função da pandemia e positivo em 2021 e 2022. Ao longo destes anos, o crescimento foi limitado por inadequações na infraestrutura, incluindo possível escassez de energia e deficiências nos setores de transporte, logística e telecomunicações, falta de mão de obra qualificada e de investimentos públicos e privados nessas áreas e em educação, restringindo a produtividade e a eficiência.

Quaisquer desses fatores pode provocar uma volatilidade no mercado de trabalho e, de modo geral, trazer impacto sobre a renda, poder aquisitivo e níveis de consumo, o que pode vir a representar um efeito adverso relevante sobre as operações do Banco PAN, em decorrência da limitação do crescimento da economia e aumento das taxas de inadimplência.

A utilização recorrente do Pix como forma de pagamento em operações de varejo pode diminuir a demanda por instrumentos de pagamento convencionais oferecidos pelo Banco PAN

Em 12 de agosto de 2020, o Banco Central editou a Resolução BCB nº 1, que instituiu o arranjo de pagamento Pix, por meio do qual o usuário poderá realizar pagamentos e transferências instantâneas a partir de sua conta corrente, poupança ou de pagamento, sem precisar utilizar instrumentos de pagamento específicos, 24 horas por dia e nos 7 dias da semana, sem nenhum custo. A tendência é que esse novo meio de pagamento seja cada vez mais utilizado pelos brasileiros em operações de varejo. Além disso, o Banco Central atualiza constantemente regulamentação do Pix, atribuindo crescente número de funcionalidades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em vista do mencionado acima, a adesão ao Pix pelos brasileiros pode, por um lado, desencorajar a utilização de instrumentos de pagamento convencionais, tais como cartões de crédito e débito. No entanto, esta mesma ferramenta pode ser utilizada como alavanca para aumento do engajamento dos clientes, com o PAN investimento cada vez mais na melhoria da experiência do usuário.

O setor de varejo, intimamente ligado ao setor em que o Banco PAN com o Marketplace, é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos. Assim, os resultados de nossa operação de marketplace podem ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas do setor de varejo.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, dentre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível. Tais situações poderão afetar adversamente o resultado operacional e a situação financeira do Banco PAN.

Ainda, as receitas de *marketplace* do Banco PAN dependem significativamente do volume de venda de suas lojas parceiras. Historicamente, este volume está concentrado no último trimestre, principalmente por conta de datas importantes para o comércio, como Black Friday e Natal. Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá afetar adversamente as lojas parceiras do PAN, e com isso, afetar adversamente e de forma relevante os resultados do Banco.

O ambiente cada vez mais competitivo do setor bancário no Brasil poderá afetar adversamente as perspectivas de negócio do Banco PAN.

O mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. O Banco PAN enfrenta significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais, tanto públicos quanto privados, bem como, mais recentemente, de outras empresas que prestam serviços financeiros no Brasil (*fintechs*). A indústria bancária brasileira passou por um período de consolidação nos anos 90, quando vários bancos brasileiros foram liquidados e importantes bancos estatais e bancos privados foram vendidos. A competição aumentou significativamente durante esse período, dado que bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras brasileiras. A privatização dos bancos estatais também fez com que o mercado bancário e o mercado de outros serviços financeiros ficassem mais competitivos.

Nota-se, ainda, o recente aumento no mercado de novos bancos com enfoque digital, que intensificam a competição no setor. Apesar da maior concorrência no segmento de produtos e serviços digitais, o Banco PAN entende que seu diferencial está em seu portfólio diversificado, com oferta de produtos e serviços financeiros de forma contextualizada e integrando seus múltiplos canais.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

O crédito consignado, um dos principais produtos do Banco PAN, está sujeito a leis e regulamentos que podem ser alterados, bem como à interpretação dada pelos tribunais a essas leis e regulamentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O desconto em folha referente às operações de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito consignado e de benefícios) está sujeito a diversas leis e regulamentos, nas esferas federal, estadual e municipal, que estabelecem limites, preferências de desconto e preveem a irrevogabilidade da autorização dada pelo servidor público, aposentado ou beneficiário do INSS, para dedução dos valores diretamente da folha de pagamentos ou de benefícios (conforme o caso) para pagamento de referidas operações de crédito. O Banco PAN está, portanto, exposto ao risco de crédito da entidade governamental responsável pelo pagamento do salário do servidor ou do benefício por ele recebido. A publicação de qualquer nova lei ou regulamento, mudança, revogação ou nova interpretação das normas existentes que resultem na proibição ou restrição à capacidade do Banco PAN de efetuar essas deduções, poderá aumentar o perfil de risco da carteira de crédito consignado, conduzindo a um percentual mais alto de perdas com tais operações. Sendo assim, o Banco PAN não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao desconto direto em folha de pagamento ou do benefício do INSS não serão alterados ou revogados no futuro.

Ademais, o Banco PAN está sujeito à imposição de limites às taxas de juros incidentes sobre as operações de crédito consignado concedidas aos benefícios do INSS, assim como aos servidores públicos das demais entidades governamentais com as quais celebra convênios para concessão de tais créditos, bem como à eventuais atrasos nos repasses efetuados por tais órgãos. O Banco PAN não pode garantir que as entidades com as quais celebra convênios irão manter as taxas máximas de juros aplicáveis nos atuais patamares. Em março de 2023, por exemplo, o Conselho Nacional de Previdência Social estabeleceu taxa limite de 1,7% para os juros cobrados sobre os empréstimos consignados de INSS, inviabilizando o produto economicamente para o PAN e forçando o banco a suspender a modalidade até que a taxa fosse revista, o que impactou negativamente a rentabilidade do Banco PAN.

Além disso, a concessão do crédito consignado aos beneficiários do INSS ou servidores, aposentados e pensionistas, de outros órgãos públicos está condicionada à autorização das entidades a que tais indivíduos estejam vinculados. A legislação e regulamentação referente a consignações pode ser alterada por cada órgão conveniado ou por lei. No momento, o Banco PAN não tem autorização para oferecer créditos consignados a funcionários de determinados governos estaduais ou municipais porque as leis desses Estados e Municípios só permitem que tais operações sejam realizadas por bancos estatais, limitam a quantidade de instituições financeiras consignatárias, ou ainda, o Banco PAN não possui interesse em operacionalizar referidas operações devido ao risco de crédito envolvido.

Outros Órgãos Governamentais poderão criar leis que restrinjam ou impeçam o Banco PAN de oferecer créditos consignados a seus funcionários. Em 18 de outubro de 2007, o Ministério do Planejamento baixou uma portaria e vedou, por 90 dias, a inclusão de novas consignações no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) para apurar supostas fraudes cometidas na concessão de empréstimo consignado para servidores do executivo federal. Em 28 de dezembro de 2018, foi publicada pelo INSS a Instrução Normativa nº 100, que alterou as regras do consignado para tornar o controle de empréstimos mais rígido, proibindo as instituições financeiras de realizar qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial e proposta que tente convencer o beneficiário do INSS a firmar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante desconto direto no benefício, pelo prazo de seis meses (180 dias) após a concessão do benefício. Ademais, sentenças desfavoráveis, administrativas ou judiciais, relacionadas ou emitidas no contexto deste segmento, incluindo, mas não se limitando àquelas impondo quaisquer restrições ou ônus ao Banco PAN quanto à (i) possibilidade de celebrar operações de crédito pessoal consignado; (ii) forma ou condições de contratação dos correspondentes no país ou seus empregados ou agentes, ou (iii) dedução de valores diretamente de contracheques de aposentados, pensionistas e servidores públicos, os quais poderiam levar a um incremento nas perdas e despesas relacionadas a estas operações. Qualquer alteração nestes fatores poderá causar um efeito adverso sobre as operações do Banco PAN e, conseqüentemente, sobre seus resultados.

Os bancos operam no mercado brasileiro, de acordo com regras do Sistema de Autorregulação de Operações de Empréstimo Pessoal e Cartão de Crédito elaborada e administrada pela

4.1 Descrição dos fatores de risco

FEBRABAN e ABBC e aderimos ao Documento de Boas Práticas para Operações de Crédito Pessoal e Cartão de Crédito com Pagamento à Consignação, que estabelece normas e procedimentos a serem adotados nos processos de oferta, contratação e portabilidade de operações de crédito e cartão de crédito consignados. Se não cumprirmos as regras de autorregulação referidas acima, podemos estar sujeitos a sanções que variam de acordo com a gravidade da violação, incluindo a imposição de multas e exclusão do sistema de Autorregulação.

Por fim, o convênio firmado para a realização de empréstimos consignados aos beneficiários do INSS possui prazo determinado de 60 meses, devendo ser periodicamente renovado, sendo que a última renovação foi realizada em novembro de 2020, pelo prazo de 5 anos. O Banco PAN não pode garantir a sua renovação, o que pode afetar de forma negativa futuras operações de crédito consignado do Banco PAN.

A antecipação do saque aniversário do FGTS está sujeita a leis e regulamentos que podem ser alterados, bem como à interpretação dada pelos tribunais a essas leis e regulamentos.

A antecipação do saque aniversário do FGTS está sujeita a diversas leis e regulamentos, em esfera federal, que estabelecem limites e condições para o saque anual. Para assegurar o recebimento das parcelas devidas o Banco PAN depende operacionalmente do Agente Operador do FGTS, notadamente Caixa Econômica Federal. O Banco PAN está, portanto, exposto ao risco operacional do Agente Operador, não apenas para receber as parcelas devidas, mas também como para originar novos créditos nessa modalidade.

Adicionalmente, a publicação de qualquer nova lei ou regulamento, a mudança, a revogação ou nova interpretação das normas existentes que resultem na proibição ou restrição à capacidade do Banco PAN de receber o saldo devido, poderá aumentar o perfil de risco da carteira de crédito FGTS, conduzindo a um percentual mais alto de perdas com tais empréstimos, além de poder afetar negativamente o operacional do Banco PAN. Sendo assim, o Banco PAN não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos a essa modalidade não serão alterados ou revogados no futuro.

Ademais, o Banco PAN está sujeito à imposição de limites nas taxas de juros que cobra. O Banco PAN não pode garantir que as taxas máximas de juros aplicáveis ficarão estáveis nos atuais patamares.

Modificações nas leis e nos regulamentos que regem as atividades bancárias ou a imposição de novas leis e novos regulamentos poderão afetar adversamente as operações e resultados do Banco PAN.

As exigências impostas por reguladores têm por objetivo garantir a integridade dos mercados financeiros e proteger clientes e terceiros. Consequentemente, esses regulamentos muitas vezes (i) limitam as atividades de negócios, incluindo por meio de requisitos de capital líquido, proteção do cliente, requisitos de conduta de mercado e estratégias de negociação, (ii) aumentam os custos de conformidade; e (iii) na medida em que os regulamentos controlam estritamente as atividades de empresas de serviços financeiros, tornam mais difícil para o Banco PAN se distinguir dos concorrentes. O Banco PAN enfrenta o risco de intervenção significativa por autoridades regulatórias, incluindo investigação extensa e atividade de vigilância, adoção de novas regulamentações caras ou restritivas e procedimentos judiciais ou administrativos que podem resultar em penalidades substanciais. Entre outras coisas, o Banco pode ser multado ou proibido de participar de algumas de suas atividades comerciais. Além disso, as recentes alterações do mercado levaram a várias propostas de regulamentação adicional significativa da indústria de serviços financeiros. Esses regulamentos podem limitar ainda mais as atividades comerciais do Banco PAN, aumentar os custos de conformidade e, na medida em que os regulamentos controlam estritamente as atividades das empresas de serviços financeiros, torna mais difícil para o Banco PAN se distinguir de seus concorrentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os bancos brasileiros estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização por parte do Banco Central. O Banco PAN não tem controle sobre as regulamentações governamentais que se aplicam a todas as suas operações, inclusive no que diz respeito a:

- (i) exigências de capital mínimo;
- (ii) requerimentos de depósito compulsório;
- (iii) limites de investimento em ativos fixos;
- (iv) limites de concessão de empréstimo e outras restrições de crédito;
- (v) exigências contábeis, fiscais e tributárias;
- (vi) limites ou outras restrições sobre tarifas;
- (vii) requerimentos contábeis e estatísticos;
- (viii) limites de exposição cambial;
- (ix) limites ou outras restrições sobre taxas de juros;
- (x) requisitos para contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem;
- (xi) requisitos quanto à prevenção a crimes de lavagem de dinheiro, manutenção de registros e questões éticas; e
- (xii) intervenção, liquidação e/ou regime de administração especial temporária.

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui constantemente. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, assim como a maneira como as leis e regulamentos são aplicados ou interpretados pelo Poder Judiciário pode mudar e novas leis e novos regulamentos podem vir a ser adotados. Essas mudanças podem afetar adversamente as operações do Banco PAN e seus resultados.

Limites nas taxas de juros de empréstimos bancários podem ter um efeito adverso sobre o Banco PAN.

A Constituição Federal Brasileira historicamente impôs um teto de 12,0% nas taxas de juros de empréstimos de instituições financeiras. Em 2003, entretanto, esse limite foi eliminado pela promulgação da Emenda Constitucional nº 40, uma vez que essa emenda permite que o sistema financeiro brasileiro seja regulado por leis específicas. O Código Civil Brasileiro e o Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (conhecido como Lei da Usura), entretanto, continuam a estabelecer limitações às taxas de juros. A Lei brasileira nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que regulamenta o sistema financeiro nacional, juntamente com várias decisões judiciais, isentou as instituições financeiras dos limites mencionados acima. No entanto, mudanças nas interpretações dos tribunais brasileiros, ou qualquer nova legislação ou regulamentação impondo um teto ou limitando as taxas de juros de empréstimos bancários, podem ter um efeito negativo sobre o Banco PAN. Além disso, o governo brasileiro recentemente pressionou as instituições financeiras a reduzir as taxas de juros aplicáveis, o que também poderia ter um efeito negativo sobre o banco.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos serviços, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança ampla no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que pode ser Único ou Dual que incidiria sobre o consumo e um Imposto Seletivo (IS) que incidiria sobre atividades prejudiciais a saúde. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal.

Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

Regulamentações monetárias impostas pelo Banco Central e alterações nos limites de reservas bancárias e depósitos compulsórios podem afetar adversamente os resultados do Banco PAN.

O Governo Federal, com o objetivo de implementar políticas econômicas, tem historicamente promulgado regulamentações que afetam as instituições financeiras. Essas regulamentações são usadas pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País. Nesta linha, o Bacen altera o nível de reservas bancárias e recolhimento compulsório que as instituições financeiras no Brasil são obrigadas a manter e recolher ao Bacen.

Os bancos cumprem os limites mínimos de reservas por meio de depósitos junto ao Bacen ou, em alguns casos, comprando títulos públicos do Governo Federal.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças no nível de reservas bancárias e recolhimento compulsório podem afetar adversamente os resultados operacionais do Banco PAN, uma vez que (i) a exigência de reservas e de recolhimentos compulsórios reduz sua liquidez para realização de empréstimos e outros investimentos, além de que (ii) o rendimento dos valores mantidos como depósito compulsório em geral é inferior ao rendimento de seus investimentos e depósitos, pois parte dos depósitos compulsórios não rende juros, enquanto que parte deve ser mantida em títulos públicos federais ou ser destinada a financiar programas federais de fomento do setor rural.

O Banco Central tem, inclusive, periodicamente alterado o nível de reservas e depósitos compulsórios que os bancos brasileiros devem manter junto ao Banco Central. Os requisitos de reserva e depósito compulsório podem reduzir a liquidez e a habilidade de fornecer empréstimos e realizar outros investimentos. Além disso, não há garantias de que o Bacen não aumentará os limites de reservas bancárias ou não estabelecerá novos requisitos para a reserva bancária ou para os depósitos compulsórios, ou ainda não alterará quaisquer outras regulamentações, que podem afetar de maneira negativa a liquidez do Banco PAN e, por consequência, seu potencial de negócios, sua estratégia para captação de recursos, o crescimento de sua carteira de crédito e sua rentabilidade.

Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

O BCB, por meio do Comitê de Política Monetária do Banco Central ("COPOM"), estabelece periodicamente a taxa SELIC, que corresponde à taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias.

Aumentos na SELIC podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e diminuição do valor de mercado da carteira de crédito, prefixada em sua maioria, além do aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Reduções na SELIC também podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, em menor escala, em virtude da redução da receita proveniente dos títulos públicos e contratos pós-fixados, dentre outros fatores. Não há como prever ou assegurar que as atuais taxas de juros praticadas pelo Banco Central serão mantidas.

A liquidez e a situação financeira do Banco PAN podem ser adversamente afetadas em consequência de futuras intervenções do Banco Central em outra instituição financeira brasileira.

Bancos brasileiros de médio porte podem sofrer uma redução nos depósitos em razão de determinadas situações e fatos no mercado financeiro brasileiro, principalmente preocupações quanto à saúde financeira dessas instituições. Isto foi observado no segundo semestre de 2008 e primeiros meses de 2009, quando a crise no mercado americano atingiu de forma severa a disponibilidade de liquidez para os bancos brasileiros originadores de crédito. Não é possível garantir que o Banco Central não intervirá em outras instituições financeiras. Caso o Banco Central realize uma intervenção, mesmo que em outras instituições financeiras não integrantes de grupo econômico do Banco PAN, o Banco PAN poderá sofrer saques de recursos inesperados, que poderão afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

A inadimplência por parte de outras instituições financeiras e grandes corporações pode afetar adversamente os mercados financeiros em geral e ao Banco Pan.

A solidez comercial de muitas instituições financeiras pode estar intimamente relacionada com o resultado de crédito, negociação, compensação ou outras relações entre as instituições. Como resultado, preocupações ou inadimplência de uma instituição podem levar a problemas significativos de liquidez ou perdas ou inadimplências de outras instituições. Isso às vezes é referido como "risco sistêmico" e pode afetar adversamente intermediários financeiros, agências

4.1 Descrição dos fatores de risco

de compensação, câmaras de compensação, bancos, corretores, corretoras de valores e bolsas, com os quais interagimos diariamente.

As operações do Banco PAN poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas em decorrência do COVID-19.

Desde o início da crise do novo coronavírus no Brasil, que gerou emergência de saúde pública de importância nacional, como parte da estratégia de enfrentamento da crise, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central vêm editando uma série de normas que podem afetar nossos resultados operacionais e condição financeira.

Dentre tais normas, destacam-se: (i) a Resolução CMN nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabeleceu, por tempo determinado, que as reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020, ficariam dispensadas de serem consideradas como indicativos de que uma obrigação não será honrada, com vistas à caracterização da respectiva exposição como ativo problemático. Esta dispensa não se aplicou à reestruturação de operações já caracterizadas como ativos problemáticos na data de publicação da referida Resolução; (ii) a Resolução CMN nº 4.805, de 23 de abril de 2020, que ampliou o volume total de créditos garantidos pelo FGC para operações celebradas entre instituições financeiras associadas ao FGC para R\$400 milhões; (iii) a Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece vedação ao aumento de remuneração da alta administração e à distribuição de dividendos, com relação a valores referentes ao exercício social de 2020. O montante distribuído a título de dividendos (incluindo juros sobre o Capital Próprio - JCP) deve corresponder ao maior valor entre (a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do inciso I do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social do Banco Pan; (viii) a Circular do Banco Central nº 4.028, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre as operações de compra e venda, pelo Banco Central, de ativos de crédito privado negociados em mercado secundário, em linha com o texto da Emenda Constitucional 106, de 7 de maio de 2020; e (iv) a Resolução CMN nº 4.803, de 9 de abril de 2020, que permitiu a reclassificação das operações de crédito renegociadas entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 para o nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, antes dos efeitos econômicos das medidas de combate à COVID-19;. Para mais informações, ver seção 1 deste Formulário de Referência.

No que se refere às entidades públicas relacionadas a deduções em folha de pagamento dos benefícios de aposentados, pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") e dos salários dos servidores públicos, foram editadas normas que também visam o enfrentamento da crise tais como (i) extensão do prazo para quitação de consignados, que passou de 72 parcelas para 84 parcelas, conforme Resolução 1.338 do Conselho Nacional de Previdência Social e Instrução Normativa INSS nº 106 de março de 2020; e (ii) a Instrução Normativa INSS nº 107, de 22 de julho de 2020, que possibilitou às instituições financeiras ofertar prazo de carência para o início do desconto da primeira parcela no benefício previdenciário, para o pagamento de empréstimos nas modalidades consignação, desde que não exceda 90 dias e que esse prazo seja computado no número máximo de parcelas a serem descontadas no benefício (acrescidas de juros pelo período de carência de acordo com a taxa pactuada), para liquidação do contrato, a qual permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2020; (iii) a Instrução Normativa INSS nº 113, de 16 de março de 2021 autorizou o desbloqueio do consignado em 30 dias após a concessão do benefício enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; (v) Lei Ordinária nº 14.431/2022, de 4 de agosto de 2022, ampliou a margem consignável para contratação de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS para 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados para amortização de despesas e saque com cartão crédito, além disso, a nova Medida Provisória incluiu os beneficiários de programas federais de transferência de renda para que possam, também, autorizar a consignação de empréstimo e cartão de crédito consignado em seus benefícios, observada os percentuais acima mencionados.

Da mesma forma, outras alterações legislativas e/ou regulamentares atualmente em discussão,

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou que venham a ser propostas, podem afetar adversamente e de forma relevante os resultados operacionais e condições financeiras do Banco PAN.

O aumento da competitividade do setor bancário em decorrência da implantação do Sistema de "Open Finance" pode dificultar a retenção de clientes e afetar os resultados do Banco PAN.

Em 4 de maio de 2020, o CMN e o Banco Central promulgaram a Resolução Conjunta nº 1/2020 e o Banco Central emitiu a Circular nº 4.015 para implantar o Sistema de "Open Banking", o qual posteriormente passou a se chamar "Open Finance", no Brasil, a fim de facilitar o acesso de novos players para o mercado financeiro, bem como estimular a competição entre as instituições financeiras aos seus clientes. De acordo com esse regulamento, as principais instituições financeiras do Brasil serão obrigadas a abrir e compartilhar informações sobre os serviços prestados. Também requer uma expansão da portabilidade de dados e transações do cliente. Com isso, as instituições financeiras estão obrigadas a adotar padrões tecnológicos mínimos para a implantação e operacionalização de interfaces dedicadas ao compartilhamento de dados e serviços, de modo que os dados de clientes e serviços das instituições financeiras possam ser acessíveis a outros participantes do sistema financeiro, desde que os clientes autorizem previamente o compartilhamento de seus dados.

O Banco Pan compartilhará dados padronizados relacionados aos seus canais de atendimento, produtos e serviços, bem como fornecerá informações sobre cadastro de clientes, representantes e transações relacionadas aos produtos e serviços oferecidos, nos termos da regulamentação aplicável em vigor. Se o Banco PAN não conseguir se manter competitivo neste novo cenário ou cumprir integralmente os padrões tecnológicos mínimos, incluindo os relacionados com a cibersegurança, ele poderá enfrentar dificuldades para reter clientes e seus resultados financeiros e reputação podem ser adversamente afetados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

O Banco PAN não atua fora do território nacional, portanto não está sujeito a esses riscos.

j. questões sociais

O Banco PAN pode enfrentar perdas financeira e danos reputacionais associados a riscos sociais

Novas iniciativas regulatórias relacionadas com questões ESG, aplicáveis aos nossos negócios, podem nos expor a custos mais altos de conformidade. Além disso, o PAN pode ser exposto ao risco de inadequação ou deficiência na gestão dos impactos de suas atividades na sociedade no meio em que atua, expondo o Banco a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

Crises sanitárias podem impactar negativamente os resultados financeiros do Banco PAN.

Possíveis novas crises sanitárias como a que se experimentou no período da pandemia de COVID-19 e as respostas governamentais a elas podem impactar as condições macroeconômicas e financeiras globais e brasileiras, incluindo a interrupção das cadeias de abastecimento e o fechamento de empresas, levando a perdas de receitas, aumento do desemprego e estagnação/contração econômica.

Os impactos nas condições macroeconômicas e financeiras brasileiras tiveram, e podem no futuro impactar negativamente os negócios do PAN na forma de um aumento significativo nos riscos associados ao mercado de crédito, incluindo aqueles resultantes do aumento de inadimplências e da renegociação de contratos de dívida existentes, assim como potenciais ações de força maior,

4.1 Descrição dos fatores de risco

que podem aumentar a provisão para perdas, fazer com que as perdas reais de empréstimos excedam montantes provisionados.

k. questões ambientais

O Banco PAN pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com acionistas, clientes assistidos por operações de crédito/financiamento, parceiros comerciais e fornecedores cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação do Banco PAN.

O Banco PAN possui uma base de clientes, parceiros comerciais e fornecedores diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores do risco socioambiental.

Eventuais manifestações dos fatores do risco socioambiental nas atividades econômicas dos acionistas, clientes, parceiros comerciais e fornecedores do Banco PAN podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social, ambiental e climática, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com o Banco PAN, impactando adversamente os negócios, o resultado e a nossa reputação.

O Banco PAN também pode vir a ser envolvido em processos judiciais e sofrer autos de infração e multas, ser acusado de envolvimento direto ou indireto em operações e negócios com esses clientes, fornecedores e parceiros e seus danos socioambientais e climáticos, o que poderia gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e reputação do Banco PAN.

Os controles do Banco PAN para identificação de riscos socioambientais em terras e propriedades (como terrenos contaminados, invadidos ilegalmente ou com reservas de flora abaixo do limite legal, entre outros) oferecidos como garantia nas operações de crédito e outros produtos podem falhar, por isso o Banco PAN poderá aceitar tais ativos mediante a execução dessas garantias. Esses ativos podem gerar custos adicionais de tratamento (como custos de descontaminação e reflorestamento), autos de infração e multas ambientais, afetando adversamente os resultados, bem como a imagem do Banco PAN. Os ativos (em uso ou não) registrados no balanço patrimonial do Banco PAN também podem se tornar passivos socioambientais em decorrência de contaminação, desmatamento e invasão ilegal, entre outros eventos de risco, que podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais, condição financeira e reputação do Banco PAN.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Alterações climáticas podem impactar negativamente a rentabilidade de produtos de crédito consignado

O risco climático físico crônico é relativo às alterações climáticas sistêmicas com consequências de longo prazo e que ameaçam a integridade de estruturas físicas, a segurança de populações mais vulneráveis e a biodiversidade e são causados pelo aumento do nível do mar, mudanças de temperaturas bruscas, modificação do regime pluvial entre outros. Com uma carteira com aproximadamente R\$ 9 bilhões em consignado do INSS, o PAN tem grande parte de seus clientes com idade acima de 60 anos, sendo esse público mais vulnerável a mudanças bruscas em temperaturas e a temperaturas extremas. O Banco Pan pode ter parte da carteira de crédito consignado do PAN exposta às mudanças climáticas físicas crônicas, resultando em uma perda na rentabilidade de produtos de crédito consignado do INSS e, conseqüentemente, nos resultados financeiros do Banco PAN.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Banco PAN pode incorrer em perdas financeiras e operacionais devido a impactos da mudança climática em suas linhas de negócios e áreas de atuação.

A alteração esperada no clima causa um aumento considerável do risco climático físico desencadeado por eventos climáticos extremos. Tais eventos podem causar danos materiais à população brasileira, em especial àquela mais vulnerável econômica e geograficamente, que representa parte importante da carteira do PAN.

A base de clientes atual do Banco PAN conta com uma grande proporção de pessoas pertencentes às classes C, D e E e em situações de vulnerabilidade, estando mais sujeitas a impactos de eventos climáticos extremos, podendo estes impactar suas fontes de renda e prioridades financeiras. Os controles do Banco PAN para identificação e precificação de riscos climáticos em suas atividades e áreas de atuação podem se provar insuficientes para evitar perdas financeiras e um aumento na inadimplência de sua carteira de crédito.

O aumento da regulação ambiental e climática pode implicar em um aumento de custos e necessidade de investimentos extraordinários, impactando a performance financeira do Banco PAN.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Todos os riscos foram contemplados nos itens anteriores

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- *Aumento da inadimplência e Perdas associadas à carteira de crédito.*
- *Descasamentos de taxas de juros, câmbio e prazos de vencimento entre a carteira de crédito do Banco PAN e suas fontes de recursos poderão afetar adversamente a sua capacidade de manter ou ampliar suas operações de crédito.*
- *O Banco PAN está sujeito a riscos de liquidez que podem afetar suas operações e seus resultados.*
- *Interrupção do relacionamento com correspondentes no país que prestam serviços ou auxiliam o Banco PAN na originação de operações de crédito e manutenção de seus produtos e serviços relacionados às operações de crédito poderá comprometer as operações ou resultar em perda de receita do Banco PAN.*
- *Incapacidade do Banco PAN de realizar os investimentos necessários para acompanhar a evolução tecnológica do mercado bancário ou o não aprimoramento dos sistemas de tecnologia da informação vinculados às suas operações poderão afetar adversamente suas atividades.*

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

O Banco PAN está exposto aos riscos de mercado intrínsecos à natureza das suas atividades, como as oscilações de taxas de juros provenientes de sua atividade como intermediador financeiro, efetuando empréstimos e captando recursos.

Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas a clientes na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado Banco PAN.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros pós- fixadas vinculadas à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), e à variação cambial (US\$).

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade do Banco PAN.

Fatores de Risco	Carteira <i>trading</i> e <i>banking</i> exposições sujeitas à variação	Cenários (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxa de juros	Taxa de juros prefixadas	(30)	(11.017)	(23.916)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(15)	(3.616)	(6.536)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(13)	(4.297)	(7.320)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	-	(17)	(35)
Cupom Cambial	Taxas de cupom cambial	(0)	(641)	(1.283)
Total em 31/03/2023		(58)	(19.588)	(39.090)
Total em 31/12/2022		(127)	(46.183)	(93.228)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2023, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme disposto a seguir:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação ao vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de estresse e, além disso, não consideram as correlações entre os indexadores. Em resumo, são cenários que não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, são considerados como de baixa probabilidade de ocorrência e não levam em conta as ações que possam vir a ser tomadas pelo próprio Banco PAN no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos em situações de estresse.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/03/2023:

(R\$ Mil)	
Passivos – Dólar	31/03/2023
Dívida	(778.902)
Total	

Em 31/12/2021, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, correspondia ao disposto a seguir:

	Valor de Referência	Valor de Mercado
	31/03/2023	31/03/2023
Posição Comprada - Dólar		
<i>Swap</i>	858.015	791.153
Total	858.015	791.153
Posição Vendida - Dólar		
DOL	(2.549)	(2.549)
Total	(2.549)	(2.549)

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(R\$ Mil)	31/03/2023	
	Valor Contábil	Valor de Mercado
Consolidado		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	306.200	303.885
Títulos e Valores Mobiliários	9.984.202	9.724.912
- Títulos para negociação	49.335	49.335
- Títulos disponíveis para venda	246.151	246.151
- Títulos mantidos até o vencimento	9.688.716	9.429.426
Operações de crédito	39.285.412	42.254.881
Depósitos interfinanceiros	8.254.977	8.491.161
Depósitos a prazo	18.014.014	18.850.497
Recursos de emissão de títulos	10.788.565	10.994.053
Empréstimos no Exterior	771.938	783.029
Dívidas subordinadas	11.488	13.815
Outros passivos financeiros	264.220	182.618

A instabilidade ou a variação da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre o Banco PAN. Ainda, a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia criar pressões inflacionárias no Brasil através do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, restringir acesso aos mercados de capitais internacionais.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Banco PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de o Banco PAN não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco PAN, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco PAN.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

O Banco PAN e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória, dentre processos com chance de perda provável, possível ou remota, os quais, segundo análise do Banco PAN, envolviam, em 31 de março de 2023, um valor total de R\$ 9.573,61 milhões.

As provisões do Banco PAN são registradas conforme os regramentos contábeis previstos na Resolução CMN nº 3.823/09, que faz referência ao "Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", sendo constituídas provisões para os processos classificados com prognóstico de perda provável. Para referidas demandas, dentre outras questões e matérias, em 31 de março de 2023, o Banco PAN e suas controladas provisionavam o montante de R\$ 335,67 milhões.

O Banco PAN utiliza critérios diferentes para o provisionamento de demandas cíveis massificadas, individuais ou coletivas. Os processos cíveis massificados são provisionados de acordo com um ticket médio, definido com base na média de condenações sofridas pelo Banco nos 12 meses anteriores, e atualizada a cada 3 meses.

Além disso, o ticket médio observa o tipo de produto em discussão na demanda massificada, a causa da demanda e o tipo de ação ajuizada. Destaca-se que a provisão para processos massificados é constituída desde a etapa de citação do Banco. Com relação às ações estratégicas, o provisionamento é efetuado com base na opinião do advogado especialista interno e do escritório externo responsável pelo patrocínio do processo, levando em conta o contexto individual do processo, provas e jurisprudência.

O Banco PAN não provisiona nas ações coletivas os valores para o pagamento de indenizações por danos materiais e danos morais individuais, pois a provisão será constituída quando da liquidação de sentença.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados individualmente relevantes os processos judiciais e administrativos contenciosos que o Banco PAN e suas controladas figuram como parte e que, no aspecto financeiro, envolvam valores substanciais ou abordem matérias que, caso decididas desfavoravelmente ao Banco PAN, possam impactar suas operações ou imagem.

Estão descritos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes, segregados conforme sua natureza, instaurados até 31 de março de 2023:

Natureza Cível

Processo nº 6066361-73.2009.8.13.0702	
a. juízo	9ª Vara Cível de Uberlândia/MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	26/08/2009
d. partes no processo	Autor: Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON Réu: BANCO PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Coletiva em que se discute a legalidade da cobrança de Taxa de Administração, Tarifa de Emissão de Boleto, ou qualquer outra tarifa equivalente nos contratos de empréstimo/financiamento celebrados pelo Banco com consumidores. O PROCON requer, liminarmente, que o Banco se abstenha de cobrar as citadas tarifas nos contratos vigentes, sob pena de multa. No mérito, requer: (i) seja declarada a nulidade das cláusulas contratuais que autorizam a cobrança das citadas tarifas;(ii) a condenação do Banco a abster-se de incluir nos contratos futuros as citadas tarifas; (iii) a condenação do Banco à restituição em dobro, acrescida de juros e correção legais; e (iv) a condenação do Banco ao pagamento de indenização por dano moral coletivo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor (valor da causa: R\$ 100.000,00).
f. principais fatos (resumo)	A liminar requerida foi deferida para determinar a suspensão da cobrança das citadas tarifas em relação aos contratos vigentes e futuros, sob pena de multa, que não foi fixada, ante a ausência de questionamento sobre o cumprimento da liminar. O processo aguarda sentença.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisão de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguardando prolação de sentença.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste na condenação à restituição em dobro dos valores cobrados a título de tarifa nos contratos firmados após 30.04.2008. O risco operacional consiste também na condenação, em definitivo, à obrigação de abster-se de cobrar a tarifa em questão.

Processo nº 0010064-91.2015.8.10.0001	
a. juízo	Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís/MA
b. instância	Tribunais Superiores (STJ)
c. data de instauração	13/03/2015
d. partes no processo	Autor: Defensoria Pública do Estado do Maranhão Réu: BANCO PAN S/A e outros Bancos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública em que se discute suposta falha no dever de informação do Banco ao ofertar e contratar o Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável (RMC), bem como suposta cobrança indevida de juros. A Defensoria requereu, liminarmente: (i) a imediata suspensão de todas as cobranças de débitos oriundas de saques e empréstimos concedidos por meio de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável dos servidores, aposentados e pensionistas, estaduais e municipais; (ii) seja determinado o envio de documento com todas as informações discriminadas referentes à evolução da dívida de cada consumidor; (iii) a abstenção de incluir os dados dos consumidores em cadastros de inadimplentes; (iv) a suspensão da comercialização do Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável ou, alternativamente, a suspensão da operação de saque por meio desse produto, para todos os consumidores com renda inferior a três salários mínimos; (v) a proibição de veicular qualquer forma de publicidade sobre empréstimo consignado sem indicar de forma ostensiva e clara todos os encargos contratuais; (vi) a imposição de multa no valor de R\$ 50.000,00 por descumprimento. No mérito, requer a confirmação da liminar deferida e a condenação do Banco ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1.000.000,00. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor ou, caso haja pouca aderência dos consumidores, pela própria Defensoria Pública (valor da causa: R\$ 10.000.000,00).
f. principais fatos	Foi deferida medida liminar para suspender comercialização de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável no Estado do Maranhão até o julgamento de mérito da demanda. O Banco foi condenado, em primeira e em segunda instância, a suspender as cobranças referentes ao saque, a restituir os valores cobrados indevidamente, e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000,00. Atualmente os autos estão pendentes de julgamento do Agravo Interno interposto contra a decisão que negou provimento ao Recurso Especial do Banco PAN em 11/02/2020. Em agosto de 2021 após tratativas com a Defensoria Pública o Banco firmou TAC para retornar as vendas de cartão de crédito consignado no Maranhão e o pagamento R\$ 70.000,00 por danos coletivos. Atualmente o TAC aguarda homologação no STJ.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença que acolheu em parte os pedidos da DPMA e condenou ainda as rés a pagar custas processuais e honorários advocatícios, estes em favor do Fundo de Aparelhamento da DPMA e fixados em 20% do valor estipulado a título de danos morais coletivos. Por último, homologou o acordo firmado entre a DPMA e o Banco Daycoval. O TJMA conheceu do recurso de apelação do Banco PAN e lhe deu parcial provimento, à unanimidade, unicamente para reduzir o dano moral coletivo e excluir a condenação em danos morais individuais. O AREsp do Banco Pan foi conhecido para conhecer e negar provimento ao recurso especial.
h. Estágio do processo	Apresentado termo para homologação. Aguarda-se homologação.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste em: (i) restituir, na forma simples, os valores cobrados a título de encargos decorrentes do saque promovido por meio do Cartão de Crédito Consignado pelos consumidores do Estado do Maranhão, nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação; e (ii) pagar indenização por dano moral coletivo, já fixado nas instâncias inferiores no valor de R\$ 100.000,00.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>O risco operacional consistente na suspensão da operação do saque por meio do Cartão de Crédito Consignado foi mitigado, considerando a adoção do Termo de Consentimento Assistido a ser assinado pelo consumidor no ato da contratação, no qual constam todas as informações claras sobre a utilização do produto. Vale notar que nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no âmbito dos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, entre Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o INSS e a Defensoria Pública da União, ficou ajustado que a contratação de Cartão de Crédito Consignado deverá ser acompanhada de Termo de Consentimento Esclarecido, no qual o consumidor reconhece a contratação do produto e aceita todos os seus termos. Desde janeiro de 2019, o Banco PAN passou a adotar o Termo de Consentimento Assistido para a contratação do produto em todo o país, o que mitiga o risco de impacto na operação.</p>
--	---

Processo nº 0003181-03.2008.4.01.3900	
a. juízo	5ª Vara Federal de Belém/PA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/03/2008
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal – MPF Réu: BANCO PAN S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Ação Civil Pública em que se discute suposta existência de fraude na contratação de empréstimo consignado e a suposta cobrança indevida dos beneficiários do INSS pelo Banco. O MPF requer, liminarmente, que o INSS seja compelido a suspender os descontos relativos a empréstimo consignado que o consumidor alega não ter contratado, a partir de simples reclamação feita pelo beneficiário no órgão, sob pena de multa de R\$ 20.000,00. Ao final, requer a confirmação de liminar requerida e a condenação do Banco PAN a restituir em dobro os valores cobrados indevidamente por contrato não firmado.</p> <p>O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor ou, caso haja pouca aderência dos consumidores, pelo próprio MPF (valor da causa: R\$ 100.000,00).</p>
f. principais fatos	<p>Proposta a ação foi deferida liminar para suspender os descontos nos benefícios de todos aqueles que, independentemente da efetiva comprovação da ocorrência de fraude, aleguem não ter firmado contrato de empréstimo consignado.</p> <p>Em abril de 2023, foi proferida sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito.</p> <p>Autos permanecem inalterados.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença julgou extinto o processo sem resolução de mérito. Isso porque houve a partir da edição da instrução normativa do INSS, nº 100, de 28 de dezembro de 2018, perda do interesse de agir.
h. Estágio do processo	Aguardar-se interposição de recurso pelo Ministério Público ou trânsito em julgado da sentença.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste em restituir em dobro todos os valores cobrados dos consumidores que reclamaram junto ao INSS a ausência de contratação do empréstimo consignado, com incidência de correção monetária e juros legais nos últimos cinco anos. O risco operacional é cessar a operação relativa a todos os contratos questionados pelos beneficiários do INSS.

Processo nº 0241225-57.2013.8.19.0001	
a. juízo	3ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12/07/2013
d. partes no processo	Autor: PROCON do Rio de Janeiro Réu: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Ação Civil Pública na qual se discute suposto obstáculo criado pelo Banco PAN para impedir a quitação antecipada de débito pelo consumidor. O PROCON requer, liminarmente, que o Banco forneça em toda e qualquer agência ou Ponto de Atendimento a planilha discriminativa do débito com a evolução da dívida, em prazo não superior a 48 horas, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 por descumprimento. No mérito, requer a confirmação da liminar e a condenação do Banco PAN ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, individualmente, a ser arbitrado em liquidação de sentença, bem como ao pagamento de indenização por danos morais coletivos a ser arbitrado pelo juízo.</p> <p>O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva, que poderá ser feita por cada consumidor individualmente (valor da causa: R\$ 500.000,00).</p>
f. principais fatos	Deferida liminar, para determinar que o Banco PAN forneça todas as informações referentes à dívida dos consumidores e boleto para quitação antecipada do débito, sob pena de multa de R\$ 100,00 por ocorrência. Foi proferida sentença de parcial procedência confirmando os efeitos da tutela, bem como condenando o Réu (i) ao pagamento de danos morais e materiais individuais em valor a ser liquidado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	ao final do processo; (ii) danos morais coletivos no valor de R\$ 50.000,00 e (iii) ao final, em sendo mantida a procedência, publicar referida decisão. Contra esta sentença, o Banco PAN opôs embargos de declaração que foram parcialmente acolhidos para complementar a sentença com a determinação de prazo contado em dias úteis, bem como que os danos materiais sejam corrigidos a partir da data do efetivo prejuízo e danos materiais corrigidos a partir da data do efetivo prejuízo e juros contados a partir da citação e danos morais corrigidos desde a data do arbitramento e juros a partir da citação. O Banco Pan interpôs apelação e atualmente aguarda-se distribuição em 2ª. Instância.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sobreveio sentença de parcial procedência para confirmar os efeitos da tutela antecipada deferida e condenar os réus ao pagamento da compensação pelos danos materiais, morais individuais, indenização a título de danos morais coletivos e obrigação de publicar a sentença.
h. Estágio do processo	Aguardar remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para julgamento dos recursos de apelação.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	FINANCEIRO/OPERACIONAL – ABRANGÊNCIA NACIONAL.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste em restituir em dobro e pagar indenização por danos materiais e morais a cada consumidor, bem como dano moral coletivo. Não há risco de cessar a operação, mas tão somente de implementar as medidas relacionadas à disponibilização de planilha e boleto no prazo de 48h.

Processo nº 1198681-90.2007.8.21.0001	
a. juízo	15ª Vara Cível de Porto Alegre/RS
b. instância	Baixado definitivamente
c. data de instauração	15/06/2007
d. partes no processo	Autor: instituto de Defesa do Consumidor de Crédito – IDCC Réu: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública na qual se discute suposto obstáculo criado pelo Banco PAN para impedir a quitação antecipada de débito pelo consumidor, bem como que estorne a Tarifa de Liquidação Antecipada cobrada dos consumidores nos Contratos de Financiamento de Veículos e Arrendamento Mercantil. O IDCC requer seja reconhecido o direito dos consumidores de liquidar antecipadamente saldo devedor, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, sem a cobrança de qualquer forma de tarifa por essa operação. Além disso, requer a condenação à restituição na forma simples dos valores pagos pelos consumidores a título de "Tarifa de Liquidação Antecipada" desde a data do efetivo desembolso. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva (valor da causa R\$ 880,00).
f. principais fatos	A ação civil pública foi julgada procedente para declarar o direito dos consumidores dos contratos de arrendamento mercantil e de abertura de crédito na aquisição de veículos de liquidarem antecipadamente os débitos, total ou parcialmente, mediante a redução proporcional dos juros e demais acréscimos, além do estorno das quantias cobradas a título de tarifa de liquidação antecipada, cujo valor deverá ser atualizado pelo IGPM desde a data do desembolso até a data da efetiva satisfação, acrescido de juros legais de 12% ao ano contados da citação. Em segunda instância, foi dado provimento à apelação do Banco apenas para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais para o valor de R\$ 12.000,00. No STJ, foi dado parcial provimento ao nosso recurso para considerar prescritas eventuais ações de restituição da Tarifa de Liquidação Antecipada pagas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Em novembro de 2021 o Agravo Interno interposto pelo Banco e convertido em Recurso Especial foi parcialmente provido para afirmar a tese de legitimidade ativa das associações para propositura de ação civil pública e, em relação à tarifa de liquidação antecipada, assentar sua legalidade até 10 de dezembro de 2007, desde que os contratos individuais dos correntistas contenham informação adequada sobre sua cobrança, verificação que se fará no âmbito de liquidação de sentença.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A ação foi julgada procedente para declarar o direito dos consumidores dos contratos de arrendamento mercantil e de abertura de crédito na aquisição de veículos de liquidarem antecipadamente os débitos, total ou parcialmente, mediante a redução proporcional dos juros e demais acréscimos, sem a necessidade de pagamento da tarifa de liquidação antecipada. Ainda, condenou o banco a realizar estorno das quantias cobradas a título de tarifa de liquidação antecipada. Foi dado provimento à apelação do Banco para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais. Acórdão Agravo em Recurso Especial foi provido para ser convertido em recurso especial. Acórdão Recurso Especial: foi dado parcial provimento ao recurso especial interposto pelo banco para considerar prescritas eventuais ações de restituição da Tarifa de Liquidação Antecipada pagas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Acórdão Agravo interno deliberou, por unanimidade, converter o agravo interno em recurso especial, a fim de julgá-lo dentro dos limites da controvérsia.
h. Estágio do processo	Arquivado definitivamente
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	ABRANGÊNCIA NACIONAL. Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste na condenação à restituição, na forma simples, dos valores cobrados a título de tarifa nos contratos firmados nos cinco anos anteriores à data da propositura da ação. O risco operacional consiste na obrigação de abster-se de cobrar a tarifa em questão.

Processo nº 1010540-72.2017.8.11.0015	
a. juízo	4ª. Vara Cível de Sinop/MT
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/09/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Mato Grosso Réus: Banco PAN S/A e R.C. Servicos Administrativos LTDA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública na qual se discute a cobrança excessiva de juros nos contratos de empréstimos consignados. O Autor requer a condenação do Banco a restituir em dobro os valores cobrados a maior dos consumidores, além de dano moral coletivo. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva (valor da causa: R\$ 100.000,00).
f. principais fatos	Apresentada contestação pelo Banco PAN em março de 2022. Em dezembro de 2022, o MPMG requereu o saneamento do processo e, atualmente, aguardamos o despacho saneador.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	- Não há decisão de mérito até o momento
h. Estágio do processo	Aguarda-se despacho saneador
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consistente na obrigação de restituir, em dobro, os juros cobrados a maior nos contratos de empréstimo consignado, caso seja apurado o excesso.

Processo nº 0005267-78.2011.4.03.6100	
a. juízo	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/04/2011
d. partes no processo	Autor: Walter do Amaral Réu: Senor Abravanel, Guido Mantega, Alexandre Tombini, Maria Fernanda Ramos Coelho, Banco Pan S/A, União Federal, Bacen, Caixa Econômica Federal, Caixa Participações S/A – Caixapar, Banco BTG Pactual S/A, Marcio Percival e Luiz Gushiken
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O Autor ajuizou ação popular para questionar a legalidade e a legitimidade da aquisição da participação acionária do Banco pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco BTG, requerendo a liquidação extrajudicial do Banco PAN. Valor da causa: R\$ 695.800.000,00.
f. principais fatos	Proposta a ação, foi deferida a liminar para determinar aos réus a entrega dos documentos relacionados à aquisição da participação acionária. O agravo de instrumento interposto contra a decisão liminar foi improvido. Em janeiro/21 houve a intimação de partes para apresentação de documentos. Atualmente o processo está em análises e manifestações de provas na fase instrutória
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	n/a
h. Estágio do processo	Aguarda-se análises e manifestações de provas na fase instrutória
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, há o risco de eventual acolhimento do pedido do Autor de liquidação extrajudicial do Banco PAN. Eventuais valores envolvidos serão definidos em liquidação.
--	---

Processo nº 1309651-89.2009.8.21.0001 (001/1.09.0130965-0)	
a. juízo	16ª VARA CÍVEL DE PORTO ALEGRE/RS
b. instância	Tribunais Superiores
c. data de instauração	11/05/2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público de Porto Alegre – MP-RS Réu: BANCO PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública em que se discute a nulidade das cláusulas contratuais que disponham sobre custos de administração, tarifa ou qualquer outro encargo para a emissão de boletos em contratos firmados entre o Banco e os consumidores. O MP-RS, liminarmente, requer que o Banco se abstenha de cobrar dos consumidores as citadas tarifas, sob pena de multa. No mérito, requer a: (i) confirmação da liminar; (ii) condenação do Banco PAN à restituição em dobro dos valores cobrados a esse título nos contratos; (iii) condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais a cada consumidor lesado, cujo valor será arbitrado na fase de liquidação da sentença; e (iv) condenação do Banco PAN ao pagamento de indenização por dano moral coletivo a ser arbitrado na sentença. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor ou, caso haja pouca aderência dos consumidores, pelo próprio MP-RS (valor da causa: R\$ 1.003,50).
f. principais fatos (resumo)	O Banco foi condenado, em primeira e em segunda instância, a abster-se de cobrar os valores referentes à citadas tarifas e encargos, bem como a restituir os valores cobrados indevidamente. Aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo Banco Pan.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença julgou parcialmente procedente os pedidos elaborados pelo Ministério Público em face do Banco Pan, extinguindo o processo com resolução do mérito. Em apelação, o Pan foi condenado em danos morais, materiais e a devolver em dobro os valores pagos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo Banco Pan
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo Banco Pan
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	ABRANGÊNCIA NACIONAL. Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste na condenação à restituição em dobro dos valores cobrados a título de tarifa nos contratos firmados após 30.04.2008. O risco operacional consiste na condenação, em definitivo, à obrigação de abster-se de cobrar a tarifa em questão.

Processo nº 5083600-75.2007.8.13.0024	
a. juízo	32ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	10/05/2007
d. partes no processo	Autor: Associação Nacional dos Consumidores de Crédito– ANDEC (substituída pelo IDC – Instituto Defesa Coletiva) e outros Réu: BANCO PAN S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública na qual se discute prática abusiva consistente (i) na determinação de pagamento mínimo de valor nas faturas de cartão de crédito dos consumidores e (ii) na cobrança de encargos muito elevados e falha no dever de informação. A ANDEC requer, liminarmente, que o Banco adeque as faturas de Cartão de Crédito ao modelo por ele apresentado, prestando, de forma clara e ostensiva, com a fonte em tamanho não inferior a 10, todas as informações relativas ao pagamento mínimo do débito, tais como o valor mínimo a ser pago na fatura atual e os encargos a serem cobrados no saldo remanescente. No mérito, requer apenas a confirmação da liminar deferida e a condenação do Banco ao pagamento de honorários de sucumbência equivalente a 20% sobre o valor da causa. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor ou, caso haja pouca aderência dos consumidores, pelo próprio MP-RS (valor da causa: R\$ 1.003,50).
f. principais fatos	O pedido liminar (implementação de novo modelo de fatura) foi indeferido, por ausência de urgência na medida. A Ação foi julgada improcedente. Em março/21 interposta Apelação pelos Autores, sendo parcialmente provido o recurso interposto pelo IDC. Em janeiro de 2023, as partes opuseram embargos de declaração, sendo rejeitados os embargos opostos pelo Pan.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo IDC.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença julgou improcedentes os pedidos iniciais, extinguindo o processo, com resolução do mérito. O recurso de apelação interposto pelo IDC foi parcialmente provido, julgando procedente os pedidos voltados à determinação de readequação das faturas de cartão de crédito, sendo os demais pedidos rejeitados, condenando os requeridos ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo IDC.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Abrangência nacional. Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste em pagar o valor dos honorários de sucumbência requeridos na petição inicial e o custo operacional que o Banco incorrerá para adequar as faturas de Cartão de Crédito emitidas ao modelo apresentado pelo IDC. Não há risco de cessar a operação do produto.

Processo nº 5155410-90.2019.8.13.0024	
a. juízo	6ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19/01/2018
d. partes no processo	Autor: INSTITUTO DEFESA COLETIVA Réu: BANCO PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Coletiva em que se discute a legalidade da oferta de Cartão de Crédito Consignado. O Instituto requer, liminarmente, que o Banco se abstenha de creditar qualquer valor sem a devida anuência do consumidor em conta corrente ou poupança e realizar qualquer operação de crédito via telefone, vinculado ao cartão de crédito e empréstimo consignado, sob pena de multa. No mérito, requer: (i) seja reconhecida a inexigibilidade da dívida e a desconstituição dos débitos dos consumidores que contrataram cartão de crédito consignado; (ii) o reconhecimento de erro substancial em relação aos consumidores que contrataram cartão de crédito consignado na ausência de informações imprescindíveis à contratação da operação com consequente nulidade do contrato; (iii) a condenação do Banco a restituir aos consumidores os valores pagos indevidamente, referente a todos os custos da operação contratada; (iv) a condenação do Banco ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e individual. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença coletiva, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor (valor da causa: R\$ 50.000.000,00).
f. principais fatos	A liminar requerida foi parcialmente deferida para determinar a abstenção de crédito de qualquer valor em conta bancária sem anuência do consumidor e realizar operação de cartão de crédito consignado, sob pena de multa. No início de novembro de 2019 foi apresentado pedido de reconsideração da liminar que foi rejeitado. Em dezembro de 2019, apresentamos contestação nos autos. Em outubro de 2021, foi apresentada pela autora petição comunicando o possível descumprimento da liminar, sendo proferido despacho determinando a majoração da multa e intimando as partes e o MP para se manifestarem quanto à produção da prova pericial. Em sequência, apresentamos agravo de instrumento contra a decisão, que, em sede de decisão monocrática, conheceu o recurso e indeferiu o efeito suspensivo. Em outubro de 2022, o juiz negou acolhimento ao pedido de reconsideração da decisão que majorou a multa e em seguida, houve decisão determinando a não realização de perícia, ante o desinteresse das partes. Em fevereiro de 2023, o magistrado determinou a apresentação de alegações finais, o que foi realizado pelo banco Pan.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão terminativa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Processo aguarda sentença.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro consiste na condenação à restituição em dobro dos valores contratados referente ao produto cartão de crédito consignado creditados nas contas dos consumidores nos últimos cinco anos. O risco operacional consiste na condenação, em definitivo, à obrigação de abster-se de ofertar cartão de crédito consignado.

Processo nº 0018064-04.2009.8.06.0001	
a. juízo	21ª Vara Cível de Fortaleza/CE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/03/2009
d. partes no processo	Autor: Defensoria Pública do Estado do Ceará Réu: BANCO PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública em que se discute suposta prática abusiva de descontar valores acima da margem consignável permitida pela legislação com pedido de suspensão das cobranças. A Defensoria requer que o Banco PAN se abstenha de reter ou descontar qualquer valor a título de parcela de empréstimo consignado, caso ultrapasse a margem de 20% dos rendimentos dos consumidores, bem como se abstenha de contratar empréstimo com o consumidor que não possua margem consignável em razão da contratação de outros empréstimos. O valor envolvido depende de eventual liquidação da sentença, que poderá ser feita separadamente por cada consumidor ou, caso haja pouca aderência dos consumidores, pela própria Defensoria (valor da causa: R\$ 1.000,00).
f. principais fatos	Após a apresentação de contestação e de finalização do saneamento, o processo aguarda prolação de sentença.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisão de mérito.
h. Estágio do processo	Processo aguarda sentença.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	ABRANGÊNCIA NACIONAL. Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro e operacional consiste em deixar de cobrar ou deixar de contratar com consumidores que não tenham margem consignável disponível em seus rendimentos em virtude de outros empréstimos. Nesse momento, o valor envolvido na ação é ilíquido.

Processo nº 5062917-92.2022.8.13.0702	
a. juízo	5ª Vara Cível do Fórum de Uberlândia - MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	16/12/2022
d. partes no processo	Autor: Ministério Público - MPMG Réu: Banco PAN S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública em que se discute suposta prática abusiva referente a formalização de empréstimos consignados sem a anuência dos consumidores. A Defensoria requer, liminarmente, que o Banco suspenda e estorne descontos e cobranças de contratos contestados pelos consumidores, apresente os contratos firmados e se abstenha de formalizar empréstimos como utilização de biometria facial. No mérito requer o cancelamento dos contratos firmados por biometria facial, eliminação os dados dos consumidores de sua base de dados e condenação em danos materiais e morais, a serem apurados em liquidação de sentença, dano moral coletivo e a restituição, em dobro, dos valores cobrados. Valor da causa: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>A liminar requerida foi deferida parcialmente para suspender os descontos e afastar os efeitos da mora, desde que o MPMG comprove nos autos o depósito judicial dos créditos liberados pelo Banco nas contas bancárias dos consumidores.</p> <p>Em fevereiro de 2023 o Pan apresentou contestação com pedido de revogação da tutela de urgência. Aguarda-se saneamento do processo.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	Aguarda-se saneamento do processo
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Existe uma possibilidade de impacto financeiro e, eventualmente, operacional no produto.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O risco financeiro e operacional consiste em deixar de cobrar ou deixar de contratar com consumidores que tiveram seus contratos firmados através de biometria facial, além da devolução em dobro dos valores cobrados.

Natureza Trabalhista

Ação Civil Pública nº 0130300-89.2003.5.02.0058	
a. juízo	58ª Vara do Trabalho de São Paulo
b. instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. data de instauração	04/06/2003
d. partes no processo	<p>Autor: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região</p> <p>Reclamadas: Banco Panamericano S/A</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação civil pública através da qual o Ministério Público do Trabalho ("MPT") requer seja o Banco PAN condenado ao cumprimento de (i) obrigação de fazer consistente em registrar todos os contratos de trabalho de trabalhadores bancários admitidos por empresas contratadas para a prestação de serviços; e (ii) obrigação de não-fazer consistente em abster-se de contratar trabalhadores bancários por intermédio de outras empresas, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 por trabalhador atingido. Além disso, o MPT postula a condenação do Banco PAN ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000.000,00.
f. principais fatos	<p>Em 22/06/2004, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar o Banco a abster-se de contratar correspondentes bancários para prestação de serviços de concessão de crédito, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 por trabalhador em situação irregular, atribuindo-se abrangência nacional aos efeitos da decisão.</p> <p>Interposto recurso ordinário por ambas as partes. Em 25.10.2017, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo negou provimento ao recurso ordinário do MPT e deu parcial provimento ao recurso ordinário do Banco, para restringir os efeitos da decisão ao âmbito da competência territorial do TRT da 2ª Região. Interposto recurso de revista por ambas as partes. Em 04.06.2014, o Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao apelo do Banco e deu parcial provimento ao recurso do MPT, para estender os efeitos da decisão a todo o território nacional. Interposto recurso de embargos e recurso extraordinário pelo Banco Pan. Em 10.12.2015, o Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso de embargos do Banco Pan. Em 24.11.2016 o feito foi sobrestado, para aguardar julgamento da ADPF nº 324 e do ARE nº 958.252 pelo STF. Em 19.12.2018 o Tribunal Superior do Trabalho concedeu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, após requerimento do Banco Pan.</p> <p>O processo estava sobrestado até o trânsito em julgado da ADPF nº 324 e do ARE nº 958.252.</p> <p>O Banco Pan distribuiu Reclamação Constitucional, na qual, o STF em 11/12/2020 cassou a decisão proferida pelo TST e determinou o retorno dos autos à origem para que profira nova decisão, respeitando o Tema 725 (RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX). Após apreciação pela 3ª Turma do TST, restou reconhecida a licitude da terceirização e consequente improcedência da ação. Após trânsitos em julgado, os autos serão remetidos para a 1ª instância para liberação dos depósitos recursais garantidos pelo Banco Pan. Após, a demanda será extinta.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença: A sentença de piso condenou o Banco a abster-se de contratar de forma terceirizada empresas prestadoras de serviços não constituídas como financeiras, limitando-se aos profissionais atuantes na Comarca de São Paulo.</p> <p>Acórdão TRT: O TRT-SP negou provimento ao recurso ordinário do MPT e deu parcial provimento ao recurso ordinário do Banco, para restringir os efeitos da decisão ao âmbito da competência territorial do TRT da 2ª Região.</p> <p>Acórdão TST 1: O TST negou provimento ao apelo do Banco e deu parcial provimento ao recurso do MPT, para estender os efeitos da decisão a todo o território nacional.</p> <p>Acórdão TST 2: Após o Banco Pan distribuir Reclamação Constitucional, na qual, o STF em 11/12/2020 cassou a decisão proferida pelo TST e determinou o retorno dos autos à origem para que profira nova decisão que acabou por dar provimento ao Recurso de Revista patronal, por contrariedade à Súmula 331, I/TST, reconhecendo assim a licitude da terceirização e consequente improcedência da ação.</p>
h. estágio do processo	Improcedência transitada em julgada. Autos retornarão para Vara Trabalhista para liberação dos depósitos recursais ao Banco Pan.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Trata-se de uma demanda que envolve o Ministério Público do Trabalho com abrangência nacional.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Operacional e financeiro –Caso os pedidos formulados pelo MPT fossem julgados procedentes, o Banco estaria obrigado a internalizar os serviços prestados pelos correspondentes bancários o que geraria um impacto nas operações do Banco, bem como um impacto financeiro relacionado à contratação direta dos trabalhadores nessas atividades, sob de multa de R\$ 5.000,00 por trabalhador em situação irregular</p> <p>Ocorre que a ação foi julgada improcedente. Considerando que o pedido de condenação do Banco PAN ao pagamento de indenização por danos morais e obrigação de fazer foram julgados improcedentes e o MPT não interpôs recurso contra referidas decisões neste particular, houve o trânsito em julgado da decisão nesse aspecto. Assim, resta pendente apenas a restituição dos depósitos recursais pagos pelo Banco a fim de extinguirmos a demanda.</p>

NATUREZA TRIBUTÁRIA

Processo nº 16327.721631/2013-46	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/12/2013
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil
	Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 796.211,23
f. principais fatos	Auto de infração lavrado contra o Banco Pan para a cobrança IRPJ e CSLL relativos ao suposto ganho de capital, oriundo da operação de desmutualização da CETIP, e na glosa de prejuízos fiscais referentes a ajustes contábeis realizados nos anos bases de 2008 a 2010. Em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	10.08.2016 ocorreu o julgamento do Recurso Voluntário, qual foi convertido em diligência.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>DRJ: Em 04/2014 foi proferido acórdão pela DRJ/Rio, por meio do qual concluiu-se pela procedência total da autuação efetuada pela Receita Federal, lavrada pela DEINF/SP, que teve como escopo a verificação de exclusões indevidas na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, bem como a omissão de ganho de capital na desmutualização da CETIP. Como consequência, foram também impostas multas isoladas sobre estimativas não recolhidas.</p> <p>CARF: Em 09/2016 a 4ª câmara da 1ª turma do CARF decidiu, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência.</p>
h. Estágio do processo	Processo em diligência desde 2016.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, o valor dos créditos tributários referentes aos prejuízos fiscais em discussão deverá ser baixado e o valor de IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital oriundo da desmutualização da CETIP estará sujeito ao pagamento, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.721379/2012-94	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	28/11/2012
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.714.168,48
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN para cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de despesas não comprovadas, referentes aos anos-calendário de 2007 e 2008. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, julgada parcialmente procedente. Contra essa decisão a Fazenda Nacional apresentou Recurso de Ofício e o Banco PAN interpôs Recurso Voluntário. Em sessão de julgamento realizada em 19.02.2018, foi proferido acórdão pelo CARF, determinando o sobrestamento do processo até o julgamento de recurso voluntário no Processo Administrativo nº 16327.721631/2013-46.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>DRJ: Impugnação julgada parcialmente procedente pela DRJ/RJ, reconhecendo a improcedência da glosa de despesas relacionadas a empresas terceirizadas, porém manteve as demais glosas por suposta ausência de comprovação da efetiva prestação de serviços em relação a empresas de ex-administradores.</p> <p>CARF: Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora responda aos questionamentos constantes no presente voto. Após cumprimento da diligência, sobrestar o retorno do</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	processo ao CARF até o julgamento do recurso voluntário relativo ao processo principal nº 16327.721631/2013-46
h. Estágio do processo	Processo foi sobrestado até o julgamento do processo n.16327.721631/2013-46
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.721276/2012-24	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	29/10/2012
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 182.995.528,93
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN para cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de despesas de perdas não comprovadas, referente ao ano-calendário 2008. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, julgada improcedente. Contra essa decisão o Banco PAN interpôs Recurso Voluntário. Em sessão de julgamento realizada em 10.08.2016, foi proferido acórdão pelo CARF, determinando a conversão do julgamento em diligência.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada improcedente, mantendo-se integralmente o crédito tributário exigido. CARF: Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência
h. Estágio do processo	Processo em diligência desde 2016
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.721464/2012-52	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	17/12/2012
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 74.661.344,352

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN para cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de despesas decorrentes de juros incidentes sobre CDB, referente ao ano-calendário de 2008. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, julgada parcialmente procedente. Contra essa decisão a Fazenda Nacional apresentou Recurso de Ofício e o Banco PAN interpôs Recurso Voluntário. Em sessão de julgamento realizada em 19.2.2018, foi proferido acórdão pelo CARF, determinando o sobrestamento do processo até o julgamento de recurso voluntário no Processo Administrativo nº 16327.721631/2013-46.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada parcialmente procedente pela DRJ/RJ para (i) reduzir a exação relativa do IRPJ, em razão do reconhecimento da dedutibilidade dos juros incidentes sobre os CDB's até o limite dos índices praticados pelo mercado (11,82%), mantendo-se a glosa sobre as despesas que excederem esse percentual; e (ii) Exonerar a integralidade da exigência da CSLL, em razão da falta de previsão legal para a adição ao lucro líquido de despesas tidas como indedutíveis
h. Estágio do processo	Processo foi sobrestado até o julgamento do processo n.16327.721631/2013-46
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.720092/2015-90	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	30/01/2015
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.109.321,95
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN para glosa de prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL no ano calendário de 2010, bem como aplicação de multa isolada pela insuficiência de recolhimento por estimativa no ano-calendário. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, julgada improcedente. Contra essa decisão a Fazenda Nacional apresentou Recurso de Ofício e o Banco PAN interpôs Recurso Voluntário, que foi analisado e deu parcial provimento. Foram opostos embargos de declaração. Em 13.03.2020 os Embargos de Declaração da DEINF foram acolhidos para esclarecer o cancelamento da multa isolada. Atualmente os autos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando análise de admissibilidade dos Embargos de Declaração do Pan e Recurso Especial da Procuradoria. Em 12/04/2021 os autos foram distribuídos para a relatora Giovana Pereira de Paiva Leite (Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara e da Primeira Seção do CARF).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>DRJ: Impugnação julgada improcedente sob o fundamento de que (i) a dedutibilidade como despesa de perdas no recebimento de créditos decorrentes decorrentes das atividades da pessoa jurídica requer observância das condições legais, o que supostamente não ocorreu, e (ii) a contabilização de despesas ou exclusão ocorreu supostamente sem propósito empresarial, ferindo o princípio contábil da entidade, ensejando a glosa da exclusão.</p> <p>CARF: O julgamento do Recurso Voluntário foi parcialmente favorável ao Contribuinte e reduziu 43% da base total lançada de forma definitiva, da seguinte forma: (i) dado provimento parcial para restabelecer a dedução de R\$ 1.497.750,24 referente à glosa do Anexo I (glosa mantida de R\$ 300.903,78 em razão de demandas propostas após o encerramento do ano-calendário em que foi realizada a dedução); (ii) dado provimento para restabelecer a glosa do item 4 do Termo de Verificação Fiscal, no valor de R\$ 20.698.752,85 (comissão de despesas com terceiros) e de R\$ 96.585.033,41 (comissão de prestadora ou promotora), no total de R\$ 117.283.786,26; e (iii) dado provimento para cancelar a exigências de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas.</p>
h. Estágio do processo	Atualmente os autos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando análise de admissibilidade dos Embargos de Declaração do Pan e Recurso Especial da Procuradoria. 01/03/2023 - Processo incluído na pauta de julgamento de 14/03/2023 às 14h, aguarda-se a publicação da decisão.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança, assim como a glosa de prejuízos fiscais. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado, bem como a baixa dos créditos tributários correspondentes (aproximadamente R\$ 124 milhões).

Processo nº 16327.721072/2017-06	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	13/12/2017
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 87.410.937,18
f. principais fatos	Auto de Infração decorrente da ausência de retenção e recolhimento de IRRF sobre suposto ganho de capital não tributado, auferido por investidor estrangeiro domiciliado no exterior, em operação realizada na Bolsa de valores de São Paulo, na venda de ações da Brazilian Finance Real Estate S.A., por parte Ourinvest. A acusação fiscal alega que a regra de isenção fiscal de IRRF aplicável a operações realizadas em Bolsa restaria afastada no caso concreto pelo fato de o benefício final estar supostamente situado em jurisdição de tributação favorecida (Ilhas Cayman). O Banco Pan foi autuado na qualidade de sucessor, por incorporação da Ourinvest Real Estate Holding S.A. O Banco Pan impetrou Recurso Voluntário em 09/11/2018. Em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	02/06/2021 houve peticionamento requerendo a aplicação do ADI RFB nº 5/19 ao caso concreto. Em 30/06/2021 foi apresentado Memoriais. Em 04/11/2021 os autos foram distribuídos para o relator Jose Eduardo Dornelas Souza (Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara e da Primeira Seção do CARF). Aguarda-se nova pauta para julgamento do processo.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada integralmente improcedente pela DRJ, sob os fundamentos de que (i) não seria aplicável a isenção ao ganho de capital decorrente da venda de ações por empresas situadas no exterior, uma vez que a origem do investimento seria um país de tributação favorecida, considerando o tipo societário do alienante (Sociedade LLC); (ii) não foi comprovada a sede de outra sócia que detinha 35% de participação no investimento e, (iii) os recursos obtidos na transação teriam sido pagos nas Ilhas Cayman, o que reforçaria a conclusão do fisco no AI.
h. Estágio do processo	Aguarda-se inclusão do processo em pauta para julgamento do Recurso Voluntário
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso o Banco PAN não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.720.300/2020-18	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF")
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	27/08/2020
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Pan Arrendamento Mercantil S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 48.919.522,42
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN sob a alegação de ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias e de terceiros relativas ao ano-calendário de 2016, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, sobre os valores pagos aos segurados empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR e de valores pagos aos segurados empregados a título de Vale Refeição e Vale Alimentação. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, julgada improcedente e de tal decisão. No momento, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada integralmente procedente pela DRJ, sob os argumentos de que (i) A parcela recebida pelo segurado empregado a título de participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada em desacordo com a lei específica, integra o salário de contribuição e (ii) Para que o auxílio alimentação das empresas não sofra a incidência de contribuições previdenciárias, conforme a legislação vigente à época dos fatos geradores, é necessário que o mesmo seja fornecido "in natura". O auxílio alimentação fornecido

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	pele empregador em espécie, ou mediante cartões até 10/11/2017, integra o salário de contribuição.
h. Estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário. Em 29/03/2021 o processo foi remetido ao CARF.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.721.305/2020-68	
a. juízo	Delegacia de Julgamento ("DRJ")
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/10/2020
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 300.264.481,60
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN sob a alegação de que parte das perdas deduzidas em 2015 referem-se a perdas que supostamente deveriam ter sido deduzidas em anos anteriores. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN, que foi julgada improcedente.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada integralmente improcedente pela DRJ, sob os fundamentos de que (i) o reconhecimento das perdas para fins dedutíveis somente pode ser realizado em período posterior ao que ocorrer, desde que não produza efeito fiscal diverso daquele que seria obtido se realizado na data prevista, e (ii) insuficiência dos documentos probatórios, na medida em que as telas dos processos nos Tribunais de Justiça por si só não comprovam o momento adequado para a dedutibilidade das perdas no recebimento de crédito.
h. Estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário. Aguarda-se inclusão do processo em pauta para julgamento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na 1ª esfera administrativa, em caso de perda caberá recurso voluntário junto ao CARF e posteriormente, eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.720.506/2021-29	
a. juízo	Delegacia de Julgamento ("DRJ")

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/06/2021
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 311.728.273,07
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN sob a alegação de que parte das perdas deduzidas em 2016 referem-se a perdas que supostamente deveriam ter sido deduzidas em anos anteriores. Foi apresentada Impugnação pelo Banco PAN. a DRJ acolheu parcialmente a Impugnação, resultando no cancelamento de cerca de 67% do lançamento fiscal.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada parcialmente procedente para cancelar a glosa das perdas reconhecidas nos anos-calendário 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2012 (parcialmente), 2014 e 2015, bem como afastar a glosa relativa às perdas na cessão de créditos em prejuízo reconhecidas no ano-base 2016.
h. Estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário. Aguarda-se inclusão do processo em pauta para julgamento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na 1ª esfera administrativa, em caso de perda caberá recurso voluntário junto ao CARF e posteriormente, eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327.720545/2021-26	
a. juízo	Delegacia de Julgamento ("DRJ")
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/10/2021
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 245.952.367,32
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN sob a alegação de suposta dedução indevida nas bases de cálculo do PIS e da COFINS de despesas de comissões ou retornos pagos a correspondentes bancários. Após apresentada impugnação a DRJ indeferiu integralmente todos os pedidos.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	DRJ: Impugnação julgada improcedente pela DRJ, sob o fundamento de que (i) As despesas em operações de intermediação financeira não abrangem, para efeito da base de cálculo de contribuições sociais, as remunerações pagas a correspondentes bancários, restringindo-se à atividade exercida pela própria instituição financeira, por meio da utilização de suas agências, sendo inviável interpretar-se extensivamente o comando do artigo 3º, § 6º, I, "a", da Lei 9.718/1998, para alcançar a comissão dos "correspondentes bancários" ou "agentes autônomos de investimento, e (ii) A legislação restringe a possibilidade de dedução das perdas com ativos financeiros apenas àquelas relacionadas às operações de hedge.
h. Estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário. Aguarda-se inclusão do processo em pauta para julgamento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na 1ª esfera administrativa, em caso de perda caberá recurso voluntário junto ao CARF e posteriormente, eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo nº 16327-721.182/2021-46	
a. juízo	Delegacia de Julgamento ("DRJ")
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/12/2021
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Banco PAN S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53.729.472,83
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado contra o Banco PAN sob a alegação de que a Companhia teria efetuado pagamentos de Participação nos Lucros ou Resultados dos Empregados (PLR) e auxílio alimentação a seus empregados, sem o recolhimento de Contribuições Previdenciárias, bem como teria supostamente declarado incorretamente em GFIP a alíquota GILRAT a qual o seu estabelecimento matriz estaria sujeito.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguarda-se julgamento na DRJ
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento na DRJ
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na 1ª esfera administrativa, em caso de perda caberá recurso voluntário junto ao CARF e posteriormente, eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Ações Tributárias Individuais - Processos relacionados à solidariedade pelo pagamento de IPVA em operações de financiamento de veículo	
Valores envolvidos	R\$ 84.535.037,35
Valor provisionado	R\$ 28.339.014,42
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Contingências decorrentes de 587 ações em que se discutem a responsabilidade solidária do Pan e suas controladas pelo pagamento de Impostos sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), devidos em razão das operações de financiamento de veículos e arrendamento mercantil.

Ações Tributárias Individuais – Processos que discutem administrativamente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.	
Valores envolvidos	R\$ 259.001.460,89
Valor provisionado	R\$ 0
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	75 processos que tiveram seus pedidos administrativos de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil, na maior parte dos casos, por questões meramente formais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4, em 31 de março de 2023, é de R\$ 28.409.014,42.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Ação ajuizada pelo Banco PAN questionando CDB's emitidos pelo Banco PAN antes de 2011, com condições acima da média contratada pelo mercado. Tal ação busca, sobretudo, a declaração de nulidade de todos os CDB's, com a restituição dos valores pagos, vencidos ou, alternativamente, a revisão judicial das condições de emissão dos títulos. Os valores dos CDB's vencidos estão contabilizados pelos seus respectivos valores de principal, acrescidos dos rendimentos de acordo com as taxas de juros indicadas em cada um desses títulos.

Na data base de 31 de março de 2023, o valor dos CDB's vencidos objeto da ação corresponde a aproximadamente R\$ 1.434milhões.

O processo encontra-se em fase de formação do contraditório, porque apenas uma parte dos réus foi citada e apresentou contestação. Foi proferida decisão determinando a limitação do litisconsórcio passivo aos réus já citados. Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos contra essa decisão.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Em 19 de maio de 2023, o Banco PAN celebrou com o Banco Central do Brasil ("BCB") um Termo de Compromisso que tem como objeto a correção do cálculo do valor presente dos pagamentos de liquidação antecipada de operações de parcelamento da fatura de cartão de crédito, bem como se comprometeu a devolver os valores devidos aos clientes. No Termo de Compromisso, o Banco PAN se compromete a devolver o valor de R\$ R\$ 3.474.926,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais) aos clientes, referente ao período de apuração entre 1º de agosto de 2013 e 8 de junho de 2020, quando houve a correção da inconsistência , bem como a pagar ao BCB o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a título de contribuição pecuniária.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em consonância com o artigo 6º da Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, o Banco PAN formalizou sua Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos e de Capital ("Política de Gerenciamento de Riscos"). A Política de Gerenciamento de Riscos determina que o gerenciamento integrado de riscos e de capital é parte integrante do processo de gestão dos negócios e compreende a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, reporte, controle e mitigação das exposições aos riscos e necessidade e utilização de capital. Além disso, determina que tal gerenciamento deve ser realizado continuamente por todos os gestores do PAN, de acordo com os preceitos ali contidos, sendo que a gestão dos negócios no PAN é realizada de forma a buscar sempre a otimização da relação risco retorno e sua respectiva utilização de capital, visando, assim, um retorno sustentável para os acionistas, e respeitando as alçadas e os limites e critérios definidos no apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração do Banco PAN.

Além disso, o Banco PAN possui políticas corporativas, destinadas a controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas atividades e resultados, a saber:

(i) Política Corporativa de Segurança da Informação e Cibernética: Com última revisão realizada em 06/04/2023, a Política Corporativa de Segurança da Informação e Cibernética define as diretrizes, as responsabilidades e os princípios relativos à Segurança da Informação e Cibernética no PAN. A Política foi elaborada em linha com as melhores práticas de mercado, considerando a natureza e a complexidade das operações, dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos, dos sistemas e dos requisitos de conformidade do Banco PAN S.A., bem como em conformidade com a legislação e com regulamentações aplicáveis. Aplica-se ao Banco PAN e às suas controladas (grupo PAN), exceto a Mobiauto Edição de Anúncios On Line Ltda. e a Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A, que dispõem de políticas próprias em razão da natureza de suas atividades, bem como aos seus administradores, colaboradores e prestadores de serviços terceirizados.

(ii) Política Corporativa de Responsabilidade Social Ambiental e Climática: Esta Política foi elaborada em conformidade com as estratégias de gestão do Conglomerado Prudencial BTG Pactual (Conglomerado BTG) e com (i) a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945, de 15 de setembro de 2021 e adequada à dimensão e à relevância da exposição ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, de que tratam a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, assim como (ii) a Circular da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) nº 666 publicada em 27 de junho de 2022. A política tem como objetivo definir os princípios e as diretrizes de naturezas social, ambiental e climática a serem observados pelas entidades integrantes do Conglomerado Prudencial BTG Pactual (Conglomerado BTG) na condução de seus negócios, de suas atividades e de seus processos operacionais, bem como o relacionamento com os seus clientes e outras partes interessadas.

(iii) Política Corporativa de Negociação de Valores Mobiliários: Em atenção à Instrução CVM nº 358/2002, revogada e substituída pela Resolução CVM nº 44/2021 e suas alterações, a Política Corporativa de Negociação de Valores Mobiliários foi atualizada pela última vez em 30.04.2021, conforme aprovado pelo Conselho de Administração do Banco PAN. O documento estabelece as diretrizes e padrões de conduta que devem ser observados pelo Banco PAN, acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais, funcionários e integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas na negociação de valores mobiliários de emissão do PAN, de modo a assegurar maior transparência e equidade ao processo.

(iv) Política Corporativa de Operações de Crédito com Partes Relacionadas: Aprovada em 25.03.2019 pelo Conselho de Administração, e revisada em 03.05.2021, a Política Corporativa de Operações de Crédito com Partes relacionadas define um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à identificação, concessão e controle

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de operações de crédito com partes relacionadas, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.693/2018, de 29 de outubro de 2018.

(v) Política Corporativa de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Preservação de Sigilo: Em atenção à Instrução CVM nº 358/2002, revogada e substituída pela Resolução CVM nº 44/2021 e suas alterações, o Conselho de Administração do PAN aprovou a Política Corporativa de Divulgação de Fato ou Ato Relevante e Preservação de Sigilo em 12.11.2007, com revisão em 29.11.2021. O objetivo da política é estabelecer diretrizes de divulgação ao mercado das informações sobre ato ou fato relevante, bem como estabelecer as práticas de preservação de sigilo das informações ainda não divulgadas pelo PAN, estabelecendo os mecanismos de divulgação e as obrigações das partes envolvidas e assegurando maior transparência e equidade ao público em geral no momento de divulgação destas informações. A política é aplicável aos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais, colaboradores e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivas, ou, ainda, qualquer colaborador que, nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, mesmo não tendo aderido à política, tenha conhecimento de informação privilegiada, em virtude de seu cargo, função ou posição no Banco PAN, suas controladas ou coligadas.

(vi) Política Corporativa de Remuneração de Administradores: Aprovada em 07.12.2012 pelo Conselho de Administração, a Política Corporativa de Remuneração de Administradores tem o objetivo de recompensar adequadamente, segundo padrões de mercado, a competência e o comprometimento de administradores do PAN por meio da adoção de metodologia de remuneração voltada ao crescimento de valores individuais e coletivos de seus profissionais.

(vii) Política Corporativa de Conformidade - Compliance: Aprovada em 27.04.2018 pelo Conselho de Administração, nos termos da Resolução CMN nº 4.595, de 18 de agosto de 2017, e revisada em 06.10.2021, define diretrizes, responsabilidades e princípios relativos à função de Compliance e ao gerenciamento do Risco de Conformidade, definido na seção 5.1(b)(i) deste documento, que tem por objetivo estabelecer uma cultura sólida e que contribua para a mitigação dos riscos de sanções, perdas financeiras, danos à reputação e outros danos, decorrentes de descumprimentos legais e regulatórios do Banco PAN.

(viii) Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo: Aprovada pelo Conselho de Administração em 29.10.2018 e última revisão realizada em 29.06.2021. Define princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à prevenção dos riscos de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo ("LDFT"), em linha com as melhores práticas de mercado, considerando-se a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos, sistemas, e em conformidade com os requerimentos legais e regulatórios. Nesse sentido, o gerenciamento voltado para mitigar tais riscos contempla rotinas e relatórios gerenciais que possibilitam à Alta Administração acompanhar a efetividade do programa de Prevenção LDFT, bem como à área de Prevenção a LDFT realizar a gestão do risco. O programa de Prevenção a LDFT compreende: avaliação interna de riscos; abordagem baseada em risco; procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação de operações; controles relacionados a sanções embargos e restrições políticas e econômicas internacionais; normas, regras, procedimentos e controles de Conheça Seu Colaborador, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Fornecedor; Capacitação e Cultura Organizacional; realização obrigatória de análise de risco prévia de LDFT para novos produtos, serviços e utilização e novas tecnologias, testes de efetividade e o devido registro de operações e serviços Financeiros.

(ix) Política Corporativa de Alçadas: Aprovada pelo Conselho de Administração em 30.06.2014 e revisada internamente em 26.10.2021. Trata-se de um conjunto de diretrizes, princípios e responsabilidades que visa orientar a conceituação, definição e determinação de alçadas necessárias à tomada de decisões estratégicas, táticas ou operacionais, alinhadas com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de todas as empresas que fazem parte do Conglomerado Pan.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(x) Política Corporativa de Relacionamento com Clientes e Usuários: Aprovada em 08.11.2017, pelo Conselho de Administração e última revisão em 31.08.2021, tem como objetivo definir os princípios a serem observados no relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços do Banco PAN, na forma da Resolução CMN nº 4.949, de 30 de setembro de 2021.

(xi) Política Corporativa de Auditoria Interna: Aprovada em 26.11.2020 pelo Conselho de Administração e revisada em 26.07.2021, tem como objetivo definir as atribuições, responsabilidades e princípios que regulamentam a atuação da Auditoria Interna, nos termos da Resolução CMN nº 4.879, de 23 de dezembro de 2020.

(xii) Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios: com última versão aprovada em 30.02.2022 pelo Conselho de Administração, tem como objetivo definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades, relativos ao Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios, com o propósito de fornecer suporte às unidades de negócio na implantação e manutenção de soluções que objetivam garantir a continuidade de operações críticas na ocorrência de incidentes disruptivos, minimizando perdas e protegendo a imagem e reputação do PAN.

(xiii) Política Corporativa Anticorrupção: Aprovada pelo Conselho de Administração em 28.09.2021, define princípios, diretrizes e responsabilidades relacionadas ao combate a todas as formas de condutas inadequadas, tais como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, ocultação ou dissimulação desses atos e o impedimento às atividades de investigação e fiscalização, bem como a conformidade proativa com as leis e regulamentações de prevenção e combate à corrupção, de forma a prevenir, detectar e combater a corrupção em todas as suas formas.

(xiv) Política Corporativa de Investimento Social Privado: Aprovada pelo Conselho de Administração em 28.06.2022, apresenta e orienta a estratégia de todo e qualquer investimento social do Banco PAN S.A. ("Banco PAN, PAN ou Banco"), incentivados ou não, e apresenta as diretrizes de atuação e alocação de recursos em projetos sociais garantindo alinhamento com a materialidade definida pelo PAN e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

(xv) Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Capital: Aprovada pelo Conselho de Administração em 29.11.2021, visa definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento integrado de riscos e de capital, alinhado com a estratégia de negócios e com a declaração de apetite por riscos ("RAS") do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", em conjunto com suas controladas, direta ou indiretamente, "PAN").

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos define um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento integrado de riscos e de capital, alinhado com a estratégia de negócios e com a declaração de apetite por riscos ("RAS") do Banco PAN.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Em consonância com o item 4.1 deste formulário de referência e com a Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos abaixo relacionados compõem o conjunto de riscos corporativos relevantes do Banco PAN:

- Risco Cibernético: O risco cibernético mensura a probabilidade de possíveis resultados negativos associados a ataques cibernéticos que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas de computadores do Banco PAN.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Risco de Conformidade:** Também chamado de risco de Compliance, é o risco de o Banco PAN sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos à reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação (caso aplicáveis).
- **Risco de Conduta:** É o risco associado à forma como o Banco PAN, seus colaboradores e terceiros que atuam em seu nome se comportam e agem perante clientes, usuários, investidores, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, governo, concorrentes e sociedade.
- **Risco de Crédito:** É o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Crédito de Contraparte:** É o risco associado à possível perda em razão do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações nos termos pactuados, bem como a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador.
- **Risco de Liquidez:** É o risco associado à possibilidade de o Banco PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** É o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos ou ainda, ou necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (RTJBB):** É o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital regulatório e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária (não-negociação).
- **Risco Estratégico:** É o risco de perda de market share, queda nos preços das ações, perda de receita ou ainda outras perdas, sejam estas financeiras ou não financeiras, em função da inadequação, falta de tempestividade das decisões estratégicas de negócio, ou ainda devido a fatores externos relevantes não concretizados.
- **Risco Legal:** O risco legal faz parte do risco operacional e está associado ao risco de inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco PAN, bem como às sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco PAN.
- **Risco Operacional:** É o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do PAN.
- **Risco Reputacional:** É o risco de perda de share, queda nos preços das ações, perda de receita ou ainda outras perdas, sejam estas financeiras ou não financeiras, devido à ocorrência de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

eventos que causem percepção negativa de um grupo de stakeholders a respeito da reputação do PAN.

- Risco Socioambiental: É o risco de perdas, sanções legais ou regulatórias, ou ainda indenizações por danos a terceiros, devido à ocorrência de eventos causadores de danos de ordem social ou ambiental e que tiveram participação direta ou indireta do Banco PAN.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Como instrumento para proteção dos riscos previstos na Política de Gerenciamento de Riscos, o Banco PAN utiliza a *Risk Appetite Statement* – RAS ou Declaração de Appetite por Riscos, que tem como objetivo mensurar os riscos a que, eventualmente, o Banco PAN possa estar exposto. A RAS descreve os níveis e tipos de riscos aos quais o Banco PAN está disposto a se expor ou que pretende evitar para atingir os seus objetivos estratégicos. A RAS é elaborada pelas áreas de Gestão de Riscos, validada pela Comissão de Riscos, o órgão colegiado responsável por avaliar e acompanhar a estrutura, o funcionamento e os resultados do gerenciamento integrado de riscos e de capital no Banco PAN, e posteriormente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, o Banco PAN também utiliza ferramentas, metodologias, modelos e testes de estresse avaliados periodicamente, em linha com o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas, a fim de obter acurácia nos processos de avaliação e mensuração dos riscos e de capital e subsidiar a melhor tomada de decisão pelos gestores.

Além disso, o Banco PAN utiliza os seguintes instrumentos em relação aos principais riscos descritos na seção 5.1(i) deste formulário de referência:

- Risco Cibernético: a Política Corporativa de Segurança da Informação e Cibernética prevê os seguintes instrumentos para promoção da Segurança da Informação e Cibernética: (i) programas de conscientização em segurança da informação e capacitação para colaboradores e prestadores de serviço; (ii) declaração de responsabilidade dos colaboradores e prestadores de serviço; (iii) gestão de ativos e utilização de recursos da informação; (iv) trabalho remoto; (v) mecanismos de gestão de acessos a sistemas e serviços; (vi) segurança física e de prevenção a acessos não autorizados; (vii) classificação da informação e de prevenção contra perda de dados; (viii) criptografia de dados; (ix) gestão de riscos de segurança da informação e cibernéticos; (x) desenvolvimento de sistemas e serviços seguros e testes de segurança; (xi) cópias de segurança das informações (backups); (xii) segurança na seleção e gestão de parceiros de negócios; (xiii) mecanismos de proteção de dados de cartão de pagamento; (xiv) mecanismos para a proteção do perímetro, registro e monitoramento de eventos; (xv) gestão e reporte de incidentes e de crises de segurança; e (xvi) relatório anual de resposta a incidentes no ambiente lógico do Banco PAN.

- Risco Socioambiental e Climático a Diretriz Corporativa de Responsabilidade Social Ambiental e Climático prevê os seguintes instrumentos para promoção da responsabilidade socioambiental: (i) a avaliação de riscos associados a clientes, parceiros e fornecedores (ii) o gerenciamento de sistemas, rotinas e procedimentos a serem realizados continuamente em cada área; (iii) treinamentos dos colaboradores; (iv) monitoramento do cumprimento das normas socioambientais vigentes; (v) ações para garantir a correção de eventuais desvios; (vi) relatório periódico que estabelecem as providências necessárias ao gerenciamento dos riscos socioambientais.

- Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (RTJBB): Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são operações de swap ou de contratos futuros negociados na B3. Nossas operações de hedge são desenvolvidas para a proteção patrimonial e geralmente estão ligadas às nossas operações de captações externas de recursos ou aos nossos ativos com taxa de juros prefixada. Tais instrumentos de proteção patrimonial são utilizados para minimizar a volatilidade dos ativos do mercado de câmbio e de taxa de juros, variando conforme

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

as circunstâncias do cenário em que o Banco PAN esteja atuando. As operações de swap consistem em instrumentos financeiros que possuem baixo custo e mitigam consideravelmente o risco de mercado relacionado às operações de câmbio e de taxa de juros, além de serem regularmente registradas em instituições competentes.

- **Risco de Liquidez:** São definidos limites operacionais e procedimentos de controle destinados a manter a exposição a este risco em níveis considerados aceitáveis pelo Banco PAN, devendo estar normatizados e aprovados conforme as alçadas estabelecidas. Os limites são aplicáveis às métricas de risco de liquidez, contemplando, no mínimo, a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias. O monitoramento e controle do risco de liquidez são realizados pela área de controle de risco de liquidez, uma estrutura independente da tesouraria, que emite relatórios para a Diretoria do Banco PAN e para a própria tesouraria. Nos casos de não conformidade com os limites, controla as ações e decisões que devem ser tomadas nas alçadas pertinentes. Simulações de testes de estresse, com cenários de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos, são consideradas no estabelecimento ou revisão de limites e plano de contingência de liquidez, com responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez. O plano de contingência constitui uma série de ações previamente analisadas e aprovadas pelas alçadas competentes, as quais devem ser avaliadas para utilização em caso de situações de estresse de liquidez. Contém, ainda, as alçadas dentro da governança vigente. O plano é reavaliado e revisado periodicamente e todas as ações de contingência nele previstas são realizadas de acordo com os princípios contidos na Política de Gerenciamento de Riscos, baseando-se também na regulamentação vigente, devendo ser adequadamente documentadas.

- **Risco Operacional, de Conduta e Legal:** O Banco PAN possui treinamentos que abordam as seguintes informações, visando disseminar a cultura e mitigar a ocorrência de riscos operacionais, de conduta e legais: (i) conceitos e estrutura de gerenciamento de riscos; (ii) explicação sobre os produtos comercializados; (iii) processos do Banco PAN; (iv) política de relacionamento com clientes e usuários, de forma a mostrar papéis, responsabilidades e atividades de cada área. Isso se dá na forma de treinamentos de integração institucional (obrigatório a todos os colaboradores), curso sobre riscos e as principais políticas do Banco PAN, cursos de integração de função e exigências de certificações específicas. Além disso, o Banco PAN possui ferramentas para a gestão dos Riscos Não Financeiros (descritas no item 5.3 c), dentre elas destaca-se a Avaliação dos Riscos e Controles, consistindo nas etapas de: (i) identificação, (ii) avaliação, (iii) mensuração, (iv) resposta, (v) monitoramento, (vi) reporte. Os planos de ação definidos são cadastrados no sistema e monitorados até suas respectivas implementações.

- **Risco de Crédito:** O Banco PAN possui modelos de mensuração de risco de crédito utilizados na concessão do crédito, no monitoramento e controle das exposições ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado, sendo os seus limites definidos na RAS. Para fins de provisionamento, são utilizados os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos do disposto na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

- **Risco de Conformidade:** O gerenciamento do Risco de Conformidade consiste em conhecer, estar aderente, bem como avaliar e testar a aderência do Banco PAN ao arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis, de acordo com o determinado pela Resolução nº 4.595/2017, do Conselho Monetário Nacional. Como 2ª linha de defesa, a área de Compliance é responsável por definir o conceito de Riscos de Conformidade, disseminar a cultura desejada a colaboradores e terceiros relevantes e implantar metodologia, processos e ferramentas para o efetivo gerenciamento deste risco, que inclui a avaliação da observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis. É responsável, ainda, por reportar os resultados das atividades relacionadas à função de Compliance à Administração ou aos comitês de assessoramento da Administração.

- **Risco Reputacional:** uma das formas de mitigar o risco reputacional é a realização de análises de riscos em terceiros. O procedimento consiste na análise de terceiros (fornecedores,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

correspondentes no país e parceiros) quanto à reputação, envolvimento em atos de lavagem de dinheiro e corrupção, além de averiguar a saúde financeira e questões trabalhistas, de continuidade de negócios e de risco socioambiental. Essa análise é realizada mediante verificação cadastral, documental, pesquisas de reputação em fontes externas e internas e envio de questionários. Ao terceiro são atribuídos determinados graus de risco, considerando os critérios de análise e, ao final do processo, a relação pode ser aprovada ou não de acordo com as alçadas estabelecidas para cada categoria. No processo de análise de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e corrupção também são realizadas análises em relação aos clientes e suas operações, fornecedores e funcionários do Banco PAN.

- Risco Estratégico: como mencionado anteriormente, a RAS é uma das ferramentas utilizadas pelo Banco PAN para gerenciar e mitigar o risco estratégico, de forma a assegurar o atingimento dos objetivos e resultados esperados.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, a estrutura organizacional de riscos e de capital é composta pelas áreas que participam do processo de gestão e controle de riscos com seus respectivos papéis e responsabilidades, os quais prezam pela segregação de funções ao mesmo tempo em que buscam proporcionar sinergia entre as unidades, visando assegurar a eficiência, eficácia e efetividade desse gerenciamento, respeitando a RAS e os limites definidos.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital se utiliza da governança estabelecida no PAN por meio de seus Comitês, alçadas e limites, assim como a normatização que suporta o processo de tomada de decisão. Os processos e sistemas que suportam e viabilizam a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital estão descritos nos normativos específicos para cada tipo de risco e de capital e nas respectivas documentações relacionadas.

Descrevemos abaixo as atribuições de cada estrutura envolvida no processo de gerenciamento de riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos:

- **Conselho de Administração:** Além das atribuições elencadas no art. 48 da Resolução n.º 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração do PAN é responsável por: (i) definir a orientação geral para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do PAN; (ii) aprovar e revisar a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, a RAS do PAN, bem como seus limites e relatórios sobre a qualidade do gerenciamento integrado de riscos e de capital; (iii) verificar se a Diretoria possui mecanismos internos de monitoramento contínuo que assegurem o cumprimento das determinações do Conselho de Administração; e (iv) aprovar a indicação do Diretor responsável para o gerenciamento de riscos, perante os órgãos reguladores.

- **Diretoria:** (i) seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital, alinhado com a estratégia do PAN e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas; (ii) deliberar sobre os assuntos de gerenciamento de riscos e de capital pertinentes à sua competência e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração quando necessário; (iii) aprovar as alçadas definidas e outorgadas aos indivíduos e órgãos colegiados.

- **Comissão de Riscos PAN:** Além das atribuições elencadas no art. 45 da Resolução n.º 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a Comissão de Riscos PAN é responsável por: (i) avaliar e acompanhar a estrutura, o funcionamento e os resultados do gerenciamento integrado de riscos e de capital no PAN; (ii) validar e aprovar os modelos, abordagens e métricas para mensuração de risco e de capital; (iii) monitorar as exposições e os limites de risco a fim de assegurar que o gerenciamento integrado de riscos e de capital seja efetivo e alinhado com a estratégia e com o apetite por risco definido para o Banco PAN; (iv) supervisionar a atuação do Diretor responsável para o gerenciamento de riscos; (v) garantir que os assuntos de gerenciamento integrado de riscos e de capital pertinentes à sua competência sejam deliberados

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de forma tempestiva e submetidos à aprovação do Conselho de Administração, quando necessário; e (vi) propor a RAS e seus limites ao Conselho de Administração.

- **Diretor para Gerenciamento de Riscos:** Além das atribuições elencadas no art. 44 da Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Diretor para Gerenciamento de Riscos é responsável por: (i) supervisionar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos; (ii) assegurar a observância à RAS e aos objetivos estratégicos do PAN; (iii) participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, em auxílio ao Conselho de Administração.

- **Unidades de Gerenciamento Integrado e Controle dos Riscos e de Capital:** (i) definir os conceitos de riscos e de capital; (ii) disseminar a cultura desejada; (iii) implantar metodologias, modelos, métricas, processos e sistemas que reflitam as melhores práticas e que sejam compatíveis com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de risco e capital, na busca por maior efetividade e alinhamento com as estratégias do PAN; (iv) elaborar, sugerir e submeter ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco; (v) elaborar, sugerir e submeter à Comissão de Riscos as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos não financeiros; (vi) monitorar e controlar a exposição ao risco do Banco PAN, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria;

- **Gestores das áreas do PAN:** (i) entender o processo de gerenciamento integrado de riscos e de capital e executar a gestão de riscos, novos ou existentes, inerentes aos produtos, processos, sistemas, serviços e operações, sob sua responsabilidade, de acordo com as diretrizes, princípios e responsabilidades definidos da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) assegurar que as exposições aos riscos que estejam sob sua responsabilidade estejam dentro dos limites definidos e em alinhamento com as estratégias de negócio do PAN; (iii) integrar as necessidades do PAN e as obrigações das empresas prestadoras de serviços, inclusive em relação à observância do que está disposto na Política de Gerenciamento de Riscos.

- **Auditoria Interna:** representa a 3ª linha de defesa do processo de gerenciamento de riscos do Banco PAN e reporta-se ao Conselho de Administração. Suas atividades são independentes, supervisionadas pelo Comitê de Auditoria e visam adicionar valor e melhorar as operações e processos da instituição, incluindo a gestão de riscos, controles e governança. Seu objetivo é fornecer opiniões independentes, objetivas, autônomas e imparciais a respeito da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa do Conglomerado Pan, auxiliando no alcance de seus objetivos e no contínuo desenvolvimento de seus controles, recomendando melhorias que visam resguardar os interesses do Conglomerado Pan e seus acionistas, promover adequações legais e regulatórias ou implementar recomendações exigidas pelo regulador. As deficiências e recomendações identificadas pelo auditor independente e pela auditoria interna são monitorados e reportados à alta administração em suas reuniões com a Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

- **Comitê de Auditoria:** conforme as atribuições previstas na regulamentação vigente aplicável, bem como em observância ao disposto em seu regimento interno, o Comitê de Auditoria efetua reuniões mensais com a área de riscos, incluindo o acompanhamento dos indicadores da RAS. Em suas reuniões, o Comitê de Auditoria solicita que sejam disponibilizados os tratamentos realizados para as demandas do órgão de controle e dos apontamentos das auditorias (interna e independente). Diante das demandas apresentadas, são discutidas as medidas a implantar ou implementadas para resolução dos apontamentos e os prazos estabelecidos, discutindo a efetividade da correção e o prazo da solução. Ainda, a avaliação do Comitê de Auditoria inclui o acompanhamento da implementação de sistemas de controle e de segurança, substituição de sistemas, novos produtos e operações de risco, com avaliação, inclusive das áreas de risco.

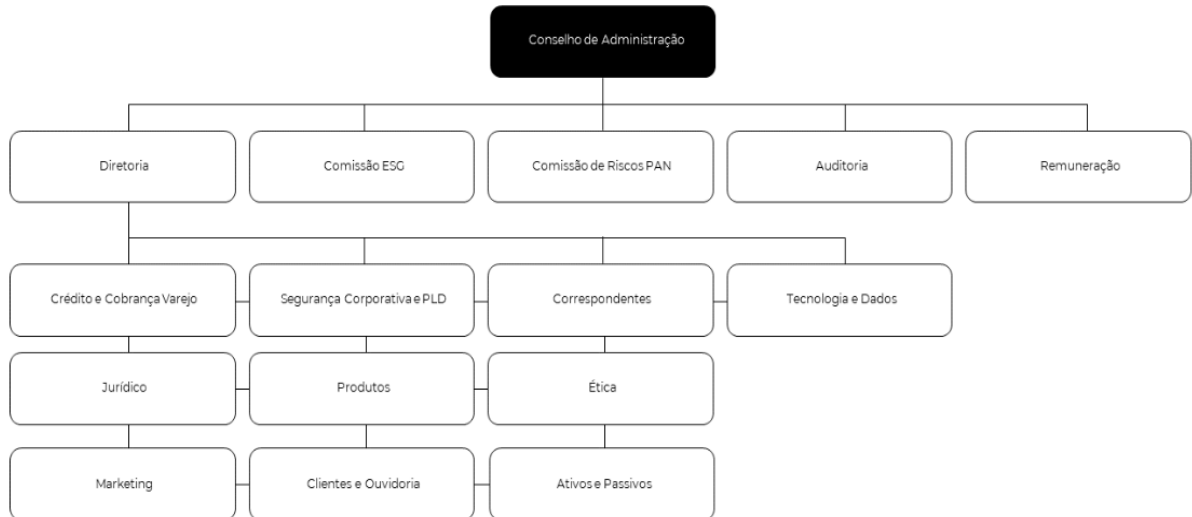
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Diretoria de Controladoria e Compliance, em que estão inseridas as unidades de gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado PAN:



O Banco PAN possui ainda os seguintes comitês subordinados à Diretoria: Comitê de Ativos e Passivos, Comitê de Produtos, Comitê de Segurança Corporativa e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, Comitê de Clientes e Ouvidoria, Comitê de Tecnologia e Dados, Comitê de Correspondentes, Comitê de Crédito e Cobrança Varejo, Comitê Jurídico, Comitê de Marketing e Comitê de Ética, que também contribuem indiretamente para o processo de gerenciamento de riscos.

O organograma abaixo ilustra a relação hierárquica existente entre as estruturas da alta administração que participam do processo de gerenciamento de riscos:



c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura de gerenciamento de riscos está baseada no conceito das três linhas de defesa, no qual todas as áreas de negócio/suporte são as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade. As unidades de Risco de Crédito, Liquidez, Mercado, Riscos Não Financeiros e Controles Internos e Compliance, dentre outras, atuam como a segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio/suporte nos aspectos técnicos e metodológicos, ao mesmo tempo que monitoram e controlam os

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

principais riscos. Por fim, a Auditoria Interna realiza um terceiro nível de controle, por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles vigentes.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria realiza reuniões periódicas com as áreas de Contabilidade e Riscos, que contam com a participação do Diretor responsável por essas áreas, para apresentar e discutir temas de interesse e competência dos trabalhos do Comitê de Auditoria. Como órgão de assessoramento do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria participa das reuniões do Conselho de Administração, reportando os fatos considerados relevantes, sempre que aplicável.

O Banco PAN entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos porque permite ao Banco PAN monitorar e avaliar, periodicamente, os riscos relacionados aos seus negócios e os possíveis impactos em suas operações ou demonstrações contábeis, bem como a corrigir eventuais falhas tempestivamente.

A Auditoria Interna realiza periodicamente trabalhos relacionados às áreas de controle, Compliance e gerenciamento de riscos. Eventuais fragilidades nos processos são reportadas nos relatórios e acompanhados mensalmente até obter evidências suficientes de que as ações tomadas mitigaram os riscos identificados. Adicionalmente, o acompanhamento dos planos de ação é reportado à Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Como principais práticas de controle, inclusive no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis, o Banco PAN preza pela segregação de funções, definição de papéis e responsabilidades, procedimentos de conferências e conciliações e constante aprimoramento em processos e sistemas de forma a mitigar riscos.

A eficiência do ambiente de controles internos do Banco PAN é avaliada pela metodologia de Processos e Riscos, ferramenta utilizada para autoavaliação das diversas áreas e processos no Banco PAN.

Em adição, no âmbito da governança corporativa do Banco PAN, para que sejam emitidas, as demonstrações contábeis são:

- (i) Examinadas, semestral e anualmente, com emissão de parecer, pela Auditoria Independente;
- (ii) Revisadas pelo Comitê de Auditoria, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, sendo que o Comitê de Auditoria também avalia a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- (iii) Examinadas, com emissão de parecer, pelo Conselho Fiscal;
- (iv) Aprovadas pela Diretoria;
- (v) Aprovadas pela Conselho de Administração; e
- (vi) Aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas, anualmente.

A administração do Banco PAN considera que os controles internos adotados na elaboração de suas demonstrações contábeis são eficientes e suficientes para assegurar a qualidade e confiabilidade das informações financeiras e respectivas divulgações.

Os resultados são acompanhados e avaliados pela auditoria independente, pelo Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva, incluindo a definição de planos de ação para correções e melhorias contínuas. Além disso, os relatórios são submetidos à avaliação da alta administração para ciência das deficiências e acompanhamento da implementação de medidas corretivas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Além das práticas de controles e aprovações citadas no item 5.3(a) deste documento, a estrutura de gerenciamento de riscos e controles está baseada no conceito das três linhas de defesa, no qual todas as áreas de negócio/suporte são as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade; a área de Riscos Financeiros, Não Financeiros e Controles Internos, e as unidades de Riscos de Crédito, Compliance, Jurídica e Segurança Corporativa, atuam como a segunda linha de defesa, apoiando as áreas de negócio/suporte nos aspectos técnicos e metodológicos, ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos. Por fim, a Auditoria Interna atua como terceira linha de defesa, realizando avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles vigentes.

A Área de Riscos Financeiros, Não Financeiros e Controles Internos é responsável, como segunda linha, pela metodologia e adequação da estrutura de gerenciamento de riscos visando garantir a devida identificação, avaliação e mensuração (quando aplicável) pelos gestores responsáveis, e que estejam de acordo com o apetite por risco estabelecido e aprovado. Dentre as atribuições da

5.2 Descrição dos controles internos

Área estão: (i) definir e disseminar os conceitos de risco; (ii) elaborar, sugerir e submeter à Comissão de Riscos PAN as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco e as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos, (iii) monitorar e controlar a exposição ao risco do Banco PAN, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria, e (iv) suportar a identificação, prévia, dos riscos inerentes às novas atividades e produtos do Banco.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria (COAUD) realiza reuniões periódicas com as áreas de Riscos, Contabilidade, Crédito, Compliance, Segurança da Informação, Tesouraria e Captações, Gerenciamento de Corbans e Auditoria Interna que contam com a participação dos heads responsáveis por essas áreas, para apresentar e discutir temas de interesse e competência dos trabalhos do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria participa de todas as reuniões do Conselho de Administração com ao menos um membro, reportando os fatos considerados relevantes, sempre que aplicável.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não contém deficiências significativas que possam ocasionar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis do Banco PAN.

O Banco PAN tem como valor o investimento em ações voltadas à melhoria dos processos e controles, em reforço ao comprometimento da administração em estruturar e manter o sistema de controles internos adequado e compatível com a complexidade e volume de negócios do Banco PAN.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.2 "d", acima, não foram detectadas deficiências significativas pelo auditor independente em relação aos controles internos do Banco PAN. No entanto, as recomendações recebidas são endereçadas pelo Banco PAN e acompanhadas pela Auditoria interna, que reporta o andamento dos planos de ação periodicamente à Administração e ao Comitê de Auditoria. Ademais, os diretores entendem que o Banco PAN está evoluindo consistentemente no seu ambiente de controles, dando continuidade aos projetos e atividades relacionadas ao tema.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados pelo PAN, abaixo destacados, são reavaliados sempre que necessário, principalmente quando ocorrem mudanças significativas na estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios do PAN, ou na regulamentação aplicável.

Os mecanismos e procedimentos de integridade estão previstos nos seguintes normativos:

Código de Conduta e Ética: A versão vigente e atualizada foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30.08.2022. O Código de Conduta e Ética do PAN é composto por princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem conduzir toda e qualquer decisão ou atividade exercida pela administração, pelos colaboradores e pelos prestadores de serviço do PAN. Além disso, o Código de Conduta e Ética define padrões de conduta que devem ser observados por todos durante o desempenho de suas atividades diárias, inclusive em situações de conflito, pois orienta as relações internas e externas. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) regras de condutas; (ii) conflitos de interesses; (iii) contribuições e patrocínios; (iv) prevenção à fraude; (v) prevenção à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; (vi) preservação do patrimônio físico intelectual; (vii) uso da imagem e assessoria de imprensa; (viii) relações com acionistas e investidores; e (ix) relação com os prestadores de serviços e fornecedores.

Política Corporativa Anticorrupção: Aprovada pelo Conselho de Administração em 28.09.2021 e publicada em 11.10.2021. Define princípios, diretrizes e responsabilidades relacionadas ao combate a todas as formas de condutas inadequadas, tais como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, ocultação ou dissimulação desses atos e o impedimento às atividades de investigação e fiscalização, bem como a conformidade proativa com as leis e regulamentações de prevenção e combate à corrupção, de forma a prevenir, detectar e combater a corrupção em todas as suas formas.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo: A versão vigente e atualizada foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07.07.2022, .define princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à prevenção dos riscos de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo ("LDFT"), em linha com as melhores práticas de mercado, considerando-se a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos, sistemas do Banco PAN S.A. e suas empresas controladas, e em conformidade com os requerimentos legais e regulatórios vigentes e aplicáveis. Nesse sentido, o gerenciamento voltado para mitigar tais riscos contempla rotinas e relatórios gerenciais que possibilitam à Alta Administração acompanhar a efetividade do programa de Prevenção LDFT, bem como à área de Prevenção a LDFT realizar a gestão do risco. O programa de Prevenção a LDFT compreende: avaliação interna de riscos; abordagem baseada em risco; procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação de operações; controles relacionados a sanções embargos e restrições políticas e econômicas internacionais; normas, regras, procedimentos e controles de Conheça Seu Colaborador, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Fornecedor; Capacitação e Cultura Organizacional; realização obrigatória de análise de risco

5.3 Programa de integridade

prévia de LDFT para novos produtos, serviços e utilização e novas tecnologias, testes de efetividade e o devido registro de operações e serviços financeiros.

Mecanismos e Procedimentos de Integridade

Elencamos abaixo os mecanismos e procedimentos de integridade do PAN:

- Treinamentos anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro obrigatórios a todos os funcionários quando admitidos no Banco PAN e no decorrer de sua jornada no PAN, bem como a prestadores de serviços;
- Cláusula anticorrupção nos contratos com fornecedores e parceiros;
- Processo de análise prévia na contratação e manutenção de fornecedores (Know Your Supplier – KYS) e parceiros (Know Your Partner – KYP) visando identificar apontamentos reputacionais desabonadores e envolvimento em atos de corrupção e lavagem de dinheiro (due diligence);
- Revisão periódica de políticas, normas, regras e manuais de procedimentos e, a qualquer tempo, caso seja identificada necessidade de atualização;
- Processo de análise no início de relacionamento com clientes, visando identificar envolvimento em atos de corrupção, lavagem de dinheiro e apontamentos nas listas de sanções aplicáveis;
- Canal de denúncias disponível para funcionários, clientes, usuários, parceiros e fornecedores para reporte de situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas às atividades da instituição, sem a necessidade de identificação do denunciante;
- Due diligence no contexto de operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, e inclusão de declarações e garantias apropriadas nos contratos de compra e venda de ações em relação a eventuais violações de leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira;
- Processo de "Conheça seu Cliente" (Know Your Customer – KYC), que consiste na realização de pesquisas, análises e, quando necessário, elaboração de dossiês de prospects/clientes dos segmentos Conta Corrente, Captação (Digital e Convencional), Consignado, Veículos, Empréstimo Pessoal e Cartões;
- Processo de "Conheça seu Colaborador" (Know your Employee – KYE);
- Processo de monitoramento de transações financeiras de clientes com o objetivo de identificar operações com contrapartes de alto risco, além de atipicidades ou inconsistências nas operações financeiras, considerando a compatibilidade das transações habituais, capacidade financeira, atividade econômica, perfil socioeconômico e dados cadastrais do cliente e comunicação ao órgão de controle, conforme aplicável;
- Análise prévia de novos produtos sob a perspectiva da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; e
- Investigações internas para apuração de denúncias de irregularidades.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas nos mecanismos e procedimentos internos de integridade são:

- Conselho de Administração: órgão estatutário, reporta-se aos Acionistas do Banco PAN, e é responsável por definir a orientação geral para o gerenciamento de riscos relacionados à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, fazendo parte de suas atribuições a aprovação das correspondentes políticas corporativas. O Conselho de Administração também é responsável por acompanhar o resultado da avaliação interna de risco, dos testes de efetividade dos controles de Prevenção a LDFT, bem como de eventuais planos de ação e respectivo relatório de acompanhamento, quando aplicável.
- Comitê de Ética: órgão não estatutário, constituído pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21.12.2018, subordinado à Diretoria do Banco PAN, o qual rege-se por um

5.3 Programa de integridade

Regimento Interno e possui as seguintes atribuições (a) avaliar e deliberar acerca da necessidade de aplicação de medida disciplinar aos colaboradores envolvidos em denúncias, representações ou indícios de atos envolvendo fraude, violação de conduta, assédio, ou qualquer tipo de infração ou violação às recomendações do Código de Conduta e Ética e demais documentos internos correlatos do PAN; (b) dar ciência ao gestor responsável pelo colaborador em caso de aplicação de medida disciplinar; (c) reportar à Diretoria as infrações e violações que tenham significativo risco jurídico ou de imagem ao PAN; (d) zelar pela observância do Código de Conduta e Ética do PAN; e (e) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.

- Diretoria: órgão estatutário, com reporte ao Conselho de Administração. A Diretoria é responsável por seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado e efetivo funcionamento da estrutura de gerenciamento de riscos relacionados a Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, alinhado com a estratégia do Banco PAN e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

- Comitê de Segurança Corporativa e Prevenção à LDFT: órgão não estatutário, deliberativo e de caráter permanente, constituído por aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 04.08.2014 e alterada em 27.07.2021, subordinado à Diretoria do Banco PAN, regesse por um Regimento Interno, sendo responsável, com relação ao tema LDFT, por: (i) apreciar e validar, sempre que necessário, alterações na Política Corporativa de Prevenção à LDFT, a ser aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) apreciar e validar as diretrizes, políticas, projetos, processos, regras e alçadas relacionadas às atividades de prevenção à LDFT; (iii) analisar e deliberar sobre estratégias e quaisquer outros temas relacionados às atividades de prevenção à LDFT, cujas alçadas não estejam previstas em normativos internos; (iv) acompanhar os indicadores de volumes e perfis de aceitação/manutenção de relacionamentos (clientes, parceiros e fornecedores), comunicações ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), monitoramento de transações suspeitas e encerramento de relacionamentos; (v) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas; e (vi) quaisquer outras demandas que visem o atendimento às regulações de mercado e que dependam de subordinação à Alta Administração.

- Área de Compliance: como segunda linha de defesa e especificamente com relação à integridade, é responsável pela atualização da Política Corporativa Anticorrupção, de forma a assegurar que alterações regulatórias e legislativas estejam contempladas e as diretrizes, regras e critérios sejam observados, além de promover treinamentos corporativos e específicos, esclarecer dúvidas e fornecer pareceres relacionados à aplicação dessa política. Ainda, é responsável pela gestão do canal de denúncias e emissão do respectivo relatório, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.859/2020, o qual é submetido à validação do Comitê de Auditoria e aprovação do Conselho de Administração.

- Área de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo: como segunda linha de defesa, é responsável por garantir que os riscos associados à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo sejam corretamente identificados, avaliados e mensurados e que estejam de acordo com os limites definidos. Tem como atribuições principais implantar processos, regras, critérios, alçadas e sistemas, bem como disseminar a cultura desejada para que o gerenciamento desses riscos esteja em conformidade com as leis e regulamentações, refletindo as melhores práticas de mercado, devendo ser compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Banco PAN e suas subsidiárias. Reporta-se à Diretoria de Controladoria e Compliance, conforme estrutura detalhada no 5.1., alínea "b", item "iii".

- Unidades de negócio: como primeira linha de defesa, são responsáveis pela gestão dos riscos associados à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo inerentes aos produtos, clientes e operações sob sua responsabilidade, de acordo com as diretrizes, princípios e responsabilidades definidos nas Políticas Corporativa. Devem, ainda, assegurar que as exposições a estes riscos estejam dentro dos limites definidos e em linha com as estratégias de

5.3 Programa de integridade

negócio do Conglomerado. Os Gestores das áreas de negócio reportam-se às suas respectivas Diretorias.

- Área de Pessoas: é a área responsável pela elaboração do Código de Conduta e Ética do PAN, bem como por zelar para sua disseminação e cumprimento com intuito de fortalecer as relações de transparência e confiança entre colaboradores, terceiros, clientes e sociedade em geral. Também é responsável pela gestão do Comitê de Ética do PAN. A área de Pessoas reporta-se à Diretoria do Banco PAN.
-
- Área de Controles Internos: responsável pela realização do Teste Cadastral anual e por assegurar que as respectivas áreas elaborem plano de ação para regularizar as deficiências apontadas.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o Banco PAN possui Código de Conduta e Ética.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim, o código se aplica a todos os colaboradores e administração do PAN, bem como a todos os terceiros contratados.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O descumprimento das regras de conduta e ética sujeita o infrator à aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação vigente e na Política Corporativa de Consequências, aprovada pelo Conselho de Administração em 03.05.2022, que estabelece as diretrizes para adoção de medidas disciplinares, aplicáveis aos colaboradores do PAN e terceiros contratados, como consequência pelo descumprimento à legislação e/ou regulação em vigor, ao Código de Conduta e Ética e/ou às políticas internas do PAN.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão vigente e atualizada do Código de Conduta e Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30.08.2022 e está publicada no site institucional no seguinte endereço eletrônico: [https://ri.bancopan.com.br/Q_PANestatuto, Codigos –e Politicas/](https://ri.bancopan.com.br/Q_PANestatuto,Codigos-e Politicas/), bem como na intranet do Banco PAN.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, o PAN disponibiliza canal de denúncias.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal está sob responsabilidade da área de Compliance do Banco PAN, que utiliza o sistema e serviços de empresa contratada para o recebimento, triagem e distribuição.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está disponível na página do Banco PAN na internet para todos e os colaboradores também conseguem acessá-lo pela intranet.

5.3 Programa de integridade

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O canal permite o reporte de práticas suspeitas ou não éticas, de forma identificada ou anônima, preservando o sigilo da identidade dos denunciante e das informações prestadas, na forma da lei.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A área de Compliance é responsável pela gestão do canal, contando com empresa contratada para o recebimento, triagem e encaminhamento das denúncias para os fóruns competentes, conforme estabelecido previamente.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Quando da ocorrência das operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias envolvendo terceiros, o Banco PAN busca realizar auditoria (due diligence), além de exigir nos contratos as declarações e garantias costumeiramente praticadas pelo mercado, em relação a eventuais irregularidades às leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Com isso, busca detectar e precaver-se de condutas que não estejam alinhadas com a legislação vigente, principalmente regras constantes na Lei 12.846/2013, bem como a legislação e normas aplicáveis às instituições financeiras no âmbito da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Não tivemos registro de casos no período mencionado.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Além das aquisições da Mobi e Mosaico, o Banco PAN aderiu, voluntariamente, em outubro/21 ao eixo Socioambiental e ao eixo Prevenção a Ilícitos do Sistema de Autorregulação Bancária da FEBRABAN, que engloba os normativos de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e de Anticorrupção, reforçando seu compromisso com a integridade.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em janeiro de 2020, o Banco celebrou uma apólice de seguro de cibersegurança com a AXA em relação a interrupções de negócios por ataques cibernéticos e violação de confidencialidade de dados, que fornece cobertura em relação a reclamações de responsabilidade cibernética e proteção de dados, violação de confidencialidade de dados, comprometimento de rede segurada, quebra de publicações digitais e danos, entre outros sinistros. O seguro foi renovado recentemente, com vigência até 13 de março de 2022. Essa apólice tem limite máximo de indenização de R\$ 10 milhões.

Ainda, em junho de 2020, o Banco celebrou uma apólice de seguro de responsabilidade civil para nossos conselheiros e diretores com a AIG Seguros Brasil S.A.. Esta apólice prevê o pagamento ou reembolso de despesas de defesa e custos suportados pelos conselheiros e diretores em relação a danos causados a terceiros no exercício das suas funções. Essa apólice tem limite máximo de indenização de R\$ 100 milhões.

Além disso, não há outras informações que o Banco PAN julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste formulário de referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Sistema S.A.					
76.543.115/0001-94	Brasil	Não	Sim	19/05/2019	
Não					
330.095.817	50,200	0	0,000	330.095.817	25,926
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BTG Pactual S.A.					
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Sim	08/12/2022	
Não					
327.464.816	49,800	284.053.558	46,140	611.518.374	48,030
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BTG PACTUAL WM GESTÃO DE RECURSOS LTDA					
60.451.242/0001-23	Brasil	Não	Não	09/01/2024	
Não					
0	0,000	32.766.056	5,322	32.766.056	2,574
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ACÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	3.615.697	0,587	3.615.697	0,284	
OUTROS						
2	0,000	295.203.323	47,951	295.203.325	23,186	
TOTAL						
657.560.635	100,000	615.638.634	100,000	1.273.199.269	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Sistema S.A.				76.543.115/0001-94		
BTG Pactual S.A.						
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Sim	19/04/2019		
Não						
7.110	100,000	0	0,000	7.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.110	100,000	0	0,000	7.110	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45	
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.					
27.742.455/0001-39	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016	
Não					
5.811.901.068	80,229	1.397.425.360	32,788	7.209.326.428	62,656
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BTG Pactual Holding S.A.					
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016	
Não					
120.896.936	1,669	241.405.092	5,664	362.302.028	3,149
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Veículos de Investimento vinculados a integrantes ad Partnership					
09.631.542/0001-37	Brasil	Não	Não	31/05/2017	
Não					
134.921.488	1,862	269.842.976	6,331	404.764.464	3,518
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45		
10.000.000	0,138	20.000.000	0,469	30.000.000	0,261	
OUTROS						
1.166.446.076	16,102	2.333.280.932	54,747	3.499.727.008	30,416	
TOTAL						
7.244.165.568	100,000	4.261.954.360	100,000	11.506.119.928	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.				27.742.455/0001-39		
BTG Pactual Holding S.A.						
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016		
Não						
13.451.110.000	100,000	0	0,000	13.451.110.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
13.451.110.000	100,000	0	0,000	13.451.110.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BTG Pactual G7 Holding S.A.						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
468.762.806	68,926	4.825.755	0,781	473.588.561	36,484	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Saloutti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
183.224.918	26,941	67.560.448	10,933	250.785.366	19,320	
OUTROS						
28.112.813	4,134	545.570.398	88,286	573.683.211	44,196	
TOTAL						
680.100.542	100,000	617.956.601	100,000	1.298.057.143	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45	
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.					
27.742.455/0001-39	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016	
Não					
5.811.901.068	80,229	1.397.425.360	32,788	7.209.326.428	62,656
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BTG Pactual Holding S.A.					
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016	
Não					
120.896.936	1,669	241.405.092	5,664	362.302.028	3,149
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Veículos de Investimento vinculados a integrantes ad Partnership					
09.631.542/0001-37	Brasil	Não	Não	31/05/2017	
Não					
134.921.488	1,862	269.842.976	6,331	404.764.464	3,518
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45		
10.000.000	0,138	20.000.000	0,469	30.000.000	0,261	
OUTROS						
1.166.446.076	16,102	2.333.280.932	54,747	3.499.727.008	30,416	
TOTAL						
7.244.165.568	100,000	4.261.954.360	100,000	11.506.119.928	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Sallouti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
9.942.292.076	100,000	0	0,000	9.942.292.076	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.				27.742.455/0001-39		
BTG Pactual Holding S.A.						
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Não	10/03/2016		
Não						
13.451.110.000	100,000	0	0,000	13.451.110.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
13.451.110.000	100,000	0	0,000	13.451.110.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BTG Pactual G7 Holding S.A.						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
468.762.806	68,926	4.825.755	0,781	473.588.561	36,484	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Saloutti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
183.224.918	26,941	67.560.448	10,933	250.785.366	19,320	
OUTROS						
28.112.813	4,134	545.570.398	88,286	573.683.211	44,196	
TOTAL						
680.100.542	100,000	617.956.601	100,000	1.298.057.143	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BTG Pactual G7 Holding S.A.						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
468.762.806	68,926	4.825.755	0,781	473.588.561	36,484	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Saloutti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
183.224.918	26,941	67.560.448	10,933	250.785.366	19,320	
OUTROS						
28.112.813	4,134	545.570.398	88,286	573.683.211	44,196	
TOTAL						
680.100.542	100,000	617.956.601	100,000	1.298.057.143	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Sallouti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
9.942.292.076	100,000	0	0,000	9.942.292.076	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
ANDRE SANTOS ESTEVES						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Antonio Carlos Canto Porto Filho						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Sallouti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46		
9.942.292.076	100,000	0	0,000	9.942.292.076	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
389.330.835	100,000	571.272.450	100,000	960.603.285	100,000
TOTAL					
389.330.835	100,000	571.272.450	100,000	960.603.285	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	72.434
Quantidade acionistas pessoa jurídica	857
Quantidade investidores institucionais	263

Ações em Circulação

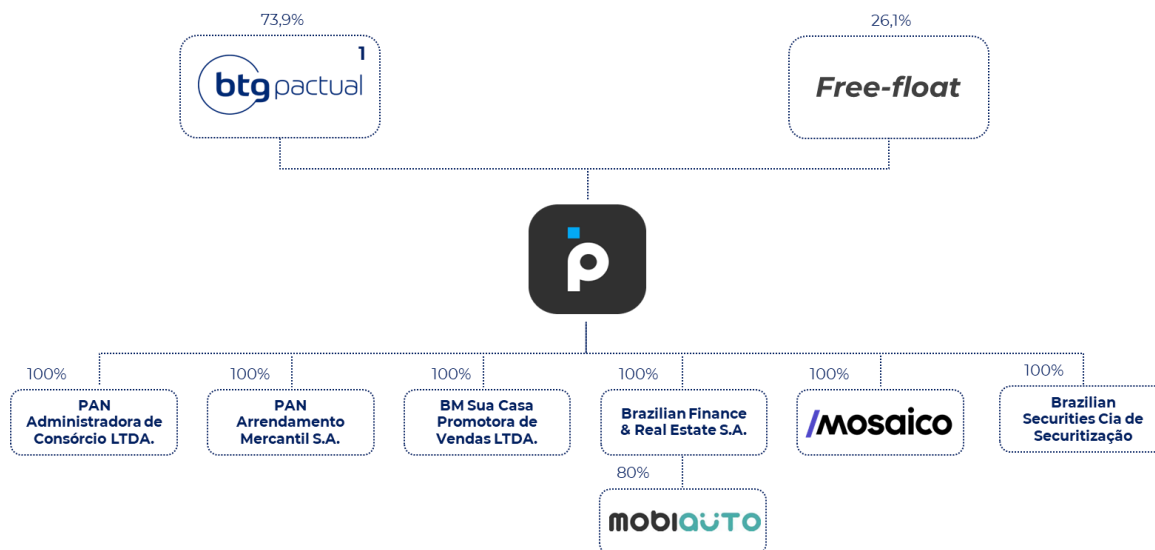
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	2	0,000%
Quantidade preferenciais	327.696.379	53,229%
Total	327.696.381	25,738%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	08.795.322/0001-86	100
BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A	02.762.113/0001-50	100
BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	03.767.538/0001-14	100
G.W.H.C. SERVIÇOS OLINE LTDA.	11.901.990/0001-55	100
MOBIAUTO EDIÇÃO DE ANÚNCIOS ONLINE LTDA.	32.158.029/0001-92	80
MOSAICO TECNOLOGIA AO CONSUMIDOR S.A.	09.083.175/0001-84	100
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	50.533.876/0001-71	100
PAN FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	02.682.287/0001-02	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Através da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações realizado em 18 de maio de 2021 ("Contrato"), o Banco Sistema S.A., subsidiária do Banco BTG Pactual S.A., adquiriu 49,2% do capital social votante do Banco Pan, equivalente a 26,8% do capital social total do Banco Pan, totalmente subscritas e integralizadas; e de 1% das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de emissão do Banco Pan e de titularidade do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), equivalente a 0,55% do capital social total do Banco Pan, totalmente subscritas e integralizadas. Em razão da celebração do Contrato, o Banco Sistema passou a deter uma posição equivalente a: (i) 330.095.817 (trezentos e trinta milhões, noventa e cinco mil e oitocentos e dezessete) ações ordinárias de emissão do Banco Pan. A referida participação do Banco Sistema representa aproximadamente 50,2% das ações ordinárias e 27,4% do total de ações emitidas pelo Banco Pan.

A celebração do contrato implicou também no Distrato ao acordo de Acionistas celebrado entre a CAIXAPAR e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"). Este último, se tornando controlador único do Banco PAN.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A indicação e o preenchimento dos cargos são realizados de acordo com a legislação aplicável, bem como com o tipo de atividade do emissor. Em complemento, as eleições são formalizadas conforme disposto no estatuto social da Companhia. Não há política específica para esse item.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Não há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Código de Ética do PAN, aprovado pelo Conselho de Administração em 30.08.2022, é composto por princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem conduzir toda e qualquer decisão ou atividade exercida pela administração, pelos colaboradores e pelos prestadores de serviço do PAN. Além disso, o Código de Conduta e Ética define padrões de conduta que devem ser observados por todos durante o desempenho de suas atividades diárias, inclusive em situações de conflito, pois orienta as relações internas e externas.

O documento prevê que os interesses pessoais dos colaboradores e administradores não devem se sobrepor aos interesses corporativos, evitando situações que possam comprometer a reputação ou gerar prejuízos ao Banco PAN. O código especifica que colaboradores conflitados comuniquem a gestão sobre a situação, além de absterem-se do processo de tomada de decisão.

Práticas em desconformidade ao Código de Conduta e Ética são avaliados junto ao Comitê de Ética, o qual é subordinado à Diretoria do Banco PAN e regido por um Regimento Interno, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Em complemento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, não poderão ser eleitos (i) se ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou (ii) tiverem ou representarem interesse conflitante com o da Companhia. Ademais, não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração da Companhia caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento. A fim de identificar eventuais impedimentos, a Companhia exige que todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria declarem, no momento de sua posse, eventuais impedimentos existentes nos termos do que dispõem os artigos 146 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos termos do disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada. Adicionalmente, a Companhia possui Política de Operações de Crédito com Partes Relacionadas, aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de outubro de 2022, que institui os principais procedimentos a serem observados na realização de transações com partes relacionadas. Para mais informações, vide item 11 deste Formulário de Referência.

d. por órgão:

Órgão da administração	Feminino	Masculino
Diretoria	1	6
Conselho de Administração	1	7

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros
Diretoria	0	7	0	0	0	0
Conselho de Administração	0	8	0	0	0	0

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

N.A.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração é responsável por monitorar e aprovar aspectos relacionados ao risco climático do banco, dentre os quais:

- (i) Aprovar a declaração ao apetite de risco (RAS) do banco PAN, incluindo aspectos climáticos.
- (ii) Monitorar a evolução dos indicadores de risco, incluindo riscos climáticos.

A Comissão ESG do PAN responde ao Banco Conselho de Administração do Banco PAN e ao Comitê ESG do líder do Conglomerado Prudencial (BTG Pactual), que por sua vez responde ao Conselho de Administração do líder do Conglomerado Prudencial.

A Comissão possui reuniões mensais e tem como presidente a Diretora Executiva de Pessoas ESG e Jurídico. Além disso, possui membros pertencentes a cinco diretorias executivas e conta com a participação de três quatro Diretores Executivos do PAN.

A Comissão ESG é responsável, entre outras funções por:

- (i) Reger as Diretrizes de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
- (ii) Monitorar o cumprimento das normas ESG vigentes, avaliando a efetividade das ações implementadas, os impactos de descumprimento e agindo para corrigir eventuais desvios;
- (iii) Orientar e estabelecer competências para a adoção de providências necessárias à identificação, classificação, avaliação, eliminação e mitigação de riscos socioambientais e climáticos;
- (iv) Assegurar que a Diretoria, o Conselho de Administração do PAN e o Comitê ESG do BTG Pactual estejam cientes dos assuntos relacionados às questões de responsabilidade ESG que possam causar impacto relevante à imagem do Banco PAN.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	2	14	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	15	0	1	0	0	0

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: Alex Sander Moreira Gonçalves **CPF:** 668.687.186-91 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/04/1972

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi, ingressou na BV Financeira C.F.I em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Foi eleito Diretor do Banco PAN em 2013, cargo no qual permanece até o presente momento. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Outros Diretores	N/A	21/07/2022	Não	16/09/2013

Nome: Alexandre Camara e Silva **CPF:** 033.942.227-01 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/11/1972

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, possui MBA's em Finanças e Economia, além de Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Ingressou no BTG Pactual em 2003 e se tornou sócio no ano de 2008. Já atuou como Diretor de Crédito no Banco Prosper e responsável pelo Middle Corporate Credit do Banco BBM. Atualmente é responsável pela área de Crédito de Alto Rendimento e Finanças Estruturadas no BTG Pactual. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Administração (Efetivo)	Membro do Comitê de Remuneração e Membro da Comissão de Riscos	06/06/2023	Sim	01/03/2018

Nome: Andre Fernandes Lopes Dias **CPF:** 038.107.417-01 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/12/1973

Experiência Profissional: Iniciou sua carreira em 1994, como auditor na KPMG, onde trabalhou como auditor nos segmentos industrial e financeiro por três anos, permanecendo lá, portanto, até 1997. De 1997 a 2004 trabalhou como analista de crédito no Banco Pactual S.A. oportunidade na qual aprimorou seus conhecimentos de análise e modelagem de empresas e instituições financeiras, análise de estruturas e controle de exposições. Em 2004 se tornou responsável pela área de Controle de Risco de Crédito do Banco Pactual S.A., oportunidade em que desenvolveu capacidade gerencial, de montagem e gestão de equipes e sistemas de controle. Em 2006, com a transferência de controle do Banco Pactual S.A. para o UBS AG, tornou-se Executive Director, responsável pela área de Controle de Risco de Crédito (CRC) do então Banco UBS Pactual S.A., cargo que ocupou até 2009. Foi responsável pelo aprimoramento dos procedimentos e sistemas do antigo Pactual para adequarem-se ao padrão global de excelência em governança do UBS AG. Foi durante esse período a alçada máxima de crédito do UBS AG na América Latina. Atualmente trabalha no Banco BTG Pactual S.A. como CRO (Chief Risk Officer), sendo responsável direto pelo controle de risco de crédito e responsável indireto (supervisão) pelo controle de risco de mercado.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Administração (Efetivo)	Membro da Comissão de Riscos	06/06/2023	Sim	22/06/2022

Nome: ANDRE SANTOS ESTEVES **CPF:** 857.454.487-68 **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 12/07/1968

Experiência Profissional: Formado em Matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em Computação. Ingressou no Banco Pactual em 1989 aos 21 anos. Trabalhando ao longo das últimas três décadas em conjunto com seus sócios e colaboradores (atualmente são mais de 210 sócios executivos no grupo), ajudou a transformar o BTG Pactual em um grupo de alcance global, que é ainda o principal Banco de Investimentos da América Latina, empregando hoje mais de 2 mil pessoas. Antes do fim de 2015, teve seu nome aprovado como controlador de instituições financeiras e assemelhadas por reguladores de mais de 25 países, em processos naturalmente extensos que validam todo seu histórico profissional e de correção que sempre pautou a condução de seus negócios. Além de ter sido membro do Conselho de Administração da B3 - Bolsa de Valores Brasileira e da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, André Esteves desenvolve atividades em outras áreas, como a educacional e a sócio-ambiental. Foi membro do Conselho Latino Americano da Harvard Business School e do Conselho da Fundação Estudar, entidade destinada a fomentar estudos de graduação e pós-graduação de jovens brasileiros no Brasil e no exterior, encaminhando esses profissionais no mercado de trabalho. Igualmente, apoia e promove investimentos na melhoria de escolas e universidades, como o projeto de inclusão digital de jovens por meio do Comitê para Democratização da Informática. Foi também membro ativo da Conservation International (CI), uma das maiores organizações não governamentais do planeta dedicada à proteção da biodiversidade da terra, áreas selvagens ou regiões marinhas, além de contribuir para projeto de educação ambiental e esportiva para jovens do litoral norte de São Paulo. André Esteves recebeu ao longo dos últimos anos diversos prêmios nacionais e internacionais pelos relevantes serviços prestados à comunidade corporativa global.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembléia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		06/06/2023	Sim	26/06/2022

Nome: CAIO CREPALDI CASSANO **CPF:** 294.826.488-03 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 03/11/1981

Experiência Profissional: : O Sr. Caio iniciou sua carreira no Banco Santander como Analista de Risco de Crédito de Varejo, no período entre Dez/2005 a Set/2006, posteriormente ingressado no Itaú Unibanco, em Out/2006, onde passou pelos seguintes cargos: Analista de Política de Crédito, Coordenador de Perda de Crédito e Estratégia de Cobrança de PJ, Gerente de Planejamento Financeiro, Gerente de Planejamento de Crédito, Gerente de Planejamento de Cobrança Veículos, Imobiliário e Consórcio e, por fim, Gerente de Planejamento de Cobrança PF até Nov/2016. Logo após, ingressou no Grupo Recovery como Head de Estratégia de Cobrança, Modelagem, Marketing, Cobrança Digital e Precificação de Carteira, permanecendo no período de Dez/2017 a Jun/2019. Por fim, atuou como Superintendente de Risco de Crédito do Banco Santander de Jun/19 até Jun/23

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/09/2023	1ª RCA Após a AGO de 2025	Outros Diretores	Diretor	24/11/2023	Não	24/11/2023

Nome: Camila Corá Reis Pinto Piccini **CPF:** 291.031.278-00 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 10/09/1980

Experiência Profissional: Advogada há quase 20 anos, formou-se em Direito pela PUC/SP, tem LLM pela FGV e mais de 17 anos de experiência no mercado financeiro. Ingressou no PAN há 8 anos, como Gerente Jurídica, e atuou 3 anos como Gerente Executiva, responsável pelas áreas de Mercado Financeiro, Mercado de Capitais, Societário, M;A, Governança Corporativa, Contratos, Produtos de Crédito e Varejo. Em 2019, foi nomeada Superintendente Executiva para agregar todo o contencioso civil e trabalhista do Conglomerado PAN, e no primeiro trimestre de 2020 passou a atuar também como Head da Área de Pessoas (CLO e CHRO).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Outros Diretores	Membro da Comissão de Riscos e Presidente da Comissão ESG	21/07/2022	Sim	17/09/2021

Nome: Carlos Eduardo Pereira Guimarães **CPF:** 020.396.747-05 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/04/1972

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 a 2011. Em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo, cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e em 2002 tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito Diretor do Banco PAN em Agosto de 2011 e em maio de 2016 foi eleito Diretor de Relações com Investidores desta instituição. Foi nomeado Diretor Presidente do Banco PAN em 6 de setembro de 2019, cargo que ocupa até o presente momento. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Diretor Presidente / Superintendente		21/07/2022	Sim	01/12/2011

Nome: Diogo Ciuffo da Silva **CPF:** 087.004.747-70 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/05/1980

Experiência Profissional: Atualmente, é Diretor do Banco PAN, tendo passado também pelo cargo de Superintendente Executivo do Banco Digital e Novos Negócios do mesmo banco. É Bacharel em Economia pela PUC-Rio e possui MBA pela FGV. Ao longo da sua carreira, trabalhou no Banco BBM e Brasil Plural, onde passou pelas áreas de Crédito Corporate e Tesouraria. Ingressou no Banco PAN em 2011 como head da área de Empresas e em 2016 passou a ser responsável pela Tesouraria e Captação do Banco. Desde janeiro de 2019 lidera a iniciativa do Banco Digital. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Outros Diretores	Membro da Comissão ESG	21/07/2022	Não	12/11/2019

Nome: Fabio de Barros Pinheiro **CPF:** 275.497.201-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1960

Experiência Profissional: Engenheiro elétrico, formado pela Universidade de Brasília em 1982, com MBA pela Indiana University – 1992. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1992 e, de 2004 a 2009, atuou como sócio responsável pelo relacionamento comercial com empresas do setor de saúde e tecnologia; no Banco UBS Pactual S.A. atuou como Managing Director de 2006 a 2009. Atuou como Diretor Financeiro e Administrativo do Grupo Dilleto, bem como Presidente do Conselho de Administração da Sappada Participações S.A. Em 2010, foi eleito como membro independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria e Comércio S.A. Em 2014, foi eleito membro do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A.. É Membro Independente do Conselho de Administração do Banco PAN S.A. desde abril de 2013, e desde novembro de 2019 atua também como membro do Comitê de Auditoria. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Auditoria	06/06/2023	Sim	21/10/2013

Nome: Leandro Marçal Araujo **CPF:** 230.851.398-50 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 23/11/1987

Experiência Profissional: O Sr. Leandro possui mais de 15 anos de experiência na área de tecnologia, sendo 13 anos no mercado financeiro. Teve a oportunidade de liderar times em diversas especialidades como core banking, meios de pagamentos, seguros, asset management, governança, operação de TI e transformação digital no Itaú Unibanco, passando pelos cargos de Trainee de TI, Analista de Sistemas Sênior, Coordenador de Sistemas, Gerente de Sistemas, Gerente de Engenharia de Sistemas e Superintendente de Tecnologia. Atualmente é CIO do Banco PAN S.A. e Graduado em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista – FATEC-BS e pós graduado em Administração de Empresas e Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, possui MBA em Business Administration and Management, General, Business Administratio and Management pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper e MBA pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Outros Diretores	Membro da Comissão de Riscos e Membro da Comissão ESG	21/07/2022	Não	29/06/2021

Nome: Leonardo Ricci Scutti **CPF:** 327.201.378-47 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/05/1976

Experiência Profissional: Possui 20 anos de experiência no mercado financeiro, tendo ocupado posições em instituições destacadas como BankBoston, Cargill, BES e HSBC. Em 2011, ingressou no BTG Pactual, onde ocupou diversas posições até se tornar sócio em 2017. Dentre as suas principais atribuições, foi corresponsável pela gestão do portfólio de crédito do BTG Pactual, com exposição de R\$ 75 bilhões no segmento corporativo e nos diversos setores da economia brasileira. É formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, tendo concluído cursos de liderança pela Harvard Business School

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/07/2022	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Diretor de Relações com Investidores		02/09/2022	Não	26/07/2022

Nome: Máira Habimorad **CPF:** 298.284.208-48 **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 14/03/1980

Experiência Profissional: Desde maio de 2020 atua como Presidente do INTELI – Instituto de Tecnologia e Liderança, faculdade sem fins lucrativos que oferece cursos em Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Ciências da Computação e Sistemas de Informação. Por dois anos atuou como Diretora Acadêmica e de Inovação da Adtalem Educacional, responsável pelas instituições: Ibmec, Damasio e Wyden. Trabalhou por 18 anos no Grupo Cia de Talentos, sendo 7 anos como CEO, atuando em recrutamento, seleção e gestão de programas de desenvolvimento de trainees, estagiários e gestores para as maiores empresas da América Latina. Co-fundadora do Bettha.com – plataforma online de educação para carreira. Co-autora do livro “Sua Carreira”, da coleção Conta Corrente. TedX Speaker – “O futuro do trabalho: o que não muda”- FAAP 2018. Membro do Conselho Consultivo da Cia de Talentos, Boali e da ONG Recode. Relações Internacionais na FAAP e cursos executivos em Gestão de Recursos Humanos na FIA e Leadership Management na Haas School of Business – Berkeley.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		06/06/2023	Sim	01/09/2022

Nome: Marcelo Adilson Tavarone Torresi **CPF:** 117.512.988-76 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 08/10/1969

Experiência Profissional: Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP, com especializações em gestão estratégica, gestão estratégica de finanças, gestão estratégica de recursos humanos, gestão estratégica de operações e logística e gestão estratégica de marketing, todos pela FGV-SP. Foi Principal na Silex Business Consulting entre os anos de 1990 e 1997; Professor Assistente na Business School São Paulo entre os anos de 1993 e 1997; Professor Assistente at LARC - Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores entre os anos de 1993 e 1997; Diretor na Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. entre setembro de 1997 e fevereiro de 2005; Diretor Executivo na Frizzo Pecúnia DTVM Ltda. Entre abril de 2005 e dezembro de 2007; Diretor Executivo no Banco Pecúnia S.A. entre abril de 2005 e dezembro de 2007; Diretor Geral no Banco Pecúnia S.A. entre dezembro de 2007 e maio de 2010; Membro do Conselho de Administração na Azevedo ; Travassos S.A. entre abril de 2011 e março de 2012; Diretor Geral na SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. entre junho de 2010 e outubro de 2012; Diretor Geral no Banco Paulista S.A. entre junho de 2010 e outubro de 2012; Membro suplente do Conselho Fiscal na Azevedo ; Travassos S.A., entre abril de 2012 e março de 2013; Associado na A5 Internet Investments entre outubro de 2012 e maio de 2013; Membro do Conselho de Administração na Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. entre outubro de 2012 e dezembro de 2013; Diretor Geral na Pilotage Assessoria Empresarial entre abril de 2013 até o momento; Membro do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center S.A. entre fevereiro de 2014 e março de 2015; Membro Titular do Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. entre abril de 2014 e abril de 2018; Membro do Conselho Fiscal na Bombril S.A. entre abril de 2015 e abril de 2018; do Conselho; Diretor Geral na Pilotage Gestão de Recursos Ltda. entre julho de 2015 até o momento; Membro Titular do Conselho Fiscal na Paranapanema S.A. entre abril de 2016 até o momento; Membro Suplente do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A. de abril de 2017 até o momento e Membro do Conselho de Administração do Banco PAN S.A. de julho de 2018 até o momento. Adicionalmente, foi Diretor Conselheiro na ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, entre 2008 e 2010; Representante no Comitê Gestor de Implantação do SPB junto ao Banco Central do Brasil pela ABBC - Associação Brasileira de Bancos entre 2001 e 2002; Coordenador da Comissão de Tecnologia na ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento entre 2000 e 2001. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembléia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	N/A	06/06/2023	Não	03/07/2018

Nome: Marco Antonio Cury Chain **CPF:** 314.638.548-11 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 02/08/1983

Experiência Profissional: Possui 16 anos de experiência no mercado financeiro, tendo ocupado diversas posições com foco em Banking para Pessoa Física. Ingressou no Itaú Unibanco em 2007 como Trainee, e teve passagens por áreas como Crédito e Recuperação, Planejamento Financeiros, Gestão de Receitas e Precificação, e Produtos Digitais. É graduado em Engenharia Química pela Escola de Engenharia Mauá e possui MBA pela University of Chicago Booth School of Business.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2023	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2025	Outros Diretores	N/A	28/04/2023	Não	28/04/2023

Nome: Roberto Balls Saloutti **CPF:** 135.962.478-37 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 26/02/1972

Experiência Profissional: Graduado em Economia com concentração em finanças e marketing pela University of Pennsylvania. Iniciou sua carreira no Banco Pactual S.A. no ano de 1994, atuando na área de Renda Fixa. Em 1995 atuou como trader, concentrando-se também no mercado de renda fixa. Tornou-se sócio em 1998. Em 1999, atuou como Joint Head de Renda Fixa em mercados locais brasileiros, e até julho de 2003 foi responsável pela área de renda fixa e tesouraria. Ademais, de 2002 a 2006 exerceu a função de responsável pela área internacional. Foi Managing Director de 2006 a 2008, quando era Joint Head de Renda Fixa de mercados emergentes e Joint Head de FICC (Renda Fixa, Moeda e Commodities) da América Latina. O Sr. Salloutti foi um dos sócios fundadores da BTG em 2008. Atualmente é CEO e membro do conselho de administração do BTG Pactual. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Presidente do Conselho de Administração	N/A	06/06/2023	Sim	28/10/2011

Nome: Sérgio Cutolo dos Santos **CPF:** 057.187.911-04 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/12/1952

Experiência Profissional: É responsável pela área de Clientes Corporativos do BTG Pactual. Trabalha no escritório de São Paulo. Cutolo ingressou no Pactual em 2000 como sócio. Antes do Pactual, foi Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, Ministro do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Presidente da Caixa Econômica Federal. Foi também Conselheiro do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Caixa Econômica Federal e da Companhia Elétrica do Estado do Maranhão – CEMAR. Cutolo é bacharel em Economia e obteve pós-graduação pela Universidade de Brasília. É Vice-Presidente da Anbima. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	06/06/2023	Sim	01/09/2016

7.4 Composição dos comitês

Nome: ADRIANA AKEMI KIRA **CPF:** 317.276.858-90 **Profissão:** Bancária **Data de Nascimento:** 01/09/1982

Experiência Profissional: Trabalha no Banco PAN desde 2021 e ocupa, atualmente, o cargo de Superintendente de TI. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	Até RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: Alexandre Camara e Silva **CPF:** 033.942.227-01 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/11/1972

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, possui MBA's em Finanças e Economia, além de Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Ingressou no BTG Pactual em 2003 e se tornou sócio no ano de 2008. Já atuou como Diretor de Crédito no Banco Prosper e responsável pelo Middle Corporate Credit do Banco BBM. Atualmente é responsável pela área de Crédito de Alto Rendimento e Finanças Estruturadas no BTG Pactual. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Sim	06/09/2019
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2023	RCA de março de 2024			28/03/2023	Sim	29/07/2019

Nome: Alexandre Tadeu Ciotti Costa **CPF:** 359.698.918-35 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/12/1986

Experiência Profissional: Bacharel em direito e especializado em operações bancárias pela FGV e com dois MBAs, Alexandre passou por grandes instituições financeiras como Banco Real, Santander e Recovery. Hoje traz ao PAN sua expertise em ações jurídicas, tanto estratégicas quanto massificadas como Superintendente. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Não	06/09/2019

Nome: ANABELLE URBANO **CPF:** 110.559.206-50 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 07/11/1992

Experiência Profissional: Formada em Administração de empresas pela FGV EAESP, trabalha no Banco PAN desde 2021, e ocupa atualmente, o cargo de Gerente de ESG. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	Até RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: Andre Fernandes Lopes Dias **CPF:** 038.107.417-01 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/12/1973

Experiência Profissional:

Iniciou sua carreira em 1994, como auditor na KPMG, onde trabalhou como auditor nos segmentos industrial e financeiro por três anos, permanecendo lá, portanto, até 1997. De 1997 a 2004 trabalhou como analista de crédito no Banco Pactual S.A. oportunidade na qual aprimorou seus conhecimentos de análise e modelagem de empresas e instituições financeiras, análise de estruturas e controle de exposições. Em 2004 se tornou responsável pela área de Controle de Risco de Crédito do Banco Pactual S.A., oportunidade em que desenvolveu capacidade gerencial, de montagem e gestão de equipes e sistemas de controle. Em 2006, com a transferência de controle do Banco Pactual S.A. para o UBS AG, tornou-se Executive Director, responsável pela área de Controle de Risco de Crédito (CRC) do então Banco UBS Pactual S.A., cargo que ocupou até 2009. Foi responsável pelo aprimoramento dos procedimentos e sistemas do antigo Pactual para adequarem-se ao padrão global de excelência em governança do UBS AG. Foi durante esse período a alçada máxima de crédito do UBS AG na América Latina. Atualmente trabalha no Banco BTG Pactual S.A. como CRO (Chief Risk Officer), sendo responsável direto pelo controle de risco de crédito e responsável indireto (supervisão) pelo controle de risco de mercado.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Sim	29/06/2021

Nome: BRUNO CAMPOS PINTO SILVA **CPF:** 082.949.527-45 **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 22/04/1980

Experiência Profissional:

Trabalha no Banco PAN desde 2022 e ocupa, atualmente, o cargo de Superintendente Executivo de Marketing. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	Até RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	03/10/2022

Nome: CAIO CREPALDI CASSANO **CPF:** 294.826.488-03 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 03/11/1981

Experiência Profissional: : O Sr. Caio iniciou sua carreira no Banco Santander como Analista de Risco de Crédito de Varejo, no período entre Dez/2005 a Set/2006, posteriormente ingressado no Itaú Unibanco, em Out/2006, onde passou pelos seguintes cargos: Analista de Política de Crédito, Coordenador de Perda de Crédito e Estratégia de Cobrança de PJ, Gerente de Planejamento Financeiro, Gerente de Planejamento de Crédito, Gerente de Planejamento de Cobrança Veículos, Imobiliário e Consórcio e, por fim, Gerente de Planejamento de Cobrança PF até Nov/2016. Logo após, ingressou no Grupo Recovery como Head de Estratégia de Cobrança, Modelagem, Marketing, Cobrança Digital e Precificação de Carteira, permanecendo no período de Dez/2017 a Jun/2019. Por fim, atuou como Superintendente de Risco de Crédito do Banco Santander de Jun/19 até Jun/23

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	31/10/2023	30/05/2024			31/10/2023	Não	31/10/2023

Nome: Camila Corá Reis Pinto Piccini **CPF:** 291.031.278-00 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 10/09/1980

Experiência Profissional: Advogada há quase 20 anos, formou-se em Direito pela PUC/SP, tem LLM pela FGV e mais de 17 anos de experiência no mercado financeiro. Ingressou no PAN há 8 anos, como Gerente Jurídica, e atuou 3 anos como Gerente Executiva, responsável pelas áreas de Mercado Financeiro, Mercado de Capitais, Societário, M;A, Governança Corporativa, Contratos, Produtos de Crédito e Varejo. Em 2019, foi nomeada Superintendente Executiva para agregar todo o contencioso civil e trabalhista do Conglomerado PAN, e no primeiro trimestre de 2020 passou a atuar também como Head da Área de Pessoas (CLO e CHRO).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Sim	29/07/2019
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2023	RCA de março de 2024			28/03/2023	Sim	29/07/2019
Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/06/2023	RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Sim	09/08/2021

Nome: Carlos Eduardo Pereira Guimarães **CPF:** 020.396.747-05 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/04/1972

Experiência Profissional:

Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 a 2011. Em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo, cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e em 2002 tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito Diretor do Banco PAN em Agosto de 2011 e em maio de 2016 foi eleito Diretor de Relações com Investidores desta instituição. Foi nomeado Diretor Presidente do Banco PAN em 6 de setembro de 2019, cargo que ocupa até o presente momento. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Presidente do Comitê	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Sim	04/04/2016
Comitê de Remuneração		Presidente do Comitê	28/03/2023	Até RCA de março de 2024			28/03/2023	Sim	04/04/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/2023	26/06/2024	Comitê de Ativos e Passivos		26/06/2023	Sim	04/04/2016

Nome: CESAR TADEU DA ROCHA RIBEIRO **CPF:** 072.874.327-22 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/06/1976

Experiência Profissional:

Profissional com foco em Auditoria Interna, Riscos, Private, Gestora de Fundos de Investimento e Administração e Custódia, com mais de 20 anos de experiência de mercado, tendo como principais destaques o desenvolvimento e implantação do novo modelo de governança integrada de riscos das unidades internacionais e as coordenações dos CROs e da gestão de risco operacional e compliance do Itaú Unibanco. Foi membro do Conselho Fiscal da Fundação Itaú Unibanco de Previdência Complementar e do Comitê de Auditoria do Banco Itaú Paraguai. Atualmente é superintendente executivo na área de operações do Banco PAN S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	31/10/2023	30/05/2024			31/10/2023	Não	31/10/2023

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	31/10/2023	28/06/2024	Comissão ESG	31/10/2023	Não	30/10/2023
----------------	----------------------------	------------	------------	--------------	------------	-----	------------

Nome: Diogo Ciuffo da Silva **CPF:** 087.004.747-70 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/05/1980

Experiência Profissional:

Atualmente, é Diretor do Banco PAN, tendo passado também pelo cargo de Superintendente Executivo do Banco Digital e Novos Negócios do mesmo banco. É Bacharel em Economia pela PUC-Rio e possui MBA pela FGV. Ao longo da sua carreira, trabalhou no Banco BBM e Brasil Plural, onde passou pelas áreas de Crédito Corporate e Tesouraria. Ingressou no Banco PAN em 2011 como head da área de Empresas e em 2016 passou a ser responsável pela Tesouraria e Captação do Banco. Desde janeiro de 2019 lidera a iniciativa do Banco Digital. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/2023	RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Sim	03/10/2022

Nome: Fabio de Barros Pinheiro **CPF:** 275.497.201-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1960

Experiência Profissional:

Engenheiro elétrico, formado pela Universidade de Brasília em 1982, com MBA pela Indiana University – 1992. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1992 e, de 2004 a 2009, atuou como sócio responsável pelo relacionamento comercial com empresas do setor de saúde e tecnologia; no Banco UBS Pactual S.A. atuou como Managing Director de 2006 a 2009. Atuou como Diretor Financeiro e Administrativo do Grupo Dilleto, bem como Presidente do Conselho de Administração da Sappada Participações S.A. Em 2010, foi eleito como membro independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria e Comércio S.A. Em 2014, foi eleito membro do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A.. É Membro Independente do Conselho de Administração do Banco PAN S.A. desde abril de 2013, e desde novembro de 2019 atua também como membro do Comitê de Auditoria. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/11/2019	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2024			19/09/2019	Sim	19/09/2019

Nome: Felipe Krugmann Abdala **CPF:** 001.805.401-30 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 29/01/1990

Experiência Profissional:

Trabalha desde 2014 no Banco PAN, sendo que, atualmente, ocupa o cargo de Superintendente de Modelagem de Crédito. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	31/10/2023	30/05/2024			31/10/2023	Não	31/10/2023

Nome: Fernando Carvalho Rochlitz **CPF:** 050.268.898-08 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/05/1967

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), atua no mercado financeiro desde 1990, tendo atuado em instituições como BankBoston (1990 a 2003), Banco Santander (2004 a 2006) e HSBC (2006 a 2011). Atua no Banco PAN desde 2011, onde foi responsável por Pricing de produtos de Varejo e Modelagem Financeira de Produtos. Atualmente atua como Superintendente Planejamento Financeiro e Estratégico do Banco. Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: GABRIEL GUSTAVO DE CAMARGO **CPF:** 369.023.598-73 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 05/12/1987

Experiência Profissional:

Trabalha no Banco PAN desde 2016 e ocupa, atualmente, o cargo de Superintendente do Jurídico Institucional. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	Até RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: Inácio Reis Caminha **CPF:** 095.943.697-95 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/03/1982

Experiência Profissional:

Ocupa o cargo de Superintendente Executivo de Captação e Relações com Investidores do Banco PAN, onde está desde 2012. Ao longo da sua carreira, atuou nas áreas Corporate, Planejamento Financeiro, bem como em Operações Estruturadas. É bacharel em Engenharia de Produção, com especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas e em Economia pela University of Pennsylvania, Wharton School. Declara à Companhia que não está envolvido em qualquer condenação judicial ou administrativa. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/2023	26/06/2026	Comitê de Ativos e Passivos		26/06/2023	Não	23/08/2021

Nome: JANETE SADA KO ASSATO **CPF:** 260.163.518-57 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 12/03/1978

Experiência Profissional:

Profissional com experiência em Mercado Financeiro, Comercialização, Desenvolvimento de Produtos e Crédito. É bacharel em Administração pela Imes – São Caetano do Sul, possui MBA em Finanças Corporativas pela FGV. Atualmente é Superintendente de Operações do Banco PAN.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	31/10/2023	30/05/2024			31/10/2023	Não	31/10/2023

Nome: Leandro Marçal Araujo **CPF:** 230.851.398-50 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 23/11/1987

Experiência Profissional:

O Sr. Leandro possui mais de 15 anos de experiência na área de tecnologia, sendo 13 anos no mercado financeiro. Teve a oportunidade de liderar times em diversas especialidades como core banking, meios de pagamentos, seguros, asset management, governança, operação de TI e transformação digital no Itaú Unibanco, passando pelos cargos de Trainee de TI, Analista de Sistemas Sênior, Coordenador de Sistemas, Gerente de Sistemas, Gerente de Engenharia de Sistemas e Superintendente de Tecnologia. Atualmente é CIO do Banco PAN S.A. e Graduado em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista – FATEC-BS e pós graduado em Administração de Empresas e Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela Fundação Getulio Vargas - FGV, possui MBA em Business Administration and Management, General, Business Administratio and Management pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper e MBA pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Não	09/08/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/06/2022	Até RCA de junho de 2023	Comissão ESG		27/06/2022	Sim	09/08/2021

Nome: Leonardo Ricci Scutti **CPF:** 327.201.378-47 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/05/1976

Experiência Profissional:

Possui 20 anos de experiência no mercado financeiro, tendo ocupado posições em instituições destacadas como BankBoston, Cargill, BES e HSBC. Em 2011, ingressou no BTG Pactual, onde ocupou diversas posições até se tornar sócio em 2017. Dentre as suas principais atribuições, foi corresponsável pela gestão do portfólio de crédito do BTG Pactual, com exposição de R\$ 75 bilhões no segmento corporativo e nos diversos setores da economia brasileira. É formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, tendo concluído cursos de liderança pela Harvard Business School

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Sim	30/08/2022
Outros Comitês		Presidente do Comitê	26/06/2023	26/06/2024	Comitê de Ativos e Passivos		26/06/2023	Não	03/10/2022

Nome: Leticia Toledo Mathias Galvão **CPF:** 299.096.578-56 **Profissão:** Bancária **Data de Nascimento:** 07/11/1980

Experiência Profissional:

É formada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos, possui pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas, Recursos Humanos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui qualificação em MBTI pela Fillipelli. Foi Analista de RH na UAB Motors, foi Analista de RH Sênior na Ceva Logistics, atuou como Consultora de RH e foi Coordenadora de Recursos Humanos na Ultracargo. Em seu último emprego foi head de Recursos Humanos na Webmotors e atualmente passou pelos cargos de Gerente de RH, Gerente Executiva de RH e Superintendente de RH no Banco PAN S.A.. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2023	Até RCA de março de 2024			28/03/2023	Sim	27/07/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/2023	Até RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: LOURIVAL AUGUSTO MAZETO JUNIOR **CPF:** 252.004.308-36 **Profissão:** Ouvidor **Data de Nascimento:** 01/02/1976

Experiência Profissional:

Trabalha no Banco PAN desde 2022, ocupando, atualmente, o cargo de Superintendente de Ouvidoria. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	03/10/2022	Até RCA de junho de 2023	Comissão ESG		03/10/2022	Não	03/10/2022

Nome: MARINA SILVEIRA GERARDI **CPF:** 344.820.268-16 **Profissão:** Relações Públicas **Data de Nascimento:** 11/07/1985

Experiência Profissional: Trabalha no Banco PAN desde 2020, ocupando, atualmente, o cargo de Gerente Executiva de Recursos Humanos. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	Ate RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: Pedro Paulo Longuini **CPF:** 025.986.508-75 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/06/1957

Experiência Profissional: Bacharel em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), possui aproximadamente 30 anos de experiência no mercado financeiro, tendo, porém, iniciado sua carreira na Schlumberger, uma das maiores empresas prestadoras de serviços de petróleo no mundo, como engenheiro de campo. Trabalhou no Citibank Brasil, onde começou como gerente de produtos do Mercado de Capitais em 1985 e chegou a ocupar, a função de Business controller do Corporate Banking. Atuou também como Diretor Financeiro do Fundo de Pensões desta mesma instituição. Atuou no ABN AMRO Real, onde assumiu diversas posições, entre as quais (por ordem temporal) a de Vice-Diretor de Controle Financeiro, Diretor Executivo na unidade de operações e controle financeiro, Diretor Financeiro para o Fundo de Pensões do Banco Real, Diretor Executivo na unidade de controle financeiro e administração, Vice-Presidente Executivo de Finanças e membro do Comitê Executivo, tendo ocupado ainda o cargo de Chief Financial Officer de 1998 a 2008. Após a incorporação do Banco Real pelo Banco Santander assumiu o cargo de Vice-Presidente Executivo de Corporate Affairs no Banco Santander Brasil tendo sob sua responsabilidade as áreas de Compliance e Jurídico. Permaneceu no Santander Brasil ocupando a Vice-Presidência Executiva de Meios e de Qualidade ; Eficiência. De 2013 a 2015 atuou como Diretor Global da Unidade de Produtividade e Eficiência, em Madri. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	16/05/2023	Primeira Reunião do CA após AGO de 2028			25/04/2023	Sim	27/08/2018

Nome: RAFAEL LACERDA PEREIRA GONÇALVES **CPF:** 057.897.577-74 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 16/12/1987

Experiência Profissional: Trabalha no Banco PAN desde 2020, ocupando, atualmente, o cargo de Superintendente de Relações com Investidor e ESG. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/2023	Até RCA de junho 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	09/08/2021

Nome: RAFAELLA CRUZ FERNANDES DE BULHÕES DORTAS **CPF:** 074.547.704-60 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 24/02/1991

Experiência Profissional: Estruturação e gestão da área de ESG no BTG Pactual

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/2023	RCA de junho de 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	28/06/2023

Nome: RAFIK FREUA **CPF:** 324.764.568-37 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 15/06/1984

Experiência Profissional: O Sr. Rafik Freua é economista, possui mais de 15 anos de atuação no mercado financeiro, está no BTG Pactual desde março/2008 e atualmente é head de credit risk do BTG Pactual.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Não	30/05/2023

Nome: Rodolfo Miyasaki **CPF:** 277.725.918-61 **Profissão:** Matemático **Data de Nascimento:** 08/02/1984

Experiência Profissional: Formado em Matemática pela UNESP em 2005, e com Mestrado em Matemática Aplicada pela UNICAMP em 2008, iniciou sua carreira na Knowledge Network ; Business Solution (KNBS) como Analista de Soluções de Negócios entre maio de 2007 e maio de 200. Logo após entrou para o Banco Itaú-Unibanco onde foi responsável pelo Planejamento de Crédito, Risco e Retorno até 2012, onde depois passou atuar na área de Analytics até junho 2013. Desde então, ocupa o cargo de Superintendente Executivo de Planejamento Financeiro no Banco PAN desde junho de 2013. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	30/05/2023	RCA de maio de 2024			30/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: Sidnei Correa Marques **CPF:** 098.905.481-00 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 25/06/1954

Experiência Profissional:

Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central do Brasil, com atuação no Copam, Comitê de Estabilidade Financeira, Regulação, Política Cambial, aplicação das reservas internacionais do Brasil, aprovação das políticas de gestão de riscos e Compliance, aprovação e acompanhamento da execução da programação da auditoria interna, decretação de regimes especiais em instituições com problemas de viabilidade, gestão do patrimônio do BC. Atualmente, é membro do Comitê de Auditoria do Banco BTG Pactual S.A.. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/2021	Até a posse dos eleitos na 1ª RCA após AGO de 2026			29/06/2021	Sim	29/06/2021

Nome: THIAGO JOSÉ DOS SANTOS GOMES **CPF:** 223.757.148-14 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/07/1983

Experiência Profissional:

O Sr. Thiago possui bacharelado em Administração de Empresas pela Uninove e MBA em Finanças e Riscos pela FGV. Atualmente é Gerente Executivo de Risco de Crédito do Banco PAN.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Suplente)	31/10/2023	30/05/2024			31/10/2023	Não	31/10/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	31/10/2023	28/06/2024	Comissão de ESG		31/10/2023	Não	31/10/2023

Nome: VITOR EMANOEL SIQUEIRA SANTOS **CPF:** 336.527.878-89 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 09/06/1985

Experiência Profissional: Vitor é Associate Director no BTG Pactual desde janeiro 2022

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	28/06/2023	RCA de junho 2024	Comissão ESG		28/06/2023	Não	28/06/2023

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares entre os administradores do Banco PAN.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável ao Banco PAN.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia mantém apólice de seguro para responsabilidade civil de diretores e administradores da Companhia e de suas subsidiárias ("Seguro D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos seus administradores, diretores e/ou conselheiros, o reembolso dos valores pagos a título de indenização, decorrentes de reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, enquanto no exercício regular de suas funções profissionais.

O Seguro D&O (vigente até 30 de maio de 2024) foi contratado pelo Banco BTG Pactual S.A, controlador da Companhia, em conjunto com suas controladas junto à AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG"), com limite máximo de garantia de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo que o valor do prêmio líquido desta apólice é de R\$ 1.133.087,09 (um milhão, cento e trinta e três mil e oitenta e sete reais e nove centavos).

O Seguro D&O conta com as seguintes coberturas: (i) perdas indenizáveis resultantes de reclamações até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura); (ii) reembolso à Companhia das perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas e propostas contra os segurados, nos casos em que a Companhia tenha previamente os indenizado e até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura); e (iii) perdas indenizáveis incorridas pela Companhia em decorrência de processos administrativos e/ou judiciais alegando (a) violação da legislação relacionada ao mercado de capitais; e (b) atos danosos provenientes de operações relacionadas a valores mobiliários, geradas por atos da Companhia, até o limite máximo de garantia da apólice. Além disso, o Seguro D&O garante cobertura para reclamações feitas após o período de vigência por um prazo complementar de 36 meses sem cobrança adicional de prêmio, após o qual há cobertura para reclamações feitas por um prazo suplementar de até 12 meses, dependendo de cobrança adicional de 75% do valor do prêmio.

Não estão cobertos pelo Seguro D&O atos ou fatos danosos que sejam do conhecimento dos segurados anteriormente à vigência da apólice, assim como multas impostas aos administradores (exceto multas e penalidades tributárias), ainda que possa haver cobertura para os custos de defesa incorridos nos processos que determinem multas relacionadas a atos de gestão de tais administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Atas em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil

A Companhia informa que não possui processos em fase de homologação perante o Banco Central do Brasil na data de publicação desse item.

Assembleias Gerais de Acionistas No quadro a seguir constam as informações sobre o quórum de presença e consequentemente instalação das Assembleias Gerais realizadas pelo Banco PAN nos últimos 3 exercícios sociais, bem como no exercício corrente, sendo que todas foram instaladas em primeira convocação, a saber:

Ato	Deliberação	Data	Quórum Capital Social Total
AGOE	Deliberar sobre: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e votação das contas dos Administradores, bem como exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Pagamento de dividendos, relativos ao exercício social de 2020; (iv) Eleição de Membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Eleição de Membros do Conselho Fiscal da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Fixação do limite da remuneração global anual dos Administradores da Companhia; e (ii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGOE.	29/04/2021	85,49%
AGE	Deliberar sobre: (i) Ratificação da renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Eleição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Autorização à Administração da Companhia à prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGE.	28/06/2021	75,95%
AGE	Deliberar sobre: (i) Eleição de Membros do Conselho	14/01/2022	77,30%

7.8 Outras informações relevantes

	de Administração da Companhia; (ii) Remanejamento de Membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) Autorização à Administração da Companhia à prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGE.		
AGOE	Deliberar sobre: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e votação das contas dos Administradores, bem como exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Pagamento de dividendos, relativos ao exercício social de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Eleição de Membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Atualização do Estatuto Social da Companhia; e (iii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGOE.	29/04/2022	81,56%
AGOE	Deliberar sobre: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e votação das contas dos Administradores, bem como exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação do Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Fixação da Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia; (v) Alteração do Estatuto Social da Companhia para: (a)	28/04/2023	

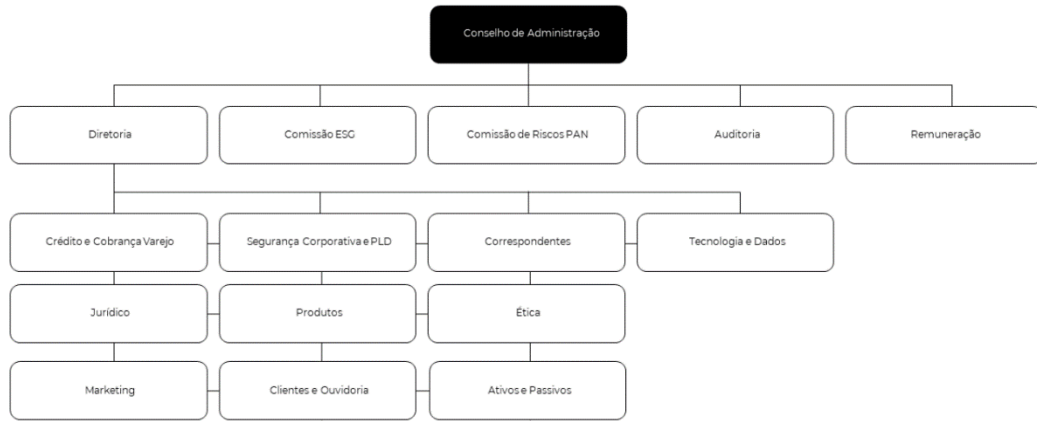
7.8 Outras informações relevantes

	<p>atualizar a redação do <i>caput</i> do art. 5º, de modo a refletir o cancelamento das ações preferencias mantidas em tesouraria, que foram objeto de aquisição pela Companhia, conforme programa de recompra de ações vigente; (b) modificar a redação do <i>caput</i> do art. 14, a fim de atender às novas disposições da Resolução CVM nº 81/22; (c) alterar a redação do <i>caput</i> do art. 21, relativamente ao prazo de mandato unificado dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (d) atualizar a redação dos incisos (c), (d) e (t) do art. 25, de maneira que reflita a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, em conformidade com a regulamentação aplicável; (e) atualizar a redação do <i>caput</i> do art. 40, a fim de adequar às regras aplicáveis ao Comitê de Auditoria, nos termos da regulamentação aplicável; e (f) atualizar a redação da alínea (c), do art. 52, a fim de adequar ao novo Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3; (vi) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a incorporar as deliberações decorrentes do item (v); e (vii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGOE.</p>		
--	--	--	--

Estrutura de Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do PAN conta com órgãos colegiados organizados, segundo suas responsabilidades, hierarquia e alçadas, conforme organograma a seguir:

7.8 Outras informações relevantes



Todos esses órgãos observam as responsabilidades previstas na regulamentação vigente, Estatuto Social e Regimentos Internos. Todos os comitês do PAN possuem atribuições específicas previstas em seus regimentos internos e são compostos por profissionais de áreas diversas, de forma a evitar tomadas de decisão que contenham conflito de interesses ou concentração em áreas específicas, escolhidos considerando a expertise nos assuntos da competência do comitê.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores do Banco PAN, aprovada em 7 de dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração, tem como objetivo compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais e está voltada ao crescimento de valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores do Banco PAN segue padrões de mercado. A Política de Remuneração de Administradores do Banco PAN encontra-se publicada no Portal de RI do Banco PAN em: <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é determinada de acordo com as práticas de mercado, observando o disposto no parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76. Nesse sentido, cumpre-nos ressaltar que, nos termos do Estatuto Social do Banco PAN, o Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente, sendo aplicáveis os critérios de remuneração apenas quando formalmente instalado.

COMITÊ DE AUDITORIA

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

O Comitê de Remuneração é responsável por propor ao Conselho de Administração as práticas de remuneração do Banco PAN e suas empresas controladas.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os estudos são elaborados a partir da pesquisa de mercado da consultoria Mercer, que engloba mais de 80 instituições financeiras do país, utilizando a metodologia de International Position Evaluation, a qual permite avaliar cada cargo já com equalização do seu peso em relação ao desempenho de funções similares em players de mercado comparáveis ("Metodologia IPE").

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Comitê de Remuneração faz a revisão da Política de Remuneração de Administradores da Companhia e propõe o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido ao Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos que compõe a remuneração e os objetivos de cada um deles

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• objetivos e alinhamento com os interesses do emissor

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar cada profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

O membro do Conselho de Administração que também exercer o cargo e/ou função em outro comitê, incluindo aquele que atuar como membro do Comitê de Auditoria, poderá ter sua remuneração majorada em relação aos demais membros, considerando o exercício de mais de uma função e demais atribuições e responsabilidades.

A política e prática de remuneração busca incentivar os administradores do Banco PAN a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente gerar melhores resultados para o Banco PAN. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculada levando-se em conta as principais práticas de mercado, buscando também a retenção dos melhores profissionais e estimular a contínua melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo do Banco PAN.

• proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais

A remuneração dos membros do Conselho de administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

• metodologia de cálculo e reajuste

O valor da remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculado levando-se em conta os montantes praticados pelo mercado e o nível de competitividade do Banco PAN. A remuneração do Conselho de Administração é revisada anualmente, de acordo com o mercado, observada a contratação de consultoria independente para tal pesquisa.

O Banco PAN estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região, também utilizando como insumo a complexidade das decisões internas e a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.), no âmbito da metodologia IPE, descrita no item 8.1(b)(ii).

• principais indicadores de desempenho

8.1 Política ou prática de remuneração

Critérios de desempenho histórico, resultados, riscos correntes e potenciais da Companhia, ambiente econômico e práticas e tendências de mercado.

- DIRETORIA ESTATUTÁRIA

• objetivos e alinhamento com os interesses do emissor

A remuneração dos Diretores é composta por: (i) pró-labore mensal, (ii) remuneração variável e (iii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal: remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido; e
- (ii) Remuneração Variável: alinhar o desempenho dos Diretores aos interesses de curto, médio e longo prazo; e
- (iii) Benefícios: o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria.

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores do Banco PAN a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente gerar melhores resultados para o Banco PAN. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculada levando-se em conta as principais práticas de mercado, acaba por também permear a retenção dos melhores profissionais e estimular a contínua melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo do Banco PAN.

• proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais

A remuneração dos Diretores, no últimos 3 (três) exercícios sociais é composta da seguinte forma: (i) **2020**: 97% da remuneração total corresponde à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 3% correspondem aos benefícios; (ii) **2021**: 29% da remuneração total corresponde à remuneração fixa (pró-labore mensal), 69% remuneração variável e 2% correspondem aos benefícios; e (iii) **2022**: 22% da remuneração total corresponde à remuneração fixa (pró-labore mensal), 76% remuneração variável e 1% corresponde aos benefícios.

• metodologia de cálculo e reajuste

O valor da remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculado levando-se em conta os montantes praticados pelo mercado e o nível de competitividade do Banco PAN. A remuneração da Diretoria é revisada anualmente, de acordo com o mercado, observada a contratação de consultoria independente para tal pesquisa.

O Banco PAN estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região, também utilizando como insumo a complexidade das decisões internas e a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.), no âmbito da metodologia IPE, descrita no item 8.1(b)(ii).

• principais indicadores de desempenho

Critérios de desempenho histórico, resultados, riscos correntes e potenciais da Companhia, ambiente econômico e práticas e tendências de mercado.

CONSELHO FISCAL

• objetivos e alinhamento com os interesses do emissor

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração dos membros do Conselho fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, observando o disposto no parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76. Nesse sentido, cumpre-nos ressaltar que, nos termos do Estatuto Social do Banco PAN, o Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente, sendo aplicáveis os critérios de remuneração apenas quando formalmente instalado.

- **proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

A remuneração dos membros do Conselho fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

- **metodologia de cálculo e reajuste**

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76, os membros do Conselho Fiscal receberão remuneração correspondente a, no mínimo, 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

- **principais indicadores de desempenho**

Critérios de desempenho histórico, resultados, riscos correntes e potenciais da Companhia, ambiente econômico e práticas e tendências de mercado.

COMITÊ DE AUDITORIA

- **objetivos e alinhamento com os interesses do emissor**

A remuneração dos membros do Comitê de auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores do Banco PAN a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente gerar melhores resultados para o Banco PAN. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculada levando-se em conta as principais práticas de mercado, acaba por também permear a retenção dos melhores profissionais e estimular a contínua melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo do Banco PAN.

- **proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

- **metodologia de cálculo e reajuste**

O valor da remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculado levando-se em conta os montantes praticados pelo mercado e o nível de competitividade do Banco PAN. A remuneração do Comitê de Auditoria é revisada anualmente, de acordo com o mercado, observada a contratação de consultoria independente para tal pesquisa.

O Banco PAN estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região, também utilizando como insumo a complexidade das decisões internas e a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.), no âmbito da metodologia IPE, descrita no item 8.1(b)(ii).

- **principais indicadores de desempenho**

8.1 Política ou prática de remuneração

Critérios de desempenho histórico, resultados, riscos correntes e potenciais da Companhia, ambiente econômico e práticas e tendências de mercado.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade do Banco PAN.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,30	11,60		19,90
Nº de membros remunerados	8,00	11,60		19,60
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.000.000,00	8.756.778,00		11.756.778,00
Benefícios direto e indireto	0,00	584.815,00		584.815,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N.A.	N.A.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	24.487.896,00		24.487.896,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N.A.	N.A.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N.A.	N.A.		
Total da remuneração	3.000.000,00	33.829.489,00		36.829.489,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,80	10,60	3,00	21,40
Nº de membros remunerados	7,50	10,60	3,00	21,10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.491.000,00	7.454.487,00	183.000,00	10.128.487,00
Benefícios direto e indireto	0,00	443.975,00	0,00	443.975,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N.A.		N.A.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	25.375.996,50	0,00	25.375.996,50
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N.A.	N.A.	N.A.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N.A.	N.A.	N.A.	
Total da remuneração	2.491.000,00	33.274.458,50	183.000,00	35.948.458,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,30	6,70	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,30	6,70	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.073.000,00	6.244.505,00	343.883,00	9.661.388,00
Benefícios direto e indireto	0,00	371.298,00	0,00	371.298,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	14.895.379,00	0,00	14.895.379,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.073.000,00	21.511.182,00	343.883,00	24.928.065,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,30	6,00	3,00	17,30
Nº de membros remunerados	8,30	6,00	3,00	17,30
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.516.000,00	12.624.759,82	400.939,62	16.541.699,44
Benefícios direto e indireto	0,00	350.129,15	0,00	350.129,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.516.000,00	12.974.888,97	400.939,62	16.891.828,59

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		11,60		11,60
N° de membros remunerados		11,60		11,60
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		500000,00		500.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		6500000,00		6.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		24487896,00		24.487.896,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		10,60		10,60
N° de membros remunerados		10,60		10,60
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1602000,00		1.602.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		6750000,00		6.750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		25375996,50		25.375.996,50
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6,70		6,70
N° de membros remunerados		6,70		6,70
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		736467,00		736.467,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4302496,00		4.302.496,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		14895379,00		14.895.379,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6,00		6,00
N° de membros remunerados		6,00		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever.

(a) Termos e condições gerais

O PAN possui um modelo de remuneração de incentivo de longo prazo ("Modelo ILP"), que é baseado nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria. Adicionalmente, o Modelo de ILP observa as regras previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, que determina que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração variável devida aos administradores de instituições financeiras deve ser pago em ações ou por meio de instrumentos baseados em ações e que, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do valor da remuneração variável deve ser pago de maneira diferida no tempo, ao longo de, no mínimo, 3 (três) anos, com pagamentos em parcelas proporcionais ao período de diferimento.

O Modelo ILP do Banco PAN prevê que para os diretores que não integram o programa de partnership da empresa líder conglomerado do PAN, 50% da remuneração variável será paga em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas, as quais estarão sujeitas a variações positivas e/ou negativas em seu valor, a depender da variação de preço das ações preferenciais da Companhia ("BPAN4"), bem como da permanência do beneficiário na Companhia na data do efetivo pagamento, além dos resultados do Banco PAN. A título de esclarecimento, no âmbito do Modelo ILP, nenhuma ação preferencial de emissão da Companhia é entregue ao beneficiário.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Para os exercícios de 2022 e 2023, o Comitê de Remuneração, em 28 de outubro de 2022, e o Conselho de Administração, em 28 de março de 2023, aprovaram e ratificaram a remuneração global anual para a Diretoria, o que inclui o alinhamento de interesses no longo prazo, em conformidade com o disposto na Resolução 3.921, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional. A proposta foi submetida e aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco PAN, realizada em 28 de abril de 2023.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

(e) Condições de aquisição de ações

Não aplicável.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

(g) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável.

(h) Forma de liquidação

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O pagamento do Modelo ILP do Banco PAN é realizado em dinheiro, em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas, observada a variação positiva ou negativa das ações preferenciais de emissão da Companhia, além do atingimento de metas e resultados da Companhia, conforme avaliação do Comitê de Remuneração e Conselho de Administração.

(i) Restrições à transferência das ações

Não aplicável.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso o Diretor tenha seu vínculo como administrador da Companhia encerrado por iniciativa própria ou por iniciativa da Companhia com justo motivo, o Diretor perde o direito de receber qualquer parcela do valor diferido ainda não paga.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme mencionado no item "a", acima, na hipótese de o Diretor deixar o cargo de administrador da Companhia por iniciativa própria ou por iniciativa da Companhia com justo motivo, perde o direito de receber qualquer parcela do valor diferido ainda não pago.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e, conseqüentemente, não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e, conseqüentemente, não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e, conseqüentemente, não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação

Média aritmética da cotação diária de fechamento das ações preferenciais da Companhia ("BPAN4") nos pregões realizados nos 30 (trinta) dias anteriores ao início e fim de cada período de cálculo.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Média aritmética da cotação diária de fechamento das ações preferenciais da Companhia ("BPAN4") nos pregões realizados nos 30 (trinta) dias anteriores ao início e fim de cada período de cálculo.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedades	Banco PAN S.A.		BTG Pactual Holding S.A.		
	ON	PN	ON	PNA	PNB
Classe de ação					
Conselho de Administração	0	294.695	0	0	0
Diretoria	0	0	13.975.284	27.950.568	0
Total	0	294.695	13.975.284	27.950.568	0

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que o Banco PAN não possui plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	10,60	6,70	6,00	7,80	8,30	8,30	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	10,60	6,70	6,00	7,50	8,30	8,30	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	7.947.504,00	5.500.000,00	4.400.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	61.000,00	114.627,72	156.662,37
Valor da menor remuneração Real	296.882,00	259.460,24	222.038,09	98.000,00	136.000,00	120.000,00	61.000,00	45.000,00	69.627,72
Valor médio da remuneração Real	3.097.215,80	3.210.624,18	2.162.481,50	332.133,00	370.240,96	358.775,51	61.000,00	114.627,67	133.646,54

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	N/A
Conselho de Administração	
31/12/2020	N/A
Conselho Fiscal	
31/12/2020	N/A

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O Banco PAN não oferece remuneração ou indenização em casos de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão Exercício 31/12/2023	48,00%	82,87%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2022	62,46%	72,99%	33,33%
Exercício encerrado em 31/12/2021	46,86%	80,46%	13,09%
Exercício encerrado em 31/12/2020	40,96%	89,41%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve, em relação aos três últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso conselho de administração, da diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco PAN, como remuneração de membros de nosso conselho de administração ou da diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Remuneração Variável

Os detalhes da remuneração dos membros da administração do Banco PAN estão descritos no item 8.2 deste Formulário de Referência. A seguir são demonstradas as conciliações de tais valores com as demonstrações contábeis do Banco PAN, incluindo a respectiva indicação da nota explicativa:

Nota explicativa do ano de 2022 e ano de 2021

24) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	540.497	508.775	573.420	509.796
Encargos sociais	145.635	136.008	155.922	136.349
Benefícios (Nota 32)	112.299	103.619	120.494	103.810
Honorários	35.864	24.875	41.243	24.875
Outros	9.215	10.536	11.126	10.537
Total	843.510	783.813	902.205	785.367

Nota explicativa do ano de 2021 e ano de 2020

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2021, foi aprovada a remuneração global anual dos Administradores do Banco PAN para o exercício de 2021.

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários (Nota 24)	24.875	16.900	24.875	16.900
Contribuição ao INSS	5.597	3.803	5.597	3.803
Total	30.472	20.703	30.472	20.703

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

Nota explicativa do ano de 2020 e ano de 2019

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/06/2020, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Banco PAN, referente ao exercício de 2020, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 18.225 (R\$ 25.385 no exercício de 2019).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de honorários (Nota 23)	16.900	24.155	16.900	24.155
Contribuição ao INSS	3.803	5.435	3.803	5.435
Total	20.703	29.590	20.703	29.590

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
03/05/2022	03/05/2022		
Descrição dos serviços prestados			
<p>A PWC prestou serviços de auditoria externa do Banco PAN S.A. ("Banco PAN") e das empresas integrantes do Banco PAN S.A. e empresas controladas ("Grupo Pan"), considerando emissão dos relatórios sobre demonstrações contábeis anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), relatórios sobre as demonstrações contábeis semestrais e anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen GAAP"). Além disto, relatórios trimestrais sobre as informações contábeis intermediárias do Banco PAN S.A. e empresas controladas e as correspondentes demonstrações consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e relatórios semestrais do Conglomerado Financeiro para atendimento à Resolução BCB nº 130 (antiga Circular nº 3.467) e relatórios semestrais do Conglomerado Financeiro para atendimento à Resolução nº 2.682/99.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
<p>Exercício de 2023 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 2.239.330,98 - Contratação para outros serviços: R\$ 1.815.000,00</p> <p>Exercício de 2022 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 2.345.700,00 - Contratação para outros serviços: R\$ 4.626.000,00</p>			
Justificativa da substituição			
<p>Em função de remanejamento (rodízio) interno na PWC, fez se necessária a troca do auditor responsável técnico, informamos a substituição de Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, CPF 249.758.218-18, por Edison Arisa Pereira, CPF 006.990.038-81, para os trabalhos de auditoria iniciados a partir de 01 de abril de 2023.</p>			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

O Banco PAN contratou a PwC em 2022 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria relacionada à área de segurança cibernética no valor de R\$ 4.403 mil; e (ii) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 223 mil, totalizando montante superior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O Banco PAN contratou a PwC em 2023 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria relacionada à área de segurança cibernética no valor de R\$ 1.815 mil, totalizando montante superior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

O Banco PAN contratou a PwC em 2022 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria relacionada à área de segurança cibernética no valor de R\$ 4.403 mil; e (ii) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 223 mil, totalizando montante superior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	177	335	0	0	0
Não-liderança	1051	1293	0	0	0
TOTAL = 2.856	1228	1628	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	29	380	22	81	0	0	0
Não-liderança	71	1505	206	558	4	0	0
TOTAL = 2.856	100	1885	228	639	4	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	54	430	28
Não-liderança	807	1453	84
TOTAL = 2.856	861	1883	112

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	2	4	3	500	3	0
Não-liderança	19	43	38	2210	34	0
TOTAL = 2.856	21	47	41	2710	37	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	11	10	0	0	0
Nordeste	19	28	0	0	0
Centro-Oeste	14	27	0	0	0
Sudeste	1174	1536	0	0	0
Sul	10	27	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.856	1228	1628	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	8	0	13	0	0	0
Nordeste	1	19	4	23	0	0	0
Centro-Oeste	4	20	2	15	0	0	0
Sudeste	94	1805	221	586	4	0	0
Sul	1	33	1	2	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.856	100	1885	228	639	4	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	19	2
Nordeste	2	43	2
Centro-Oeste	4	32	5
Sudeste	847	1762	101
Sul	8	27	2
Exterior	0	0	0
TOTAL = 2.856	861	1883	112

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Geral	394	592	578	617
Total Geral	394	592	578	617

c. índice de rotatividade

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
32,0%	29,4%	23,5%	21,4%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

2022

Em 2022 houve um reposicionamento na estratégia do PAN, que levou à reestruturação do quadro de colaboradores da área comercial e operacional de alguns setores do negócio.

2021

No exercício de 2021 reforçamos nossas estruturas alinhados a estratégia de foco no Clientes e Tecnologia, aumentando o número de colaboradores focados em melhorar continuamente os serviços e produtos oferecidos pelo PAN.

2020

No período de pandemia provocado pelo COVID-19 buscamos manter o quadro de colaboradores, mesmo com um cenário desafiador não realizamos nenhuma redução de quadro. Estamos aumentando o portfólio de produtos do PAN, que justifica o leve aumento de quadro em relação ao ano anterior.

2019

O aumento no número de colaboradores ao longo de 2019 é justificado pela contratação de novos colaboradores para a área de Tecnologia da Informação para a implementação de melhorias e lançamento do projeto da Conta Digital, que envolve também o lançamento de novos produtos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A remuneração fixa está diretamente relacionada à experiência, qualificação e posição de determinado empregado dentro da organização. Periodicamente participamos de pesquisas salariais com o objetivo de gerenciar nossa posição relativa e nossa capacidade de atração e retenção de profissionais. Anualmente os empregados ficam elegíveis ao programa de meritocracia, que visa reconhecer o desempenho e as entregas individuais. Além do programa de participação nos lucros e resultados estabelecido pelo sindicato, o Banco PAN possui um programa próprio de participação nos resultados, atrelado ao atingimento de metas corporativas e avaliação individual de performance.

b. política de benefícios

O Banco Pan concede os benefícios acordados na Convenção Coletiva: vale refeição, vale alimentação, assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio babá e creche. Além dos benefícios tradicionais ou aqueles estabelecidos pelo sindicato, o Banco PAN oferece a seus empregados uma experiência diferenciada, agregando ao seu pacote outros benefícios, como: plataforma de descontos com diversos estabelecimentos credenciados, convênio com academias de ginástica, psicoterapia online, e dentre outros.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

O Banco Pan não possui plano de outorga de opções de ações a empregados.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Razão média	11,0
Razão mediana	14,4

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Seguimos as disposições constantes da Convenção Coletiva dos Bancários. Mantemos diálogo com o sindicato dos bancários afim de aprimorar o relacionamento do Banco PAN com seus empregados.

Adicionalmente, não houve paralisação ou greve nos três últimos exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 94, de 23/05/2022 ("Resolução CVM nº 94") e Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.818/20, do CMN ("Resolução CMN nº 4.818").

Adicionalmente, o Banco PAN possui uma Política Corporativa de Operações de Crédito com Partes Relacionadas, que define um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à identificação, concessão e controle de operações de crédito com partes relacionadas, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818.

Tais operações encontram-se disponíveis em Notas Explicativas disponibilizadas aos acionistas e ao mercado em geral em nossas Demonstrações Contábeis.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco BTG Pactual S.A.	31/12/2022	4.435.218.000,00	4.435.218.000,00	N/A	26/05/2026	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Depósitos interfinanceiros					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/12/2022	337.351.000,00	337.351.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Outros passivos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/12/2022	5.880.994.000,00	5.880.994.000,00	N/A	31/08/2026	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Obrigações por operações compromissadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	1.097.000,00	1.097.000,00	N/A	N/A	0,00

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Disponibilidades					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	301.157.000,00	301.157.000,00	N/A	15/12/2025	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aplicação interfinanceira de liquidez					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	2.325.000,00	2.325.000,00	N/A	N/A	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Cessão de crédito					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	6.129.402.000,00	6.129.402.000,00	N/A	26/05/2026	0,00

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Depósitos interfinanceiros					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	129.282.000,00	129.282.000,00	N/A	15/12/2025	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Instrumentos financeiros derivativos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	163.371.000,00	163.371.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Outros passivos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco BTG Pactual S.A.	31/03/2023	5.749.998.000,00	5.749.998.000,00	N/A	03/04/2023	0,00
Relação com o emissor	Controlador					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Obrigações por operações compromissadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	31/03/2023	473.000,00	473.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Outros passivos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/12/2022	24.000,00	24.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros créditos, referentes a rateios de despesas administrativas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/12/2022	62.000,00	62.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos à vista					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/12/2022	49.559.000,00	49.559.000,00	N/A	27/03/2025	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/03/2023	26.000,00	26.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros créditos, referentes a rateios de despesas administrativas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/03/2023	101.000,00	101.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos à vista					
Garantia e seguros	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Pan Corretora de Seguros Ltda.	31/03/2023	64.050.000,00	64.050.000,00	N/A	27/03/2025	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Too Seguros S.A.	31/12/2022	23.121.000,00	23.121.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros créditos, referentes a rateios de despesas administrativas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Too Seguros S.A.	31/03/2023	21.291.000,00	21.291.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros créditos, referentes a rateios de despesas administrativas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Too Seguros S.A.	31/03/2023	337.000,00	337.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos à vista					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Too Seguros S.A.	31/03/2023	32.333.000,00	32.333.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros passivos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Too Seguros S.A.	31/12/2022	337.000,00	337.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Depósitos à vista					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Too Seguros S.A.	31/12/2022	35.370.000,00	35.370.000,00	N/A	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Outros passivos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

O Banco PAN tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de adotar as práticas de governança exigidas pela legislação aplicável em vigor. Como regra geral, as decisões a respeito das operações e demais transações do Banco PAN são aprovadas de acordo com alçadas vigentes e, caso necessário, submetidas à administração, conforme competências definidas no Estatuto Social e documentos internos do Banco PAN, sendo que as transações que envolvam partes relacionadas são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados substancialmente análogos aos atingidos em condições de mercado.

Ainda, o Banco PAN possui Política Corporativa de Operações de Crédito com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, documento este que define um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes a identificação, concessão e controle de Operações de Crédito com Partes Relacionadas, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.693, de 29/10/2018 ("Resolução CMN nº 4.693").

Adicionalmente, nos termos da regulamentação vigente, notadamente o previsto na Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas") e normas da CVM, se há conflito de interesse em uma matéria submetida à análise dos órgãos deliberativos do Banco PAN, o membro do órgão que esteja em conflito abstém-se de votar na matéria, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

Conforme estabelece o Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco PAN a Política de Negociação de Valores Mobiliários que tem como princípio, que a competição entre os investidores por melhores retornos se dê na análise e interpretação da informação divulgada igualmente, e jamais no acesso privilegiado à informação. Nela, são estabelecidas as diretrizes e condições para a negociação dos valores mobiliários emitidos pelo Banco PAN, a serem observadas pelo próprio Banco PAN, acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais (quando instalado), funcionários e integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas.

Por fim, importante pontuar que o Estatuto Social do Banco PAN define ainda que seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houve, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades do Banco PAN e a observância às condições de mercado.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Na data deste formulário, o Banco PAN possui uma Política Corporativa de Operações de Crédito com Partes Relacionadas, que trata especificamente das transações com partes relacionadas para concessão de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.693.

Esse documento prevê que as transações com partes relacionadas sejam realizadas sempre em condições comutativas caso fossem realizadas com partes não relacionadas, de forma que sempre devem ser avaliadas e aprovadas somente quando não houver prejuízo ao Banco PAN e/ou aos seus acionistas, respeitados os seguintes princípios:

- a) Equidade: devem ser observadas se as condições das operações com partes relacionadas são compatíveis com as praticadas no mercado.
- b) Conformidade: as operações com partes relacionadas devem basear-se nas regulamentações a que o Banco PAN esteja sujeito, de forma a garantir que os riscos regulatórios e legais estejam adequadamente controlados e mitigados.
- c) Transparência: o Banco PAN deverá observar as condições de divulgação de informações das operações com partes relacionadas, nos termos da regulamentação vigente, fazendo com que todas as operações sejam realizadas de forma transparente.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O Banco PAN realiza cessões de carteira sem coobrigação para o BTG Pactual desde 2019.

Conforme divulgado pela Companhia em 23/11/2022, o PAN firmou com o BTG Pactual acordo que trata das condições gerais para aquisição, pelo BTG Pactual, de carteiras de crédito do Banco PAN no valor de até R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões) ao longo de 24 meses ("Acordo"). As condições para o Acordo foram comutativas (arm's length) e livremente negociadas entre as partes, considerando as condições de mercado. O Acordo prevê, inclusive, que a taxa de cada cessão será definida de acordo com as condições de mercado competitivo à época da efetiva cessão.

Considerando que o Banco PAN realiza o servicing das carteiras cedidas ao BTG Pactual, incluindo o relacionamento com o cliente para cobrança, refinanciamento, entre outros serviços, dois efeitos são apresentados nas suas demonstrações financeiras: (i) recebimento do cessionário de prêmio relacionado à performance da carteira, (ii) reembolso ao cessionário do ágio recebido relativo às parcelas liquidadas antecipadamente em caso de pré-pagamento.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/11/2022		5.928.320.482,90	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
657.560.635	615.638.634	1.273.199.269	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/11/2022		5.928.320.482,90	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
657.560.635	615.638.634	1.273.199.269	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/11/2022		5.928.320.482,90	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
657.560.635	615.638.634	1.273.199.269	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos

b. direito de voto

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

- i. condições**
- ii. efeitos sobre o capital social**

d. direitos no reembolso de capital

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. restrições à circulação

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

- i. hipóteses de resgate**
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

k. outras características relevantes

Item Não aplicável, o Banco não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	BRBPANLFI605
Data de emissão	13/07/2021
Data de vencimento	13/07/2023
Quantidade	5.440
Unidade	
Valor total R\$	544.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	664.806.402,58
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	BRBPANLFI6013
Data de emissão	13/07/2021
Data de vencimento	13/07/2024
Quantidade	2.060
Unidade	
Valor total R\$	206.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	252.374.503,07
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	BRBPANLFI6013
Data de emissão	20/04/2022
Data de vencimento	24/04/2024

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	5.855
Unidade	
Valor total	585.500.000,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	666.916.697,22
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	BRBPANLFI7T7
Data de emissão	20/04/2022
Data de vencimento	20/04/2025
Quantidade	2.760
Unidade	
Valor total	276.000.000,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	314.829.561,75
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Letra Financeira Garantida

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	BPAN12
Data de emissão	06/10/2021
Data de vencimento	06/04/2024
Quantidade	126.595.780
Unidade	
Valor total	0,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Cada bônus dá direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais)
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Letras Financeiras	0	26	29

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Na data deste formulário de referência, as ações preferenciais do Banco PAN são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial de governança corporativa denominado Nível 1.

As letras financeiras emitidas pelo Banco PAN, assim como os bônus de subscrição BPAN12, também são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Banco PAN não emite títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pelo Banco PAN por meio da oferta pública de letra financeira mencionada no item anterior foram utilizados no curso ordinário de seus negócios.

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de Ações mencionada no item anterior foram destinados ao fortalecimento da estrutura de capital do Banco, para fins de expansão das operações ativas, principalmente aquelas representadas pelas carteiras autorizadas (comercial, de crédito e financiamento).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das ofertas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- Bônus de Subscrição

No âmbito da incorporação das ações da Mosaico, os acionistas da Mosaico receberam 1 bônus de subscrição de emissão do PAN (BPAN12) a cada 1 ação MOSI3, sendo que cada bônus dá direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$24,00 (vinte e quatro reais).

- Programa de Recompra de Ações

Em reunião realizada em 09/05/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações, sendo autorizada a aquisição de até 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais de emissão do Banco PAN, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (ticket B3: BPAN4), para manutenção em tesouraria ou promover o seu cancelamento ("Programa de Recompra de Ações"). O Programa de Recompra de Ações terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/05/2022.

Nesse sentido, em reunião realizada em 29/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, sem redução do capital social, as quais foram objeto de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra de Ações ("Cancelamento de Ações").

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 28/04/2023, ratificou a alteração do Estatuto Social do Banco PAN, de modo a refletir tal cancelamento de ações, sendo que a composição acionária passou a ser:: capital social, totalmente subscrito e integralizado de R\$ 5.928.320.482,90, representado por 1.273.199.269 ações, sendo 657.560.635 ações ordinárias e 615.638.634 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme homologado pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Leonardo Ricci Scutti

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE**

CARLOS EDUARDO PEREIRA GUIMARÃES, brasileiro, economista, casado, portador da Carteira de Identidade nº 93.762.466, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 020.396.747-05, na qualidade de Diretor Presidente do Banco Pan S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada declarar que:

(a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários.

X



Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Cargo do responsável
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

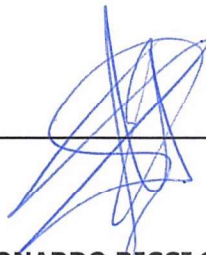
LEONARDO RICCI SCUTTI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 43.909.501-3, inscrito no CPF sob o nº 327.201.378-47, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do Banco Pan S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada declarar que:

(a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários.

X



LEONARDO RICCI SCUTTI

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE**

CARLOS EDUARDO PEREIRA GUIMARÃES, brasileiro, economista, casado, portador da Carteira de Identidade nº 93.762.466, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 020.396.747-05, na qualidade de Diretor Presidente do Banco Pan S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada declarar que:

(a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários.

X



Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Cargo do responsável
Diretor Presidente